



Anais do **Fórum** BNB de Desenvolvimento

**XV Encontro
Regional
de Economia**

**O PAPEL DO NORDESTE
NO NOVO CONTEXTO DO PAÍS**

**Fortaleza-CE
19 e 20 de julho de 2010**

Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento

**O PAPEL DO NORDESTE NO
NOVO CONTEXTO DO PAÍS**

Realizado em Fortaleza, Ceará, em 19 e 20 de julho de 2010,
no Centro de Treinamento do Banco do Nordeste

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2011



Presidente

Jurandir Vieira Santiago

Diretores

José Alan Teixeira da Rocha
José Sydrião de Alencar Júnior
Luiz Carlos Everton de Farias
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Conselho Editorial

José Narciso Sobrinho
José Rubens Dutra Mota
Francisco das Chagas Farias Paiva
José Maurício de Lima da Silva
José Maria Marques de Carvalho
Jânia Maria Pinho Sousa
Aírton Saboya Valente Júnior
Paulo Dídimo Camurça Vieira
Ademir Costa

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos
do Nordeste – Etene**

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Erlanda Maria

Revisão Vernacular: Antônio Maltos

Diagramação: Wendell Sá

Mais informações:

SAC Banco do Nordeste / Ouvidoria

0800.728.3030

www.bnb.gov.br/faleconosco

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 10.994, de 14 de Dezembro de 2004.

F692f Fórum BNB de Desenvolvimento (2010 : Fortaleza, CE)

O papel do nordeste no novo contexto do país: Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento, Fortaleza, Ceará, 19 e 20 de julho de 2010 / Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

194 p. : il. ; cm.

ISBN: 978.85.7791.166.0

Evento realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil.

1. Desenvolvimento Econômico do Nordeste.

2. Desenvolvimento regional. 3. Investimento nordeste brasileiro. I. Banco do Nordeste do Brasil. II. Título: Anais do Fórum BNB de Desenvolvimento.

CDD 338.9

SUMÁRIO

SESSÃO DE ABERTURA	07
.....	
Roberto Smith – Presidente do BNB	
Adriana Amado – Secretária Executiva da Anpec	
LANÇAMENTO DE LIVROS	19
.....	
PAINEL I – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA	22
.....	
Presidente de Mesa: Roberto Smith – Presidente do BNB	
José Carlos de Assis – Assessor do BNDES	
Nelson Henrique Barbosa Filho – Secretário de Política Econômica/Ministério da Fazenda	
PAINEL II – PANORAMA ECONÔMICO E SOCIAL DO NORDESTE	55
.....	
Presidente de Mesa: Jânia Maria Pinho Sousa (BNB/Etene)	
Ladislau Dowbor – PUC – SP	
Liana Carleal – IPEA	
PAINEL III – PRÉ-SAL – OPORTUNIDADES PARA O NORDESTE	83
.....	
Presidente de Mesa: José Sydrião de Alencar Júnior – Diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento	
Deputado Zezéu Ribeiro – Presidente da Bancada Nordestina	
Francisco José Rocha de Sousa – Consultor Legislativo	
SESSÃO ESPECIAL BNB-ETENE	100
.....	
Presidente de Mesa: José Narciso Sobrinho – Superintendente do BNB/Etene	
Expositores:	
Airton Saboya Valente Júnior	
A matriz de insumo-produto do nordeste e os impactos das contratações do Pronaf	
Wendell Márcio Araújo Carneiro	
A agroindústria de carne bovina do nordeste brasileiro: desempenho e possibilidades de políticas	

Jânia Maria Pinho Sousa

Avaliação do FNE Rural: dados preliminares

Allisson David de Oliveira Martins

Resultados de Pesquisas do BNB-Etene-Fundeci no setor produtivo do Nordeste

**SESSÃO ESPECIAL CENTRO CELSO FURTADO: TENDÊNCIAS DO
DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E DESAFIOS PARA O NORDESTE 129**

Presidente de Mesa: Tânia Bacelar – UFPE

Liana Carleal – IPEA

Jair do Amaral – UFC

**SESSÃO ESPECIAL ANPEC: MOEDA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E URBANO 155**

Presidente de Mesa: Adriana Amado – Anpec

Gary Dymski – Diretor do Centro da Universidade da Califórnia em Sacramento

Marco Crocco – Cedeplar

PAINEL IV – PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O NORDESTE 174

Presidente de Mesa: José Sydrião de Alencar Júnior – Diretor de Gestão
do Desenvolvimento do BNB

Tânia Bacelar – UFPE

ENCERRAMENTO 182

SESSÃO DE ABERTURA

Composição da Mesa:

Roberto Smith - Presidente do BNB

Adriana Amado - Secretária Executiva da Anpec

Mestre de cerimônias

Senhoras, senhores, bom dia!

Realizado anualmente, desde 1995, o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento vem contribuindo, de forma decisiva, para traçar novos rumos para o Nordeste, com vistas à sua inserção competitiva no processo de desenvolvimento do País.

Desde 1996, o evento é promovido em conjunto com o Encontro Regional de Economia, numa parceria do BNB com a Anpec, Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia. Essa parceria favorece a contribuição da comunidade científica para o aperfeiçoamento das políticas públicas do País, em especial, aquelas voltadas para o desenvolvimento da região nordestina.

Constitui também oportunidade de integração da comunidade científica nacional com as comunidades técnica e empresarial da região, contribuindo para aprimorar as ações e programas regionais.

Em nome do Banco do Nordeste e da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec), desejamos boas-vindas aos participantes do XVI Fórum BNB de Desenvolvimento e XV Encontro Regional de Economia. Este ano, os dois eventos se reúnem sobre o tema: “O Papel do Nordeste no Novo Contexto do País”.

Neste momento, convido ao palco, para compor a mesa de abertura, o senhor presidente do Banco do Nordeste, professor doutor Roberto Smith, e a senhora secretária-executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec), professora doutora Adriana Amado.

Honram-nos com suas presenças neste auditório, o senhor presidente do Conselho de Administração do BNB e secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antônio Henrique Pinheiro da Silveira; o senhor João Alves de Melo, ex-presidente do Banco do Nordeste; os senhores diretores do BNB, Luiz Carlos Everton de Farias, diretor de Controle e Risco; João Emílio Gazzana, diretor de Recursos de Terceiros; Stélio Gama Lyra, diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação; José Sydrião de Alencar, diretor de Gestão do Desenvolvimento; Paulo César Rebouças Ferraro, diretor de Negócios; Oswaldo Serrano, diretor Financeiro e de Mercado de Capitais.

Registro também a presença do senhor José Narciso Sobrinho, superintendente do Etene, e da senhora Zilana Ribeiro, ouvidora da Capef e membro do Conselho de Administração do BNB.

A presença do senhor Cláudio Frota, superintendente da Sudene, em exercício, e também a presença honrosa de todos os superintendentes da diretoria geral do Banco do Nordeste, em especial a presença do senhor chefe de Gabinete da Presidência, Robério Gress Vale.

Senhoras e senhores, para saldar a todos os presentes, convido inicialmente a fazer uso da palavra a senhora secretária-executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec), professora doutora, Adriana Amado.

Adriana Amado

Bom dia! Saúdo a todos na pessoa do professor Roberto Smith. Na realidade, é um enorme prazer estar aqui presente, porque é a primeira vez que participo deste Encontro, apesar de uma vontade enorme de ter vindo em todas as ocasiões que sucederam a essa versão.

A ideia de ter uma sessão regional da Anpec, apesar de ser uma entidade, muito mais do que uma instituição formalizada, uma vez que a gente aqui congrega os coordenadores de cursos de pós-graduação da região, representa uma iniciativa extremamente importante.

E nesta versão do Encontro, nós ainda estamos com a sorte de ter o representante da Capes aqui presente, ou seja, a pessoa que manifesta o consenso existente na área sobre a pós-graduação. A apresentação de estudos realizados na região e sobre a região está nas nossas sessões ordinárias, onde a gente tem uma estrutura tradicional dos encontros acadêmicos do Brasil e que, pelo número de trabalhos inscritos aqui, mostra o dinamismo dos centros de pós-graduação, não apenas do Nordeste, mas o interesse que a região desperta em outras áreas e até fora do País, em suas temáticas mais relevantes.

Tivemos 202 trabalhos submetidos para este Encontro, o que, para mim, foi uma surpresa, exatamente porque é o primeiro contato que estou tendo com este outro lado, que é o da organização, onde a gente passa a perceber a qualidade, a perceber de forma mais concreta a concorrência, o que realmente está acontecendo nos centros de pós-graduação, sobretudo da região, porque a maioria dos trabalhos é do Nordeste.

Todavia, não são apenas trabalhos dessa região, todas as regiões estão representadas tanto na submissão quanto na aprovação dos trabalhos. Percebe-se também um crescimento do número de submissões. Eu peguei os dados dos últimos três anos e tivemos 163 trabalhos apresentados em 2008, 212 em 2009 e 202 em 2010.

Percebemos que está havendo uma estabilização acima de 200 trabalhos, o que é excelente. Do ponto de vista da Anpec, temos a instituição nacional e dois grandes encontros de caráter regional, que são os encontros do Sul e do Nordeste, além do estímulo a esses encontros de caráter regional, pois a importância que a Anpec nacional dá a esses eventos é enorme.

Não é à toa que estamos, eu e o meu adjunto aqui, o professor Roberto Ellery, exatamente para conhecer, para nos colocarmos à disposição dos coordenadores para conversar sobre pós-graduação na região. Ou seja, a nossa participação não se resume à questão da apresentação de trabalhos, mas, sim, a criar um espaço para discussão, consolidação e avanço da pós-graduação na região.

É fundamental que os centros novos estejam presentes e que tenhamos espaço para construir novas parcerias entre os vários centros, parcerias estas que se manifestam em linhas de pesquisa etc. Uma outra característica dos dois encontros regionais, o do Nordeste e do Sul, é que as características básicas da Anpec estão presentes. Ou seja, nós queremos e privilegiamos a diversidade. Nós temos cinco áreas, que são: Economia Regional, Economia Rural, Métodos Quantitativos, Economia Política, História Econômica e Economia do Trabalho e Social.

Temos não só uma perspectiva de diversidade temática, de forma que todos os centros se incluam pelas linhas de pesquisa, mas também há uma preocupação clara na composição das comissões científicas, no sentido de privilegiar a diversidade teórica, a diversidade de abordagem, que é possível dentro de cada uma destas áreas.

Eu diria que é uma parceria de extremo sucesso, que se inicia com o professor Antonio Maria da Silveira, e que eu tenho certeza que engrandece tanto o Fórum BNB de Desenvolvimento quanto a Anpec.

Ou seja, você ter esta associação de uma discussão mais voltada para aspectos de política econômica e de interesse das linhas de pesquisa do Banco, com uma discussão de caráter mais acadêmico da Anpec, certamente é algo que contribui para as duas instituições avançarem e, sobretudo, colabora para que o sistema de pós-graduação e a política de Ciência e Tecnologia – a área de Economia, especificamente –, avancem, cresçam e se desenvolvam tanto no que diz respeito à região quanto no que diz respeito à Anpec Nacional, que tem muito o que aprender e o que compartilhar com o fórum de coordenadores da região Nordeste.

Desejo um excelente encontro a todos nós. Esperamos que as discussões se desenvolvam bem nesses dois dias.

Mestre de cerimônias

Honram-nos com suas presenças neste recinto o senhor secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda, professor Nelson Barbosa, e os senhores

membros do Conselho de Administração do BNB, Augusto Akira Shiba e Álvaro Larrabure.

Registro ainda, neste auditório, a presença da senhora Eveline Barbosa, presidente do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

Senhoras e senhores, ouviremos em seguida a palavra do senhor presidente do Banco do Nordeste, professor doutor Roberto Smith.

Roberto Smith

Queria cumprimentar todos e todas e, especialmente, a professora Adriana Amado, que é secretária executiva da Anpec, essa instituição parceira que já nos acompanha por 15 anos. É a primeira vez que a Adriana está aqui conosco.

Eu queria cumprimentar o nosso prezado amigo Antônio Henrique, secretário de Acompanhamento Econômico e presidente do Conselho de Administração do Banco do Nordeste; doutor Nelson Barbosa, secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; doutor Cláudio Frota, superintendente em exercício da Sudene e funcionário do Banco do Nordeste; nossa amiga Zilana Ribeiro, ouvidora da Capef e membro do Conselho de Administração do BNB; o senhor professor e amigo Ladislau Dowbor, professor da PUC; o professor Chico Ramos, representante da Área de Economia da Capes.

Também queria cumprimentar o assessor do BNDES, doutor José Carlos de Assis, e nosso prezado presidente do Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste e ex-presidente do BNB, doutor João Alves Melo, em nome do qual cumprimento os demais representantes do Comitê de Auditoria do Banco.

Cumprimento ainda o diretor do Banco da Área de Gestão do Desenvolvimento, José Sydrião de Alencar Junior; o diretor na Área de Recursos de Terceiros, Emílio Gazzana; o diretor da Área de Controle e Risco, Luiz Carlos Everton; o diretor da Área Financeira e de Mercado de Capitais, doutor Oswaldo Serrano; o diretor da Área Administrativa e de Tecnologia da Informação do Banco, Stélio Gama Lyra Junior; o diretor da Área de Negócios, Paulo Sérgio Ferraro; o superintendente do Etene, José Narciso Sobrinho – em nome do qual cumprimento os demais superintendentes do Banco do Nordeste e todos os funcionários aqui presentes.

Queria, enfim, cumprimentar todos os colegas economistas, professores, estudantes e demais autoridades aqui presentes, todos aqueles que se dedicam firmemente à reflexão e à prática do desenvolvimento, que é realmente o tema central que nós estamos abordando.

Nós estamos no XVI Fórum BNB de Desenvolvimento, que, logo após a sua primeira edição, começou a contar com a presença, apoio e parceria da Anpec. Então, nós estamos comemorando o XV Encontro Regional de Economia, que tem uma

participação bastante avantajada, devendo contar com trabalhos muito importantes, que serão aqui expostos.

Toda essa valorização do trabalho de reflexão encontra no Banco do Nordeste, que é um banco de desenvolvimento, um vetor de ajustamento entre a teoria e a prática, porque elas precisam se cruzar. Isso tem sido muito importante. Dentro do Banco do Nordeste, eu ressaltaria todo o esforço que vem sendo realizado, sobretudo pelo Eteno, no sentido de que possamos trabalhar fortemente com avaliação de políticas públicas das quais somos partícipes.

Nós entendemos que a avaliação, sobretudo, precisa ser externa e, para isso, nós temos contado com o decisivo apoio de entidades e de universidades que se encarregam dessa reflexão. Quando se abre esta perspectiva de disponibilizar dados e informações, nós – que pugnamos na área de pesquisa –, sabemos que é isso o que traz a felicidade do pesquisador, quando ele tem realmente um manancial de dados que se abrem para avaliação.

No Banco, muitas vezes estamos bastante enfronhados no nosso objeto de trabalho e perdemos um pouco a dimensão dos reais efeitos daquilo que está sendo feito, sobretudo, em se tratando do desenvolvimento do Nordeste. Entendemos que isso se torna necessário e tem sido um fator que tem-nos referenciado em cima de coisas de que nós não estávamos dando conta, da real atuação dessas políticas públicas, das quais somos partícipes.

De forma que eu fico muito satisfeito de poder estar aqui com vocês. Eu acabei de voltar de férias, tirei uma semana de descanso. Temos um trabalho muito intenso aqui e voltei correndo, andando mais de dois mil quilômetros. Estive na Chapada Diamantina. A gente sai de férias, mas não deixa de olhar o que está acontecendo com o desenvolvimento no Nordeste. Ao passar em Salgueiro, vemos toda aquela efervescência em torno de obras da construção da Transnordestina, o volume de tráfego... Eu estava fazendo um comentário agora com o Nelson (Nelson Henrique Barbosa Filho – secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda) sobre o volume do tráfego de máquinas e equipamentos pesados que têm-se transportado nas nossas rodovias, ou seja, há uma efervescência muito grande, mas, para nossa felicidade, ela atinge também o microcosmo.

Por exemplo, andando numa praça em Lençóis, deparei-me com o anúncio do Banco do Nordeste em um alto-falante, chamando para cursos preparatórios para a área de desenvolvimento cultural. Quando fui ver, era um rapazinho arrastando um daqueles carrinhos com alto-falante, no qual estava gravada toda essa propaganda para a admissão nos cursos, para que as pessoas possam se preparar para participar dos editais de cultura do Banco do Nordeste.

Também, quando fui a uma feira em Mucugê, conversando com feirantes, sabendo se eles contratam agricultura familiar e tudo mais, ou ainda passando

no local em que tinha uma feira, onde se prestava agradecimento pela participação do Banco do Nordeste no financiamento de gado... Vemos que esse microcosmo do desenvolvimento atravessa todas as dimensões e esta é realmente a função do Banco do Nordeste, que atende ao grande e ao pequeno, sendo um banco que, hoje, é partícipe de todo o grande processo de revigoração da nossa economia. Fomos partícipes na passagem da crise que nos assolou, pois o Banco teve um papel muito importante, sobretudo, dentro da sua atuação no Nordeste.

Acredito que o mais importante no que diz respeito ao que estou colocando é que essa parceria entre a Anpec e o Banco do Nordeste, essa estruturação do Encontro Regional de Economia, sobretudo, traz esse amálgama entre teoria e prática dentro do que achamos ser revigorante e importante, afastado de fundamentalismos teóricos e numa perspectiva que foi ressaltada pela Adriana, que é a de abordar a diversidade de pensamento e de tratamento da teoria, dentro também da questão da diversidade do desenvolvimento, que ainda traz o Nordeste como palco de algo muito grande a ser estruturado, a ser construído.

Quando nós assumimos o Banco, há quase oito anos, os relatórios diziam que o nosso principal *funding*, o Fundo Constitucional, não era aplicado por falta de demanda, de investimento. Hoje, nós atravessamos todo um processo no qual os nossos problemas são justamente em como contemplar a enorme demanda de investimentos que assola a região, dentro de um processo de escolhas importantes e bem estruturadas que levem realmente ao desenvolvimento, que é o que está ocorrendo, essa recuperação da defasagem que existiu entre o Nordeste e a média nacional.

O Banco do Nordeste ainda está no epicentro e é muito justo que possamos caminhar juntos com a Anpec nesses encontros regionais. Acredito que o tema escolhido, “O papel do Nordeste no novo contexto do País”, é extremamente importante também, porque não só nas fases de depressão a temática é muito cuidadosa mas também na fase de crescimento, uma vez que é preciso haver um conteúdo de reflexão bastante aprofundado, porque o crescimento também traz problemas.

Aqui no Banco do Nordeste, sabemos que o crescimento é acompanhado de um esforço muito grande em termos de governança, de manutenção dos nossos padrões, e com relação a um melhor atendimento do crédito. Porque crédito mal dado também é problema de longo prazo. E ainda enfrentamos os problemas de longo prazo herdados há décadas, mas que estão espelhados nos nossos resultados e não queremos mais isso.

Hoje, o Banco tem índices de inadimplência bastante rebaixados, mostrando realmente que nos defrontamos com um empresariado dotado de muito maior maturidade e que os efeitos da melhor distribuição de renda se fazem sentir em todo o processo.

Eu, que venho da Universidade, tenho essa enorme satisfação de poder ter visto as coisas de um lado e, depois, estar presente do outro lado, onde temos que fazer acontecer. E o Banco faz acontecer, mas este fazer não pode desprezar sempre a reflexão crítica e a reflexão teórica, para que possa haver um ajustamento e possamos caminhar por bons caminhos.

Queria dizer que este Encontro traduz uma enorme riqueza de contribuições, por conter um conjunto muito grande de trabalhos que serão apresentados, premiações, os apoios que o Banco do Nordeste vem dando, lançamentos de trabalhos editados... Enfim, todo um conjunto de acontecimentos que fazem com que ele seja um encontro rico. Que nós estejamos em casa, enquanto colegas e futuros colegas, debatendo aquilo que é mais significativo e importante para nós, que é o desenvolvimento do País e, no desenvolvimento do País, o desenvolvimento do Nordeste.

Muito obrigado.

Mestre de cerimônias

Conforme registrado na abertura deste evento, o Encontro Regional de Economia, realizado pela primeira vez em 1996, fruto da parceria BNB–Anpec, chega a sua décima quinta edição e a organização deste evento, nesta data singular, presta justa homenagem a um dos incentivadores desta parceria e idealizador do encontro: o professor Antônio Maria da Silveira, que faleceu em 22 de outubro de 2006.

Para nos apresentar uma breve biografia do homenageado, convido ao palco um dos precursores desse encontro, professor Francisco Ramos, na época coordenador do Pimes, na Universidade Federal de Pernambuco. Enquanto será apresentada a biografia, também estará passando nos telões um breve vídeo, sem áudio, trazendo imagens do professor Antônio Maria em sua participação no Encontro Regional de Economia, nos anos de 1996 e 1997, aqui no BNB.

Convido, portanto, o professor Francisco Ramos.

Francisco Ramos

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, doutor Roberto Smith, e secretária executiva da Anpec, professora Adriana Amado, em nome de quem eu cumprimento todos os funcionários, técnicos, autoridades e pesquisadores aqui presentes.

Eu gostaria de iniciar falando sobre essa iniciativa do Banco do Nordeste do Brasil de fazer esta justa homenagem ao professor Antônio Maria da Silveira, falecido em 2006. E quero ressaltar que considero uma grande honra para minha humilde pessoa ter sido escolhido para fazê-la.

Hoje, estamos iniciando o XV Encontro Regional de Economia. Provavelmente, temos aqui toda uma geração de jovens pesquisadores que, talvez, não tenha

ouvido falar no professor Antônio Maria e em sua importância para a realização desses encontros regionais.

Há uma excelente biografia realizada pelos professores Fábio Freitas e Carlos Lopes, ex-alunos do professor Antônio Maria, publicada na Revista de Economia Contemporânea em janeiro/abril de 2007, bem como uma nota de falecimento publicada na Revista Brasileira de Economia em janeiro/março do mesmo ano.

Eu vou me reportar algumas vezes a trechos dessa biografia escrita pelos professores e ex-alunos do professor Antônio Maria. Nela, registra-se que Antônio Maria, desde a infância, mostrou vocação para o Magistério, algo que, para ele, se tornou evidente nas aulas particulares de matemática ministradas desde os 13 anos de idade.

Graduou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica na UFMG, em 1963. Em 1964, ingressou no ITA, Instituto Tecnológico da Aeronáutica, como auxiliar de ensino na divisão de Engenharia Mecânica. Em 1966, partiu para a pós-graduação nos Estados Unidos, na GSIA (Graduate School of Industrial Administration) da Universidade de Carnegie-Mellon, cumprindo o mestrado em Administração (em 1969) e o doutorado em Economia (em 1971), tendo como orientador Allan Meltzer, um dos maiores expoentes da Escola Monetarista.

Foi professor da EPGE, na FGV, Rio de Janeiro, durante 18 anos; professor no mestrado em Administração da Fundação João Pinheiro (de 1976 a 1983); na graduação em Economia da UGMG (de 1977 a 1987); e na graduação e pós-graduação em Economia da UFRJ (de 1987 a 1995).

Como professor visitante, ministrou cursos na Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal da Bahia.

Em sua passagem por Cambridge, no pós-doutorado, no final da década de 80, dedicou-se ao estudo da literatura clássica em Economia. Conforme Fábio Freitas e Carlos Lopes, nesse período, ele sai em busca do conceito de Vício Ricardiano – o hábito dos economistas de ignorarem os elementos não-econômicos que afetam as questões de política econômica.

Desenvolvendo esse conceito, propõe a Indeterminação de Sênior, assim definida por seu autor:

As proposições da economia pura, não importando as generalidades ou verdades de que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia social positiva entrelaça teorias econômicas puras e todas as ciências sociais, mas com relevância variável. Conclusões normativas – sob a forma do que não pode ser feito – são deriváveis de proposições da economia social, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades de cada caso.

O professor Antonio Maria foi ainda assessor de instituições financeiras, como Citibank e Banco Multiplic, tendo publicado as edições Multiplic. Também foi editor da Revista Brasileira de Economia (RBE). Conforme disse antes, estes pontos estão bem colocados nos documentos da Revista de Economia Contemporânea e Revista Brasileira de Economia.

Uma consulta ao seu Lattes, atualizado pela última vez em 17 de agosto de 2004, mostra que Antônio Maria foi autor de diversos *papers* – publicados em periódicos qualificados, nacionais e internacionais –, capítulos de livros, bem como orientador de dissertações e monografias.

Presidiu ainda a Comissão de Especialistas em Economia da Secretaria de Ensino Superior (Sesu) do Ministério da Educação, tendo elaborado a proposta de novas diretrizes curriculares para o curso de Economia. Entretanto, hoje, vou-me deter um pouco em sua passagem pela Anpec e seu papel pioneiro no Programa de Renda Mínima.

As diversas contribuições do professor Antônio Maria na área de Economia foram reconhecidas pela comunidade acadêmica, tendo sido eleito secretário executivo da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec), para o período de 1996/1998.

Neste período, assumi o cargo de coordenador da pós-graduação do Pimes. Conheci-o na primeira reunião coordenada por ele, em abril de 1996, no Rio de Janeiro. Desta primeira reunião, pode-se dizer tudo, menos que foi apática. Aliás, na presença do professor Antônio Maria, uma coisa que não se podia fazer era ficar apático. Com seu estilo socrático, provocador, ele sempre fazia perguntas desprentensiosas, sutis como uma patada de elefante.

Na primeira reunião do conselho deliberativo coordenada pelo professor, percebi claramente o embate que se seguiria nos próximos dois anos. O homem não ficava quieto. Nesta mesma reunião, nos intervalos, foi discutida a necessidade de um encontro envolvendo pesquisadores da região Nordeste.

O professor Antônio Maria imediatamente comprou a ideia e foi fortemente apoiado pelo doutor Osmundo Rebouças, então, um dos diretores do BNB. Fui designado junto ao professor João Damásio, coordenador do Programa de Pós-graduação da Bahia, e professor Ivan Castelar, coordenador da Pós-graduação do Caen, para uma reunião com o doutor Adriano Sarquis, então, superintendente do Etene.

Sáimos da reunião com o encontro formatado e total apoio do BNB, tendo sido delegada ao Caen a seleção dos *papers*, no que foram muito felizes, surgindo daí o primeiro Encontro Regional, em 1996. Foi um sucesso. Serviu como aproximação entre os pesquisadores do Nordeste, advindo daí várias parcerias entre os pesquisadores e os programas da região.

Aliás, eu não posso deixar de citar que pessoas mais ao Sul aventaram a hipótese de que não deveria haver a chancela da Anpec nesse tipo de encontro regional, mas o evento foi um sucesso. E em 1998, inspirado na nossa experiência, foi criado o encontro da região Sul.

Quando veio a mudança da gestão federal, tendo assumido o governo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ocorrendo todas as mudanças nos órgãos públicos, ficamos preocupados com a manutenção do apoio do BNB. Nesse período, eu havia sido eleito para a secretaria executiva da Anpec, tendo como adjunto o professor Antônio Henrique Pinheiro da Silveira, que, ao longo dos anos, se tornou para mim mais que um amigo: um irmão.

Nossa primeira ação foi agendar uma reunião com o novo presidente do BNB, professor Roberto Smith. A recepção não poderia ter sido melhor. Saímos da reunião com a tranquilidade assegurada de que o BNB considerava o Encontro muito importante para a região e que a parceria continuaria. E estamos hoje no décimo quinto Encontro.

Para os jovens pesquisadores que hoje abrilhantam este décimo quinto encontro, gostaria de deixar a lição de tolerância do professor Antonio Maria. Ele foi um grande defensor do pluralismo teórico e metodológico. Conforme ressaltado por Fábio Freitas e Carlos Lopes, ele sempre se posicionou fortemente contra as visões excludentes, que, frequentemente, ganham ímpeto na comunidade acadêmica em Economia.

Este posicionamento marcou sua passagem pela Secretaria Executiva da Anpec. Conforme ressaltado pelos autores, quando nela chegou, estava em curso mais uma tentativa de implantação de um projeto acadêmico excludente a partir da Anpec, em que era proposto, entre outras coisas, o desligamento de Centros de Pós-graduação em Economia, segundo um critério de desempenho.

Antônio Maria reagiu consolidando e aplicando o princípio de que a Anpec tem o papel de promover o ensino da Pós-graduação em Economia no Brasil e não de atuar como mais um órgão voltado para a fiscalização, certificação e avaliação deste campo.

Conforme registram Fábio e Carlos, ao longo da vida de pesquisador, dois temas foram gradativamente ocupando espaços na agenda do professor Antônio Maria: as limitações envolvidas na aplicação da teoria econômica à realidade e a erradicação da pobreza. O primeiro o levaria à filosofia econômica. Já o segundo, à defesa pioneira dos programas de renda mínima.

E foi em um artigo de 1975, publicado na Revista Brasileira de Economia e intitulado “Redistribuição de renda”, que Antônio Maria introduziu no Brasil a proposta de um programa de renda mínima, com o objetivo de reduzir a pobreza por meio da transferência de renda para as famílias mais pobres.

Por vários anos ele foi um defensor incansável da implantação do “Programa de Renda Mínima”. Virou assunto permanente em suas aulas, conferências e artigos. Em 1991, colaborou com o senador Eduardo Suplicy no Projeto de Lei que propunha o estabelecimento desse Programa no Brasil.

Volto ao texto de Fábio Freitas e Carlos Lopes, que relatam com precisão os argumentos do professor Antônio Maria. Ele argumentou a favor do princípio de que o Programa deve ser universal e não condicionado a contrapartidas por parte dos beneficiados. Em sua concepção, a renda mínima é um direito do cidadão e não um instrumento para incentivar determinados comportamentos.

Aos que argumentavam que a renda mínima sem contrapartida desestimula o trabalho, Antônio Maria retrucava, inspirado em Herbert Simon, que o ser humano possui aspirações crescentes. Em sua visão, o argumento estava baseado em um preconceito contra os mais pobres, já que diversas outras formas de transferências de renda dissociadas de esforço, herança, por exemplo, são aceitas pela sociedade sem contestação.

Três décadas depois do artigo do professor Antônio Maria, existem programas de renda mínima em todas as esferas de governo e o Bolsa Família consolidou-se como política social. No requerimento ao Senado Federal para a inserção em ata do voto de pesar pelo falecimento do professor Antônio Maria, o senador Eduardo Suplicy coloca trechos de uma entrevista do professor à revista Cultura Vozes, de março/abril de 2002, dedicada ao tema Programa de Renda Mínima e Bolsa Escola.

Nela, Antônio Maria comenta a importância do seu artigo de 1975, que preconizava as políticas de transferência de renda no combate e erradicação da miséria e da fome. Pergunta da Cultura Vozes: “Sabemos que nos anos 70, numa entrevista à revista Visão, o senhor defendia a erradicação da miséria através de uma transferência governamental em dinheiro. Naquela época já havia a ideia de uma redistribuição mais justa dos recursos arrecadados pelo governo de forma a atingir a população de baixa renda?”.

Resposta do professor:

“Não em dinheiro. Voltei do doutoramento nos Estados Unidos em 1971 já defendendo com firmeza esta causa. Felizmente, era professor do ITA e monetarista, pois estava no governo do general presidente Médici. Digo isto porque ficava difícil acusar-me de comunista ou submeter-me a alguma represália aberta. Felizmente, também já estava na FGV do Rio quando terminei meu primeiro trabalho, publicando-o em 1975, depois de apresentá-lo em seminário de pesquisa de algumas escolas e institutos. O desconhecimento era tal que foram apresentações que se degeneraram em discussões, a não ser na FGV de São Paulo, onde Suplicy, Bresser, Nakano e os demais colegas proporcionaram-me um belo debate acadêmico.

Suplicy foi o único colega que me apoiou efetivamente então, apresentando-me na Visão e na Folha de São Paulo. Alguns fecharam-me portas, muitos passaram a gozações. Em um seminário na Escola Superior de Guerra, Simonsen chamou-me de lírico, ao responder a um ex-colega do ITA, que sugeriu a adoção do Renda Mínima, apoiado em meu trabalho. Gostei. Afinal, Simonsen era barítono. O sério na época era o *slogan* da espera pelo crescimento do bolo. Ou pior: o erro de que o crescimento erradicaria automaticamente a miséria. Não tinham essas saídas comigo, pois voltava dos EUA, onde seus assemelhados diziam o mesmo, apesar do bolo lá ser por demais crescido”.

Eu não poderia concluir sem contar algum caso. É uma característica do nordestino. Pois bem! Em 1997, o professor Antônio Maria era secretário executivo da Anpec e, na reunião do Conselho Deliberativo, em abril, foi decidido realizar um encontro nacional em Recife, sendo eu o coordenador da Pós-graduação do Pimes.

Foi sugerido pelo professor formar uma comissão local. Comissão formada, íamos iniciar os trabalhos de captação de recursos e organização. Entretanto, numa reunião seguinte, do Conselho Deliberativo, tensa, com todo o embate entre monetaristas e neomonetaristas, pós-keynesianos e neokeynesianos, clássicos e neoclássicos, pós-neoclássicos, o professor Antônio Maria teve uma proposta não aprovada e, imaginando que eu estava entre os contrários à sua proposta, destituiu de uma só penada a comissão local.

Entretanto, sendo ele uma pessoa de caráter justo e generoso, logo percebeu que não foi bem assim. Começamos a trabalhar conjuntamente e tivemos um belo encontro nacional no Recife.

Posteriormente, nos aproximamos mais e, tendo eu sido eleito secretário executivo da Anpec para 2002/2004, fui convidado a visitar Uberlândia. O professor Antônio Maria, então professor visitante, ficou de me receber, estando a minha chegada prevista para meia-noite. O voo atrasou, teve problemas e só fui chegar de ônibus às cinco da manhã, ainda preocupado para onde ir.

Pois bem, lá estava firme e forte o professor Antônio Maria. Ao cumprimentá-lo, disse que ele não precisava ter acordado tão cedo para me esperar. Ao que ele respondeu: “Mas não fui dormir. Cheguei aqui à meia-noite, fui avisado do atraso e que você só chegaria às cinco da manhã. Daí, fui para um barzinho bebericar uma cervejinha para lhe esperar”. Este era o espírito do professor. Bom, trata-se de uma pessoa que só conseguimos recordar com alegria, principalmente se nos lembrarmos de sua risada característica.

Por todo esse histórico, talvez seja o caso – e não poderia deixar de provocar –, de se pensar em um “Prêmio Professor Antônio Maria” para trabalhos criativos voltados à redução da pobreza.

Muito obrigado. Agradeço a todos vocês.

Mestre de cerimônias

Neste momento, convido o presidente Roberto Smith para fazer a entrega da placa de homenagem póstuma do professor Antônio Maria da Silveira ao seu filho, professor doutor Antônio Henrique Pinheiro da Silveira, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e presidente do Conselho de Administração do Banco do Nordeste.

LANÇAMENTO DE LIVROS

Senhoras e senhores! Como acontece anualmente, o Banco do Nordeste sente-se honrado em promover o lançamento de uma série de publicações que visam mostrar a produção técnico-científica desenvolvida pelo BNB e instituições parceiras.

Para recepcionar no palco os autores, que serão apresentados em instantes, convido o senhor superintendente do Etene, José Narciso Sobrinho.

Serão apresentadas agora as publicações que estão sendo lançadas pelo BNB. Peço aos autores que, à medida que seus nomes forem mencionados, por gentileza venham ao palco.

Livros

“O sistema misto de produção nos assentamentos rurais do Ceará”.

Autores: Verônica Maria Mapurunga de Miranda, Raul Patrício Gastelo Acuña e Geovani Oliveira Tavares.

“Democracia econômica: um passeio pelas teorias”. Segunda edição.

Autor: Ladislau Dowbor.

“Desafios do desenvolvimento econômico”.

Organizadores: Francisco Diniz Bezerra e Camila Vieira de Mendonça.

“Resultados de pesquisas apoiadas pelo Fundeci”.

Organizador: José Maria Marques de Carvalho.

“O Nordeste do Brasil na expansão do comércio chinês”.

Autores: Maria Cristina Pereira de Melo, Carlos Américo Leite Moreira e Alexandre Weber Aragão Veloso.

“Diagnóstico socioagronômico das atividades de uva e banana de Natuba – Paraíba”.

Autores: Edlúcio Gomes de Souza, Cléber Pacheco de Oliveira, Francisca Sou-

za de Lucena Gomes e Edgard Afonso Malagodi.

“Desenvolvimento regional: 50 anos do BNB”. Reimpressão.

Autores: Clonilo Moreira Sindeaux de Oliveira e Pedro Jorge Ramos Viana.

“Nordeste do Brasil: sinopse estatística 2010”.

Autores: Francisco Diniz Bezerra e José Wandemberg Rodrigues Almeida.

“Relatório de resultados e impactos do FNE 2009”.

Série BNB Teses e dissertações:

No 17: “Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia – Ceará”.

Autora: Iraci Soares Ribeiro Maciel.

No 19: “Projeto de economia solidária no BNB: subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR”.

Autora: Margarida Maria Feliciano de Lima.

No 20: “O meio ambiente para pequenas empresas de construção civil e suas práticas de gestão ambiental”.

Autora: Elizabeth Castelo Branco.

Série Documentos do Etene:

No 26: “Identificação de áreas vocacionadas para pecuária de leite e atuação do Banco do Nordeste”.

Autores: Francisco Raimundo Evangelista, Maria Simone de Castro Pereira Brainer e Antônio Nogueira Filho.

No 27: “Mercado de carne, leite e pele de caprinos e ovinos na área de atuação do BNB”.

Autores: Antônio Nogueira Filho, Carlos Alberto Figueiredo Júnior e Arthur Yamamoto.

No 28: “O segmento de pesca marinha na costa do Nordeste – caracterização e mercado”.

Autores: Maria de Fátima Vidal e Marcos Falcão Gonçalves.

Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB:

Nº 8: “Avaliação do Pronaf B no Banco do Nordeste do Brasil S.A.”.

Autores: Jânia Maria Pinho Sousa, Airton Saboya Valente Júnior e Iraci Soares Ribeiro Maciel.

Nº 9: “Metodologia de avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento

do Nordeste”.

Autores: Jânia Maria Pinho Sousa, Philipe Theophilo Nottingham e Marcos Falcão Gonçalves.

Nº 10: “Avaliação da execução, resultados e impactos do FNE/Proatur”.

Autores: Jânia Maria Pinho Sousa, Marcos Falcão Gonçalves, Elizabeth Castelo Branco, Jane Mary Gondim de Souza, José Valdo Mesquita Aires Filho e João Agostinho Teles.

“Revista Conjuntura Econômica: Boletim Conjuntura Econômica, nº 24, janeiro a março de 2010”.

Coordenação técnica: Airton Saboya Valente Júnior e Assuero Ferreira.

“Revista Econômica do Nordeste (REN). Volume 41, nº 1, janeiro/março 2010”.

Editor científico: José Narciso Sobrinho.

Editor técnico: Ademir Costa.

Senhoras e senhores! Teremos agora o lançamento dos CDs:

“Matriz de insumo produto do Nordeste e Estados: metodologias e resultados”.

Autores: Joaquim José Martins Guilhoto, Carlos Roberto Azzoni, Sílvio Masaru Ichihara, Décio Kadota e Eduardo Amaral Haddad.

“Anais 15 anos de Encontro Regional de Economia”, que firma a parceria do Banco do Nordeste e Anpec.

Organizado por Laura Lúcia Ramos Freire e Janaína Saldanha de Carvalho.

E para saudar a todos os autores, convido a usar da palavra, o senhor superintendente do Etene, José Narciso Sobrinho.

José Narciso Sobrinho

Bom dia a todos e a todas! Inicialmente, gostaria de saudar o presidente do Banco do Nordeste, professor doutor Roberto Smith, e Adriana Amado, secretária executiva da Anpec.

Agradecemos aos autores por este trabalho empreendido, pois acredito que foram muitas horas e dias de trabalho para que hoje pudéssemos lançar 21 livros, colocando à disposição da sociedade nordestina e do Brasil todo este elenco de informações que contribuem para o desenvolvimento da região.

Sabemos que o desafio é grande. O tema colocado, “O Papel do Nordeste no Novo Contexto do País”, mostra a preocupação de nós daqui do Nordeste – Academia, centros de pesquisa, Banco do Nordeste e todas as entidades –, e o grande trabalho realizado de forma conjunta para fazermos com que o Nordeste se integre

ao desenvolvimento do País, pois o País só vai crescer se o Nordeste também crescer.

Agradecemos aos autores e desejamos a todos um evento proveitoso, para que possamos sair daqui com grandes reflexões na perspectiva do desenvolvimento regional.

Muito obrigado!

PAINEL I – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

Composição da Mesa:

Roberto Smith – Presidente do BNB (Presidente de mesa)

José Carlos de Assis – Assessor do BNDES

Nelson Henrique Barbosa Filho – Secretário de Política Econômica/Ministério da Fazenda

Senhoras e senhores! O Painel I traz como tema “Política de Desenvolvimento no Brasil e na América Latina”. Para atuar como painelistas, convido à mesa o senhor secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, doutor Nelson Henrique Barbosa Filho. Também convido o painalista doutor José Carlos de Assis, assessor do BNDES.

Senhoras e senhores! Para sua saudação aos painelistas convidados, com a palavra o senhor presidente dos trabalhos à mesa e presidente do Banco do Nordeste, professor doutor Roberto Smith.

Roberto Smith

Gostaríamos, aqui, de agradecer, em nome do Banco do Nordeste e dos organizadores desse encontro, a presença do doutor Nelson Barbosa e do doutor José Carlos de Assis, para que a gente possa iniciar.

A minha ideia é começar imediatamente, para que possamos ter um pouco mais de tempo de debate após as exposições. O doutor Nelson Barbosa inicia fazendo sua exposição.

Nelson Henrique Barbosa Filho

Obrigado, doutor Roberto!

Quero agradecer o convite do Banco do Nordeste para estar aqui nesse evento. Quero cumprimentar o Roberto e, na pessoa dele, todos os demais dirigentes e autoridades aqui presentes. Cumprimentar o colega José Carlos de Assis e também a Adriana, da mesma forma que também cumprimento todos os professores, pes-

quisadores, acadêmicos e estudantes aqui presentes.

Para mim, é um prazer estar no Fórum do Banco do Nordeste mais uma vez. No início do governo do presidente Lula, em 2003, eu fui um dos conselheiros de Administração do Banco do Nordeste. Lembro que, acho que foi em 2007, vim aqui como secretário de Acompanhamento Econômico apresentar o PAC. Naquela época, havia muita dúvida e crítica se o Brasil ia crescer nas metas propostas. Agora, três anos, quase quatro anos depois, a gente já pode ter algumas conclusões mais bem fundamentadas.

Não vou me alongar muito, mas quero registrar que também fui aluno do professor Antônio Maria da Silveira, na mesma turma que o Fábio e o Carlos. Ele sempre foi um exemplo para todos nós. Então, também fico muito feliz em ver essa homenagem ao nosso querido professor.

Vou tentar fazer minha apresentação o mais rápido possível. O tema da mesa é “Política de Desenvolvimento do Brasil”.

Vou começar pela política macroeconômica e apresentar alguns números porque o desenvolvimento não é a política macroeconômica, mas a política macroeconômica faz parte da política de desenvolvimento.

Há um debate recorrente, no Brasil, de quem veio primeiro: o ovo ou a galinha. Se a política é a mesma ou não é a mesma; o que foi feito e o que não foi feito; se há continuidade ou se há mudança.

Eu sempre respondo essa pergunta dizendo que há continuidade e mudança, no que as pessoas ficam assim: “como é possível haver continuidade e mudança?”.

Desde 1999, o Brasil adota o mesmo regime institucional de política macroeconômica. Meta de inflação, câmbio flutuante e meta fiscal. O mesmo regime institucional de política macroeconômica pode ser administrado de modo diferente. Todo mundo aqui que já participou de algum órgão público ou decisão pública sabe que, no dia-a-dia, as decisões que se tomam dentro do mesmo regime institucional podem dar resultados diferentes.

E o que nós temos visto nos últimos anos, principalmente a partir da posse do presidente Lula, é a manutenção do mesmo regime institucional com o direcionamento diferente. Então, o que eu chamo de direcionamento diferente de forma bem objetiva?

Metas de inflação, sim! Você manteve a meta de inflação, só que combinou isso com a aceleração do crescimento numa redução na taxa real de juros. Eu vou mostrar na sequência. Então, não é só a estabilidade da inflação, mas estabilidade da inflação compatível com outro objetivo da política econômica, compatível com a aceleração do crescimento. E nos últimos anos, o crescimento econômico foi colocado como prioridade na agenda de política econômica.

Um reflexo disso é que você tem trabalhado já nos últimos anos com metas de inflação que são críveis, mas são flexíveis o suficiente para que se possam acomodar os choques que, eventualmente, afetam a economia brasileira. É uma mudança que, por si só, parece pouca, mas a diferença a gente viu nos últimos anos, com a aceleração do crescimento, controle da inflação e queda da taxa de juros.

Nós temos a política de câmbio flutuante. É uma política na qual o governo não se compromete com uma taxa de câmbio específica. Mas isto não quer dizer que o governo não opera no mercado de câmbio. O governo opera no mercado de câmbio sem se comprometer com valor específico da taxa de câmbio.

E mais importante: nos últimos anos, o governo vem acumulando um grande estoque de reservas internacionais com a política de câmbio flutuante. Isso faz toda diferença porque reduziu a vulnerabilidade externa da economia brasileira. A mesma política, mas com resultados bem diferentes porque foi privilegiada a redução da vulnerabilidade externa da economia na forma de acumulação de reservas.

Na política fiscal, mantiveram-se as metas fiscais, só que com maior responsabilidade social. Eu não posso deixar de lembrar o professor Antônio Maria, com maior importância para transferência de renda, sobretudo, para combater a pobreza e reduzir as desigualdades na distribuição de renda.

Nos últimos anos, o que nós assistimos no Brasil é o aumento do papel do Estado nessas funções de combate à desigualdade na distribuição de renda, combate à pobreza mantendo as metas fiscais. Então, o mesmo arcabouço de política macroeconômica: meta de inflação, meta fiscal, câmbio flutuante. Decisões que produziram resultados diferentes.

Para ilustrar o crescimento da economia, nesse gráfico (Gráfico 1), você vê uma aceleração no crescimento a partir da adoção do PAC. Esse é o resultado de 2009 e essas são as expectativas de mercado, que preveem uma rápida volta da economia brasileira ao ritmo pré-crise esse ano, bem como uma acomodação nesse ano que vem. Essas não são as previsões do Ministério da Fazenda ainda, porque nossas previsões vão ser enviadas ao Congresso Nacional amanhã (Gráfico 1).

Isso são as expectativas de mercado. De qualquer maneira, qualitativamente, tivemos uma aceleração do crescimento; veio a crise, o crescimento desacelerou e rapidamente, pós-crise, ele volta para um patamar próximo ao verificado antes da crise. Ou seja, a mesma política macroeconômica com maior importância para o crescimento que vem se acelerando.

Inflação! Essa aceleração do crescimento, contrariamente ao que era muito falado quando eu vim aqui em 2007, “será que era possível crescer 5%, 5,5%?”. Muitas pessoas, naquela época, diziam: “isso vai causar um aumento na inflação, o Brasil não pode crescer 5%”. Aí está a meta de inflação. Nós estamos cumprindo

a meta mais uma vez esse ano. Você tem um aumento da inflação esse ano, principalmente por choque de oferta, e a perspectiva é de que a inflação já volte, próximo, pro centro da meta no final do ano que vem. (Gráfico 2)

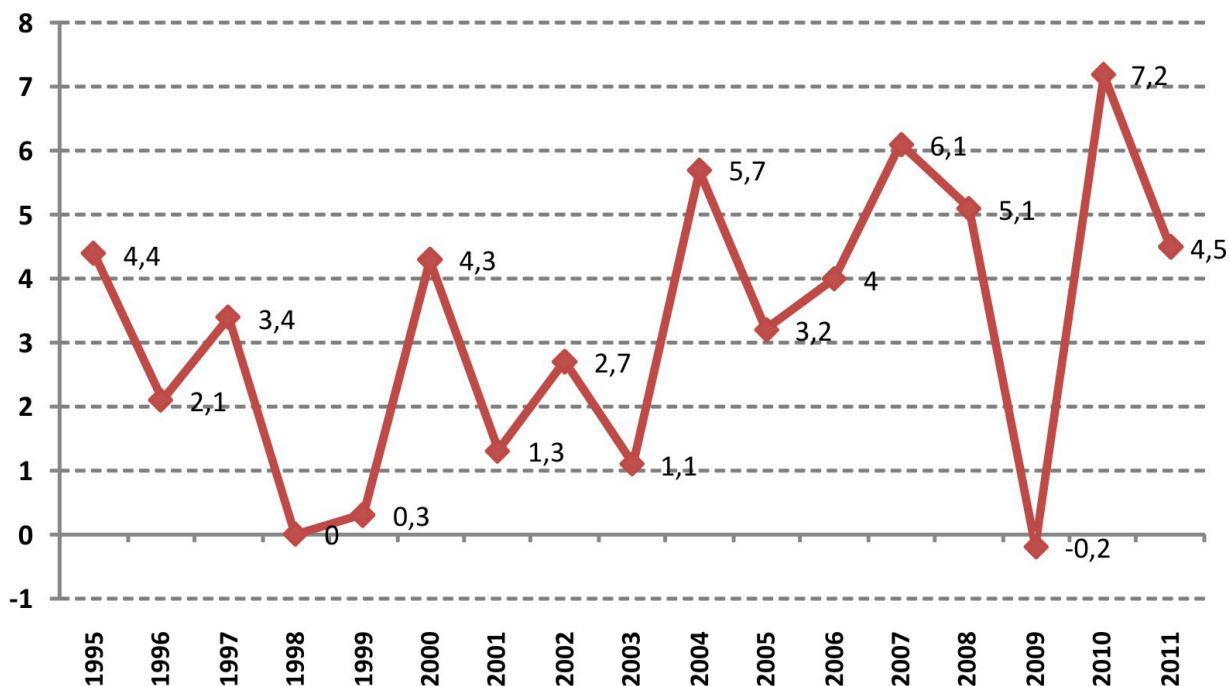


Gráfico 1 - Crescimento do PIB desde 1995 Resultados Efetivos até 2009 e Expectativas de Mercado para 2010-11

Fonte: IBGE. Elaboração: MF/SPE.

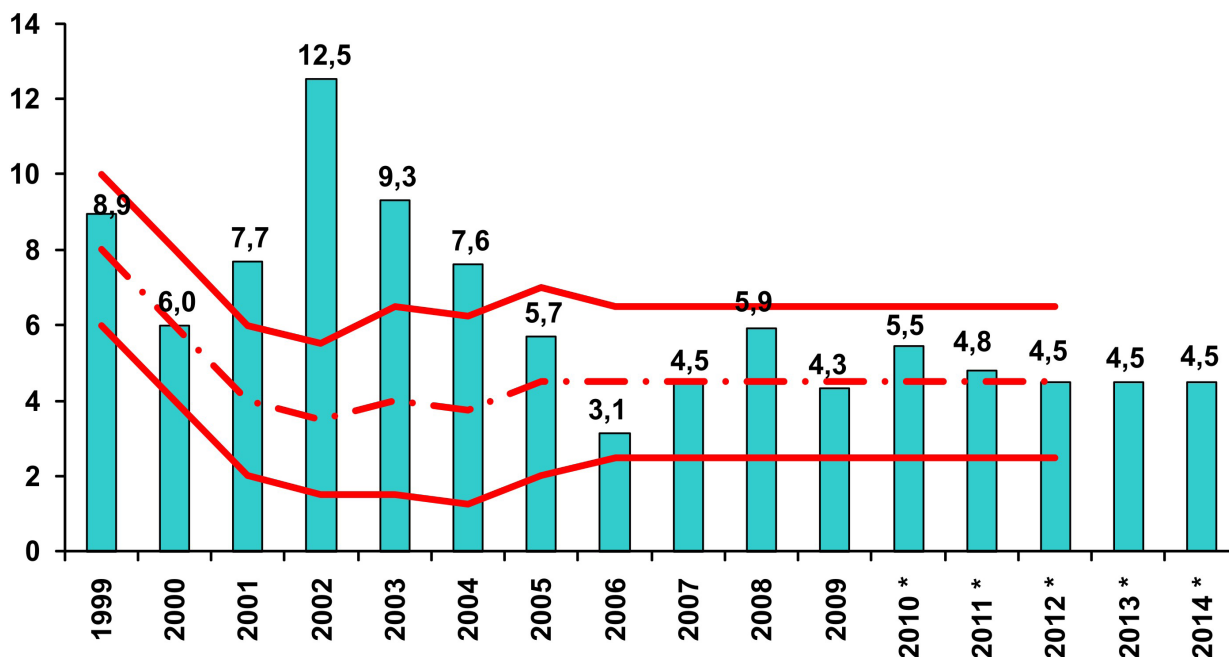


Gráfico 2 - Regime de Metas de Inflação no Brasil (IPCA - var. % acumulada em 12 meses)

Fonte: IBGE, BCB. Elaboração: MF/SPE.

Nota: Focus - expectativas de mercado (09/07/2010).

Já nos últimos anos, desde 2005, o Brasil vem cumprindo a política de meta de inflação, mérito do Banco Central, mérito do governo por ter adotado metas de inflação que são adequadas à realidade brasileira.

A taxa de juros, sempre motivo de polêmica! Existem dois conceitos básicos de taxa de juro real. Tem a taxa de juro real esperada: quanto é que o mercado espera; qual vai ser a taxa de juro; e quanto vai ser a inflação; e tem a taxa de juro real efetiva: você olha quanto que ela foi e quanto que foi a inflação.

Normalmente, nas decisões econômicas, o importante é a taxa real de juros esperada. É essa com que os agentes vão tomar as decisões. Para a distribuição de renda, o que importa é a taxa de juro real efetiva, o que efetivamente foi pago em termos reais. Esse gráfico, normalmente apresenta a taxa real de juros esperada, mas estou mostrando agora a efetiva para a gente ver o que aconteceu com a taxa de juros real nos últimos anos e como ela impacta a distribuição de renda. (Gráfico 3)

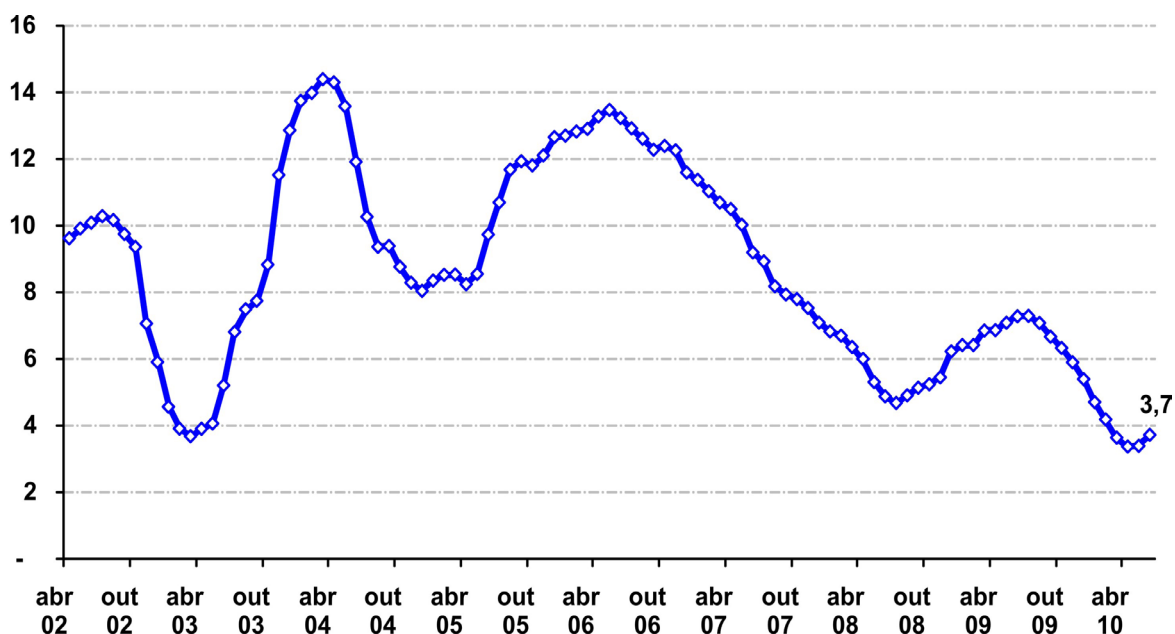


Gráfico 3 – Taxa Real Ex-Post de Juros (% aa)

Fonte: IBGE, BCB. Elaboração: MF/SPE.

Nota: Taxa Selic acumulada em 12 meses / IPCA em 12 meses.

Aquele vale (referindo-se ao Gráfico 3) no início do período é o fim do governo do Fernando Henrique, quando a depreciação cambial aumenta a inflação e a taxa de juros sobe. No início do governo do presidente Lula, você tem um aumento da taxa real de juros para controlar a inflação. Ela atinge um pico, não é?

Naquela época, a taxa nominal foi a 26%, a real foi a 14% e aí, rapidamente, ela cai. No fim de 2005, de acordo com a administração do Banco Central daquela época, há um período de aumento da inflação. A taxa real de juros sobe e, a partir

do segundo trimestre de 2006, há uma queda continuada da taxa real de juros.

Em 2008, com inflação de *commodities*, o Banco Central também responde ao aumento da taxa de juro e hoje nós estamos aqui neste novo ciclo. Essa semana tem reunião do Copom; provavelmente, essa taxa sobe mais um pouco. Mas, o que a gente vê? Ela sobe mais um pouco; dificilmente, ela sobe para o patamar anterior. O que nós temos, nos últimos anos, é uma tendência de queda da taxa real de juros no Brasil, com a aceleração do crescimento e controle da inflação.

O fato é, na minha opinião, que a taxa real de juros no Brasil, hoje, está bem mais baixa do que ela estava no início do mandato do presidente Lula e tudo indica que essa trajetória vai continuar nos próximos anos. Nós podemos ter, talvez, no fim de 2014, uma taxa real de juros bem próxima da verificada em países com indicadores similares.

O câmbio... A taxa de câmbio real efetiva no Brasil, aquela que pondera pelos níveis de preço e pelo comércio exterior. Aqui (referindo-se ao Gráfico 4) é o fim do Plano Real, câmbio fixo. Com fim do Plano: flutuação, crise na Argentina, eleição do presidente Lula. Aí, você vê uma apreciação: aqui vem aquele *boom* de *commodities* pré-crise, a crise 2008/2009. E agora, a apreciação do real: essa linha vermelha é a taxa de câmbio real no início do Plano Real; para colocar como uma referência, a gente está muito abaixo ou muito acima. (Gráfico 4)

Esse outro tema que tem sido objeto de crítica é a política econômica atual, cuja apreciação cambial seria excessiva ou prejudicial ao desenvolvimento da economia brasileira. Na verdade, o que a gente vê hoje é que ela tem um efeito mais prejudicial sobre a indústria; mas, tomando o todo da economia, a economia tem aumentado seu crescimento, aumentado seu investimento, aumentado sua produtividade.

Na taxa de câmbio, acho que ficou provado que, nos últimos anos, é muito difícil você controlar o câmbio. Então, a melhor política que você tem é deixar o câmbio flutuante e se preparar para uma eventualidade de uma crise internacional, ou seja, ter reservas suficientes para enfrentar um cenário mais adverso.

Na verdade, o governo não tem meta para o câmbio; deixa o mercado se ajustar e, aí, se esse câmbio se tornar, se revelar excessivamente apreciado, o que vai acontecer? Ele vai se ajustar. Se ele se tornar autossustentável, esse câmbio apreciado vai acelerar a queda da taxa real de juros no Brasil.

Então, você tem uma estratégia do governo preparada para qualquer que seja o cenário. No passado, se por acaso esse câmbio, essa taxa de câmbio, se revelasse insustentável e houvesse uma correção, o que acontecia? Quebrava o governo no dia seguinte, pois o governo estava endividado em Dólar. Nesse cenário atual que temos, com alto nível de reservas internacionais, o governo está mais protegido em relação a eventuais choques externos.

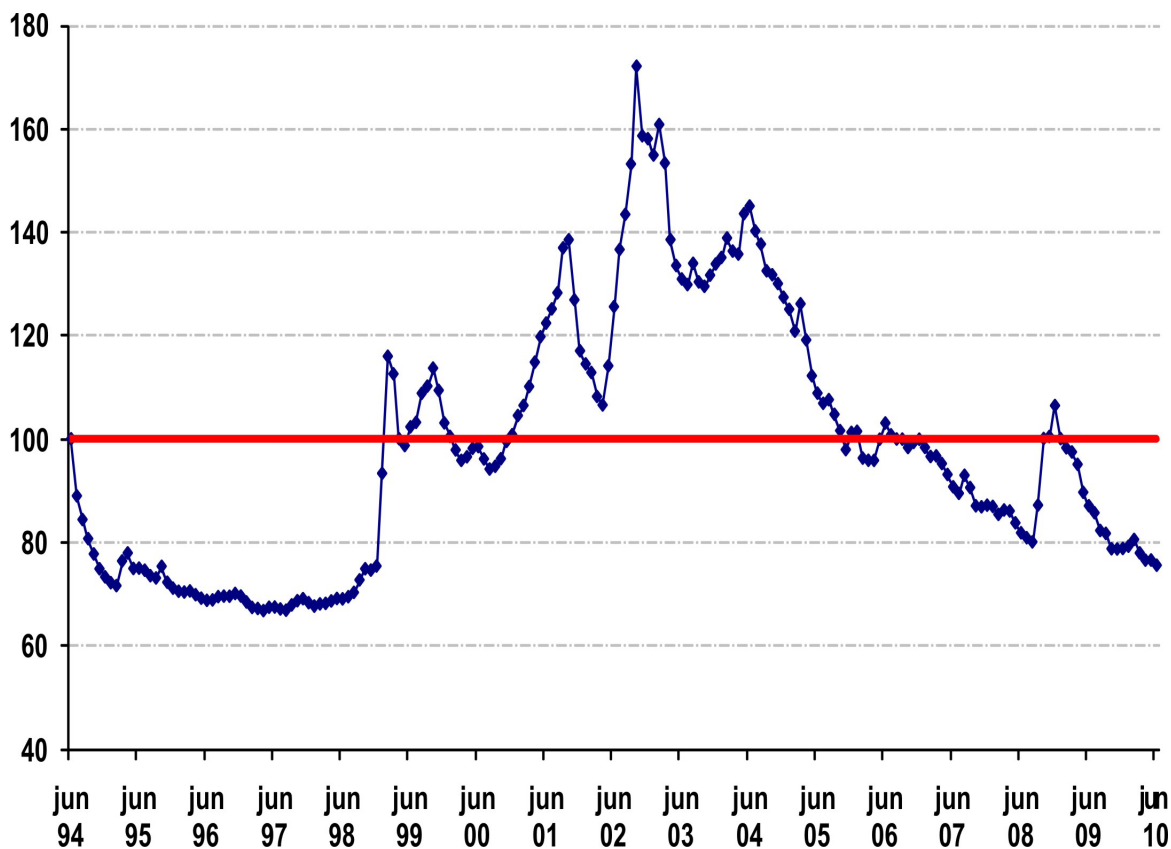


Gráfico 4 – Taxa Real de Câmbio Efetiva (Índice: junho/94 = 100)

Fonte: BCB. **Elaboração:** MF/SPE.

Nota: Média da cotação da moeda brasileira em relação às moedas de 15 países pela participação desses no total das exportações brasileiras para esse grupo de países.

Para mostrar isso, eu peguei quatro momentos do passado em que o Brasil teve o problema de balanço de pagamento. Porque, hoje, algumas pessoas estão preocupadas com um possível aumento muito rápido do déficit de conta corrente. Nós também não queremos aumento muito rápido do déficit de conta corrente. Mas a variável que ajusta isto é a taxa de câmbio. Não é necessariamente uma política governamental.

Então, para analisar a situação atual em relação a outros momentos da nossa história nos quais tivemos problemas no balanço de pagamento, eu fiz essa comparação. Veja esse gráfico (referindo-se ao Gráfico 5): o vermelho é a dívida externa e percentual do PIB; o azul são as reservas internacionais e o verde são as transações correntes. (Gráfico 5)

1974: pós-choque do petróleo, grande déficit em conta corrente, 6,8%. Dívida externa não tão alta e reservas internacionais relativamente altas. Ainda assim, o Brasil teve problemas porque tinha um déficit muito elevado. 1982: crise da dívida externa. O Brasil tinha uma dívida alta, quase nenhuma reserva e um déficit elevado. Moratória da dívida externa, 1987: dívida muito elevada, o déficit de conta corrente não era tão alto, mas não tínhamos reserva, então era um problema de liquidez.

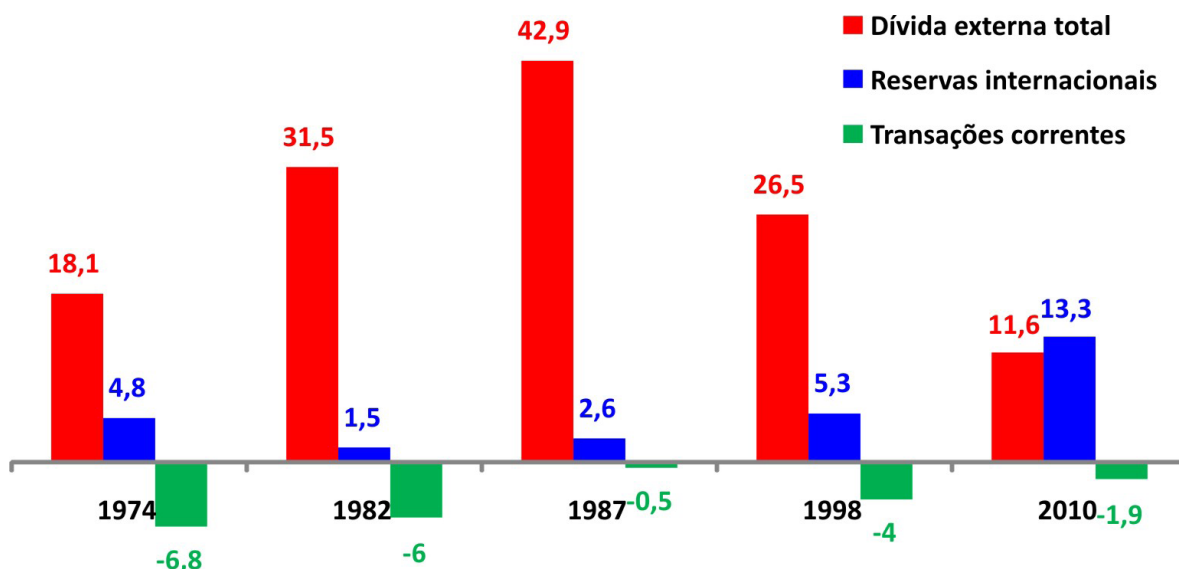


Gráfico 5 – Indicadores Externos (% do PIB)

Fonte: BCB. Elaboração: MF/SPE.

Nota: Posição estimada para maio/2010.

Plano Real. Fim do Plano Real, dívida externa total de 26,5%, não tão alta comparativamente aos anos 80, uma reserva mais alta do que nos outros episódios e um déficit de conta corrente de 4% também no elevado. O problema aqui era que a taxa de câmbio estava fora do lugar, estava muito apreciada.

Hoje, dívida externa 11,6% do PIB. Reservas 13,3% do PIB. O Brasil tem mais reservas do que tem dívidas; então, é por isso que, quando o câmbio deprecia, a dívida pública cai. E o déficit em conta corrente em 12 meses está em 1,9% do PIB. A expectativa neste ano é que ele chegue a algo entre 2,5% ou 3%.

Ou seja, é uma situação bem diferente de momentos passados nos quais o Brasil teve problemas nas suas contas externas. Isso quer dizer que, se houver um problema na Europa, houver um problema nos Estados Unidos, o Brasil não será afetado? Será afetado como todos os países do mundo, mas de maneira muito diferente do que no passado. Hoje, o Brasil está bem menos vulnerável a choques externos do que no passado.

Passando ao lado fiscal, você pode ver no gráfico (referindo-se ao Gráfico 6), o resultado primário do governo aqui em cima e o resultado fiscal, o déficit total do governo aqui embaixo. A soma dessas duas coisas é o pagamento de juros. (Gráfico 6)

Pós-crise. Houve uma queda no resultado primário, que vem se mantendo em 2,1% do PIB, e o déficit público no Brasil está em -3,3% do PIB. Comparado com a nossa história recente, principalmente em 2007 e 2008, o déficit público piorou.

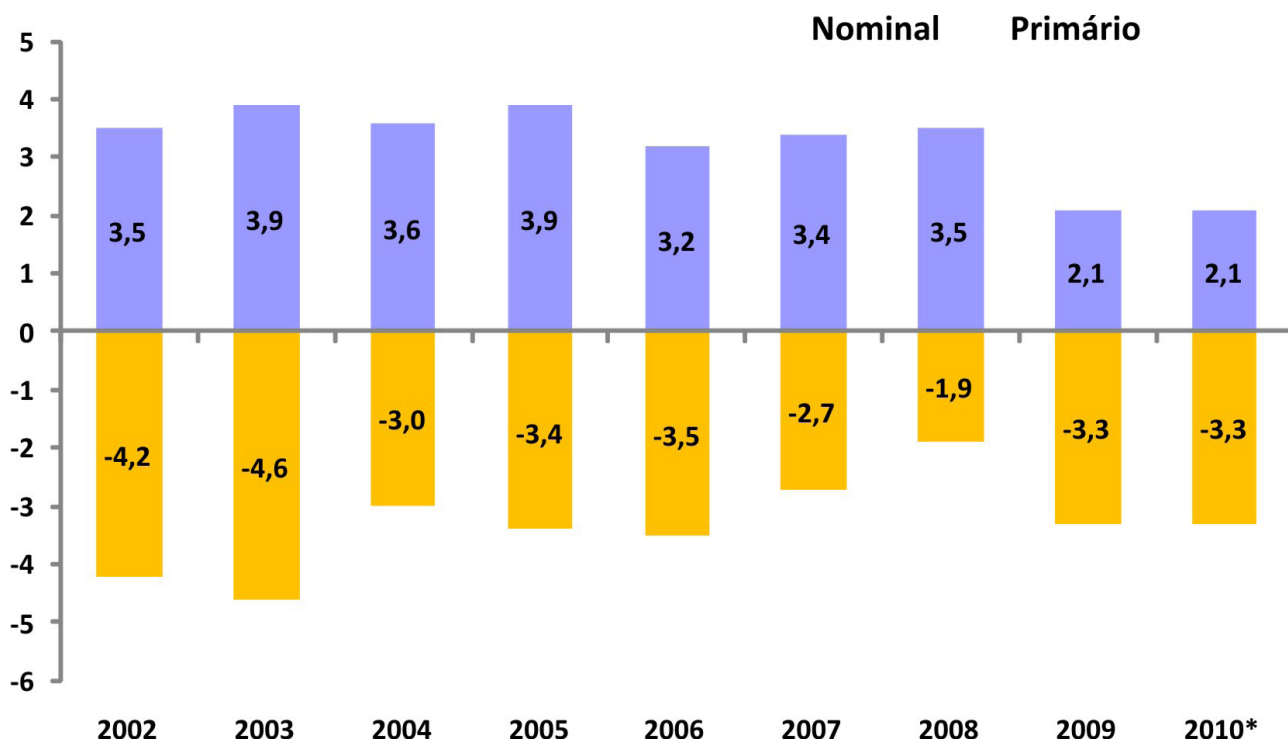


Gráfico 6 – Resultado Fiscal do Setor Público sem Petrobras (% do PIB)

Fonte: BCB. Elaboração: MF/SPE.

Notas: Resultado de 12 meses acumulados até maio/2010.

Comparado com 2003, mesmo depois da maior crise econômica dos últimos 80 anos, o Brasil está com déficit público menor do que ele estava no início do governo do presidente Lula, mesmo em situação bem mais adversa em termos internacionais.

E esse déficit público, comparando com o resto do mundo, é um dos menores. Se você pegar as economias mais avançadas hoje, existe um déficit público nos Estados Unidos na casa de 10%, Inglaterra na casa de 11%, Alemanha na casa de 6%, 5%.

Ou seja, a situação fiscal no Brasil, como em todo o mundo, acomodou os impactos da crise – uma queda no primário e aumento do déficit –, mas esse aumento é perfeitamente administrado. E ela não coloca em risco a evolução da dívida pública.

Essa dívida líquida do Governo Federal vem caindo desde 2002. Aqui em 2008 (referindo-se ao Gráfico 7), ela cai fortemente devido àquela depreciação do câmbio, quando o Dólar se valorizou, o governo teve um ganho de capital, então a dívida foi lá embaixo. Depois, quando o Real se apreciou, a dívida voltou a subir e hoje ela já está 41,4 (Gráfico 7).

Ou seja, a tendência se manteve de queda, apesar daquela resposta fiscal, apesar da redução do superávit primário. Então, o que nós temos nas finanças

públicas é uma tendência de queda da dívida pública, que foi temporariamente desacelerada devido à crise internacional, mas deve ser retomada e já está sendo retomada nesse ano.

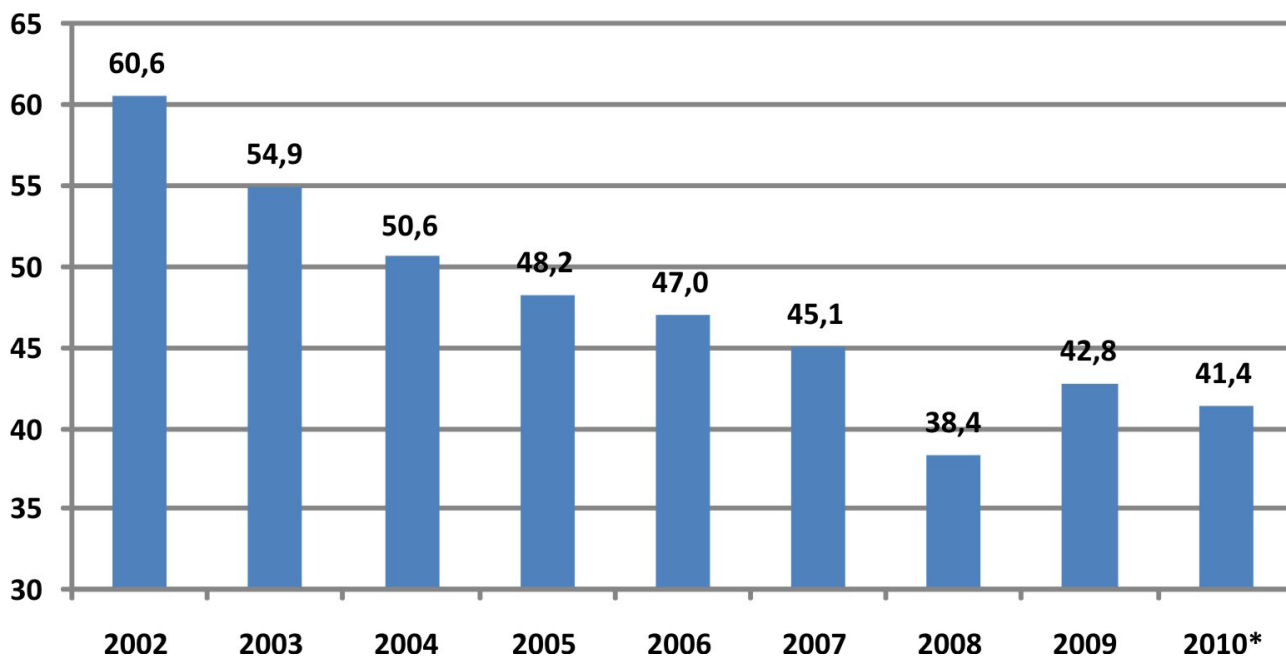


Gráfico 7 – Dívida Líquida do Setor Público sem Petrobras (% do PIB)

Fonte: BCB. Elaboração: MF/SPE.

Nota: Posição de maio/2010.

Lembrando o professor Antônio Maria, o que ele defendia ao longo das últimas décadas... O que houve nos últimos anos foi o aumento do papel do Estado na distribuição de renda. Hoje, 50% do gasto primário do Governo Federal são transferências de renda. A maior política, a maior função do Estado hoje no Brasil é transferência de renda, é reduzir a desigualdade, é reduzir a pobreza.

Nos últimos anos isso deu certo e se criou um círculo virtuoso de crescimento. Isso deu um impulso inicial para o ciclo de crescimento que nós estamos vivendo hoje, mais pessoas entraram no mercado, começaram a comprar mais, aumentou o investimento, aumentou o emprego formal, mais investimento, aumentou a produtividade, o que permite que o salário cresça sem afetar a inflação.

E você teve, junto com isso, o maior aumento do tamanho do mercado também, o que possibilitou a introdução de novos produtos, de novos segmentos, aumento na disponibilidade do crédito que vem gerando essa nova classe média no Brasil, cujos impactos maiores nós vemos especificamente no Nordeste brasileiro. Esse é um gráfico que eu sempre apresento. Está disponível no nosso *site* (Quadro 1).

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receitas Primárias Líquidas	17,9	17,4	18,1	18,8	19,0	19,3	19,4	19,5	19,8
Despesas Primárias	15,7	15,1	15,6	16,4	17,0	17,1	16,6	18,2	18,5
- Pessoal e Encargos	4,8	4,5	4,3	4,3	4,5	4,4	4,4	4,8	4,7
- Transferências de Renda	6,6	7,2	7,7	8,1	8,4	8,5	8,2	9,0	9,0
- Investimentos	0,8	0,3	0,5	0,5	0,6	0,7	0,9	1,0	1,2
- Outras Despesas Correntes	3,5	3,2	3,2	3,5	3,4	3,5	3,1	3,4	3,6
RESULTADO PRIMÁRIO	2,1	2,3	2,5	2,5	2,1	2,2	2,9	1,2	1,3
Receita Líquida menos Transferências	11,3	10,3	10,5	10,8	10,6	10,8	11,2	10,5	10,8
Despesa Primária menos Transferências	9,1	8,0	7,9	8,3	8,5	8,6	8,4	9,2	9,5

Quadro 1 – Resultado Primário do Governo Federal (% do PIB)

Fonte: BCB. Elaboração: MF/SPE.

Nota: Valores acumulados em 12 meses até maio.

Há muita discussão sobre o aumento da carga tributária no Brasil. Então, se você pegar a Receita Primária Líquida, que é o que fica com o Governo Federal, ela salta de 17,9% para 19,8%, de 2002 até aqui, quase dois pontos percentuais aumentaram a carga tributária.

Aí você vai ver a Despesa Primária. Ela salta de 15,7% para 18,5%. Aumentou o gasto. Quando você vai ver que gasto aumentou. Gasto com pessoal: 4,8%, 4,7%. Investimentos: sai de 0,8%. Aumentou o investimento. Outra despesa corrente, que é o gasto custeio: 3,5% para 3,6%.

Qual foi o gasto que aumentou mais? Transferências de Renda: 6,6% para 9%. As transferências de renda no Brasil aumentaram 2,4% do PIB, de 2002 até hoje. A carga tributária aumentou 2% do PIB. Traduzindo do “economês”: o que o governo arrecadou a mais, devolveu à sociedade na forma de transferência de renda.

Por isso, o que a gente chama de Carga Tributária Líquida – que é a carga tributária tirando o que o governo transfere de volta –, ela permaneceu mais ou menos a mesma. É o que está aqui (referindo-se ao Quadro 1): 11,3% em 2002, 10,8% nesse ano.

Todo aumento de carga tributária do Governo Federal foi devolvido à socieda-

de na forma de transferência de renda, na forma de Bolsa Família, Previdência Social, Seguro Desemprego e é isto que vem permitindo a queda da pobreza, a queda da desigualdade e a distribuição de renda.

Agora, tem gente que é contra isso. Diz: “não, tudo bem, vocês devolveram tudo de volta, mas esse aumento da carga tributária distorce as decisões do setor privado, porque com a carga tributária maior, as decisões do setor privado são diferentes, logo piores”.

Eu admito que são diferentes, piores. Depende para quem se pergunta. Depende, permitam-me usar um conceito de economista, mas vai depender de qual função utilidade você está trabalhando. Se você acha que a função utilidade da sociedade brasileira é a sua e você acha que isso é pior, é uma visão sua. Então, você vota na outra pessoa.

Se você, na verdade, dá valor à queda de distribuição de renda, este aumento da carga tributária foi justificado pelos benefícios que ele trouxe para a economia brasileira. Esse é um debate que não é novo; é um debate que tem no Brasil e tende a aumentar, mas é um debate que vem desde o século XVI, da Lei dos Pobres na Inglaterra.

Se você transferir renda para os mais pobres, isso é bom ou é ruim? Tem aquela ideia de que se transferir renda para os mais pobres, os pobres vão trabalhar menos, os ricos vão trabalhar menos, a sociedade vai crescer menos... É uma possibilidade teórica? É, mas pode ser também que o pobre vá comprar mais, leve mais investimento e aumente o crescimento da economia.

O que resolve isso? O mundo real. Quando você olha para o mundo real, no Brasil, o que aconteceu nos últimos anos? Aumentou o investimento, aumentou a produtividade, aumentou o emprego, aumentou o salário, aumentou o crescimento... Ou seja, os dados berram para quem quiser ouvir que esse aumento da carga tributária nos últimos anos, combinado ao aumento da transferência de renda, foi altamente funcional e benéfico para o desenvolvimento do Brasil. Mas, obviamente, quem acha diferente vota em outra pessoa.

Aqui (referindo-se ao Gráfico 8) é a redução da pobreza. Tem uma queda forte no Plano Real: quando cai a inflação, a pobreza cai e fica flutuando entre 25% e 30%. A partir de 2003, a pobreza volta a cair. Esse aqui é o número do Marcelo Neri, pois nós não temos os dados de 2009. Ele fez uma extrapolação que a pobreza vai continuar caindo, ainda que numa velocidade menor esse ano.

A distribuição de renda e o Índice de Gini caindo desde o Plano Real, ou seja, começa com a queda da inflação e continua nos últimos anos, também, uma prova da funcionalidade deste novo papel do Estado. Aqui (referindo-se ao Gráfico 9) é o salário mínimo. O salário mínimo hoje está aproximadamente no nível verificado

no início dos anos 60 em termos reais. Então, o que você teve nos últimos anos foi uma grande política de recomposição do valor real do salário mínimo. Isso aqui é só para ilustrar o que está por trás daquele aumento da transferência de renda. O salário mínimo é um deles. (Gráfico 9)

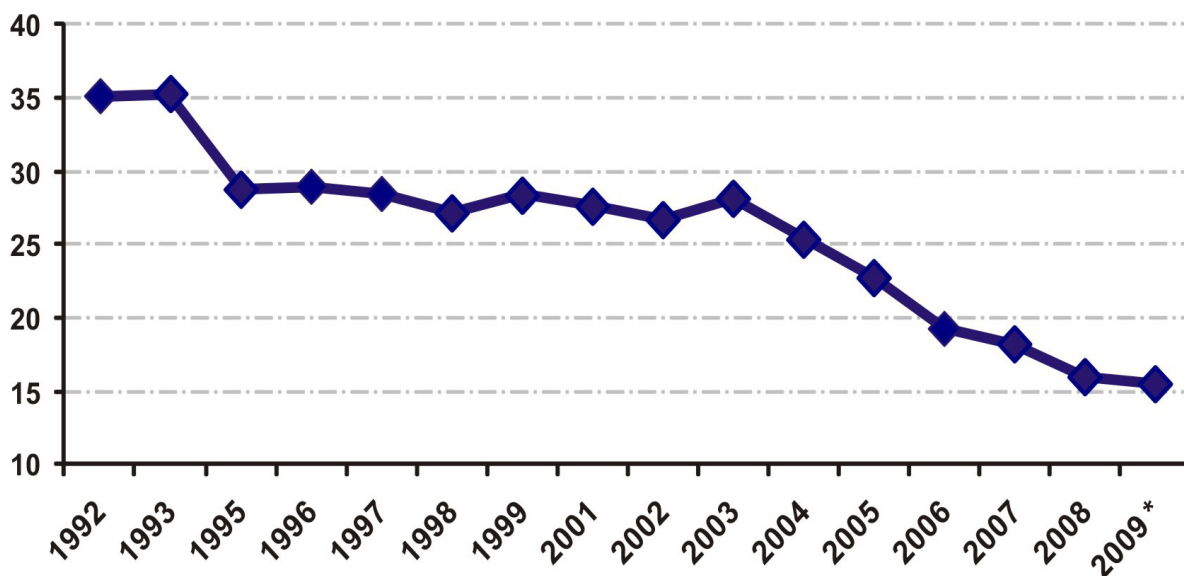


Gráfico 8 – Redução da Pobreza (% de Famílias na classe E)

Fonte: FGV/CPS a partir dos dados da PNAD. Elaboração: MF/SPE.

Nota: Em 2009, trata-se de uma estimativa a partir dos microdados da PME/IBGE.

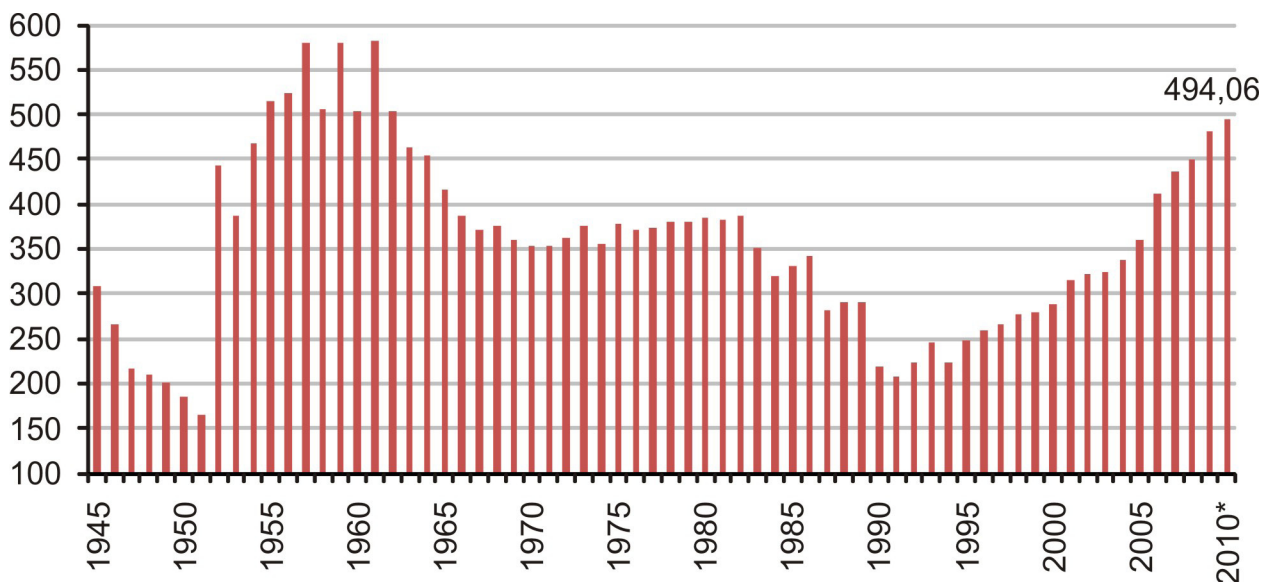


Gráfico 9 – Elevação do Salário Mínimo (média anual - em R\$ de abril/2010)

Fonte: IPEADATA. Elaboração: MF/SPE.

Nota: Média de 12 meses findos em abril/2010.

O desemprego. Esse modelo de crescimento está possibilitando a queda da taxa de desemprego. Isso aqui (referindo-se ao Gráfico 10) é a taxa desemprego em 2010, abaixo dos anos anteriores, ou seja, o mercado de trabalho está bem aquecido

e isso estimula o crescimento dos salários reais.

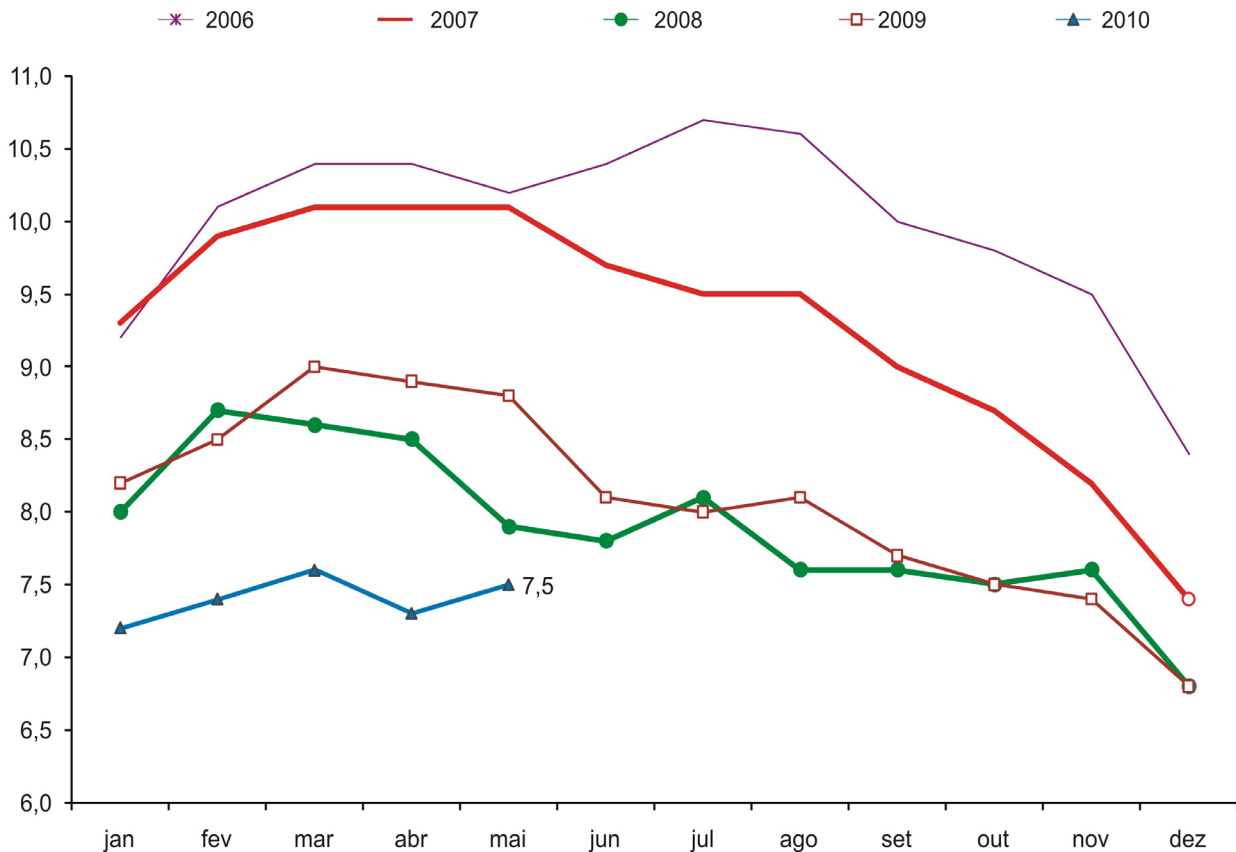


Gráfico 10 – Taxa de Desocupação (PD/PEA)

Fonte: IBGE/PME.

Esse gráfico aqui é para ter também essa discussão. Será que esse aumento do salário real, devido ao aumento do salário mínimo, é inflacionário ou não? Em Economia, para a gente saber se o aumento do salário real é inflacionário ou não, a gente compara com a produtividade do trabalho. Se o salário está crescendo menos do que a produtividade, a margem de lucro da empresa na verdade está aumentando; então, ele não é inflacionário. Se o salário está crescendo menos do que a produtividade, ele pode pressionar a margem de lucro da empresa, que vai transferir para o preço.

O que eu fiz aqui (referindo-se ao Gráfico 11) foi pegar duas linhas. Essas aqui são médias anuais: a de cima é o crescimento da produtividade, que vem crescendo, crescendo... Quando vem a crise, o que acontece? A produção cai, mas a indústria não manda todo mundo embora porque tem custos para demissão (Gráfico 11).

Na verdade, ela ajusta a força de trabalho, mas mantém a maioria dos empregados, esperando a recuperação da economia. Como a crise da produtividade caiu, com a recuperação, a produtividade voltou a subir. E aqui é o salário real, o crescimento do salário real.

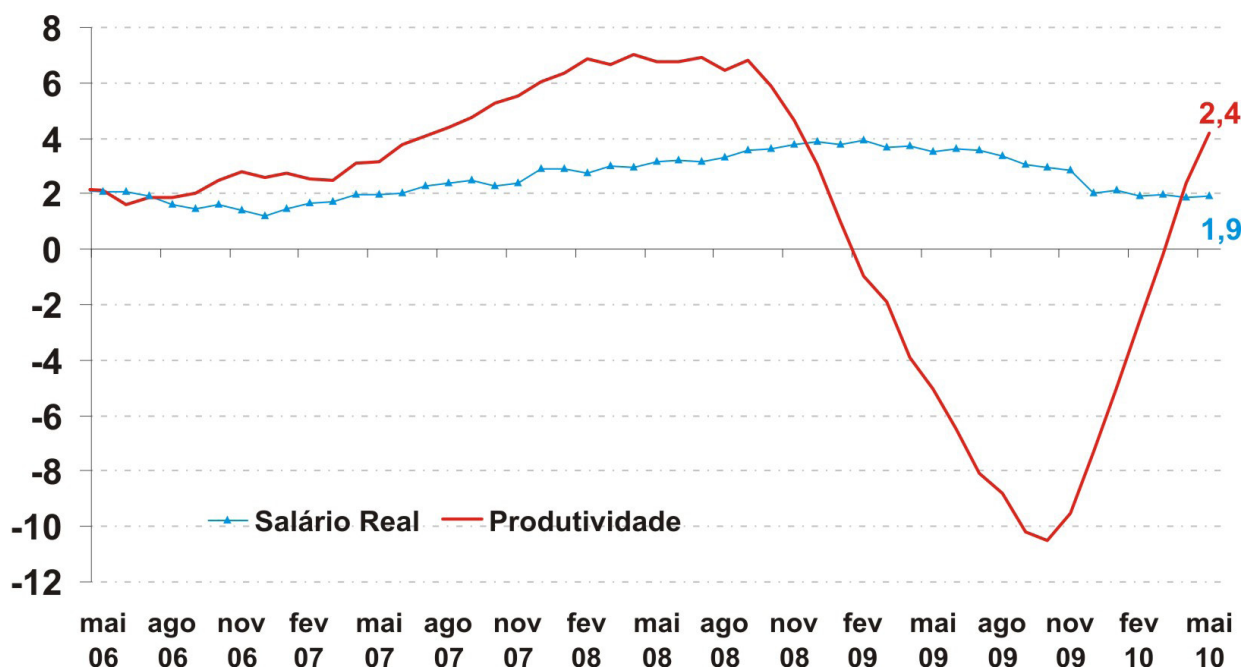


Gráfico 11 – Crescimento da Produtividade e do Salário na Indústria de Transformação (var. % acumulada em 12 meses)

Fonte: IBGE. **Elaboração:** MF/SPE.

Ou seja, até a crise, o crescimento da produtividade era bem superior ao crescimento do salário; então, esse crescimento do salário não era inflacionário. Quando vem a crise, a produtividade cai e o salário fica acima da produtividade. Mas agora, com a recuperação da economia, a produtividade voltou a crescer bem acima do salário.

Enquanto a produtividade, nos últimos doze meses, cresceu 2,4%, os salários na indústria cresceram em média 1,9%. Então, esse aumento de salário que está acontecendo na indústria não é inflacionário; por essa perspectiva, é perfeitamente sustentável.

Outro fenômeno dessa nova classe média é a maior disponibilidade de crédito. Isso aqui (referindo-se ao Gráfico 12) é o crédito para pessoas físicas, recursos livres, crédito pessoal. Ele saltou de 5,2% do PIB para 15,2% do PIB. Triplicou nos últimos dez anos. Mais acesso ao crédito é uma sociedade mais igualitária. As pessoas podem ter acesso aos bens mais rápido. Não têm que fazer uma poupança prévia muito grande; então, esse é outro fenômeno do que está por trás do surgimento dessa nova classe média, juntamente com o aumento do salário.

Com mais salário, mais emprego, você tem mais capacidade de financiamento. Com maior acesso ao crédito, você pode exercer essa capacidade de financiamento ampliando seu consumo. Temos a medição que é feita pela FGV no tamanho da classe média brasileira: ela salta de 42% da população, em 2003, para 53% da

população, em 2009. Ou seja, você tem uma sociedade que, por esse critério, hoje, tem maior peso, em que a classe de maior representação é a classe média.

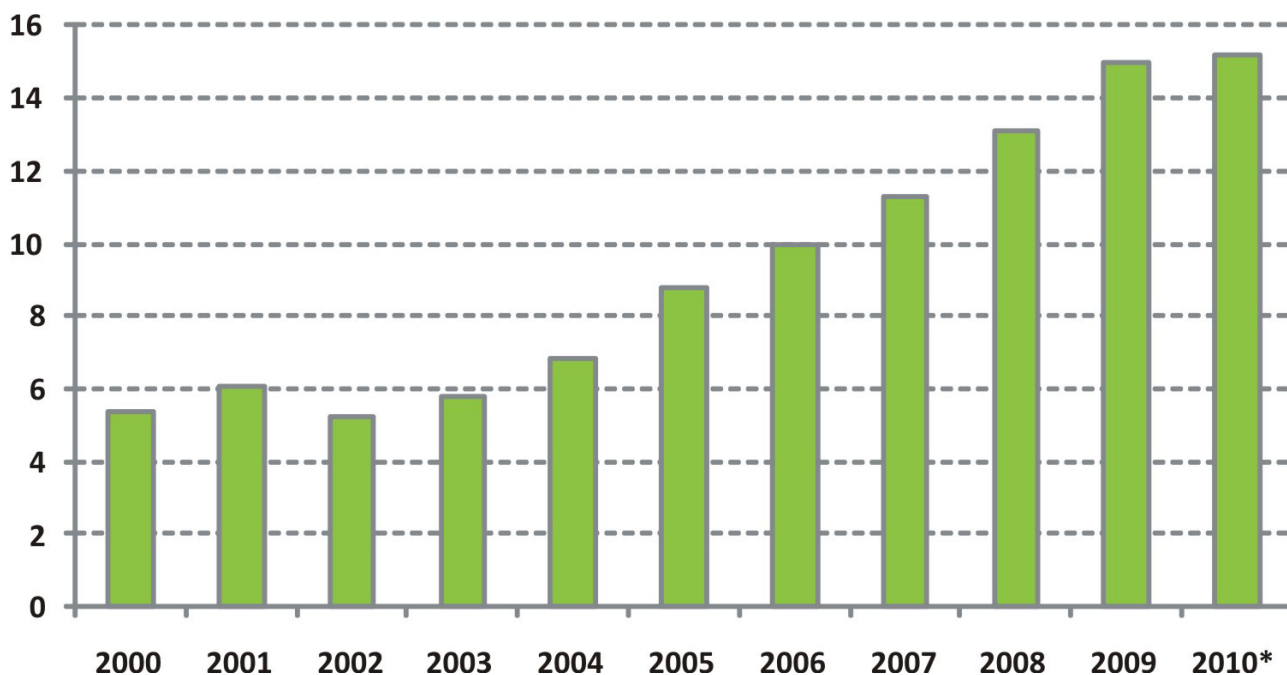


Gráfico 12 – Saldo das Operações de Crédito para Pessoas Físicas (% do PIB)

Fonte: BCB. Elaboração: MF/SPE.

Nota: Posição de maio/2010.

Outro ponto que caracteriza a política de desenvolvimento do Brasil, nos últimos anos, é o forte incentivo ao investimento. Você tem uma recuperação do papel do Estado no estímulo do planejamento do desenvolvimento. Não necessariamente o Estado vai lá fazer o desenvolvimento. Ele tenta incentivar o setor privado a fazer o desenvolvimento e, eventualmente, supre algumas lacunas onde for necessário.

Nós temos três exemplos claros disso nos últimos anos: temos o “Programa de Aceleração do Crescimento”, o PAC, que vem estimulando investimentos de infraestrutura; temos o “Programa Minha Casa, Minha Vida”, que vem estimulando o investimento em construção de residências; e temos o “Programa de Sustentação de Investimento”, o PSI, que vem estimulando o investimento em máquinas e equipamentos.

Além disso, para apoiar essas três iniciativas, você tem um aumento do papel do BNDES no financiamento de longo prazo, principalmente pós-crise – quando o mercado se contraiu, o BNDES entrou, como eu gosto de chamar, o nosso “empresador” de penúltima instância, porque não precisou ir ao Banco Central, o BNDES já podia fazer esse papel –, e um aumento de investimento principalmente por parte da Petrobras.

A Petrobras, hoje, é responsável diretamente por 10% de todo o investimento feito no Brasil. Cada R\$10 de investimentos feitos no Brasil, R\$1 é a Petrobras diretamente. Se pegar o direto e indireto, vai muito mais do que isso. Então, a Petrobras também está se tornando muito importante nesse modelo.

Para dar os exemplos, esse é o investimento público da União, pegando a União e estatais federais (referindo-se ao Gráfico 13). Estatais federais, ali, 90% é Petrobras; os outros 5%, Eletrobrás. Então, basicamente são duas empresas (Gráfico 13).

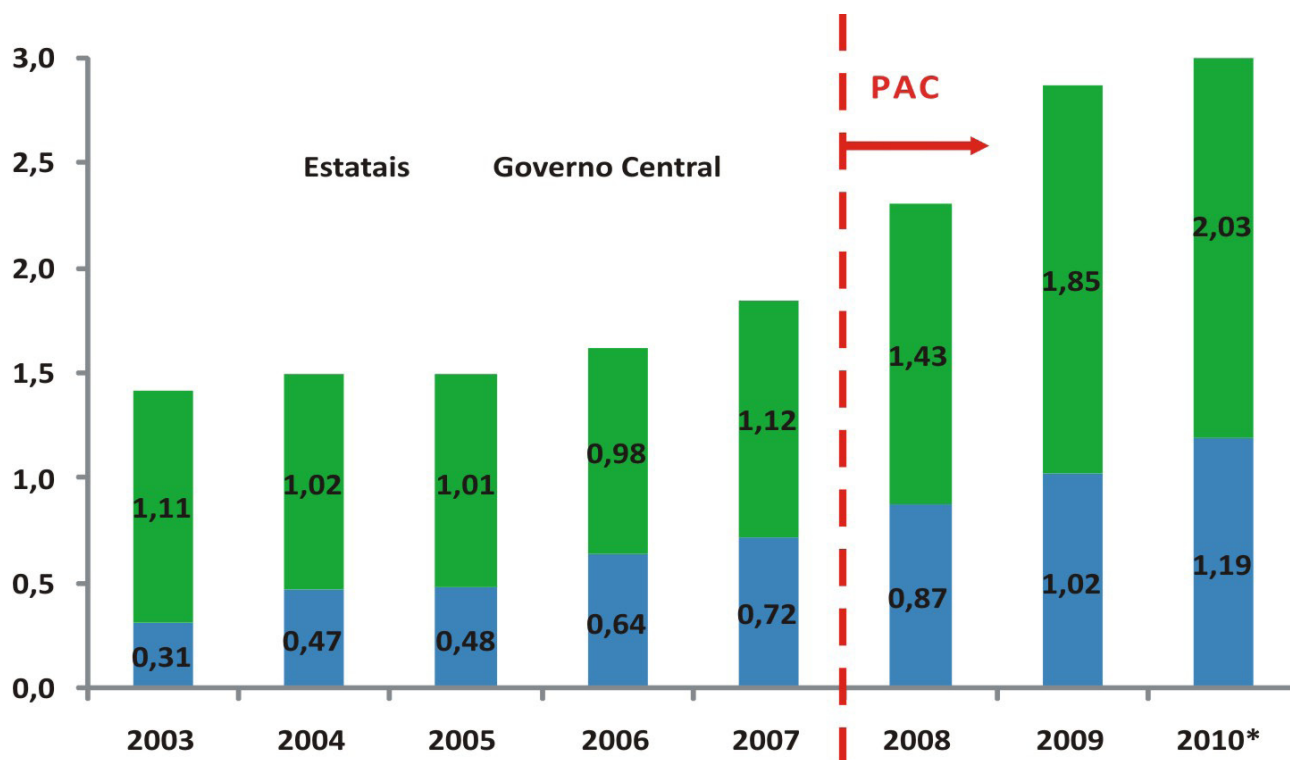


Gráfico 13 – Investimento Público do Governo Federal e das Empresas Estatais (% do PIB)

Fontes: MF/STN e MP/DEST. Elaboração: MF/SPE.

Notas: Não contabiliza investimentos no exterior. * Investimento Governo Federal: até maio/2010. Investimentos Estatais: até abril/2010.

O investimento do Governo Central com o PAC salta de 0,72% do PIB para 1,2% do PIB. E o das estatais, muito puxado pela Petrobras, praticamente dobra: sai de 1,12% para 2,03%. Esse é o aumento do investimento feito diretamente pelo governo, não pelas empresas estatais.

Esse foi um dos motivos pelos quais o Brasil conseguiu atravessar a crise sem maiores efeitos. O Brasil foi afetado, mas teria sido muito mais afetado não fosse o papel do governo e das estatais, principalmente da Petrobras, de manter o seu plano de investimento.

O segundo programa de destaque é o “Minha Casa, Minha Vida”. O gráfico

mostra o número de unidades habitacionais contratadas no Brasil pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (Gráfico 14).

MILHARES DE NOVAS UNIDADES CONTRATADAS

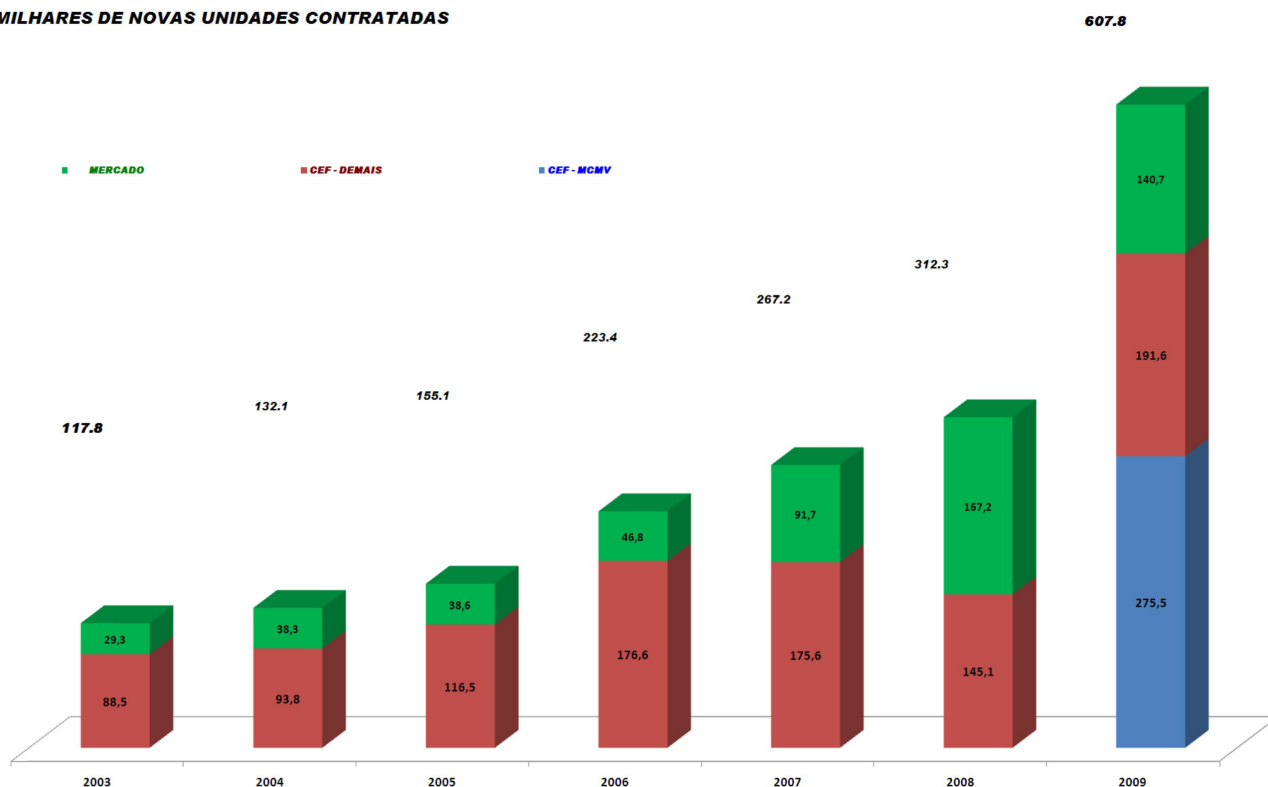


Gráfico 14 – Iniciativas Governamentais – Programa Minha Casa Minha Vida (Milhares de Novas Unidades Contratadas)

Fonte: CEF. **Elaboração:** MF/SPE.

Vejam que eles não são construção própria. O verde é o que é feito pelo mercado e o vermelho, o que é feito pela Caixa Econômica Federal. Então, você vinha em 2008 e só se contratou 312 mil unidades. Entra um ano de crise, a Caixa expande, o mercado se retrai um pouco e aqui temos só o efeito do “Programa Minha Casa, Minha Vida”.

O “Programa Minha Casa, Minha Vida” adicionou no ano passado 275 mil novas unidades. Foram iniciadas no ano passado, num ano de crise. O programa do governo quase dobrou o número de unidades habitacionais iniciadas no País. Esse, junto com o investimento da Petrobras e da União, é mais um dos motivos que explicam como o Brasil conseguiu atravessar a crise e se recuperar rapidamente: um forte programa do governo de estímulo ao investimento residencial.

Por fim, numa área de bens de capital, no meio do ano passado, a gente lançou o “Programa Sustentação de Investimento”, o PSI, que eram taxas de juros reduzidas para que as empresas não adiassem seu investimento. Com a crise, muitas empresas pararam, adiaram seus planos de investimento para

esperar a evolução da economia.

Para evitar isso, o governo ofereceu uma taxa de juros mais baixa, dizendo: “se você quiser investir esse ano, você tem essa taxa de juro mais baixa, ou seja, não adie seu investimento”. Quando o governo adotou esse programa, o investimento de bens de capital – esse aqui (referindo-se ao Gráfico 15) é o número de pedidos da Finame, que é o braço do BNDES que faz isso –, começa a subir e você tem a recuperação da indústria de bens de capital (Gráfico 15).



Gráfico 15 – Iniciativas Governamentais – Programa de Suporte aos Investimentos (PSI) – Pedidos de Liberação da FINAME (R\$ milhões)

Fonte: BNDES.

Notas: Pedidos de liberação da FINAME quadruplicam a partir do início do PSI. (Média diária em 22 dias úteis com dados até 30/04/2010).

Então, esses são os principais aspectos da política de desenvolvimento no Brasil, nos últimos anos: a política macroeconômica que coloca o crescimento e distribuição de renda como objetivo; não só a estabilidade. A estabilidade é importante, mas a estabilidade sem crescimento não é estável. O crescimento é importante, mas crescimento sem distribuição de renda também não é adequado a uma sociedade como a do Brasil. E as iniciativas que vêm sendo feitas ilustram esse movimento. Obrigado!

Roberto Smith

Agradecemos ao Dr. Nelson e vamos passar imediatamente para a exposição do Dr. José Carlos de Assis. Por favor!

José Carlos de Assis

Muito obrigado presidente! Meu caro Nelson! Bom dia a todos e a todas vocês!

Acho que essa análise feita pelo Nelson é suficiente para avaliarmos a situação atual brasileira. Eu vou tentar falar em termos de perspectivas de médio e de longo prazo.

Estamos falando sobre desenvolvimento e perspectivas de desenvolvimento do Nordeste e do Brasil. Todos sabem que desenvolvimento é um conceito dialético. Até a Segunda Guerra Mundial, se tinha a ideia – que vinha até da própria esquerda, do próprio Marx – a ideia de que o desenvolvimento vinha por estágios.

Todos os países passariam necessariamente por um processo de subdesenvolvimento e depois se desenvolviam, depois viravam desenvolvidos. Marx dizia sobre as colônias: “de te fabula narratur”. Ou seja, a história sobre os países desenvolvidos é a mesma história que vocês terão.

Na verdade, descobriu-se que não era bem isso. O que me fez ver foi o trabalho fantástico do pessoal da Cepal, do Celso Furtado e de outros que desenvolveram o conceito de que você tinha situações estruturais que impediam o desenvolvimento e que, portanto, se você quer desenvolvimento, você tem que romper obstáculos na infraestrutura, na indústria base, na indústria de transformação.

Nós seguimos mais ou menos até o fim do governo militar, seguimos mais ou menos esses passos. Quer dizer, Getúlio lançou a indústria base, a indústria siderúrgica, a Vale do Rio Doce. Juscelino avançou muito na indústria de transformação. Os governos militares avançaram muito, mas muito mesmo, em termos de infraestrutura de serviços públicos: energia elétrica, telecomunicações, logística...

Veio, então, o problema terrível dos anos 80. Esse desenvolvimento tinha sido financiado, em grande parte, desde o período de Getúlio até Juscelino por emissão monetária – se a gente quiser simplificar bastante a coisa. Até o fim do governo, até o Simonsen no Ministério, até o governo Geisel. Quando chega no governo Geisel, passa a ser essencialmente por financiamentos externos.

Aí deu a crise da dívida, empacotaram as nossas possibilidades de desenvolvimento e nós passamos praticamente duas décadas patinando. Bom, quais são as duas vertentes do desenvolvimento que em geral se apresentaram? Eu quero analisar rapidamente isso para chegar o momento atual, em termos de análise dessa dialética em relação ao País e ao mundo.

Quais são as duas vertentes de desenvolvimento? Você tem uma vertente pelo mercado interno, que é o modelo americano. O modelo americano é a expansão para o Oeste, na verdade, criando uma demanda para máquinas e equipamentos produzidos no Leste.

Há uma articulação entre bens de produção e bens de consumo e, por essa via, de um mercado interno que está se expandindo. Mas foi o único País do mundo, realmente, que fez desenvolvimento – país grande –, que fez desenvolvimento a partir do mercado interno.

Nós tentamos fazer isso. Mas os países, sobretudo no pós-guerra, e vou fazer um salto no desenvolvimento – e aí, não é mais retomar uma linha de desenvolvimento que já tinha alcançado antes, como é o caso da Alemanha e do Japão –, ou fazer uma nova linha de desenvolvimento, como no caso da Coreia do Sul, do Taiwan e, mais recentemente, da China, é pelo mercado externo.

Expande-se pelo mercado externo e por quê? Porque a expansão pelo mercado externo tem uma grande vantagem: ela é estabilizadora dos preços; porque a receita de exportação entra na economia sob a forma de salários que são pagos e renda do capital que paga. O que vai acontecer com esse salário?

Eles vão ser depositados nos bancos. No banco se pressiona a taxa de juros e, se você tem uma política monetária conservadora, ele vai tentar neutralizar ou esterilizar esses recursos que vêm do setor exportador. Se ele fizer isto de uma forma moderada, vai sobrar muito dinheiro em circulação na economia para sancionar o crescimento econômico pelo lado monetário.

Então, esse processo é o processo fundamental, por exemplo, da Alemanha desde muito tempo. A Alemanha, antes da guerra, era muito focada no mercado interno. Depois do grande desastre para a Alemanha, que foi a hiperinflação na década de 20 e uma volta de hiperinflação nos anos 40, depois da guerra, a Alemanha ficou traumatizada com inflação.

Então, ela sempre fazia uma política monetária extremamente restritiva, à qual está ligada ainda hoje. Uma política monetária e fiscal extremamente restritiva. Como é que se expande a economia? Expande-se pela exportação, pelo dinheiro que entra por via de exportação.

Esse dinheiro entra em circulação à medida que se está expandindo a economia, que se precisa de mais dinheiro em circulação. Isso permite que, mesmo fazendo uma política monetária restritiva, você tenha expansão da economia e uma sanção pela moeda ao crescimento econômico.

Esse processo é o alemão, o japonês e é o processo que a China veio a adotar. Quer dizer, economia, como se diz aí no jargão econômico, *export-led*, conduzida pela exportação. Esse processo, nós ficamos aí no *mix*. Teve uma época na década de 70, nós que somos mais velhos lembramos disso, a ideia de exportar é a solução. Era um jargão que tinha: “exportar é a solução”.

Tivemos isso e também a tentativa de estimular pelo mercado interno. O problema do nosso mercado interno é o seguinte: ele tem um bloqueio estrutural que

nunca foi rompido, que é o bloqueio da reforma agrária. Sem reforma agrária, você não faz uma articulação do campo com a indústria.

Nós acabamos fazendo, porque fizemos uma reforma agrária “torta” depois, a partir dos anos 70, dos anos 80, que é uma reforma agrária pelo direito de capital. E ela tem efeito econômico parecido. É só ir ao campo – nosso presidente acabou de falar isso –, e ver a quantidade de máquinas que estão por aí afora. Quer dizer, é só ir ao campo, por exemplo, no setor de soja, milho, ou o que for, para ver os equipamentos e bens de capital que estão sendo usados e que, portanto, há uma articulação grande entre campo e cidade.

O que não há é o efeito social disso, porque na verdade essa agroindústria avançada emprega muito pouca gente e acaba estimulando a imigração para as cidades, para as zonas urbanas.

Bom, nós estamos nos anos 2000. Depois da crise do século desencadeada por forças especulativas na sucessão do Lula, passamos por um estágio que foi descrito aqui pelo Nelson muito bem, de recuperação da economia. Eu tenho uma análise um pouco qualificada disso.

O que se verificou na economia brasileira de 2002 para cá, de 2002 até 2007? Preservamos as políticas ortodoxas do período anterior, sobretudo a política monetária, o câmbio flutuante e a política fiscal restritiva. Como é que nós conseguimos com isso crescer?

Quer dizer, não crescemos muito. Nós passamos a crescer com mais força, como foi visto nos dados do Nelson, a partir de 2006. Mas, mesmo assim, recuperamos um pouco em relação ao que foi a década de 80 e década de 90. Como é que conseguimos isso?

Nós conseguimos isso da seguinte maneira: o câmbio, você se lembra muito bem do pico da especulação da mudança do governo: levar a taxa de câmbio para R\$4, quase R\$4. Nesse nível, você exporta tudo, porque é uma tremenda desvalorização do câmbio.

E aí, o que acontece? Nos anos seguintes, o câmbio vai-se valorizando, portanto decaindo dos R\$4, dando uma força tremenda para as *commodities*, mas ainda mantendo um estímulo grande às exportações de manufaturados. Foi ao longo de praticamente quatro anos e, no caso das *commodities*, foi uma combinação de fatores: câmbio e fenômeno *boom* mundial.

Você teve uma explosão no mercado de *commodities* lá fora em termos de quantidade que nós podemos exportar e de preço, porque explodiram os preços no mundo inteiro puxados, sobretudo, pela China. Mas, na verdade, dentro de um processo global de *boom* econômico, que foi, em última instância, estimulado lá pela especulação financeira americana.

Aliás, nós não podemos reclamar muito e dizer o seguinte: “essa crise é deles e nós não temos nada a ver com isso”. Nós temos alguma coisa a ver com isso, somos altamente beneficiados pelas condições criadas pela crise, pelas razões da crise.

Como é que a gente pôde fazer, ao mesmo tempo, política fiscal restritiva e política monetária restritiva sem derrubar de vez a economia? Quer dizer: de onde estava vindo a demanda?

Não estava vindo do setor público; isso no primeiro governo Lula. A demanda não estava vindo pelo setor público, não estava vindo demanda interna. Quer dizer, você estava com uma taxa de desemprego extremamente alta e não estava vindo demanda pelas exportações de manufaturados, mas estava vindo pelas exportações de *commodities*.

Isso explica, em grande parte, o sucesso e a retomada da economia a partir de meados do governo Lula. Quando chega em 2005, deu-se uma travada e eu acho que a taxa de juro estava sendo mais moderada. Aumentou de novo a taxa de juro em 2005.

A economia, que vinha vindo muito bem, deu uma desacelerada e, depois, acredito que acharam que era um susto muito grande. Retomaram a política monetária um pouco mais moderada e retomaram o caminho até chegar em 2007, 2008, quando fomos derrubados pela crise internacional.

Quanto à reação à crise, o Nelson está de parabéns, porque ele estava no Ministério da Fazenda. Do meu ponto de vista, a Fazenda atuou de uma forma extremamente competente.

Enquanto a política monetária continuou restritiva até janeiro de 2009, a Fazenda atuou por vários níveis. Primeiro, uma coisa que era um conjunto do governo, não só da Fazenda, que é o aumento do salário mínimo de 12%, quase 7% em termos reais. Foi um impacto na demanda fantástico, de baixo para cima. Teve um aumento pequeno no “Bolsa Família”, mas que também funcionou, e teve a desoneração da linha branca e dos automóveis, que funcionou mesmo, porque explodiram as vendas de automóveis e da linha branca.

Além disso, a Fazenda concordou com uma coisa que talvez tenha sido uma das mais importantes, que foi a transferência para o BNDES de R\$100 bilhões para estimular investimentos. Com essa combinação de coisas, você realmente transformou o *tsunami* numa marola, porque dado o quadro mundial, realmente, um decréscimo de apenas 0,2% na economia brasileira é uma marola.

Sobretudo, considerando o que vem a acontecer depois, quando as medidas de investimento começam a ser efetivas, a partir de meados do ano 2009, em especial o investimento das estatais e os investimentos no “Programa Minha Casa, Minha Vida”.

Você conseguiu fazer esse espetáculo, que é o crescimento desse ano, que,

provavelmente, é mais de 5%, talvez 6%, não sei se vai chegar a 7%... 7% dizem aqueles que estão muito interessados em aumentar a taxa de juro.

Como é que isso se apresenta para nós daqui pra frente? Porque nós não estamos sozinhos no mundo. Nós conseguimos fazer essa recuperação em grande parte a partir do nosso mercado interno, mas nós não vamos continuar fazendo isso, porque os estímulos fiscais estão sendo retirados e, em alguma medida, tem que ser mesmo.

Nós não vamos ter aumento de salário mínimo de 12% esse ano; nós não vamos ter um aumento real grande do “Bolsa Família”. O programa de casa vai continuar, mas a ele não vai ser adicionada grande coisa. E ao investimento também não vai ser adicionada grande coisa porque o que importa é o que se adiciona, não o valor bruto. Então, o que acontece em termos de perspectiva para esse ano? Qual é a perspectiva lá de fora? E aí é que está o gargalo, porque lá fora a situação é negra e nós vamos ser ricocheteados pelo que está acontecendo lá fora.

Primeiro, os Estados Unidos: queda no ano passado de 2%; Europa: queda de mais de 4%; Japão: queda de mais de 5%. Continuam, virtualmente, em estagnação. Há algum sinal de crescimento, mas já em junho, quando fecharam os dados do segundo trimestre.

Está todo mundo dizendo o seguinte: os Estados Unidos, que o FMI acha que vai aumentar 3,5%, não vai aumentar nem 2,5%, vai ser menos do que isso. E eles vão meramente neutralizar a queda de 2009. A Europa nem se fala, porque superpôs uma crise fiscal a uma crise de demanda. O Japão já vem em estagnação há mais de uma década.

Então, o mundo industrializado avançado está em estagnação e fica o mundo inteiro, o resto do mundo, dependendo da China e da Ásia, que está com crescimento forte. Mas a China e a Ásia, obviamente, se você somar tudo, são economias de US\$6 trilhões, US\$7 trilhões, fora o Japão. Não podem carregar US\$ 5 trilhões, que são as economias somadas dos EUA, da União Europeia e do Japão. Não dá para carregar sozinho.

E por que acontece isso? Porque quem está travando é a partir dos EUA. Eles que são a locomotiva tradicional. Mas quando os Estados Unidos estão em baixa, a Europa costumava funcionar e a Europa está pior do que os Estados Unidos.

Por que está acontecendo isso? Eu não vou descrever porque levaria muito tempo, mas é porque mudou a funcionalidade. A crise mudou a funcionalidade do sistema financeiro americano, sobretudo o sistema bancário comercial.

O sistema bancário comercial, tradicionalmente, capta a curto prazo e empresta a longo prazo. Quando ele faz isso, ele cria moeda e dá lastro à expansão da economia. Essa é a função há cinco séculos do sistema bancário comercial.

Pois bem, esse sistema mudou com essa crise porque inventaram uma engenharia financeira e uma arquitetura financeira em que o banco toma a curto e

empresta também a curto. E como ele tem algo como US\$3 trilhões ou US\$3,5 trilhões de ativos podres para gerenciar ao longo do tempo, ele se justifica dizendo o seguinte: “se eu não operar exclusivamente no curto prazo, eu quebro porque não tenho como me capitalizar”.

A rigor, ele tem toda razão, vamos dizer assim. Mas o fato é que isso trava a economia. Na Europa é muito pior, porque se superpôs uma crise de demanda, uma crise financeira, uma crise fiscal e, sobre as três, uma crise ideológica, porque a Europa não consegue entender que, se ela for adotar problemas de ajuste tipo FMI sobre os países europeus que estão endividados, vai levar a um colapso da própria Europa e do mundo.

Por que não pode funcionar o Fundo? Eu não estou falando aqui em termos ideológicos de fundo monetário. Como é que funciona o programa do Fundo Monetário? Ele funciona reduzindo a demanda interna para gerar excedentes exportáveis. Para isso é que ele corta gasto público e corta salário.

Mas é preciso que tenha do outro lado alguém para comprar os excedentes exportados. Quando um país está em crise e todo o entorno está bem, não acontece nada economicamente; mesmo que socialmente os resultados do Fundo sejam negativos, economicamente, podem funcionar, porque os outros países vão comprar os produtos excedentes que ele puder exportar.

Acontece que, numa situação em que o mundo todo está em crise, fora a Ásia, quem é que vai comprar os excedentes exportáveis da Grécia, da Espanha, de Portugal, da Itália, da Inglaterra, se o comércio mundial está em contração ainda?

Ele não está se contraindo, ele está crescendo a uma taxa muito lenta em relação à queda, que foi de 12,2% ano passado; ele está com crescimento de só 9,5% este ano. Então, essa situação europeia é dramática, porque impõe uma restrição ao crescimento não só da retomada americana mas do mundo inteiro.

Quem está salvando o mundo por enquanto? É a China. Mas a China não pode segurar o mundo inteiro. Nesse contexto, o que vai acontecer? O que vai acontecer com esses países industrializados avançados?

Eles não têm mercado interno em expansão, porque estão todos contraídos. Ou contraídos normalmente, em dificuldade de retomada, como é o caso americano, ou contraídos pela política econômica, como é o caso europeu. Como é que eles vão defender o mercado de trabalho deles? E esta é que é a questão estratégica para nós.

Eles só têm uma alternativa, sem recorrer a protecionismo, que é um compromisso de todos os países do G20, nas quatro reuniões realizadas. Comprometeram-se, todos eles, a não recorrer ao protecionismo contra importações.

Para fazer isso, a única forma que eles têm de defender o mercado de trabalho deles é exportando. E exportando para quem? Não é para eles mesmos, que eles não têm força importadora, ela é muito pequena, porque está todo mundo em recessão.

Vai ser exportando para quem pode comprar no mundo. É claro que têm os chineses, mas os chineses já vêm comprando há muito tempo. Não vão fazer uma coisa adicional. Vão ter que exportar para a América Latina. O que tiver de espaço para ser preenchido com exportação vão tentar.

O presidente Obama, no discurso de Estado da União, já colocou objetivos estratégicos de dobrar as exportações americanas em cinco anos. O Japão, há uma semana, circulou um documento do Ministério da Fazenda japonês dirigido aos principais CEOs, aos principais dirigentes das grandes corporações japonesas, dizendo o seguinte: “temos que mudar o foco estratégico das nossas exportações para os pobres. É um mercado de quatro bilhões de pessoas com US\$5 trilhões”.

Então, preparem-se para uma avalanche de exportação que vai vir em cima dos países subdesenvolvidos, em cima dos países emergentes e em cima, principalmente, de nós brasileiros, que temos uma tremenda reserva, uma reserva grande e que temos uma política cambial que não é lá essas coisas.

Se não houver uma reação estratégica brasileira, seremos liquidados pela situação internacional. Eu acho que só tem uma alternativa para nós: aprofundarmos o processo de integração sul-americana e, dentro do processo de integração sul-americana, aprofundarmos o processo de integração sub-regional, porque sozinhos não podemos colocar nenhuma barreira à exportação, porque seríamos liquidados pela OMC, em temos de sanções.

Mas, dentro de um bloco, organizando um bloco econômico, podemos, sim, fixar barreiras alfandegárias. Com isso, defendemo-nos dessa avalanche de exportação que vem aí. Eu quero dizer para vocês que, nas reflexões que a gente faz, eu não consigo ver na história uma situação similar.

O tipo de risco que nós estamos correndo é de reprimarização total da economia brasileira. A única coisa que nós vamos ter para exportar, em concorrência com os países adiantados, vão ser *commodities* e nós teremos liquidada a nossa indústria de manufaturados.

Para mim, essa questão da integração hoje, que eu sempre pensei como um processo adicional, um projeto de longo prazo brasileiro, geopolítico importante, agora é um projeto de sobrevivência. Se não partirmos para um projeto desse tipo, estamos nos deixando estrangular por uma avalanche exportadora que já começou. Parte do nosso déficit comercial é câmbio, mas parte dele já é efeito da avalanche de exportações externas que vêm sobre nós.

Estamos no fim do tempo, presidente. Eu vou lhe devolver a palavra. Muito obrigado!

Roberto Smith

Gostaríamos de agradecer ao doutor José Carlos de Assis. Antes de darmos prosseguimento, eu queria anunciar a presença do deputado federal José Ribeiro, da Bahia, que é coordenador da Bancada Nordestina na Câmara Federal. Seja bem-vindo, deputado!

E como os senhores podem perceber, nós estamos aqui diante de temas controvertidos e que são bastante interessantes dentro da reflexão do momento que estamos vivendo e, a partir da exposição do doutor Nelson Barbosa, que tratou de como anda o comportamento da nossa política macroeconômica, enquanto parte integrante de toda a política de desenvolvimento do País.

São antigos temas que voltam sempre sob nova roupagem. Se houve realmente a continuidade de uma política ortodoxa ou se a política que vem sendo colocada tem toda a flexibilidade dentro daquilo que é possível e da distinção de quem fala de dentro do governo e de quem fala sem estar no governo e que também tem essa prerrogativa de uma visão mais abrangente, dentro do quadro da crise que nós vivemos e que, ao mesmo tempo, convive numa situação onde o País e os países emergentes apresentam um quadro bastante desafiador.

Nós vamos, em função da exiguidade de tempo que temos, abrir para perguntas dos senhores participantes. Vamos colocar três perguntas dirigidas à mesa. E eu só gostaria, sem contar essas três e enquanto quem preside a mesa, gostaria de colocar outras coisas, mas em função da exiguidade do tempo – o doutor Nelson tem que pegar um avião agora, às 13 horas e pouco –, de fazer uma pergunta em relação ao quadro que nós estamos vivendo e da perspectiva de crescimento econômico da demanda de investimento que ocorre no Nordeste.

Como é que nós devemos enfrentar a questão da expansão da nossa taxa de investimento, se estamos nos colocando perante um processo de contingenciamento de investimentos a vista pela frente?

Como é que a gente pode ter uma visão? Porque isto afeta diretamente ao Banco do Nordeste, que tem como seu principal *funding* o Fundo Constitucional, que hoje se tornou bastante pequeno para a região, em função da enorme demanda de investimentos que estamos enfrentando e de requisitos de investimentos de longo prazo.

O Banco, hoje, tem uma liquidez bastante razoável; não há nenhum problema quanto a isso, mas nós precisamos nos adequar para realmente podermos enfrentar um processo de crédito no longo prazo, ao mesmo tempo que também existe toda uma linha de crítica ao crédito direcionado, por ser ele um fator responsável

pela expansão da taxa de juros, o que significa uma forma de não perceber que ele realmente tem a finalidade de se adequar aos investimentos, está perfeitamente casado, não havendo descasamento em relação aos investimentos de longo prazo que hoje aparecem muito fortemente dentro da presença do “PAC”, do “Minha Casa, Minha Vida”, do “PSI”, dentro da região.

Então, faço a pergunta e a preocupação é essa: se nós estamos perante algum processo de contingenciamento de investimento em face da necessidade de expansão da taxa de investimentos.

Nelson Barbosa

Para sustentar o crescimento, tem que aumentar a taxa de investimento. Amanhã a gente vai soltar a nossa revisão. Como o crescimento do investimento está muito forte, esse ano, a gente espera que a taxa de investimentos já supere a do ano pré-crise. A gente vai com a taxa superior ao que a gente fez em 2008, isso em termos de investimento.

Outro ponto fundamental e que está aparecendo cada vez mais é o *funding*, o financiamento desse investimento que, durante a crise, devido aos empréstimos do BNDES, o governo pode atender essa demanda maior de financiamento de longo prazo através desse empréstimo do tesouro ao BNDES.

Não é a solução que nós queremos que seja permanente. No Brasil, o que o atual governo quer é que o mercado de longo prazo se desenvolva e possa atuar cada vez mais. O que a gente vê como objetivo é uma atuação dos bancos públicos, e já estou incluindo BNB, naquelas atividades em que o mercado não atende satisfatoriamente, principalmente atividades que têm grandes, como a gente chama em Economia, “externalidades”, ou aquelas que não tenham atratividade suficiente para o mercado atender, que são os grandes projetos de infraestrutura, devido ao tamanho e ao risco, principalmente para micro, pequena e média empresa.

Então, nesse caso, acho que nosso desafio é desenvolver mais fontes privadas de longo prazo, para que as atividades em que vocês e o BNDES estão atuando, que poderiam ser atendidas pelo mercado. Há uma série de iniciativas, já em estudo pelo governo, de dinamizar esse mercado de longo prazo, principalmente por meio de incentivos tributários para financiamento de investimentos de infraestrutura através da construção de um sistema de seguros e garantias públicos que estimule o setor privado a atuar mais nessas áreas de micro, pequena e média empresa, na tecnologia e também em infraestrutura.

A questão do *funding* vai, obviamente, requerer uma mudança de postura dos bancos públicos nos próximos anos. Num momento de crise, para evitar uma queda maior das atividades, a prioridade foi manter os projetos em curso. Quando, nos próximos anos, a situação se normalizar, o BNB, o BNDES – principalmente o

BNDES –, vão-se ver diante da questão de qual é o investimento prioritário, ou seja, não vão conseguir atender a tudo. A ideia é você atender aquilo que seja prioritário, trazendo cada vez mais para o mercado.

A gente espera que, com a queda na taxa de Selic – porque nós estamos num ciclo de alta agora, mas a partir do meio do ano que vem, provavelmente, estaremos no setor de baixa novamente. Com a queda da taxa Selic e, principalmente, com a entrada de investimentos externos, isso pode fazer com que as taxas de longo prazo se tornem menores, atraindo mais e mais recursos privados.

Uma possibilidade, não é uma decisão, uma possibilidade é que os bancos públicos também comecem a emitir eles mesmos os títulos, captem o mercado e façam os financiamentos com taxas mais parecidas no mercado e, aí, o governo entra com a equalização da taxa de juros, somente naquilo que ele acha que é prioritário. Aí, você consegue aproximar a sua taxa de passivo e ativo mais rapidamente.

Roberto Smith

Vamos abrir para três perguntas dos participantes, para que a gente possa estabelecer aqui um teto de fechamento do nosso painel para, no máximo às 12h15min. Pede-se que as perguntas sejam formuladas por escrito, por favor.

Primeira pergunta é do senhor José Trajano, da ONG Caju, direcionada ao doutor Nelson. Incentivo ao investimento do governo Lula; Bolsa Família; PAC; “Minha casa, Minha Vida”... Toda essa maravilha... Seria ganhar a eleição? Qual o destino? Será que continua? Se o Serra ganhar a eleição, será que continua tudo isso?

Nelson Barbosa

O que eu quis – e obviamente não vou fazer comentários aqui sobre candidato A ou B –, o que eu quis colocar é que, em ano de eleição, é normal que tenha esse tipo de debate. Há uma crítica ao programa de transferência de renda do atual governo e, como secretário do atual governo, eu defendo essa política, eu mostro que ela foi funcional. Tendo a defender essa política há muito tempo, fui aluno do professor Antônio Maria, então, a gente já defende isso há muito tempo.

O caso brasileiro, eu acho que, na literatura mundial, é um caso de como essas políticas de transferência de renda estão sendo funcionais. Obviamente que tem gente que é contra. O que eu quero colocar aqui não é que é contra porque isso está certo ou errado em Economia, isso depende de quanto você atribui de valor a uma melhora na distribuição de renda.

Tem gente que acha que isso não é importante; tem gente que acha que isso é importante. Para isso, numa sociedade como a do Brasil, tem eleições. As pessoas votam naquelas pessoas de quem mais se aproximam. Então, essa é uma questão política, não é econômica.

Economicamente, você tem essa crise que, como eu falei, vem desde o século XV. Se você fizer um programa de transferência de renda, pode desestimular o crescimento. Pode, teoricamente, pode. Como você pode também estimular.

Olhando para o Brasil, a gente vê que os efeitos foram mais benéficos do que prejudiciais ao crescimento. Ainda assim, qual é a crítica que os economistas fazem? “Poderia ter sido muito melhor”. Poderia! Aí, fica numa histórica contrafactual. Aí, não é um argumento técnico. É um argumento político. E argumento político se decide nas eleições.

Roberto Smith

A próxima pergunta é dirigida ao José Carlos de Assis. Não tem o nome da pessoa que fez a pergunta. É a seguinte: a Europa supera a crise se acabar com o Euro? Qual é o papel da Alemanha se beneficiando do Euro?

José Carlos de Assis

Você tem toda razão. A grande beneficiária do Euro é a Alemanha e ela está desempenhando um papel de roubo ao vizinho; quer dizer, eu me aproveito de tudo aquilo que o vizinho fez, inclusive do programa de estímulo americano de US\$787 bilhões e do programa de estímulo chinês de US\$550 bilhões.

São esses dois programas de estímulo que estão sustentando o aumento de exportações alemãs. Ela impõe ao seu mercado uma contração violenta e obriga que os outros estados europeus também se contraiam. A Alemanha é hoje o vilão da história. Não chega a ser o vilão que foi na década de 30, mas está próximo, sobretudo se considerarmos o desastre que é a crise social na Europa. Não subestimem isso. Uma crise social em larga escala.

A Europa, em situação muito menos dramática, viveu a crise de 68, de que vocês se lembram. A Europa, debaixo de uma taxa de desemprego que vai para 10%, 15%, 20%, é um leão indomável. Então, o problema não é a sobrevivência do Euro, é a sobrevivência da Europa.

Roberto Smith

Nós temos aqui uma pergunta de Eduardo, da Universidade Federal do Paraná, para a mesa: não seria mais adequado fazer política cambial e política de inovação do que protecionismo, a fim de impedir uma crise de conta corrente?

Nelson Barbosa

O Brasil não tem adotado medidas protecionistas. Se você olhar o discurso do presidente Lula, na verdade tem sido pró-rodada de Doha, pró-acordo comercial. O que tem acontecido nos últimos anos é dentro das regras aprovadas pela OMC: a adoção de medidas *antidumping*, aquelas medidas quando você detecta que a exportação provavelmente está entrando no Brasil abaixo do preço de custo. Então, as próprias regras comerciais permitem que você faça isso. Mas não temos defendido uma política brasileira protecionista.

A política de inovação, com certeza é uma política em que o Brasil tende a investir mais, deve investir mais, mas os resultados vêm no longo prazo, não se materializam rapidamente.

Quanto à política cambial é o que eu coloquei: o câmbio flutuante, para nós, é o melhor regime, porque ele dá flexibilidade para a economia brasileira se ajustar à situação internacional. Se, eventualmente, o déficit em conta corrente se tornar muito elevado, o câmbio vai-se ajustar e, com as reservas internacionais que foram acumuladas nos últimos anos, estamos preparados para enfrentar essa situação, como enfrentamos em 2008.

José Carlos de Assis

Não sou tão otimista assim em relação à questão cambial. A gente devia pensar seriamente e partir para um câmbio administrado à chinesa, tipo câmbio chinês. Inclusive, para estimular exportações, ter uma margem de estímulo à exportação.

Em relação às inovações, acho que está sendo feita muita coisa no Brasil. Eu fico impressionado. Esse governo investiu pesadamente em inovação, está sendo feita muita coisa agora.

Roberto Smith

Temos mais uma pergunta, de Márcio Santos, direcionada ao professor Nelson: os investimentos públicos na infraestrutura, logística etc., são satisfatórios no cenário de exportações, e como preparação para o fortalecimento do mercado interno?

Nelson Barbosa

O investimento público da União vai chegar a 1,2% do PIB; talvez ele suba um pouco mais, chegando próximo de 1,5%, 2% do PIB. A proposta que foi feita pelo presidente Lula para deixar ao próximo governo, seja ele qual for, no PAC II, previu um aumento do investimento para a faixa de 1,5% a 2% do PIB, então, mais elevado em relação ao atual.

Saindo dos números, a principal coisa desse investimento que está sendo feito hoje em infraestrutura: a maior parte dele é realizado pelo setor privado. O

apoio do governo é um apoio por via de coordenação de investimentos. Você pega o exemplo das hidrelétricas da Amazônia: tem um edital. O governo faz o edital que procura que a tarifa reflita uma taxa de retorno compatível com o risco do projeto e que seja adequada à sociedade brasileira, mas o investimento é realizado pelo setor privado.

O governo entra indiretamente, por via de seus bancos públicos, realizando parte do financiamento. O governo entra também, se for necessário, realizando parte dos seguros de garantia, mas grande parte dos projetos de infraestrutura é realizada pelo mercado.

Então, não é uma atuação por orçamento direto da União. Se você pegar o número de investimento público federal, que eu coloquei ali de 1,2%, vai achar que aquilo é tudo que o governo faz para estimular o investimento? Não! Aquilo é uma parte. Aquilo é o investimento que o governo faz diretamente por meio dos seus recursos, de seus repasses para os estados e municípios.

Tem uma outra atuação que é tão ou mais importante, que é o financiamento por via de bancos públicos e fundos garantidores, em que você viabiliza um aumento maior do investimento privado. Tanto é que a maior parte do crescimento de infraestrutura dos últimos anos tem sido feita pelo setor privado, por esses consórcios que ganharam as licitações dos pedágios, que ganharam as hidrelétricas e que vão ser feitos agora na Copa do Mundo. Você tem parte feita pelo orçamento dos estados, municípios e União e parte que vai ser feita pelo setor privado, aqueles que ganharem as licitações.

Então, tem uma atuação mais indireta; aquilo que o Delfim chama de Estado indutor. O governo não vai lá e realiza investimentos assim: “sai da frente que vou fazer”. O governo viabiliza que o mercado realize aquele investimento, dando financiamento, seguros, garantia e, principalmente, perspectivas, planejando investimentos para que o mercado possa entrar nessas atividades.

Roberto Smith

Muito bem! Gostaríamos de agradecer ao José Carlos de Assis, ao Nelson Barbosa e consideramos encerrada a sessão.

Muito obrigado a todos!

PAINEL II – PANORAMA ECONÔMICO E SOCIAL DO NORDESTE

Composição da Mesa:

Jânia Marinho Pinho Souza – Gerente do Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação do Banco do Nordeste (Presidente de mesa)

Ladislau Dowbor – Professor titular do Departamento de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC)

Liana Carleial – Diretora de Estudos Regionais e Urbanos do Ipea

Mestre de cerimônias

Senhoras e senhores! Dando sequência aos trabalhos do XVI Fórum BNB de Desenvolvimento e do XV Encontro Regional de Economia, iniciaremos agora o Painel II, que traz como tema: “Panorama Econômico e Social do Nordeste”.

Para presidir os trabalhos à mesa, convido a senhora Jânia Maria Pinho Sousa, gerente do Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação do Banco do Nordeste.

Convido à mesa os senhores painelistas: professor titular do Departamento de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, Ladislau Dowbor; a senhora diretora de Estudos Regionais e Urbanos do Ipea, Liana Carleial.

Por gentileza, queiram sentar-se. Senhoras e senhores! Para saudação à plateia e, em especial aos painelistas convidados, com a palavra a senhora presidente dos trabalhos à mesa, Jânia Maria Pinho Sousa.

Jânia Pinho

Boa tarde a todos e todas! É um prazer presidir essa mesa com a professora Liana Carleial e o professor Ladislau Dowbor ao meu lado, numa discussão que envolve a questão nordestina, de grande interesse para todos que estão aqui presentes.

Dando continuidade à discussão do papel do Nordeste no contexto do País, vamos agora passar à mesa para discutir a questão do panorama econômico e social do Nordeste.

Vamos ter dois palestrantes, cada um com vinte minutos, e iniciamos desde já os trabalhos com a palestra do professor Ladislau Dowbor, da PUC de São Paulo. Com o senhor, professor, a palavra.

Ladislau Dowbor

Obrigado! Boa tarde a todos! Espero fazer uma boa palestra para vocês. Eu sei que escutar uma palestra depois do almoço é uma coisa penosa. Gostaria de não ver aqueles balanços de cabeça, que são de praxe. Acho que tanta gente para escutar uma palestra depois do almoço significa que o País tem futuro. Eu não queria ter a pretensão de apresentar um panorama dos problemas do Nordeste e coisas do gênero em vinte minutos, mas, sim, sugerir um enfoque a vocês, que é um enfoque dos recursos subutilizados.

Quando a gente pensa os nossos problemas, a pobreza, a desigualdade, o desemprego, em grande parte, gera um ponto de interrogação. Eu me lembro da

experiência de Pintadas, um pequeno município no interior da Bahia, que fica no Semiárido. Todo ano, saiam três mil pessoas de lá para cortar cana no Estado de São Paulo. É interessante isso! Não é?

Gente que está em Pintadas, por que vai para São Paulo? Porque não tem emprego em Pintadas, e não tem emprego porque é muito pobre. Se a gente pensar um pouco, por que é muito pobre? Porque tem um monte de coisas para fazer, por isso que é pobre e por isso o pessoal vai para São Paulo.

Tem um problema lógico, digamos, nesse processo. É uma dramática subutilização da mão de obra, o que não é uma particularidade nordestina, sequer brasileira; é uma particularidade, uma característica mundial.

Temos um estudo interessante do Banco Mundial chamado “Os próximos quatro bilhões”, a constatação de que, no planeta, de sete bilhões de habitantes, temos quatro bilhões que estão fora do sistema. O Banco Mundial é muito simpático nas suas expressões, muito delicado, e costuma dizer que são pessoas que não têm acesso aos benefícios da globalização, que é uma forma gentil de caracterizar gente que está na miséria, para dizer assim de maneira educada.

A ideia do foco dos recursos subutilizados é encontrar as oportunidades nos problemas. Porque, na realidade, é um imenso potencial produtivo que está parado. Como é que se aproveita isso? No caso de Pintadas, quando foi eleita a prefeita Neusa, eles mandaram fechar a única agência bancária. Estamos na Bahia, tem que mostrar quem manda. Imagine o problema do pequeno comércio, o problema de quem quer receber aposentadoria etc.

E aqui, o que aconteceu? Eles montaram uma cooperativa de crédito. Como cooperativa não pode ter correntista, mas de toda maneira puseram todo mundo dentro da cooperativa, fizeram uma parceria com a Universidade Federal da Bahia no estudo para recuperação das terras de lá e, quando fizeram a cooperativa de crédito, eles constataram o seguinte: não é que não tinha mais dinheiro para financiar as coisas, é que o dinheiro parou de sair.

Porque as pessoas pensam que os bancos comerciais, os bancos tradicionais estão aí para financiar as coisas. Não estão aí para financiar as coisas; estão para passar o aspirador, que chupa as poupanças e vai aplicar no sistema financeiro, em grande parte na taxa Selic, pagando juros da taxa Selic, que saem do nosso bolso porque saem dos recursos públicos. Então, é uma maravilha!

Na realidade, o dinheiro parou de sair e eles puderam financiar e, em vez de o pessoal ir cortar cana em São Paulo, eles puderam financiar a recuperação de terras ali, segundo a parceria que foi feita com a Universidade Federal da Bahia. Foram passando por diversas mudanças, em particular a mudança do currículo escolar das crianças, que passou a incluir o estudo do Semiárido. Por quê? Porque eles estão no Semiárido.

É importante estudar dona Carlota Joaquina na escola, mas tem coisa mais importante do que dona Carlota Joaquina. Quando a gente estudava na escola, diziam para a gente: um dia você vai entender como é importante. Hoje, a gente entende como é importante dona Carlota Joaquina. Estão entendendo? Uma coisa foi puxando outra e aquilo que era um problema de gente que não tem nada para fazer, que está parada, desesperada e gerando custos, de repente virou um potencial de transformação daquela região.

É um enfoque que vale a pena pensar. Você sabe que, na Índia, por exemplo, o pessoal generalizou o que eles chamam o direito ao emprego. Há uma lei nacional: a lei da garantia do emprego, que obriga qualquer município a ter um cadastro de coisas a fazer naquele território. Qualquer pessoa que pede emprego, com salário básico mínimo ou coisa do gênero, tem direito a ganhar o pão da sua família.

Ou seja, a ideia de que a pessoa que queira trabalhar possa ganhar o pão da sua família é uma ideia básica de direito, que transforma o desemprego em atividade produtiva.

Eu me lembro que o Eduardo Siqueira fez um plano muito interessante, que resgatou as praias de Santos, não criando a secretaria das praias, mas usando todos os empregados da região. Esse mesmo Eduardo Siqueira estudou as pequenas cidades litorâneas do Brasil de até 20 mil habitantes e constatou uma situação bastante comum e frequente: são pequenas cidades, então, em volta da cidade, têm aquelas casas meio dispersas. Cada um que se instala, que chega à cidadezinha, monta aquela casinha, abre um poço e uma latrina.

Você está na beira-mar, portanto os lençóis freáticos formam um coquetel lá embaixo que vocês podem imaginar, pois implica gastos com doenças.

E gente desempregada, gente parada. Enfim, o que fazer? Ele montou um projeto, que, aliás, estou tentando empurrar para vários ministérios que se interessem, com ordem de grandeza de R\$430 milhões. Você faz um projeto por cidadezinha que é basicamente o seguinte: faz como fizeram em Santos, um cadastro de desempregados, planeja-se um conjunto de sistemas de microdrenagem necessário, instala um sistema básico de tratamento de esgoto. Você sabe que para um real gasto com saneamento são quatro reais que você deixa de gastar com doença. Ou seja, você não está immobilizando dinheiro; você está liberando dinheiro.

Nesses municípios poluídos, você sabe que a água tem mania de ir para baixo; assim, contamina a praia, ou seja, mata o turismo. Contamina as águas, mata a pesca. Você monta um sistema desses, gera os empregos, faz o saneamento básico daquela cidadezinha, recupera o turismo, recupera a pesca e entra numa espiral ascendente. Sem falar que, como dizia aqui Nelson Barbosa, esse tipo de dinheiro mobiliza, gera atividades econômicas locais.

O que eu estou tentando trazer, usando esse conceito de subutilização de recursos pelo lado mais dramático, que é o desemprego, é que, na realidade, dá para dinamizar um conjunto de atividades. Tem uma lei, que é a lei da garantia do emprego, que tem uma coisa interessante, sobretudo essa obrigação de toda prefeitura fazer um cadastro de projetos e ter, em 30 dias, que assegurar que a pessoa possa trabalhar. Se ela não encontra isso, ela tem que pagar metade desse salário, mesmo a pessoa não fazendo nada.

As formas são diversificadas por regiões. Aqui não é a Índia. Na realidade, é bom senso pensar de outra maneira um problema como a subutilização de mão de obra.

Nós temos, evidentemente, a subutilização dos recursos tecnológicos. Isso aqui é uma coisa fantástica: as pessoas esquecem a quantidade de gente que ainda cozinha com lenha, por exemplo. No mundo são, tranquilamente, dois bilhões de pessoas.

Há tecnologias modernas, do fogãozinho simples de madeira que aumenta brutalmente a capacidade de absorção calórica, a redução de desperdícios. São tecnologias simples. Há tecnologias de cultivo simples. Francamente, me lembro das reuniões que tive com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Sinto uma preocupação muito maior ao ver tantas patentes e artigos nossos registrados e publicados internacionalmente do que, propriamente, generalizar tecnologias simples para a base da sociedade.

Coisa que, por exemplo, Pintadas fez ao realizar um convênio com a Universidade Federal da Bahia e puxar as tecnologias de recuperação de solo, o que dinamizou o conjunto de atividades produtivas e aumentou a renda. Enfim, gerou uma dinâmica, um ciclo virtuoso.

Na área das tecnologias nós temos um problema. Porque de um lado muitas tecnologias simples são eminentemente acessíveis, mas têm que chegar às pessoas de maneira assimilada e compreensível.

Voltando ao exemplo da Índia, eles montaram em todas as vilas do país – e são 600 mil vilas –, 600 mil núcleos de fomento tecnológico; implementaram um programa nacional de formação de fomentadores e, curiosamente, 600 mil mulheres e 600 mil homens elegendo um homem e uma mulher por cada vila. Em muitas das aplicações tecnológicas, é vital o contato com as mulheres, que cada vez mais se inserem nesse processo de transformação moderno. E eles são colocados *on-line*.

Então, qualquer iniciativa, por exemplo, o pessoal descobre que a folha de mandioca tem determinada composição de proteínas e pode ser utilizada para isso e para aquilo. Tudo isso circula imediatamente pelo País todo e torna-se um sistema de fertilização de ideias e iniciativas em nível local.

Se você junta o fato de que nós estamos indo cada vez mais para sistemas

densos em tecnologia, densos em conhecimento do processo produtivo, a gente se dá conta do seu poder transformador.

Vou fazer um pequeno parêntese aqui. Esta caneta aqui é um bem material. Se eu passo para a Jânia, eu deixo de ter a caneta, mas aí eu digo: “não, isso aqui é meu”. Agora, é uma ideia que passo para ela, mas eu continuo com ela, não perdi.

Veja bem, se eu pego essa mesma caneta, o custo da matéria-prima e o custo do trabalho físico incorporado nisso pode ser, quando muito, 5%. Os 95% são de conhecimento incorporado. Estão entendendo? Nós estamos evoluindo para a sociedade do conhecimento. O conhecimento é um bem, não um rival.

Quando eu passo conhecimento, quando eu uso o conhecimento, não estou tirando de ninguém. É um sistema de partilhamento. Como a gente diz em Economia: o conhecimento é um fator cujo consumo não reduz o estoque; pelo contrário, multiplica.

Eu trago uma ideia e isso vai ecoar de maneira diferente em cada um de vocês, porque cada um tem uma mobília diferente aqui em cima, então vai gerar outras ideias. Estão entendendo o processo? Quando o conhecimento se torna o elemento central da construção de valor da economia, a circulação do conhecimento passa a ser vital para o enriquecimento do conjunto da sociedade.

Então, para pegar um exemplo prático: o Dando, da favela de Antares, no Rio, com todos os problemas dessas zonas urbanas caóticas, foi assegurado do acesso à banda larga da favela. Hoje, eles estão prestando serviços de informática. Porque são pobres, mas são inteligentes. O pobre não é menos inteligente que o rico.

É impressionante como dinamizaram toda a favela. Não através de tráfico de drogas, mas prestando serviços de informática, fazendo *design*, produzindo cultura. Hoje, você coloca na Internet e divulga. Ganharam um prêmio. Eu vi um filme sobre isso, conversei horas com Dando, que organizou a favela.

De certa forma, estamos subutilizando de maneira dramática os conhecimentos que existem e que temos. Nós temos uma elite que tem imensos conhecimentos sobre o que precisa fazer, mas fica conosco. Porque, em geral, nós estamos acostumados a falar de nós para nós. Não desenvolvemos um sistema efetivo de capilarização do conhecimento, coisa que é perfeitamente viável.

No Quênia, os camponeses analfabetos se apropriaram do sistema de celular, com informação econômica, de comercialização, de mercado etc., e estão usando direto, analfabetos que são. E o Quênia, que é muito mais pobre e está em situação muito mais dura do que nós.

Se você junta o fato de que estamos evoluindo para a sociedade do conhecimento e o fato de que a banda larga permite todo mundo estar conectado, romper os atravessadores, desintermediar a economia, você encontra oportunidades que são imensas.

Deixa sugerir aqui. Há várias áreas, por exemplo, a subutilização fantástica das finanças. Têm artigos interessantes – do próprio Aírton Saboya, do Clarício dos Santos – e que estão no *blog* “Crise e Oportunidade” que a gente montou. Eles mostram que o sistema financeiro comercial, não o do Banco do Nordeste, o sistema financeiro comercial, o balanço financeiro do Nordeste, é negativo. Ou seja, essas agências mais chupam dinheiro para fora do que colocam.

Queria lembrar para vocês o seguinte: o sistema comercial, hoje, vocês podem pegar os dados na Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), dados subversivos. Eles mostram que, na área comercial, o acesso final da linha de crédito é na faixa de 60% ao ano para pessoa jurídica, na faixa de 110% para pessoa física e na faixa de 160% no cheque especial.

Sabe quanto é o cheque especial na Espanha? De 0%, até €5.000, por seis meses. Sabe por quê? Por que todos nós, quando temos dinheiro, temos dinheiro aplicado, porque pode cair um cheque, alguma coisa na conta. Então é dinheiro de graça. Como eles têm dinheiro de graça, aplicam e ganham dinheiro com isso. É natural também que, quando você entrar um pouco no vermelho, seja compensado.

Vocês podem constatar isso no *site santander.com.es*, da Espanha. Vocês vão ver *overdraft*, o cheque especial deles, de 0%, por seis meses, até €5.000. Gente, com esse tipo de custos financeiros, isso é absolutamente inviável. Basta ver com que força o Banco do Nordeste está entrando, financiando de maneira decente as alternativas que se apresentam para o setor público para, gradualmente, ir introduzindo concorrência.

Na minha opinião, a única maneira que esses bancos podem cobrar esse tipo de juros, e todos eles são quase idênticos no seu nível, é quando você forma cartel. Porque, vejam bem, eles vêm cobrando ao mês, o que se cobra internacionalmente ao ano. Cartel é crime. É simples assim. Então, não é economia de mercado.

Nós temos que restaurar a economia de mercado. O acesso ao crédito, o acesso ao dinheiro barato, que, tipicamente, na Europa, na China etc., você consegue a 2%, 3%, 4% ao ano, aqui nós temos que evoluir para uma coisa minimamente decente. Então, esse problema de resgatar a capacidade de financiamento, vejam o exemplo que estou dando de Pintadas. Vocês têm aqui ao lado o exemplo do Palmas, do Conjunto Palmeiras, que fez o seu próprio banco de desenvolvimento; hoje, está legalizado com o Banco Central, o trabalho do Paul Singer, enfim, de negociações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Vi, em Criciúma, ONGs de intermediação financeira, coisa que é generalizada na França, e tem gente desintermediando crédito por Internet. Vocês podem pegar no meu *site*: tem lá um dossiê sobre a crise financeira dos Estados Unidos e tem um programa que se chama Prosper.

Eles colocam *on-line*, em contato. Digamos, por exemplo, que eu tenha US\$30 mil e não vou utilizar nos próximos dois anos. Eu coloco isso na Internet, que eu tenho essa disponibilidade. Quem está precisando de dinheiro entra na Internet; lá é fácil saber quem é quem e o sistema se organiza. Não tiveram nenhum problema com a crise financeira recente porque o negócio funciona sem especulação, desintermediando.

Estava falando para o José Carlos de uma entrevista feita com quem montou o sistema nos EUA. Ele disse o seguinte: a atividade bancária é essencial, o banco não. Por que estão desintermediando, juntando quem precisa de dinheiro. Porque é correto, é legal um banco juntar dinheiro e transformar em atividade produtiva, mas não jogar isso para sistemas especulativos ou, simplesmente, jogar na Selic e ganhar dinheiro com a mão no bolso, com impostos pagos pelo público.

Deixa fechar em torno do seguinte: tem mais elementos, enfim, um conjunto de processos desse tipo. Eu queria sugerir a vocês, pensar como instrumento de análise, o problema da subutilização dos recursos. Em cada território, vocês vão encontrar, por exemplo, gente desempregada, gente passando fome e terra parada. Não precisa ter um doutorado em Economia para pensar que isso dá para articular alguma coisa.

O pessoal do MDS está interessado em fazer um tipo de Pronaf urbano para as zonas metropolitanas; então, é um conjunto de ideias, enfim, é o foco que eu queria propor para vocês.

Deixa só fechar, porque estou abrindo uma janela, mas vocês podem pegar no meu *site*, que é *dowbor.org*, ou vocês colocam Ladislau Dowbor no Google e caem no meu *site*; se não, vocês chamam o filho de vocês que, em um instante, ele resolve o problema.

Mas, de qualquer maneira, tem lá uma série de artigos, em particular um documento que se chama “Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local”. Porque nós somos um País de 5.564 municípios e cada município tem que se organizar para fazer funcionar ali a terra, os parados, o saneamento, isso e aquilo, unidade por unidade.

Não vai ser só com políticas nacionais que a gente vai resolver os problemas. No nível local é mais fácil organizar a participação das pessoas. Então, esse é o eixo, e vocês vão encontrar esse documento, “Política de Apoio ao Desenvolvimento Local”, que está *on-line* no meu *site*, onde todos os textos são gratuitos. Enfim, estou na fase moderna, não tem *copyright*, não tem essas bobagens, porque a coisa está russa e a gente precisa trazer o desenvolvimento de maneira acelerada. Muito obrigado!

Jânia Pinho

Obrigada, professor Dowbor! É sempre bom ouvi-lo discorrer sobre as questões sociais. É uma pena que temos pouco tempo. A gente já passa a palavra à professora Liana.

Liana Carleial

Boa tarde a todos! Em primeiro lugar, agradeço em nome do Ipea, o convite para participar dessa mesa e esclareço, obviamente, que eu não sou Márcio Pochmann, que era ele que estava previsto para participar. Ele se desculpa, mas hoje o Ipea e o Márcio estão acolhendo o primeiro grupo de alunos de graduação que está na Instituição para passar um mês trabalhando com grupos de pesquisa do Ipea.

Esse é um segundo programa, que nós chamamos de “Ipea nas Universidades”. O primeiro é o “Programa das Cátedras para o Desenvolvimento”, que, no ano passado, selecionou 15 professores e 15 universidades para trabalhar a questão do desenvolvimento, iluminados por seus mentores intelectuais, que são pensadores econômicos e sociais do Brasil muito relevantes, tais como: Celso Furtado, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior etc. Nesse ano de 2010, o “Programa Cátedras para o Desenvolvimento” vai, na realidade, ser divulgado em um edital junto à Capes, o que significa uma consolidação do programa.

Mas esse programa que se inicia hoje no Ipea é realmente algo em que a gente se empenhou muito para que saísse. Na realidade, ele foi concebido com o auxílio da Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Paraná e PUC de São Paulo, precisamente PUC de Campinas, que nós também queríamos atrair alunos do Programa de Educação para o Trabalho (PET).

Esse programa foi submetido à Capes, foi aprovado, e nós estamos muito orgulhosos de acolher na Casa alunos de graduação. Esse será um programa anual, que foi iniciado com alunos de Economia, mas a ideia é que ele se expanda para outras áreas do conhecimento, porque o Ipea, com o último concurso que fez, transformou-se numa Casa fortemente multidisciplinar, para além daquilo que ela já era. Então, certamente, é uma experiência rica e estamos investindo no futuro da Instituição e, digamos assim, na capacidade de seduzir novos alunos, novas cabeças para a questão do desenvolvimento.

Eu, agora, cumprimento à mesa o professor Ladislau e a Jânia. Na realidade, foi muito bom que a gente tenha-se encontrado, eu e professor Ladislau, porque acho que a gente vai conseguir promover um certo debate, porque vocês perceberam que o foco dele foi bem forte a partir do desenvolvimento local, das possibilidades das diferentes comunidades.

Certamente isso é extremamente importante e eu vou, na realidade, reconhecer a importância dessa estratégia, mas vou trabalhar com as condições específicas nossas, ou seja, da questão regional brasileira, que não é só nordestina, que não é só amazônica, mas nos termos, de Celso Furtado: a questão regional é uma questão que se espalha pelo Brasil na perspectiva das diferenças de renda, da produtividade etc., e que se concentra hoje ainda fortemente nas regiões Norte e Nordeste.

Na realidade, considero que a questão regional brasileira é extremamente complexa, não só pelos seus condicionantes históricos, pela própria ocupação territorial brasileira, por todo o processo de desenvolvimento econômico que foi vivenciado nos anos do século passado e que engendrou uma divisão inter-regional do trabalho, que se mantém até hoje.

Ela foi minimamente sobressaltada com os avanços do Centro-Oeste, com a pecuária no Norte, mas, essencialmente, a divisão inter-regional do trabalho montada no século passado permanece. E o argumento central que a gente vem desenvolvendo é de que tratar a questão regional brasileira na dimensão que ela exige também exige mudar a estrutura produtiva.

Certamente que isso se encaixa com a fala do professor Ladislau, mas não se conforma com isso, porque toda a experiência que temos tido de desenvolvimento local – e aí existem versões que veem o Nordeste, por exemplo, como um canteiro de APLs ou como um canteiro de experiências solidárias –, em nenhum desses casos, a ação do Estado e da Coordenação de Políticas Nacionais foi dispensada.

Basta que se lembre que, para os arranjos produtivos locais, hoje, você tem uma rede montada em torno de 33 instituições; a gente pode discordar do formato, do conteúdo, da ação, das possibilidades etc., mas a rede está aí com 33 instituições e toda essa discussão do desenvolvimento local, que, na realidade, se origina também na matriz teórica do desenvolvimento endógeno, e que transfere para as comunidades, para as localidades, o empoderamento, a necessidade de transferir para essas comunidades, sobretudo em um momento de descentralização, pós-Constituição de 88. No caso brasileiro, foi necessária a presença do Estado e continua sendo necessária a presença do Estado em qualquer nível, ou federal ou estadual.

A gente pode até discutir os limites disso, as diferenças etc., mas esse é um dado concreto, a meu ver. Então, nosso argumento central, e que a gente tem procurado desenvolver em alguns trabalhos na Dirur, é a necessidade de mudança do padrão da divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

É que essa divisão inter-regional do trabalho conforma não só a estrutura produtiva mas a estrutura de poder político. A estrutura de poder das decisões concentra o poder de financiamento, o poder bancário, o poder de crédito e, por conseguinte, permite tudo isso a que o professor Ladislau se referiu como os vazamentos de crédito nas diferentes regiões.

Isso se aplica claramente para o caso nordestino. Os encontros da Anpec têm inúmeros trabalhos que mostram isso; eu já dei uma olhadinha no elenco dos trabalhos que estão sendo apresentados neste Encontro e há um que aponta também essa questão.

Então, há um nó nesse padrão de divisão inter-regional de trabalho, que, na realidade, nenhuma das políticas desenvolvidas até hoje foi capaz de reverter. Por outro lado, o fato de nós termos tido, no momento de coordenação de políticas de desenvolvimento regional no nível nacional, todo aquele desenrolar, digamos assim, da ação da Sudene centrada mais no 34/18, que não era de fato a concepção de Celso Furtado, nem a proposta do GTDN, cravou no Nordeste, especialmente no Nordeste, mas, certamente, na sequência, vamos ver coisa muito parecida em relação à Amazônia, como um sumidouro de recursos. Isso tem impedido de forma crescente, a meu ver, que se pense de forma mais consistente o enfrentamento dessa questão regional.

Não vou me deter demais nesses pontos, porque, inclusive, nem tenho tempo e, amanhã, haverá uma outra mesa que vai discutir “Potencialidades Brasileiras e Desafios do Nordeste” e eu vou participar. Aí, sim, a gente poderia discutir isso melhor. Mas eu gostaria de marcar a seguinte posição: acho que uma das grandes fragilidades da questão regional brasileira e, especialmente, a do Nordeste, é a ausência de uma estratégia.

Em todos os momentos da nossa história, a ausência de estratégia nos fez muito mal. Nesse momento, no qual o Brasil cresce, superou de forma muito equilibrada a crise econômica de 2008, construiu uma política social diferenciada na América Latina, conseguiu recuperar o poder de compra do salário mínimo, construiu um programa de transferência de renda que chega quase a ser uma unanimidade – apesar de não ser suficiente para os objetivos aqui muito bem colocados pelo professor Ladislau, de geração de emprego e renda...

Nesse momento, em que temos os investimentos do PAC I, do PAC II, todos os investimentos na área de petróleo e gás, o Nordeste com Suape, com a previsão da refinaria em Fortaleza, a previsão de Bacabeiras, no Maranhão... Você tem um conjunto enorme de investimentos que podem ser potencializados e que, na realidade, agregam-se e dão forças a esse argumento que o professor Ladislau colocou. Ou seja, o que estou querendo dizer é que no nosso atual estágio de desenvolvimento e com a experiência das políticas passadas, nós não podemos escolher, digamos, um único caminho.

Na realidade, temos que nos juntarmos em torno de várias estratégias, que podem ser constituídas a partir desse panorama econômico e social brasileiro e nordestino, que é positivo. Agora, não esperemos que, sem mudar determinados aspectos da nossa institucionalidade, consigamos isso.

Que aspectos me parecem relevantes? O primeiro deles é a própria questão federativa, porque nós sabemos que somos uma federação, nos reconhecemos como tal, mas seria importante se a gente soubesse, por exemplo, o quanto se gasta em educação *per capita* em Palmeira dos Índios ou em Caruaru e em Jundiá, por exemplo. Ou seja, é preciso que construamos de fato uma federação. Se é prioridade desenvolver, melhorar o padrão educacional e de saúde no Norte e no Nordeste, o pacto federativo precisa ser alterado.

O segundo ponto é a coordenação das políticas. Nós temos um conjunto de políticas vigentes, especialmente a PNDR, de que já temos trabalhos e estudos feitos de acompanhamento da sua capacidade de ordenar o gasto federal no território e temos as evidências de que ela não tem fôlego suficiente para ordenar os diferentes dispêndios e gastos nos distintos ministérios brasileiros.

Então, há um problema de coordenação de política pública, especialmente de coordenação de política regional, que também precisa ser resolvido, o que significaria dizer, recuperar um pouco a própria visão do Celso Furtado naquilo que se refere ao Conselho dos Governadores, numa época em que a federação foi tratada como tal.

Então, na realidade, quem hoje define essa coordenação de políticas no Brasil? A gente sabe, na prática, que se o programa é importante ele vai para a Casa Civil. Mas isso é suficiente? É essa a forma de coordenar o conjunto de políticas públicas que temos em curso?

Um terceiro problema institucional que precisa ser enfrentado é o papel da Sudene. Por que isso? Porque ela foi recuperada, ela foi re-instituída; mas qual o papel e qual espaço ela tem hoje? Na minha visão, a possibilidade mais eficaz para a ação da Sudene é, de fato, trazer para dentro dela os interesses das próprias firmas que estão aqui localizadas. Mas não para se submeterem apenas aos interesses dela; também para trabalhar não só com mecanismos de incentivos fiscais que a gente conhece mas também com a construção de condicionalidades, prática que o financiamento brasileiro não conhece, nem mesmo o BNDES.

No caso do BNDES, por exemplo, que é uma instituição importantíssima, a gente sabe que, historicamente, a parcela dos desembolsos que vieram para a região Nordeste foi entre 3% e 8%. Em 2009, foi para 16%, mas 90% desse total foi para Pernambuco.

Então, eu perguntaria: quais e que vantagens os demais estados brasileiros ou nordestinos terão com Suape? Isso recoloca também o próprio papel da Petrobras, enquanto empresa nacional que pode auxiliar no desenvolvimento regional. E isso é também uma questão institucional.

E, finalmente, a questão tecnológica a que o professor Ladislau se referiu, que, na realidade, é extremamente relevante. Quando a gente fala em economia do conhecimento, até a gente se assusta um pouco, porque a sensação

que temos é que estamos muito longe dela, apesar de estarmos na chamada globalização.

Se a gente olha, por exemplo, os recursos da Lei do Bem, que foram atribuídos a diferentes empresas no corte regional, a participação do Nordeste é insignificante ainda. Do mesmo modo, quando você olha a concessão de bolsas da Capes e do CNPq, elas têm um crescimento exponencial, mas nós não temos nenhuma garantia de como aquele conhecimento que foi gerado a partir daquele recurso público será internalizado, ou na produção, ou na sociedade.

Esse é um hiato que temos extremamente forte, não só do ponto de vista do conhecimento mas do ponto de vista do financiamento das empresas que recebem esses recursos. Essas empresas deveriam ser vendidas? Ou essas empresas que têm esses recursos públicos e que foram financiadas com recursos públicos podem ou não ser vendidas para proprietários internacionais? Essa é uma questão que é cada vez mais importante para ser enfrentada e resolvida em um contexto de um País que cresce, que se insere cada vez mais internacionalmente e que tem, na realidade, um futuro, se tudo der certo, como nós queremos que dê.

Então, eu gostaria de, rapidamente, se fosse possível, evidenciar alguns pontos dessa apresentação, só para mostrar mais uma vez como é complexa essa questão regional, porque a gente se alegra com um aspecto, um avanço e, de repente, se depara com uma informação, que nos sentimos na obrigação de retomar a questão da complexidade regional do Brasil.

O Ipea divulgou um trabalho, recentemente, mostrando o que aconteceu no comportamento da pobreza regional de 1995 a 2008. E esse trabalho tem resultados muito interessantes, porque, na realidade, você tem ali a redução da pobreza absoluta no Brasil, que é quase 13 milhões de pessoas. A redução no Nordeste é também relevante.

Mas tem uma coisa bem interessante nesse gráfico, que é o desempenho regional. Quer dizer, não é igual, evidentemente, o desempenho das diferentes regiões. Na realidade, a região que mais consegue reduzir a pobreza – olhe que pobreza extrema, você sabe que nós estamos falando de renda domiciliar *per capita* de um quarto do salário mínimo –, foi a região Sul, a região mais exitosa na redução da pobreza.

O Nordeste reduziu em 28,8% a pobreza absoluta e, a pobreza extrema, em 40,4%. Mas o que eu gostaria de mostrar é o que vem aqui na sequência, que é o seguinte: se a gente olhar o comportamento do desempenho do PIB regional, a gente vai perceber que não foi exatamente a região que mais cresceu aquela que mais reduziu a pobreza, como é o caso do Centro-Oeste.

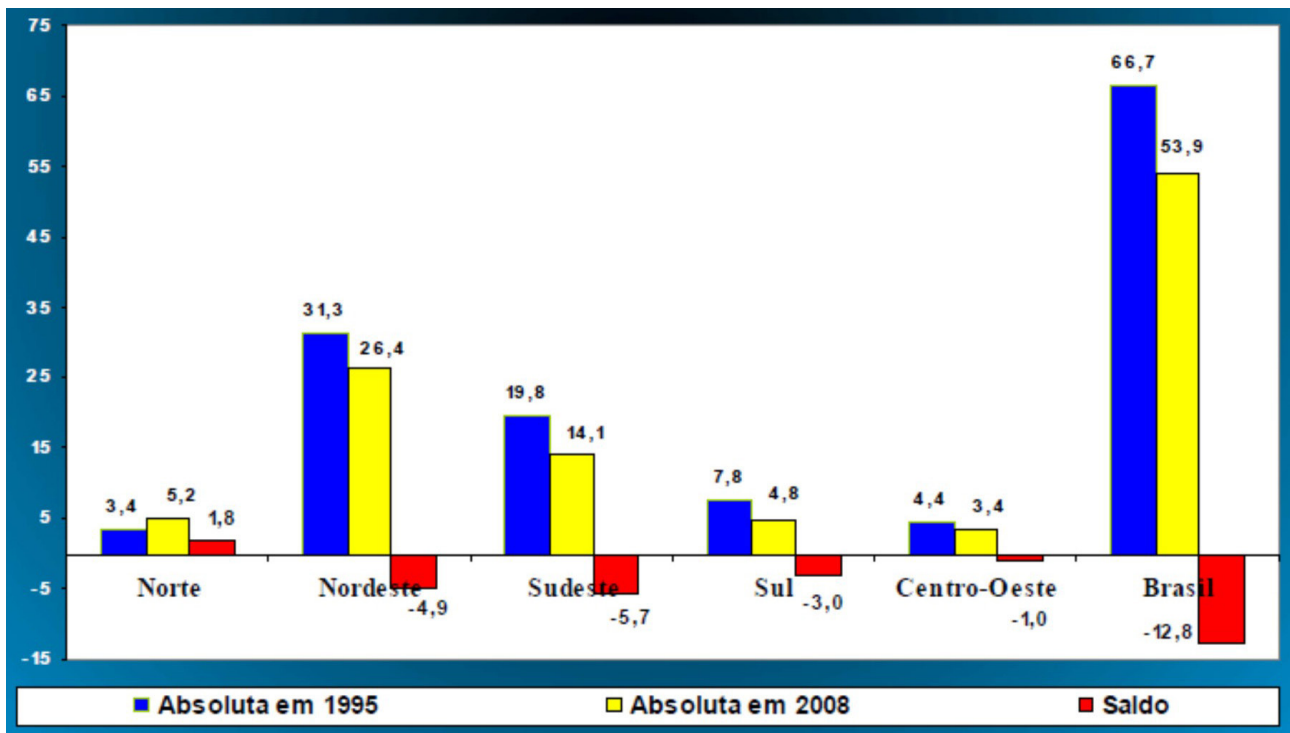


Gráfico 16 – Pobres nas Grandes Regiões Brasileiras em 1995 e 2008 (em milhões)

Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração IPEA.

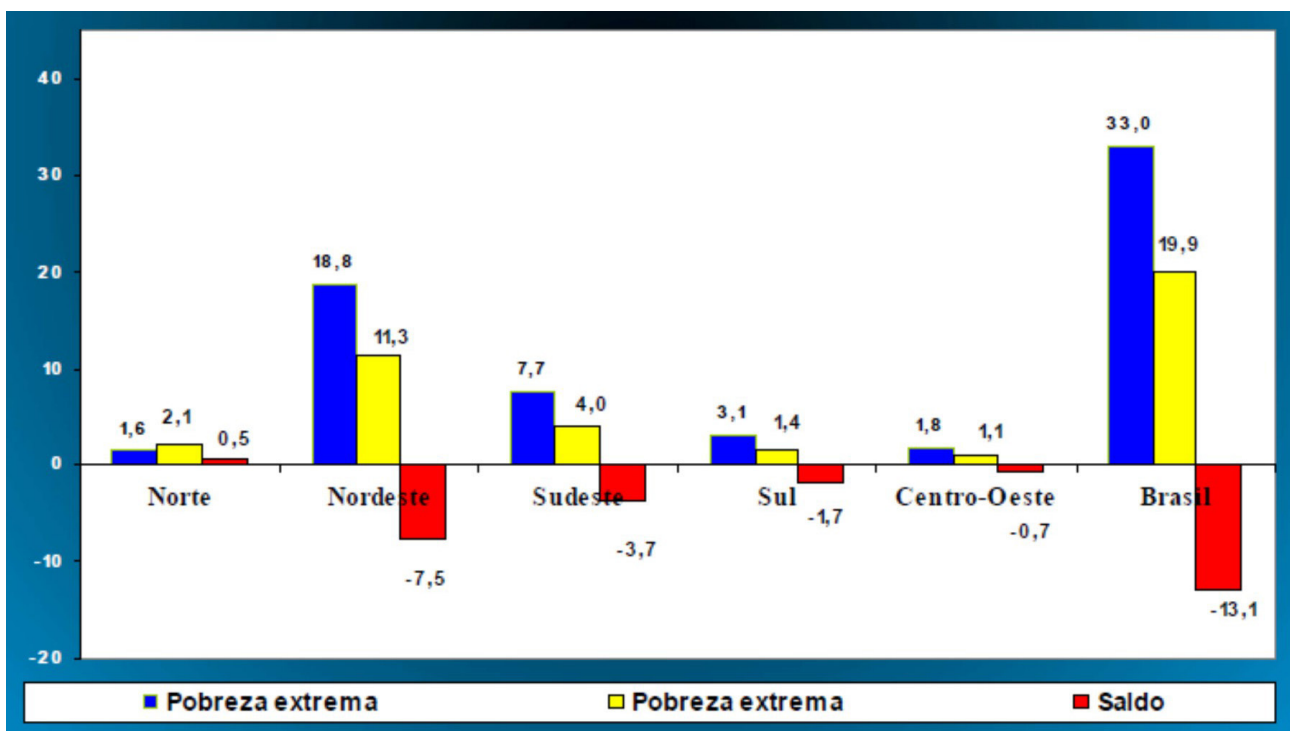


Gráfico 17 – Miseráveis nas Grandes Regiões Brasileiras em 1995 e 2008 (em milhões)

Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração: IPEA.

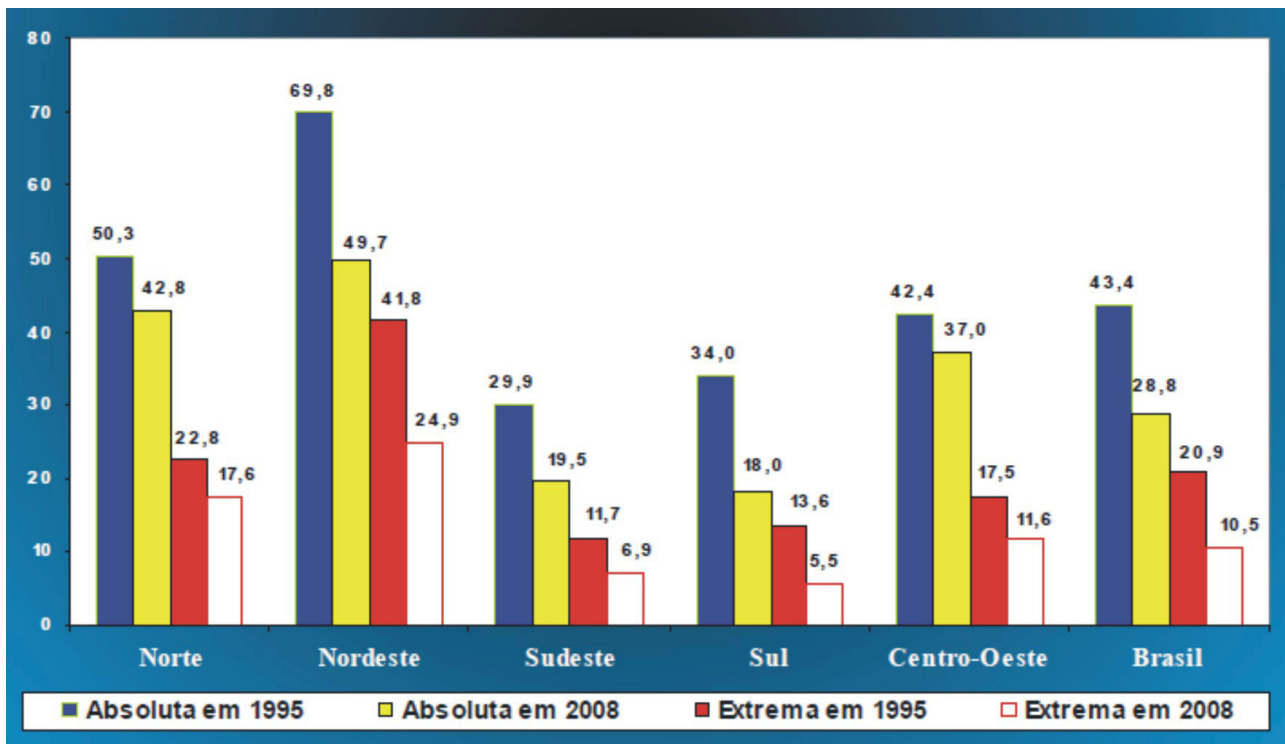


Gráfico 18 – Taxas de Pobreza Absoluta e Extrema nas Grandes Regiões em 1995 e 2008 (em %)

Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração: IPEA.

Desempenho Regional:

- Região Sul

Taxa de pobreza absoluta caiu 47,1%

Taxa de pobreza extrema caiu 59,6%

- Região Sudeste

Taxa de pobreza absoluta caiu 34,8%

Taxa de pobreza extrema caiu 41,0%

- Região Nordeste

Taxa de pobreza absoluta caiu 28,8%

Taxa de pobreza extrema caiu 40,4%

- Região Centro-Oeste

Taxa de pobreza absoluta caiu 12,7%

Taxa de pobreza extrema caiu 33,7%

- Região Norte

Taxa de pobreza absoluta caiu 14,9%

Taxa de pobreza extrema caiu 22,8%

Você veja que a região que mais reduziu a pobreza foi a Sul, que é a região que, na realidade, menos cresceu (Gráfico 19). Então, parece que o crescimento não garante redução de pobreza.

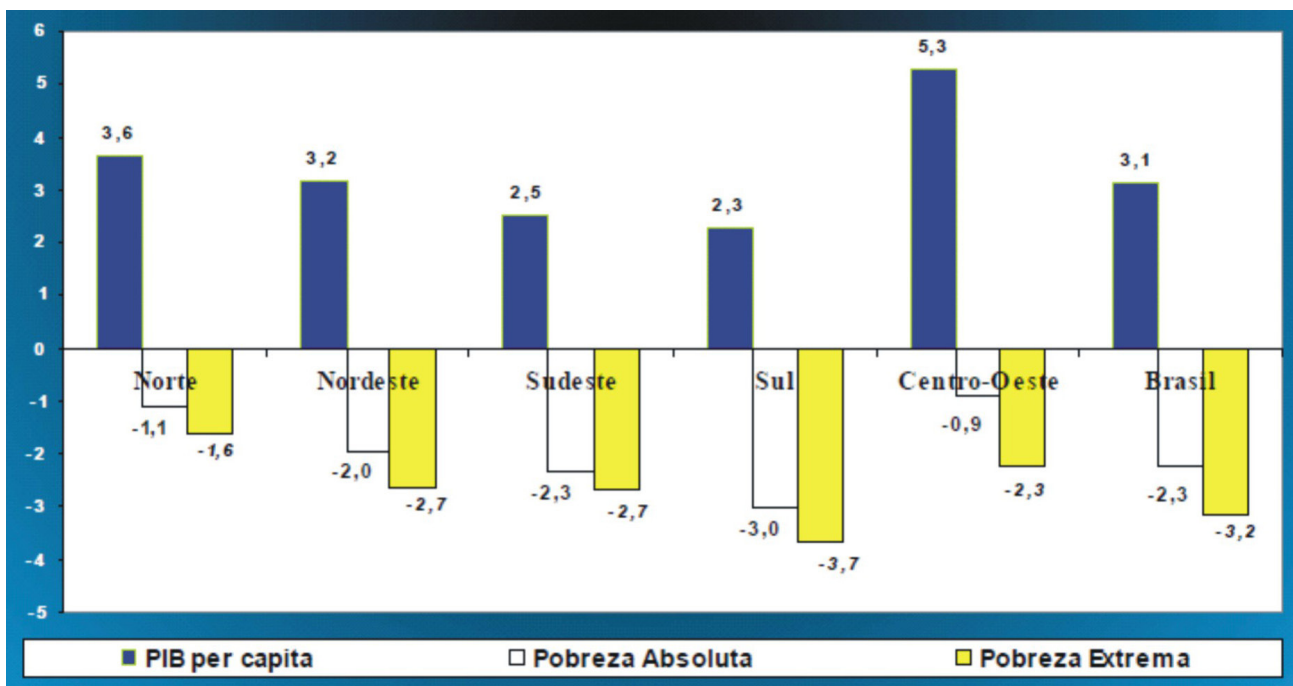


Gráfico 19 – Evolução Média Anual do PIB *per capita* e das Taxas de Pobreza Absoluta e Extrema nas Grandes Regiões em 1995 e 2008 (em%)

Fonte: IBGE, PNAD e Contas Nacionais e Regionais. Elaboração IPEA.

Quando você se volta para olhar o indicador de Gini, vai perceber muito rapidamente que Brasília foi o único ente federativo que ampliou seu indicador.

São Paulo tem o melhor índice de Gini do período, o qual deve agradecer a Brasília, provavelmente, porque se não fosse Brasília, São Paulo hoje não exibiria esse indicador, porque a migração que houve para Brasília foi diferenciada do ponto de vista de qualificação. Certo?

Então, há uma certa indicação aí que se precisa de um estudo maior, que parece que há uma relação entre redução de pobreza e situação inicial de desigualda-

de. Quer dizer, essa questão da desigualdade não é muito enfrentada. A gente sabe que o Nordeste é extremamente desigual. Se você pegar ali os estados, o indicador de Gini de alguns é bem alto.

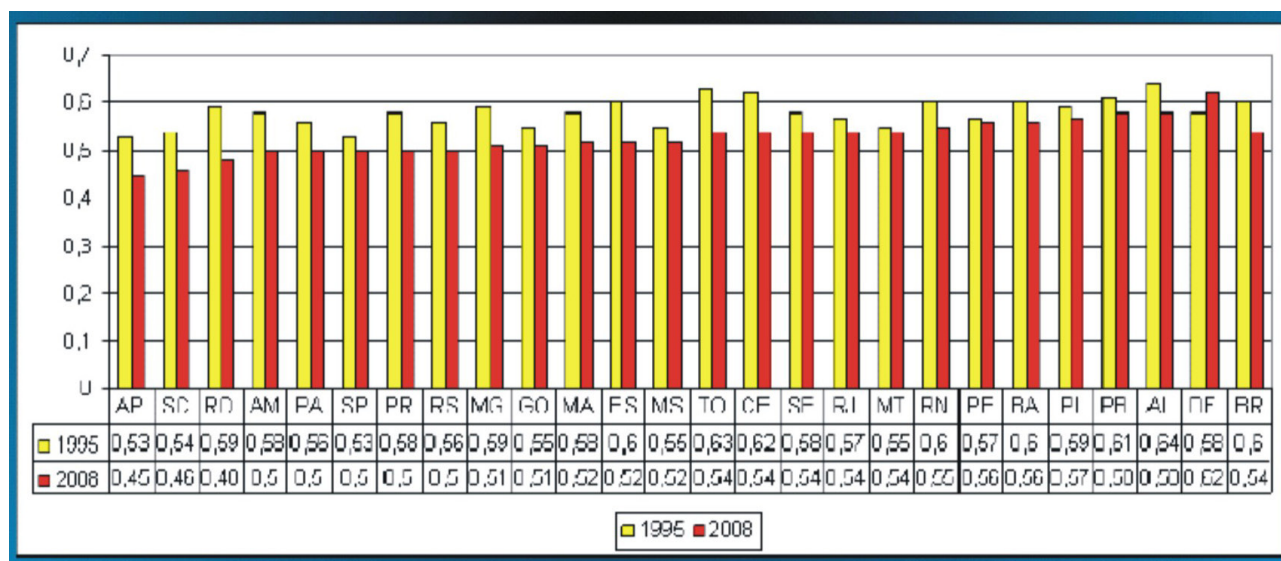


Gráfico 20 – Desigualdade de Renda nos Estados em 1995 e 2008 (Índice de Gini)

Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração IPEA.

Eu gostaria de mostrar também o seguinte: eu peguei os dados da POF que acabaram de ser divulgados e são bem interessantes. Na realidade, a gente tem que trabalhar ainda bastante para extrair mais resultados consistentes e esclarecedores, mas essa é uma marca da desigualdade brasileira ainda, apesar de todo esse cenário positivo que a gente aqui está colocando. Você tem despesas monetárias e não-monetárias, média *per capita* dos 40% das famílias com menores rendimentos e dos 10% mais ricos, digamos assim, com maiores rendimentos. É um quadro claro da desigualdade brasileira.

Na tabela a seguir, a gente pegou, por exemplo, despesa monetária e não monetária por grandes regiões e todas elas têm um crescimento. Você percebe que o Nordeste está com 16,23% de crescimento das despesas monetárias e não monetárias. Estou trabalhando com 2002/2003 trazido para 2008/2009, e isso é elaboração do Ipea.

Vou mostrar rapidamente os próximos gráficos. Aqui são os dados de despesas com alimentação. Aqui tem um dado interessante: do ponto de vista da cultura e da prática regional também, há uma tendência de alimentação fora do domicílio, que é seguida por todas as regiões brasileiras e o Nordeste também segue em um patamar mais baixo do que a média do Brasil.

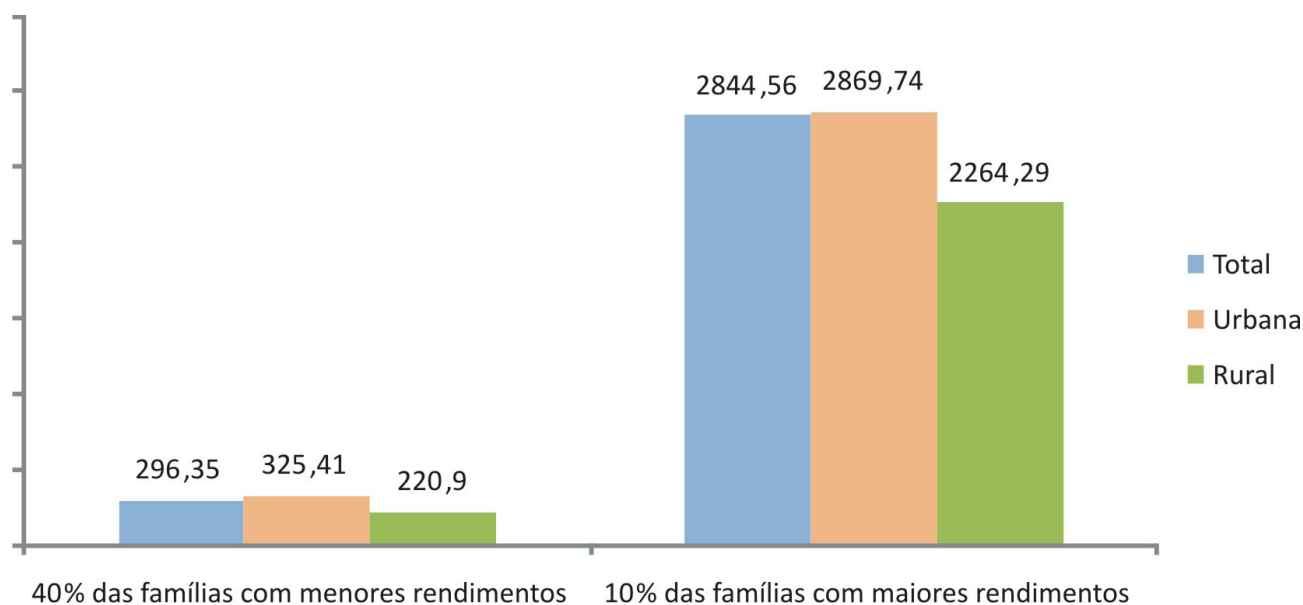


Gráfico 21 – Despesas Monetárias e Não Monetárias Média *per capita* dos 40% das Famílias com Menores Rendimentos e dos 10% das Famílias com Maiores Rendimentos, por Situação do Domicílio – Brasil (2008 – 2009)

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Tabela 1 – Despesas Monetárias e Não Monetárias Mensal Familiar, Total e por Classe de Rendimento segundo as Grandes Regiões – Período (2002-2003 e 2008-2009)

	TOTAL			ATÉ 2 S.M.		
	2002/2003	2008/2009	%	2002/2003	2008/2009	%
Norte	1666,00	2006,80	20,45	624,96	809,97	29,60
Nordeste	1462,82	1700,26	16,23	507,22	641,55	26,48
Sudeste	2788,11	3135,80	12,47	677,91	831,67	22,68
Sul	2465,07	3030,44	22,92	688,55	929,75	35,03
Centro-Oeste	2265,07	2591,14	14,40	653,37	780,75	19,50

Fontes: IBGE, POF. Elaboração: IPEA.

Aqui, surpreendentemente, quando você faz por unidade da federação, o Ceará tem uma posição um pouco abaixo do Maranhão, o que foi uma surpresa para mim.

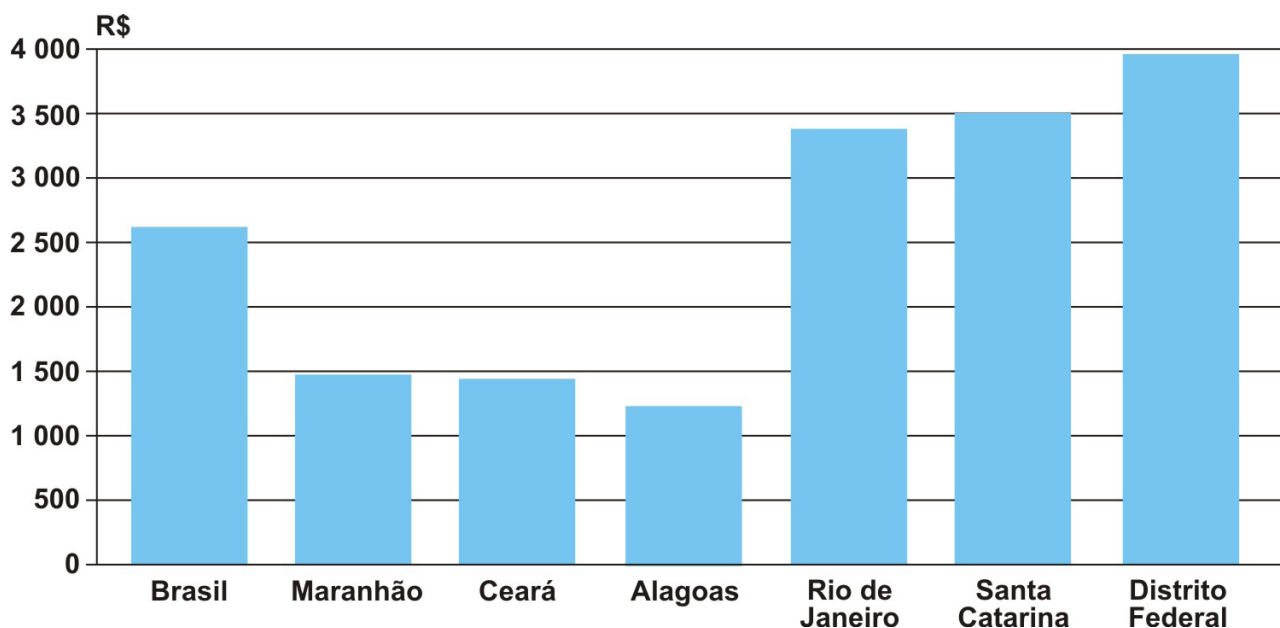


Gráfico 22 – Despesas Monetária e Não Monetária Média Mensal e Familiar, segundo as Unidades da Federação Seleccionadas - período (2008-2009)

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009).

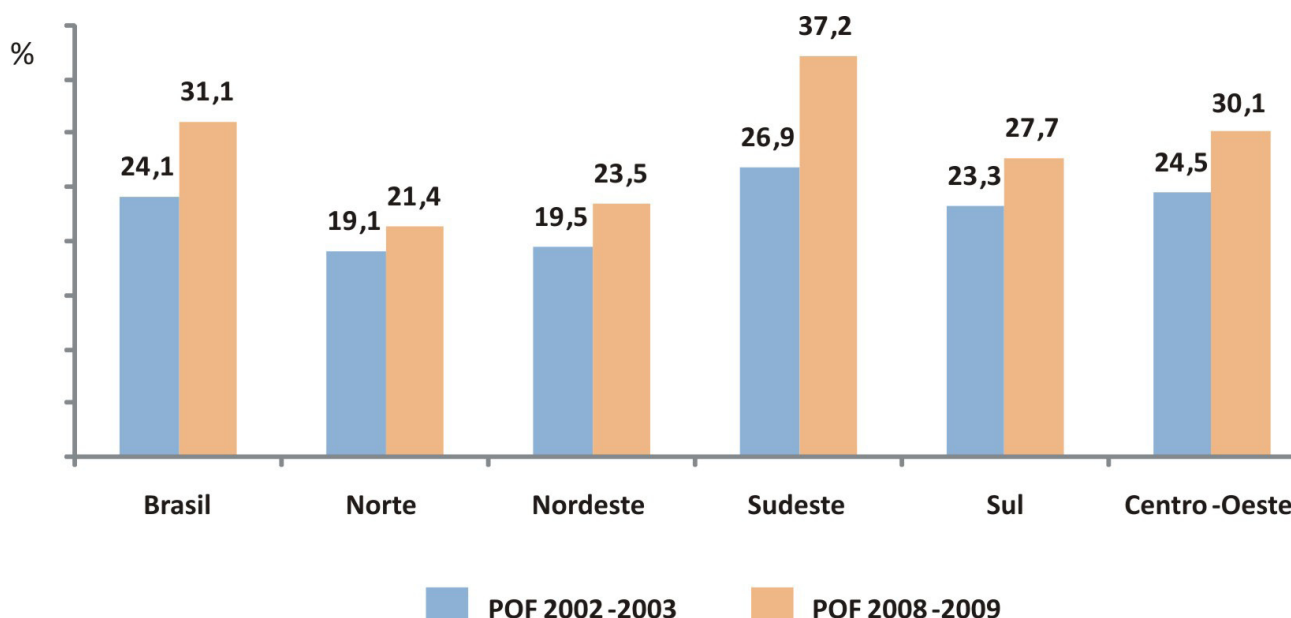


Gráfico 23 – Percentual das Despesas Monetária e Não Monetária Média Mensal e Familiar com Alimentação fora de Casa, segundo as Grandes Regiões – (2002/2009)

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares (2002-2003 e 2008-2009).

Eu queria mostrar, ainda, um dado interessante que tem a ver com a questão da estrutura produtiva, se a gente olhar essa tabela que desagrega os gastos de consumo com alimentação, transporte, vestuário etc. Tentamos fazer um exercício; não conseguimos concluir para trazer para cá, mas é um exercício que procura mostrar o seguinte: aqueles produtos que são comercializáveis e que, por conseguinte, não são atendidos necessariamente na região, como alimentação e vestuário, o Nordeste despende mais do que a média brasileira.

Tabela 2 – Distribuição das Despesas Monetária e Não Monetária Média por Tipos de Despesa segundo a Situação do Domicílio e as Grandes Regiões – período (2008-2009)

"Situação do domicílio, e Grandes Regiões"	Distribuição das despesas de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (%)											
	Total	Tipos de despesa										
		Alimentação	"Habitação"	"Vestuário"	"Transporte"	"Higiene e cuidados pessoais"	"Assistência à saúde"	"Educação"	"Recreação e cultura"	Fumo	Serviços pessoais	"Despesas diversas"
Brasil	100,0	19,8	35,9	5,5	19,6	2,4	7,2	3,0	2,0	0,5	1,1	2,9
Situação do domicílio												
Urbana	100,0	19,0	36,4	5,5	19,5	2,4	7,3	3,2	2,1	0,5	1,2	2,9
Rural	100,0	27,6	30,6	5,7	20,6	2,5	6,5	1,3	1,2	0,7	0,7	2,7
Norte	100,0	25,8	33,6	7,4	16,5	3,6	4,9	2,4	1,9	0,4	1,1	2,5
Nordeste	100,0	24,2	32,8	6,5	18,2	3,1	6,5	2,8	1,8	0,4	1,1	2,4
Sudeste	100,0	18,3	37,2	4,9	19,5	2,1	7,9	3,4	2,1	0,6	1,2	2,9
Centro-Oeste	100,0	17,7	37,9	5,2	21,2	2,5	6,4	2,8	1,7	0,5	1,2	3,0

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009).

Quando você pega, por exemplo, habitação e transporte, o Nordeste gasta menos do que a média brasileira. Então, aí é uma boa questão de pesquisa. Espero que a Matriz de Insumo Produto que o BNB está divulgando auxilie nessa explicação, porque a pergunta que se coloca é: em que medida essa mudança do padrão de renda, esse crescimento do emprego, essa redução da pobreza foi capaz ou é capaz de alterar, minimamente que seja, a estrutura produtiva brasileira? É esse o ponto. Eu agradeço a todos.

Muito obrigada!

Jânia Pinho

Obrigada à professora Liana Carleial. Vamos abrir para três perguntas. E enquanto as perguntas chegam, vou me permitir colocar uma questão aqui para a mesa. Um ponto recorrente é que as políticas públicas não conversam entre si. Assim, muitas vezes, não se precisa inovar tanto. Bastaria otimizar algumas questões e, no caso, otimizar a simples ação de fazer com que essas políticas pudessem estar mais integradas.

Essa é uma questão recorrente e eu coloco para a mesa: o que fazer nesse sentido? Por onde começar? Há necessidade, de fato, de uma coordenação dessas políticas públicas? Ou o simples fato de que as políticas estão aí e têm o mesmo público-alvo seria natural para que esses organismos, essas instituições que aí coordenam essas políticas convergissem, conversassem? Gostaria de ouvir um pouco vocês sobre isso.

Liana Carleial

Acho que a questão da coordenação das políticas públicas é fundamental. É claro que o primeiro passo seria uma interpretação minimamente semelhante, convergente, sobre o real. Se os diferentes ministérios não conseguem produzir uma interpretação sobre o real, que vai ser, na realidade, o objeto de intervenção minimamente semelhante e convergente, certamente há uma dificuldade de que essa coordenação caminhe.

Então, acho que o primeiro ponto é que você tenha uma certa convergência de interpretação sobre a realidade. Em segundo lugar, digamos assim, é que as vaidades sejam um pouco reduzidas. Porque, na realidade, cada um quer ter sua melhor política e isso acontece; isso é uma questão que a gente vive nas instituições.

Em terceiro lugar, acho que essa questão regional é, digamos, muito cravada de preconceitos. Então, por exemplo, para não falar do Nordeste, falemos da Amazônia. A Amazônia tem o polo industrial de Manaus, que abriga 100 mil trabalhadores, e é muito comum se ouvir: “não, aquilo é um enclave, aquilo não faz qualquer sentido”.

Quer dizer, o que se faz com 100 mil trabalhadores, cuja produção, quer automotiva e de duas rodas, quer de eletroeletrônico, faz parte da matriz de valor mundial? Surpreendentemente, faz! Então o que é que você faz com aquilo ali? Certamente, a ideia mais coerente seria tentar desenclavar, complementar os investimentos, construir uma rede de fornecedores na região. Mas isso não se faz com a institucionalidade que temos.

Porque tudo isso que estou dizendo tem a ver com o Estado mais forte e mais democrático. Por que isso? Porque, na realidade, é preciso que ele diga para o empresário: “eu financio, mas precisa que aqui seja feita essa peça, por mais simples que ela seja, e nesse local”. E o Brasil pode fazer isso porque talvez seja o único país no mundo que tem um sistema financeiro de produção mais relevante e disponível, tanto que está atravessando as fronteiras nacionais.

Você tem BNDES, Basa, Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNB, as vertentes do BRDE... Quer dizer, o instrumento você tem, mas você tem que mudar a institucionalidade. Temos que construir, a meu ver, essa prática da condicionalidade. Mas não podemos fazer o que o Kubitscheck fazia, chamar o empresário na sala e dizer: “você vai produzir isso”. Mas existem os instrumentos capazes de implementar isso.

Ladislau Dowbor

Vou comentar esse ponto. Juscelino resolveu o problema dele. Ele criou os grupos de trabalho, os grupos técnicos e trabalhou ao lado da estrutura da máquina pública. E isso não é viável para nós; nós temos que fazer funcionar.

Acho que esse desafio de as políticas serem convergentes sobre o real, que a Liana coloca, é o ponto essencial. Vou usar um exemplo: uma pessoa quer construir uma casa e é o produtor de telha quem decide quando vai mandar telha, bem como o produtor de esquadrias. E não funciona. Você tem que ter, no ponto de impacto, a articulação dos processos de apoio. E isso é muito difícil, porque, no Brasil, nós temos uma herança de setorialidade extremamente forte.

Eu vivi isso quando fui secretário da Luiza Erundina: a dificuldade de você sair de uma visão só setorial para pensar as regiões, portanto espacial, e para pensar dimensões de problemas diferenciados. Porque eu coordenava a Assessoria da Mulher, do Negro, do Deficiente, enfim diversos... Portanto, há diversos focos que têm que ser cruzados num sistema de gestão.

A não ser que a gente multiplique, de maneira absolutamente surrealista, a quantidade de reuniões interministeriais, e aí todo mundo fica louco; você tem que descentralizar as políticas e assegurar sistemas descentralizados de articulações de políticas de apoio.

Lembro-me que a gente estudou o município de Silvânia, salvo erro, em que funcionaram as diversas políticas que, por alguma razão, tinham uma organização comunitária muito forte. E o pessoal dizia: “o Sebrae aqui vai fazer tal coisa, porque a Embrapa está fazendo tal outra, e o outro está fazendo isso...”. Ou seja, no ponto de construção da casa, é um mestre de obra que diz: “olha eu preciso disso, em tal momento”.

Quer dizer, sobre essa descentralização, nós tivemos uma discussão na Bahia, no início do ano, com o pessoal do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia, e há municípios que têm sistemas estaduais. Pernambuco também está criando; já criou o seu Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Tem que haver espaços de articulação das diversas políticas, espaços participativos descentralizados, para que essas políticas efetivamente se articulem.

Queria mencionar que nós temos, na linha dos recursos subutilizados, município por município. Você pode contar nos dedos os que têm algum sistema de infor-

mação gerencial articulada. Lembro de uma reunião com o secretário de Estado de Minas e de Planejamento, que dizia que apenas um terço dos municípios de Minas Gerais fez uma prospecção de subsolo para ver que potenciais possuem.

Quer dizer, os níveis de informação gerencial para os municípios são simplesmente uma tragédia. Entretanto, o Governo Federal avançou muito na geração de sistemas de informação, a partir dos quais os diversos atores podem entender, de maneira descentralizada, o que está acontecendo no conjunto e assegurar a coerência em nível local e, digamos, a coerência sistêmica do processo.

Uma sociedade bem informada ajuda na racionalidade do chamado processo decisório, de maneira impressionante, e é, em termos de custo-benefício, uma das coisas mais baratas que podem ser implantadas, com as devidas resistências. Nem todo mundo gosta de ter transparência.

Jânia Pinho

Vamos para as perguntas do auditório. Para a professora Liana: o professor Assis disse hoje pela manhã que a integração dos países da América do Sul é uma questão de sobrevivência, dada a situação econômica mundial. Como atuar nesse sentido sem, antes, termos revisto o pacto federativo e aprendido a coordenar nossas próprias políticas? Como você defende que o Brasil canalize energia e para que lado? Até que ponto o crescimento econômico é o principal instrumento para o desenvolvimento do Nordeste?

E aqui uma para o professor Dowbor: o que é necessário mudar na estrutura do sistema educacional para que se possa alcançar maior eficiência no uso do conhecimento? E nas demais instituições de governo?

Liana Carleial

Eu concordo com professor Assis. A integração produtiva e dos países do Sul é extremamente importante. Agora, a pergunta foi muito interessante porque foi feita para uma mulher. E uma mulher costuma fazer mil coisas ao mesmo tempo. Então, você diz: o que é que faz primeiro? Eu acho que faz tudo junto.

Não dá para esperar que esse processo interno avance para que, na realidade, promova-se a integração Sul-Sul. No Ipea, temos um trabalho, uma pesquisa, junto com a Cepal, que é exatamente “Integração Produtiva e Redes de Cidades na América do Sul”. É um trabalho que está sendo desenvolvido com muito cuidado. Temos, agora, no dia 21, a apresentação do segundo relatório desse projeto.

Na realidade, estamos identificando setores econômicos que permitam essa aproximação, do ponto de vista da fragmentação produtiva, no seguinte sentido: o que se produz lá e o que se produz aqui de um mesmo produto. Está certo? Então, acho que o professor Assis tem razão. É absolutamente imprescindível, acredito

inclusive que a ação do BNDES também precisa dessa informação, e acho que isso tem que ser feito ao mesmo tempo.

Agora, até que ponto o crescimento econômico é o principal instrumento para o desenvolvimento do Nordeste? Olha, somos contemporâneos de fases de baixo crescimento; somos contemporâneos da fase na qual se dizia que o Brasil não geraria mais emprego, que todo mundo tinha que virar empreendedor, que todo mundo tinha que ser trabalhador autônomo.

Eu, na Faculdade de Economia do Paraná, assisti a várias falas de consultores convidados dizendo para os alunos que eles esquecessem o emprego, porque isso não existiria mais. E o crescimento econômico nos fez retomar a capacidade de criação de empregos. Se a gente considerar a Rais até 2008, são mais de nove milhões de empregos criados com carteira de trabalho assinada, quer no setor privado quer no setor público. Então, evidentemente, que o crescimento econômico é essencial, mas não garante tudo.

Por isso, temos que ter outras políticas. Temos que compreender, por exemplo, que não basta só crescer o País, crescer o Nordeste para que se consiga reduzir a pobreza. Provavelmente, o nó da desigualdade nordestina tem que ser atacado por outro caminho. Eu tenho uma tabela aqui, que eu gosto muito de mostrar, que é a seguinte: o salário médio pago no Nordeste para todos os setores da atividade econômica é mais baixo do que a média brasileira.

Tabela 3 – Rendimento Total e Variação Patrimonial Médio Mensal Familiar, por tipos de Origem dos Recebimentos, segundo as Grandes Regiões – período (2008 – 2009)

"Situação do domicílio, Grandes Regiões e Unidades da Federação"	Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar							
	Total	"Rendimento total"	Tipos de origem dos rendimentos					"Variação patrimonial"
			"Rendimento do trabalho"	"Transferência"	"Rendimento de aluguel"	"Outras rendas"	"Rendimento não monetário"	
Valor R\$								
Brasil	2 763,47	2 641,63	1 688,00	511,16	46,53	43,08	352,86	121,83
Norte	2 092,32	2 011,72	1 372,48	278,17	23,27	34,91	302,89	80,60
Nordeste	1 764,62	1 712,88	1 019,43	397,59	20,68	36,07	239,13	51,73
Sudeste	3 348,44	3 193,05	2 048,29	620,80	63,90	40,41	419,65	155,40
Sul	3 050,82	2 873,52	1 838,22	521,13	51,26	68,88	394,04	177,30
Centro-Oeste	2 823,75	2 731,14	1 875,40	454,48	45,93	37,75	317,58	92,60
Distribuição (%)								
Brasil	100,0	95,6	61,1	18,5	1,7	1,6	12,8	4,4
Norte	100,0	96,1	65,6	13,3	1,1	1,7	14,5	3,9
Nordeste	100,0	97,1	57,8	22,5	1,2	2,0	13,6	2,9
Sudeste	100,0	95,4	61,2	18,5	1,9	1,2	12,5	4,6
Sul	100,0	94,2	60,3	17,1	1,7	2,3	12,9	5,8
Centro-Oeste	100,0	96,7	66,4	16,1	1,6	1,3	11,2	3,3

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Racionalmente, não consigo entender o porquê. Porque, na realidade, não é o diferencial de produtividade. Nós desenvolvemos um trabalho no Ipea para comparar a lucratividade das empresas nordestinas que têm ação nas Bolsas e a lucratividade está na média brasileira ou acima. Então tem algum nó aí também que tem que ser desatado.

E um outro ponto que me assusta toda vez que olho e que também está ali é o fato de que os trabalhadores portadores do “Bolsa Família” que se declararam trabalhadores rurais, 78% estão no Nordeste. Como lidar com isso? Mesmo que a gente admita que essa geração não tem mais, sobretudo no setor rural, como ter um engajamento produtivo, o que estamos fazendo para que os filhos deles tenham essa capacidade?

Tabela 4 – Distribuição dos Benefícios do PBF, em idade Ativa*, segundo Condição no Mercado de Trabalho, Cor e Região – 2008

Condição no mercado de trabalho	Cor/etnia				Região					
	Branca	Negra	Amarela	Indígena	Norte	NE	SE	Sul	CO	Total
Campo não informado	29,4	69,60	0,5	0,5	6,3	54,4	25,3	8,4	5,7	100
Empregador	30	69,00	0,5	0,5	12,9	46,9	22,6	8,9	8,7	100
Assalariado com carteira	38,7	60,80	0,3	0,2	3,3	27,8	46,4	16,4	6,1	100
Assalariado sem carteira	34,9	64,20	0,4	0,5	10,5	32,3	33,4	12	11,9	100
Autônomo com previdência	41,2	58,20	0,3	0,3	9,3	20,9	47,6	17,1	5,1	100
Autônomo sem previdência	31,9	67,40	0,3	0,4	10,4	34,4	32,5	14,6	8,1	100
Aposentado/pensionista	31,6	67,60	0,4	0,5	6,3	45,7	31,6	12	4,3	100
Trabalhador Rural	23,4	75,20	0,5	0,9	8	73,7	10,8	5,9	1,6	100
Empregador Rural	26,9	71,90	0,6	0,7	12,9	56,9	15,3	8,6	6,3	100
Não trabalha	28,2	70,80	0,3	0,6	10,4	50,3	26,2	8,3	4,8	100
Outro	25,3	73,80	0,3	0,6	11	52,4	26,4	6,3	3,9	100
Total	28	71,00	0,4	0,6	9,9	51,5	25,3	8,6	4,8	100

Fonte: CadÚnico – 31/07/2008, a partir de Brito e Kerstenetzky.

Nota: *Idade ativa = 16 a 65 anos.

Isso não passa só pelo crescimento. Então, a mensagem que eu quis passar é da complexidade da questão regional. Nós estamos festejando o crescimento brasileiro, a pujança deste desenvolvimento, a força da criação de empregos, mas precisamos de mais. Precisamos fazer com que todos esses eventos positivos, como todo o conjunto dos investimentos na infraestrutura, todo o conjunto dos investimentos do setor produtivo sejam internalizados na região e, por conseguinte, reduzam os vazamentos de renda. E nem pensemos que a infraestrutura por si só resolve.

Os fundos regionais na Europa mostraram muito claramente que os países que investiram muito fortemente na infraestrutura e não pensaram na estrutura produtiva estão aí com problemas de desemprego, problemas com a inadimplência nos imóveis.

Não basta só infraestrutura. Nós temos que ter a infraestrutura econômica, social e urbana e temos que ter a infraestrutura produtiva. Então, reforço o meu argumento: do nosso ponto de vista, enfrentar a questão regional brasileira é mexer nesta estrutura produtiva.

Ladislau Dowbor

Vocês assistiram ao filme que está no *YouTube* que se chama “Tale of Two Brains” ou “Um conto de Dois Cérebros”? Vocês têm que assistir, viu?! Vocês entram no *YouTube*, “Um conto de Dois Cérebros”. Mostra como funciona a cabeça da mulher e como funciona a cabeça do homem. Não tem nada de chauvinista. Mas diz que, no homem é tudo em caixinha, isso-isso, aquilo-aquilo, não mistura. Enquanto que na mulher, isso não existe.

Cruzando com isso aqui, quando se diz “nós temos que pensar o conjunto”, eu trabalho isso com o conceito de visão sistêmica, senão não vai funcionar. Por isso que eu critico a setorialidade, a fragmentação setorial e essas coisas. Tem que haver em cada território uma visão integrada, uma estratégia definida em função dos recursos subutilizados, dos potenciais, enfim, das vantagens comparativas regionais. Tudo isso envolve uma análise inteligente de como proceder.

Na realidade, estou entrando aqui nessa segunda questão do crescimento. Temos que pensar no longo prazo; concordo plenamente. Meu primeiro emprego, aliás, foi aqui no Nordeste, era jornalista do Jornal do Comércio, de Recife, e uma das primeiras tarefas foi cobrir uma reunião do Celso Furtado com governadores.

Eu era moleque ainda, mas que coisa interessante! Eu me lembro que os governadores disseram: “Essa proposta é de última hora, nós vamos levar um tempo para analisar”. E o Celso disse, tranquilamente: “é, tudo bem! Também quando vocês pedirem financiamento a gente vai pedir um tempo, vamos analisar. Não é?”.

Esse era o clima de negociação desse processo. Mas, na realidade, temos que ter uma visão de longo prazo; a construção de uma estratégia, digamos, de repensar a matriz produtiva do Nordeste não só em função do Brasil, mas em função da América Latina, em função, por exemplo, do deslocamento da bacia econômica do Atlântico para o Pacífico, uma série de movimentos que estão se gerando.

Isso envolve, por exemplo, certas infraestruturas. Pense o seguinte: os Estados Unidos fizeram a conexão Atlântico/Pacífico, em 1890, por ferrovia. Nós ainda estamos pensando se tem que ser, o que é que é... Pelo amor de Deus!

E se vocês olharem, o Brasil é todo Atlântico. A gente chama de Nordeste, mas há um Nordeste econômico Atlântico e pro Interior. Na realidade, a conexão latino-americana das infraestruturas ao mesmo tempo conectaria o interior do Brasil consigo mesmo, com essa orla marítima.

As visões estratégicas de longo prazo, visão sistêmica e inclusão das dinâmicas ambientais, o que é vital e que praticamente não foi mencionado aqui, eu acho que são eixos essenciais. Não adianta só crescer. Crescer fazendo o que? Para quem? Com que custos? E em particular para a natureza. Essa é a visão, digamos, feminina da coisa.

Relativamente ao problema educacional, recentemente, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social me pediu para fazer uma sistematização de um conjunto de propostas de estratégias, para a próxima década, que eles receberam.

Uma consulta nacional que eles fizeram e me deram uma pilha de respostas e propostas, que eu passei um par de meses digerindo, e isso se transformou em um documento que se chama: “Brasil, um Outro Patamar”. Vocês podem pegar no meu *site*; está disponível, são 30 páginas. Não é uma pilha assim, tem onze eixos propositivos, onde envolve, evidentemente, educação.

Educação foi a coisa mais mencionada em todos. Desde a CUT até a Gerda, porque a consulta foi muito ampla. É um documento legal e forte. Eu gostaria muito que vocês se interessassem. É uma proposta de estratégia para a próxima década.

Nisso, eu dei muita força a toda política de educação, não no sentido que eu acho que na nossa cabeça ainda está bastante limitada, de educação com professores em sala de aula e coisas do gênero. Mas no conceito de gestão do conhecimento no território.

Nós estamos trabalhando isso, por exemplo, com o pessoal do Paraná, com Rodrigo Loures, criando arranjos educativos locais. Vejam bem: em um território determinado, vocês têm conhecimentos empresariais muito ricos, têm conhecimentos da área pública, podem cruzar os dados que são levantados no sistema multicapilar, como o da saúde, como o da própria escola etc. Você tem os novos cadastros que servem para o “Bolsa Família” e para outras políticas sociais, cadastros integrados, enfim, você tem um conjunto de sistemas de informação. E hoje, o conhecimento na área da educação não é mais o conhecimento que está na cabeça do professor.

O conhecimento banha o planeta, está na Internet. Eu fiz uma reunião com o Gil, fizemos em Piraí, onde todas as escolas públicas estão em *Wi-fi* urbano. Os moleques, em escola pública, ao invés de ter lancheirinha, tinham o *laptop* azulzinho. Fizeram um acordo com a Intel de R\$ 400,00 o preço do *laptop*.

Eu vi uma aula de Geografia em que a professora estava falando do Rio São Francisco; os meninos estavam puxando pelo *Google Earth* a imagem que a professora estava falando, fazendo *zoom*. Eles levam o computador para casa, fazem um

estudo comparado de bacias hidrográficas, estão me entendendo?

Hoje, não é mais aprender a coisa na escola, decorar o comprimento do Nilo. Hoje, é aprender a navegar em um conhecimento mundializado. Todos os dados do Ipea estão *on-line*. Todos os dados dos meus livros, artigos, enfim, estão *on-line*. Uma editora ou outra chia, mas, como os meus livros continuam vendendo...

O MIT dos Estados Unidos fez o OCW, *OpenCourseWare*, curso aberto, que nem tem o Linux, para a Universidade. Eles constataram que em poucos anos o MIT, que é o principal centro de pesquisa norte-americano, teve 50 milhões de textos puxados no planeta.

Você imagina a contribuição para o conhecimento no mundo? Agora, como é que a gente trabalha nas nossas universidades? Eu sou professor, coloco o título na lousa. Os alunos o que é que fazem? Copiam. Cada um copia o seu. O que é que acontece? Não acontece nada. O que é que eu tenho direito de fazer? Xerocar um capítulo de um livro, colocar lá no escaninho; os alunos vão ler aquele capítulo isolado do livro, entender pouco daquilo. É o óbvio! Então, estamos fazendo ciência? Isso é pré-história, gente.

E se a gente disponibilizar livros *on-line*, é pirataria. Os Estados Unidos não são um país comunista. Entendem? Então, está lá o MIT, Havard, Berkeley, na Califórnia, todos estão disponibilizando *on-line* mais conhecimento. Porque é isso que enriquece o planeta.

Então, acho que, aproveitando essa pergunta nesse sentido, é muito mais do que educação; é a revolução do acesso ao conhecimento que a gente precisa travar e que está sendo travada hoje nas discussões sobre a lei da propriedade intelectual e coisas do gênero.

Acho um eixo absolutamente estratégico, porque, quando você gera sistemas, por exemplo, de *Wi-fi* urbano, de acesso gratuito à Internet, você facilita a telefonia, você rompe o problema dos atravessadores, porque o produtor e o consumidor podem se conectar diretamente. É um eixo de transformação.

Nesse sentido, gostaria de puxar para essa visão, de sair do conceito da sala de aula, professor e quadro negro, para a visão de gestão de conhecimento integrado no território. Tem um texto meu que vocês podem pegar, que se chama “Educação e Desenvolvimento Local” e que ajuda nesse processo.

Eu só queria fechar, relativamente aos comentários, insistindo no desenvolvimento local, porque é a base. E está nos meus textos, explícito, o desenvolvimento local. Essa gestão participativa local é vital, mas não é suficiente.

Você tem que ter políticas dos diversos níveis territoriais e com forte participação articuladora do Estado no conjunto. Eu não estou entrando nesse negócio de “*small is beautiful*”, das coisas locais bonitinhas e tal, mas é um elemento essencial

porque é a base da sociedade; é onde a gente vive. É isso aí!

Jânia Pinho

Queria agradecer ao professor Ladislau e à professora Liana pelas contribuições dadas durante o evento. Obrigada!

PAINEL III – PRÉ-SAL: OPORTUNIDADES PARA O NORDESTE

Composição da Mesa:

José Sydrião de Alencar Júnior – Diretor da Área de Gestão do Desenvolvimento do Banco do Nordeste (Presidente de mesa)

Zezeu Ribeiro – Deputado Federal pelo Estado da Bahia

Francisco José Rocha de Sousa – Consultor da Câmara Federal dos Deputados na Área de Energia

Mestre de cerimônias

Senhoras e senhores! Iniciaremos, em instantes, o Painel III, que traz como tema: “Pré-sal: Oportunidades para o Nordeste”. Convido ao palco, para presidir os trabalhos à mesa, o senhor diretor da Área de Gestão do Desenvolvimento do BNB, José Sydrião de Alencar Júnior.

Convido, também, os senhores expositores: o excelentíssimo senhor deputado federal pelo Estado da Bahia, Zezeu Ribeiro, e o senhor consultor da Câmara Federal dos Deputados na Área de Energia, Francisco José Rocha de Sousa.

Para sua saudação à plateia e, em especial, aos palestrantes convidados, com a palavra o senhor presidente dos trabalhos à mesa e diretor da Área de Gestão de Desenvolvimento do BNB, José Sydrião de Alencar Júnior.

Sydrião Alencar

Boa tarde a todos e a todas! É um prazer estarmos no Fórum. Já é uma tradição no Nordeste e no Brasil discutirmos as questões regionais dentro de uma amplitude nacional.

O tema dessa mesa trata exatamente da questão do pré-sal, que se anuncia como uma questão, que pode e eu acredito que deve mudar a dinâmica nacional, com sérios impactos em termos locais e regionais.

Estamos aqui à mesa com o deputado federal Zezeu Ribeiro, que é coordenador da Bancada do Nordeste. Zezeu Ribeiro tem uma visão estratégica na Câmara e a Bancada foi extremamente importante nos últimos anos na discussão

das propostas nacionais com impactos regionais. As discussões feitas na Banca são interessantíssimas, e o deputado vai trazer a visão política e estratégica desse tema. Já o nosso consultor, Francisco José Rocha de Sousa, vai trazer uma visão mais técnica.

Vou passar rapidamente a palavra para Francisco José Rocha de Sousa, que vai discorrer sobre essa questão, que é algo polêmico e de grande impacto, já que envolve exatamente a questão federativa e regional.

Francisco José Rocha

Boa tarde! Primeiramente, é importante a gente saber por que o governo está propondo um novo modelo para o pré-sal. Muita gente advoga o seguinte: o modelo de concessão está aí, está funcionando; por que a gente precisa mudar? Para entender isso, é preciso avaliar a situação à época em que o modelo de concessão foi introduzido, em 1997, e a situação em 2009.

O que o País descobriu em 2007? Descobriu um volume de recursos muito grande de petróleo leve. O petróleo tem seu valor estabelecido em função da densidade e do teor de enxofre, basicamente; então, quanto mais leve o petróleo, mais valioso.

Nós encontramos petróleo leve em grande quantidade na Bacia de Santos. E, melhor ainda, com baixíssimo risco exploratório. Nessas circunstâncias, houve uma reunião do CNPE, inclusive com a presença do presidente Lula, e resolveu-se pela constituição de um grupo de trabalho para propor um novo modelo. Esse grupo levou cerca de 14 meses e propôs um novo modelo.

Eu chamaria a atenção para algumas características em 97 e em 2009. O preço do petróleo, naquela ocasião, em 97, o preço médio do Brent, que é um dos petróleos de referência no mundo, era US\$19 o barril. Em 2009, quando o modelo foi apresentado, era US\$61,74. Hoje, o valor oscila em torno de US\$70 a US\$80 o barril.

Então, houve uma mudança de patamar significativa no preço do petróleo. A outra questão foi a reserva. Tínhamos uma reserva de sete bilhões de barris e, em 2009, no final do ano, a reserva provada de petróleo já era de 12 bilhões. Com relação à importação, o Brasil era um importador líquido de petróleo em 1997 e, em 2009, ele passou a ser exportador líquido de petróleo.

Além disso, se quisermos acrescentar, o Brasil era fortemente devedor de moeda forte e, em 2009, passou a ser credor. Nós temos mais de 250 bilhões de reserva. O que isso sugere? Sugere que o governo fique com uma parcela maior da renda do petróleo. Isso é um dos objetivos centrais do modelo: a apropriação da renda do petróleo pelo Estado vai aumentar (Quadro 2).

Uma coisa que precisa ser dita é que o preço do petróleo não tem nada a ver

com os custos do petróleo. A Arábia Saudita extrai petróleo a US\$5 por barril e vende pelos mesmos US\$70 o barril. Então, não existe nada a ver com o custo.

PARTILHA X CONCESSÃO		
	1997	2009
Preço do Petróleo - BRENT (US\$b)	19,09	61,74
Reservas Provadas de Petróleo no Brasil (bilhões b)	7,11	12,16
Importações líquidas de petróleo (mil bpd)	538,5	-132,5

Quadro 2 – Partilha x Concessão

Fonte: ANP, EIA.

Nota: * Reservas em 31/12/2009.

Qual era o potencial de recursos? Não pode ser chamado ainda de reserva, apesar de algumas autoridades terem usado esse termo, porque você só pode falar em reserva depois que o campo tem sua comercialidade declarada. A empresa do petróleo oficia à Agência Nacional do Petróleo que aquele campo é comercial e submete o Plano de Desenvolvimento.

Mas, a despeito disso, a ANP declarou que as reservas potenciais do pré-sal podem chegar a 50 bilhões de barris. Quer dizer, como a gente viu no *slide* anterior, isso corresponde a multiplicar por quatro as reservas atuais: iríamos agregar mais 50 barris, o que hoje são 12 barris. É uma riqueza fabulosa.

Por conta disso, e só para lembrar: o que é o pré-sal? O pré-sal conhecido vai da costa do Espírito Santo à costa de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A parte mais promissora está em frente à Bacia de Santos, então, no litoral de São Paulo. É a parte mais promissora do pré-sal, com uma espessura em que a formação é maior.

Lembro também que 28% do pré-sal já foi concedido. O que acontece e o que significa isso? Um bloco de petróleo tem profundidade ilimitada. Na Bacia de Campos, já concedemos 28% e eles estão produzindo em horizonte superior. O concessionário tem direito, depois de promover o aproveitamento no horizonte superior, de perfurar até o pré-sal e produzir essa riqueza.

Então, 28% do pré-sal já foi concedido e vai ser produzido, sem nenhuma dúvida, pelas empresas detentoras dos direitos de exploração atual. Quais são os recursos do pré-sal que já foram comunicados? Parque das Baleias, Tupi, Iara, Franco – campo que, muito provavelmente, vai ser utilizado para a sessão onerosa, que vamos ver na sequência.

O que é o modelo do pré-sal que está sendo discutido no Congresso hoje? Ele é composto, basicamente, de quatro projetos de lei. O primeiro é o que introduz o

chamado “regime de partilha de produção” - PL nº 5.938/09 (PLC nº 16/2010). É um regime novo, que vale para a área do pré-sal e áreas estratégicas.

Além disso, temos um outro modelo, que trata da criação da Petro-Sal - PL nº 5.939/09 (PLC nº 309/09), que já foi aprovado pelo Senado e está apenas aguardando a sanção do presidente da República. Tem o projeto do Fundo Social - PL nº 5.940/09 (PLC nº 7/2010), que, a meu ver, é o mais importante de todos, porque estamos falando aqui de poupança de longo prazo para o Brasil.

Já vimos nos painéis, anteriores, a importância disso para os investimentos e para a economia do Brasil. Pela primeira vez, vamos ter a possibilidade de uma poupança de longo prazo no Brasil e isso é uma revolução. Só para dar uma ideia, a Noruega possui um fundo soberano do petróleo cujo saldo, em março de 2010, era de quase US\$443 bilhões, para uma população de cinco milhões de habitantes. A maioria desses recursos investidos fora do País.

Há outro projeto de lei (PL nº 5.941/09), que já foi convertido em lei (PL nº 12.276/2010) que autoriza a União a vender reservas para a Petrobras e capitalizar empresas. Vamos ver aqui na frente o que significa esse modelo para a Petrobras. Ele cria esse regime de partilha de produção e incumbe a Petrobras de ser a operadora exclusiva desses recursos.

Então, no pré-sal, a operadora exclusiva vai ser a Petrobras, e assegura a ela 30% de participação no consórcio vencedor, participação mínima. Ela vai ter uma necessidade de captação enorme para explorar o pré-sal. Por isso é que se pensou na sessão onerosa. É uma forma de capitalizar a Petrobras sem aumentar o endividamento público.

Como as reservas são da União, a União está dando essa destinação para os recursos. Uma coisa que é importante lembrar é como você seleciona quem vai vencer, quem vai ter o direito de explorar o pré-sal. Na concessão hoje, é um misto; você tem o chamado bônus de assinatura, um programa exploratório e também o conteúdo local. Você tira uma média, tem uma ponderação diferenciada... Esse é o critério de hoje na concessão.

Na partilha de produção, vai ser diferente. Na partilha de produção, ganha o direito de explorar quem oferecer mais óleo para a União. Esse vai ser o critério objetivo. Esse excedente em óleo vai ter um valor mínimo, fixado pelo presidente da República por proposta do Conselho Nacional de Política Energética, que é composto de nove ministros. Vai ter o mínimo e um leilão.

Já falei sobre a questão da Petrobras, quer dizer, vai haver um comitê operacional que determinará como as operações vão-se dar e, nesse comitê operacional, o controle vai ser exercido pela Petro-Sal, uma empresa que o governo está criando e que vai ser os olhos do governo na operação.

Veremos, na sequência, que é absolutamente essencial, para que esse modelo funcione bem, que se tenha um conhecimento preciso dos custos de exploração no pré-sal. Por isso, vai haver uma empresa só para cuidar disso. Se a Petrobras integra um contrato com outras petroleiras, ela não poderia assumir essa incumbência. Haveria um claro conflito de interesses.

Só para lembrar: a receita do petróleo da União vai ser a maior fonte de recursos do Fundo Social. No projeto original, o governo, por conta do calendário político, não mandou uma proposta de distribuição da renda petrolífera; quem o fez foi a Câmara dos Deputados e o Senado.

Vou passar para uma figura que é mais elucidativa. Essa é a figura que eu queria mostrar para vocês. A lei define o que é custo em óleo, uma definição restrita, que não engloba todos os custos. Na partilha de produção, você tem um custo em óleo que o concessionário, no caso de descoberta comercial, tem direito de recuperar, desde que aprovado pela Petro-Sal, que vai ser o olho do governo. A Petro-Sal é quem vai dizer se aquele custo está bom ou não (Figura 1).

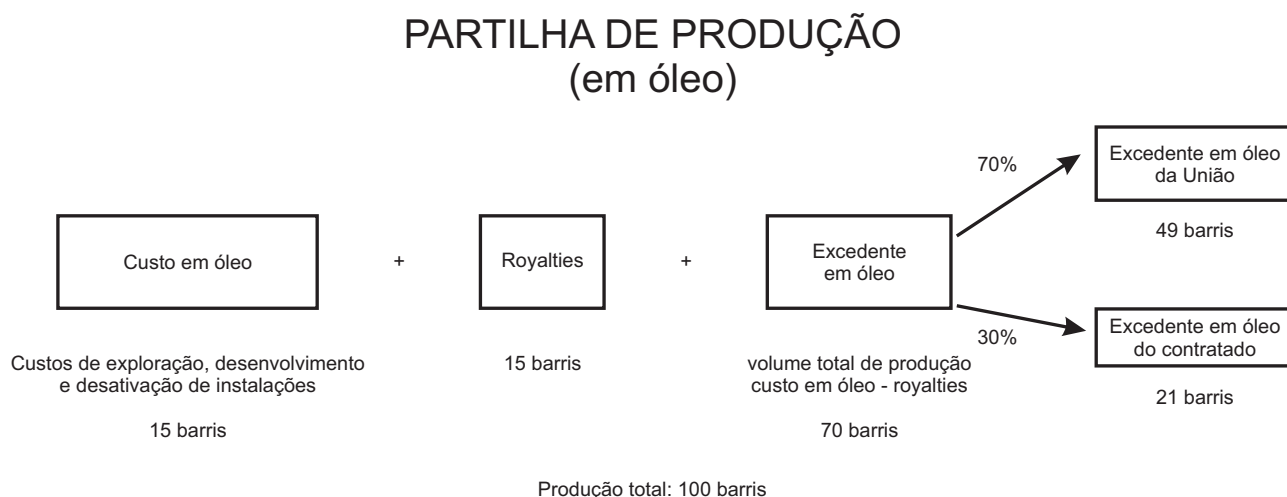


Figura 1 – Partilha de Produção (em Óleo)

Fonte: Elaboração do Autor, a partir do PL nº 5.939/09.

Tem os *royalties*, que são devidos, e o chamado excedente em óleo, que, na literatura internacional, é chamado de *profit oil*. Esse *profit oil* é que é dividido entre a empresa de petróleo e a União. A parcela que nos interessa é a da União; quanto a empresa de petróleo vai deixar para a União. E esse percentual mínimo a que eu me referi vai ser definido antes, no edital de licitação.

Assim, é importantíssimo que a Petro-Sal funcione bem e acompanhe os custos que as empresas de petróleo, inclusive a Petrobras, vão declarar. Outra coisa que tem gerado uma incompreensão muito grande é com relação ao *royalty*.

O *royalty* não tem nada a ver com o dano ambiental. Para isso, a Constitui-

ção já estabelece, no Artigo 225, que as pessoas físicas e jurídicas são obrigadas a reparar os danos ambientais, sem prejuízo de sanção penal ou sanção cível. Isso deve ficar bem claro e vou enfatizar de novo: *royalty* não têm nada a ver com dano ambiental nem com dano socioeconômico.

Todo mundo aqui está sabendo que houve um acidente seríssimo no Golfo do México, que causou danos vultosos para a indústria de pesca, para a atividade de turismo nos estados banhados pelo Golfo do México. A British Petroleum continua obrigada a pagar os *royalties*. Não tem discussão, isso é pacífico. Aqui no Brasil também. Se houver vazamento, a empresa de petróleo vai ter que continuar a pagar os *royalties*.

Isso (referindo-se à Figura 1) é um quadro que mostra como é a distribuição atual dos *royalties*, para onde vão. Só chamaria a atenção que a União fica com 30% desse valor, considerando a produção na plataforma continental.

Estou tratando da distribuição da riqueza do petróleo porque foi o ponto que mais discussão suscitou no Congresso Nacional, sem sombra de dúvidas. E vou dizer o porquê. Quando se estabeleceu o critério de distribuição da riqueza do petróleo, a produção era muito pequena e o preço do petróleo era controlado pelo governo. O governo fixava o preço do petróleo para diminuir as pressões inflacionárias. Naquela época, só para dar um exemplo, o barril era fixado em R\$14,9; então, ninguém se preocupou muito com a questão da distribuição da renda petrolífera.

Em 2008, por exemplo, essa questão já mudou de figura. Houve um município que recebeu R\$1 bilhão. Esse município tem 500 habitantes e recebeu R\$1 bilhão: Campos dos Goytacazes. A Bahia, que tem 15 milhões de habitantes, corrija-me o deputado Zezéu, recebeu cerca de R\$150 milhões.

O que pode vir a ser essa riqueza do petróleo? O que pode ser? Fazemos simulações e sempre temos que ressaltar que o objetivo aqui é obter uma ordem de grandeza, porque se trabalha com premissas de preço de petróleo, de taxas de câmbio, velocidade de crescimento de produção, volume da produção de gás que vai ser efetivamente comercializada, uma série de premissas.

Mas percebemos que, em 2009, a soma de *royalties* mais participação especial, que foi R\$16,44 bilhões no ano, em 2019, passa para R\$79 bilhões. Por quê? Porque nós estamos trabalhando com uma taxa de crescimento de produção de petróleo dado o planejamento oficial de 9,5% ao ano. E isso sem considerar nenhum barril de partilha de produção, porque as leis não foram aprovadas. Então, vai haver um crescimento da riqueza petrolífera enorme.

Isso aqui são os critérios de distribuição de *royalties* (Quadro 3). Eu não tenho mais tempo, já estou sendo cobrado pela mesa.

Só para lembrar: quais são as consequências desse acidente na plataforma lá

no Golfo do México? O que vai acontecer, e podem ficar certos disso, é um aumento no custo de produção.

Lei nº 7.990 de 28/12/1989 Parcela do valor do royalty que representar 5% da produção		Lei nº 9.478 de 06/08/1997 Parcela do valor do royalty que exceder 5% da produção		Valor médio royalties = 100%
Lavra na plataforma continental		Lavra na plataforma continental		
Estados confrontantes	30,00%	Estados produtores confrontantes	22,50%	26,25%
Municípios Produtores e suas respectivas áreas geoeconômicas	30,00%	Municípios Produtores confrontantes	22,50%	26,25%
municípios onde se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou gás natural	10,00%	Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural	7,50%	8,75%
Ministério da Marinha para atender aos encargos de fiscalização e proteção das atividades econômicas das referidas áreas	20,00%	Ministério da Marinha para atender aos encargos de fiscalização nas áreas de produção	15,00%	17,50%
		Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa, Ciência e Desenvolvimento Tecnológico aplicados à indústria do Petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programa de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias.	25,00%	12,50%
Fundo especial a ser distribuído entre os Estados e Municípios	10,00%	Fundo especial a ser distribuído entre os Estados e Municípios	7,50%	8,75%

Quadro 3 – Critério de Distribuição de *Royalties* para Áreas Contratadas sob o Regime de Concessão

Fonte: Brasil. Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Nós do setor de petróleo vamos ter que trabalhar algo com que o setor elétrico já convive há muito tempo, que se chama redundância. Você tem uma determinada área que é suprida por uma linha, tem uma linha paralela e outra que pode cair e você garante o suprimento. O setor petróleo vai ter que conviver com isso. Vai ter que ter um BOP lá, com mais válvulas cegas, porque se uma válvula não atuar, a outra vai ter que atuar.

Para concluir, queria enfatizar a importância do Fundo Social. Como funciona lá fora? Lá fora, você investe nas ações sociais, em aposentadoria, rendimentos da poupança. Essa era a ideia inicial. Atingido um determinado nível de capital do Fundo Social, você poderia passar a gastar também um fluxo mensal.

Ressaltando o potencial de renda desse Fundo Social: se a gente considerar 50 bilhões de barris e admitir uma produção em trinta anos, isso daria, é um exercício só, uma produção de 4,6 milhões de barris por dia, mais que o dobro da produção atual.

A gente tem condições de ter aqui no Brasil, tranquilamente, um fluxo de US\$30 bilhões para esse Fundo. Quer dizer, é planejar agora o que vamos fazer com essa riqueza, para evitar os erros do passado. O meu tempo acabou. Eu fico à disposição para as perguntas.

Sydrião Alencar

Queria colocar aqui a pertinência do tema pelos números, que, para a grande maioria das pessoas, são originais. Por exemplo, está aqui nessa mesa o deputado Zezéu, exímio conhecedor, porque participa dos debates, mas eu confesso que, de grande parte dessas informações eu não tinha conhecimento. Essas são questões de extrema seriedade.

Por exemplo, o que o Rio de Janeiro recebe hoje de *royalties* é equivalente aos repasses do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE, que é destinado a todos os estados do Nordeste, mais o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O deputado Zezéu, coordenador da Bancada do Nordeste, em Brasília, certamente trará informações valiosas, além das fornecidas pelo Francisco José Rocha, do ponto de vista estratégico e político.

Zezéu Ribeiro

Boa tarde, companheiros e companheiras aqui reunidos! É bom voltar aqui para mais um debate junto aos companheiros da Anpec e do BNB. Hoje, vou discutir a questão do pré-sal.

Vivemos em uma economia complexa, diversificada e temos agregado esse potencial que é o pré-sal. Diferentemente, por exemplo, da Venezuela ou dos países árabes, que têm uma economia quase que exclusivamente centrada no petróleo, inteiramente dependente, embora alguns tenham começado a diversificar, particularmente os países árabes.

Mas a Venezuela ainda vive em uma economia centrada no petróleo quase que exclusivamente, o que leva àquilo que chamam de doença holandesa, que é a depen-

dência de uma única economia. Não sofremos esse problema, pela complexidade da nossa economia. Agora, temos um aporte enorme para isso.

O que isso pode representar para a sociedade brasileira? Acho que tem dois eixos fundamentais em relação a isso: assegurar um projeto de soberania nacional, o que está representado nos projetos da partilha – que é deixar de ser concessão para ser partilha –, no contrato de criação da Petro-Sal e na capitalização da Petrobras.

Esses três projetos trabalham no sentido de garantir a soberania nacional. A Petrobras foi internacionalizada: 40% do capital da Petrobras está na Bolsa de Nova York. Então, como você age no resgate da soberania nacional em relação a isso e para ter um mecanismo de gestão, sendo que estamos buscando que a Petrobras se internacionalize, temos que abrir a possibilidade aqui.

Mas, aí, garantimos que toda a operação vai estar assegurada pela Petrobras, com a fiscalização da Petrobras e dos parceiros por meio da Petro-Sal, que toma conta dos recursos que irão para o Fundo. E o que garante, também, a soberania nacional em relação a isso é o contrato de partilha.

O companheiro Francisco muito nos ajudou lá no Congresso Nacional na elaboração, na discussão, desse projeto. No contrato de concessão, você assume a concessão e um risco elevado. O petróleo é patrimônio da União até a boca de saída. Saiu, ele passa a ser propriedade dos exploradores. Ele é patrimônio da União enquanto ele é uma riqueza potencial.

Quando você tinha o risco, e o risco se define muito mais na prospecção, que é o caro, você então tinha uma condição de que recebia isso já como um patrimônio seu e pagava por isso, com quatro elementos: bônus de assinatura, os *royalties*, a participação industrial e o pagamento pela ocupação e retenção das áreas.

O bônus de assinatura e o pagamento da ocupação são de baixa incidência. O pesado são os *royalties* e a participação industrial, e era essa a remuneração pública. Com o contrato de partilha não, porque agora você tem uma certeza muito grande de que perfurou e vai ter óleo.

O risco de não ter óleo é muito pequeno, então, não pode ser mais o contrato de concessão; por isso, o contrato de partilha. Aí, você já assegura que quem der mais para o Fundo é que vai ser o beneficiado da licitação, o vencedor da licitação. Já estabelecendo no edital qual seria a cota mínima a partir dos estudos realizados que definem o potencial.

Então, por exemplo, no contrato de partilha, já não entra mais a participação especial. A participação especial é só para os contratos de concessão. Ele vem e engorda o Fundo Social. O que viria está nessa definição e vem para o Fundo Social, para o Fundo Soberano, que é um projeto, faço questão de registrar, originalmente do companheiro Pedro Eugênio, que foi diretor do Banco do Nordeste. Ele, em 2009,

deu entrada em um projeto nesse sentido, que serviu de cavalo para a tramitação do projeto de origem do governo.

Serviu de cavalo porque aproveitamos um projeto que está em tramitação e anexamos um outro para tramitar junto. Então, foi em cima do projeto de Pedro Eugênio que tramitou o de origem no Executivo, assegurando que esses recursos venham... Se eles vêm para isso, eles vão servir para uma outra questão. Se uma questão estratégica é o projeto de soberania nacional, outra é o projeto de nação.

Nós não podemos construir uma nação com esse nível de disparidade, com esse nível de desigualdade. Campos dos Goytacazes receber R\$1 bilhão é ruim para Campos dos Goytacazes porque a maior parte desse dinheiro vai ser desviado; só vai servir para aumentar miséria. Não é o crescimento que gera progresso, não é o crescimento que gera benefício.

Se você chegar em Campos dos Goytacazes, você vai ver uma situação de penúria nas periferias maior do que em qualquer outra cidade grande do Brasil, porque a concentração da riqueza é perversa. Esse recurso tem que ser distribuído de uma outra forma, mesmo que você tenha uma reparação diferenciada para aqueles que seus solos estão submetidos à exploração, seus solos ao transporte, às instalações industriais etc.

Isso tem de ser dividido. A questão que precisamos encarar é como o Nordeste entra, para a gente fazer a discussão. Na Bancada do Nordeste, sempre nos preocupamos de perguntar, sobre cada projeto que tramita: “como o Nordeste entra aí?”. Porque se não dermos tratamento diferenciado aos desiguais, vamos manter a desigualdade.

Quando você trata igualmente os desiguais, você acirra a desigualdade. Você tem que tratar diferentemente os desiguais para superar as desigualdades. O Fundo tem que vir com esse sentido. Nós trabalhamos, ampliamos um pouco a definição, mas deixando em aberto. Trabalhava-se a cultura, a educação, a saúde e foi acrescido o meio ambiente, ciência e tecnologia e a questão da mitigação dos efeitos da mudança climática, independentemente da questão ambiental.

Recursos para isso? No Senado, infelizmente eles começaram a colocar camisa de força. Não que a educação não seja uma questão prioritária no Brasil, mas sem um planejamento você já define que metade dos recursos vão para a educação, sendo 80% deles para o ensino infantil e básico.

Começa a seccionar muito, a criar camisa de força, quando acho que isso tinha que fazer parte de um processo de planejamento que, com dificuldade, estamos tentando retomar no Brasil. Com todas as dificuldades de planejar no longo prazo, de vincular as receitas para isso. E que os recursos do Fundo sirvam exatamente para isso, para formar uma poupança pública nacional de longo prazo para que

você interfira, não nas despesas correntes, não substituindo gastos orçamentários, mas que você enfrente as questões estruturais existentes na sociedade e que se possa, com metas definidas, com políticas explícitas, trabalhar essa questão.

Para dar um gancho na discussão anterior, o que é preciso a gente fazer é construir uma outra política de Nação, que o Milton Nascimento, em Notícias do Brasil, coloca com muita propriedade, e acho que representa muito esse projeto de Nação que tentamos construir.

Ele diz assim: “Ficar no litoral olhando para o mar e de costas para o Brasil não vai fazer desse lugar um bom País”. Quer dizer, olhar para o interior, olhar para a ocupação do nosso território, definir prioridades que representem o povo, para darmos um salto de qualidade, com metas muito bem definidas. Teremos, no Fundo Social, essa questão.

Nós buscamos fazer, e essa emenda que foi apresentada dá também o caráter regional a esse Fundo. Ele era Fundo Social; agora, é Fundo Social e Regional, respeitando, inclusive, a nossa Constituição. Acho que isso pode servir como elemento para longo prazo. E para atender àquela questão que a Liana levantou aqui, temos lutado pela constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que seria para investimento nas externalidades, na questão da infraestrutura e da capacitação.

Nesse projeto que estamos fazendo no Brasil, pelo menos no nível da infraestrutura para capacitação e formação, temos feito uma coisa que representa um pouco disso que Milton Nascimento fala nas suas Notícias do Brasil.

O Brasil tem ensino tecnológico a partir de 1909. De 1909 a 2002, construímos 134 escolas técnicas no País. O presidente que nos antecedeu na presidência da República, senhor Fernando Henrique Cardoso, proibiu por decreto investimento público na educação tecnológica. E ficamos oito anos sem nenhum investimento nesse sentido; era, no máximo, a manutenção do que tinha, os prédios já caindo.

O governo Lula está fazendo 254 novas unidades, quase todas no interior. Para você conhecer a realidade do interior, preparar e transformar essa realidade. Isso é um projeto de Brasil, um projeto de longo prazo para você implementar. Mesmo com essa velocidade que vem sendo realizado. Mas é a realidade física, de criar infraestrutura física; tem a questão da formação e as consequências que isso vai dar.

O Francisco se referiu à importância e representatividade que esse fundo tem, citando o da Noruega... Mas o Fundo da Noruega é maior do que o nosso. O nosso dá R\$8 bilhões e pouco e o da Noruega dá R\$9 bilhões e tanto. Tem um exemplo de outros fundos com essas características que ultrapassam esse sistema.

Então, é preciso entender que a questão colocada para o Fundo precisa ter esse enfoque, a retomada de um projeto nacional e com garantia da soberania nacional. O Brasil diante das nações do mundo, em sua afirmação, enquanto Nação,

e o Brasil diante do seu povo, na construção de uma sociedade mais justa, em que você tenha elementos de superação e elevação do padrão dessa sociedade. E aí entra também a questão dos *royalties*.

Foi uma discussão feita de forma perversa, oportunista. Primeiro, a postura do governador do Rio de Janeiro, muito ruim, dizendo: “Quero o meu!”. Apropriando-se de que os *royalties* seriam para esse tipo de finalidade, criando essa distorção.

Não se constrói Nação com esse nível de concentração de renda. Outros estados com nada; quem não é produtor também com nada; e quem é consumidor de um bem que não está no território do município? Toda concepção é equivocada.

Só porque está no mar territorial. Só porque é defronte? Se há suporte de apoio, de logística naquele estado, então você deve ter um suporte para isso. A tese que nós defendemos foi essa: o que estava consagrado, que a gente respeitasse. Mas, o novo precisava ter uma outra divisão.

Para o pré-sal, mesmo para as áreas já licitadas para esses 28%, que a gente não está mexendo em contrato quando altera a distribuição dos *royalties*, porque isso é uma questão do Estado brasileiro, independentemente de quem administra, você está cobrando os 10%, que, no projeto, agora passa a 15%.

Então, você não está mudando de 10% para 15%; os 10% que você está arrecadando é que estão sendo distribuídos de forma diferente. Para esses, você tem que redistribuir e, para os novos também, mas de uma outra forma, garantindo, mas vinculando a políticas públicas.

Infelizmente radicalizou-se, e acho que erramos todos nessa questão, porque permitimos depois que a coisa se acirrasse de uma forma que é até inconstitucional. Porque não se trabalhou apenas a questão das novas situações, mas até das já existentes. E não só a questão do pré-sal mas também os *royalties* das áreas em terra, de prospecção e exploração em terra e no mar, fora da área de pré-sal.

Isso vai criar um problema constitucional, acho que não vai superar, e cria um desequilíbrio. Inclusive porque, embora injusto, você tem essa renda assegurada hoje para contratos outros que estão em vigor e como garantia de contratos em vigor. Se fizermos a distribuição do pré-sal, acho que avançamos significativamente nesse sentido e não precisa chegar a essa radicalidade que chegou, por debilidades de negociação.

E uma outra questão, que é seriíssima, é que foi apresentada uma emenda ao projeto de partilha e que, depois, nessa mistura que fizeram, entrou no projeto da capitalização da Petrobras ou da Petro-Sal, da exploração. Que há uma discussão histórica da utilização dos campos maduros.

Nos poços de petróleo, você que tem uma curva de crescimento, depois, ele estabiliza um pouco e começa a decair. A partir de um determinado patamar desses, a Petrobras chega a não mais utilizar esses campos. Há um interesse, e defendi isso tam-

bém, já há algum tempo, de que eles poderiam passar a ser terceirizados; a exploração desses campos seria feita por empresas com menor custo e geraria empregos.

Tínhamos em Salvador uma indústria mecânica que chegou a ter cinco mil operários. Ela era de apoio à Petrobras e isso, com o esvaziamento da Petrobras no Recôncavo Baiano, caiu para quatro mil. Hoje, o parque metalúrgico de apoio à agroindústria no oeste da Bahia é maior do que o de Salvador.

Então, você voltar a explorar isso é gerar empregos. Fiz esse debate há algum tempo. A Petrobras resistiu a isso, fez algumas tentativas, achou frustradas e resistiu. Agora veio algo que ultrapassa esse limite, que é assim: todo poço com reserva inferior a um milhão de barris/ano seria terceirizado.

A consequência disso para o Nordeste é que a Petrobras sairia da região em nível de exploração, porque todos os poços e toda prospecção que sai é que os poços do Nordeste têm menos de um milhão de barris. Isso vai gerar uma nova prospecção por parte da Petrobras, a não-utilização depois desses poços, o esvaziamento com um prejuízo enorme, particularmente para os Estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe e Ceará, que agora também vêm crescendo.

Todos os nossos poços aqui no Nordeste têm uma estimativa de operação inferior a isso. E isso foi uma briga danada, que levou o Presidente da República a vetar a aprovação do projeto, que entrou em forma de subterfúgio. Ele estava em um projeto; nós conseguimos derrubar ele no projeto, aí, colocaram em outro e passou sem ninguém falar nada.

O Congresso tem suas mazelas: passa-se muita coisa e terminamos sem o domínio disso, como são aquelas discussões exacerbadas. Por isso, prefiro trabalhar nas comissões ao Plenário da Casa.

Mas acho que é um avanço. É um avanço significativo, que vai repercutir. E temos condições de fazer isso. A criação do Fundo vai ter uma repercussão enorme. Que se criem instrumentos para isso, que a distribuição dos *royalties* seja feita de forma democrática, dentro de um projeto federativo republicano e de construção de Nação, porque esses elementos são importantes.

E são importantes também para o Brasil no plano internacional e na sua afirmação enquanto Nação, que não se pode dar de forma isolada, e também vou me reportar aqui a essa questão da integração latino-americana.

O Brasil, para ser referência no mundo, tem que ser a expressão da América Latina como um todo, não expressão apenas do povo brasileiro. Obrigado!

Sydrião Alencar

Eu queria dar meu testemunho das atividades. Acho fundamental para o País, para qualquer democracia, não é demais falar do Congresso Nacional. Muita gente

tem a visão caricata do Congresso Nacional, mas as discussões que lá são feitas são fundamentais. Os trabalhos da Comissão e da assessoria técnica também. Sou testemunha disso, da assessoria técnica de alto nível, tanto no Senado quanto na Câmara. O trabalho dos deputados é fundamental para as regiões menos desenvolvidas.

Queria destacar também aqui, colocar minha homenagem a um colega nosso, o assessor da presidência e que, infelizmente, não está aqui hoje por motivo de saúde, que é o Cláudio Ferreira Lima. O Cláudio é o grande responsável por essa discussão aqui no Banco, por toda essa preocupação com a questão regional e, principalmente, nessas discussões envolvendo o pré-sal.

Também queria colocar nessa homenagem o deputado Zezéu, o agradecimento do Banco do Nordeste. A sua atuação como coordenador da Bancada do Nordeste nos últimos quatro anos foi por demais importante. Acho que em todas as grandes questões nacionais que envolvam direta ou indiretamente o Nordeste a Bancada do Nordeste esteve presente sob a coordenação do deputado Zezéu.

Queria agradecer ainda à assessoria da Câmara, o Francisco José, com todo seu brilhantismo e acompanhamento, que é algo fundamental. Devido ao nosso tempo que é escasso, vou ler duas perguntas enviadas pela plateia desse auditório.

Pergunta para o Francisco José: “qual a posição do Executivo sobre a emenda do senador Romero Jucá, pela qual se devolve às empresas exploradoras do pré-sal, em petróleo, os *royalties* que estão obrigadas a pagar?”. “Qual o efeito que o desastre do Golfo do México pode ter sobre a exploração do pré-sal?”. Acho que você já respondeu parte disso, sobre o aumento do custo. “O Brasil tem capacidade tecnológica capaz de evitar um desgaste ecológico como ocorreu no Golfo do México?”.

Vou passar para o Francisco José, para suas palavras finais e, depois, para o deputado Zezéu, também para algumas considerações adicionais.

Francisco José Rocha

Queria primeiro fazer referência a uma colocação do deputado Zezéu, em que ele foi muito feliz quando falou da questão da busca de um acordo político para definir isso. Vimos várias pessoas passando por aqui e falando da questão federativa, que o Brasil precisa discutir a questão federativa. Achei que ele foi muito feliz quando disse isso.

Quer dizer, é preciso buscar um acordo que possibilite uma distribuição mais equânime, e o calendário político não permitiu isso. Houve um acirramento de posições; na Câmara passou uma emenda, que poderia ser mais bem trabalhada, por 379 votos a favor. Só para dar uma ideia, para mudar a Constituição são necessários 308 votos. Essa emenda, que foi denominada “Emenda Y”, passou com 379. O calendário político não permitiu essa busca do acordo.

Acho que, depois das eleições, vamos chegar a um acordo que permita essa melhor distribuição, porque o volume de recursos é imenso, como vocês viram. Acredito que vamos ter condições de um acordo; aí, vão valer muito as lideranças políticas.

Aprendi uma coisa: a liderança é fundamental porque, em um grupo grande de pessoas, de parlamentares, senadores e deputados, quase 600, as lideranças são de importância fundamental. Acho que nós contamos com lideranças que vão saber tratar desse problema.

Com relação à emenda dos *royalties*, queria enfatizar o seguinte: o petróleo é igual a uma atividade comercial qualquer. Você tem custo mais margem. Então o que ocorreu? Definiu-se o custo em óleo de uma maneira restrita. O custo do óleo, de acordo com a definição da lei, abarca investimentos em exploração, avaliação e desenvolvimento dos campos.

Pergunto para os senhores: e os *royalties* não são custos? Têm que ser pagos? O que ocorre? No regime de partilha de produção, o volume da produção correspondente aos *royalties*, a empresa que for vencedora vai vender esse volume e pagar os *royalties*. Como funcionam os *royalties* hoje?

O contrato de concessão é entre a União, representada pela ANP, e a companhia de petróleo. Não tem nenhum estado e nenhum município envolvido nesse contrato. É União e companhia do petróleo. E como é que funciona? No contrato tem uma cláusula que especifica o percentual dos *royalties*. Falamos 10% porque, no mar, é a alíquota mais frequente, mas ele varia entre 5% e 10%.

O que ocorre? O concessionário, todo mês, recolhe o correspondente a 10% do valor da produção, vezes um preço de referência do petróleo, que é estabelecido pela ANP, em função da qualidade do petróleo, e deposita na conta do Tesouro Nacional. A ANP informa para o Tesouro quanto toca a cada ente federativo.

Não tem como fazer chegar a uma prefeitura um barril de petróleo, tem que chegar dinheiro. E só para lembrar, *royalty* não está sujeito a contingenciamento. Por isso é que houve aquela disputa tão grande e há, até hoje, pelos *royalties*. É um recurso que estado e prefeituras podem dispor da maneira como julgarem mais oportuno; por isso é que houve a disputa.

Com relação aos acidentes, acho que sim, temos tecnologia para isso. Só que o custo de exploração muito provavelmente vai subir. É aquela questão da redundância: você vai ter que gastar mais com segurança. A BP, só para dar uma ideia para os senhores, antes do acidente, a BP valia no mercado US\$180 bilhões. Isso no início de abril. No final do mês passado, ela valia US\$90 bilhões. Simplesmente foi destruição de riqueza de US\$90 bilhões. Como ela controlou o vazamento, já começou a recuperar, mas, claramente, isso prova que investimentos em segurança valem à pena. Muito obrigado!

Sydrião Alencar

Gostaria de agradecer ao Francisco por suas informações extremamente valiosas para esse debate. Deputado Zezéu, por favor!

Deputado Zezéu

O que ouvimos falar é que se fosse a Petrobras que estivesse explorando lá, não teria vazamento. Mas pode não ser. O Brasil é reconhecido, a Petrobras é reconhecida internacionalmente pelo avanço tecnológico na exploração de águas profundas. Isso é importante ressaltar.

Nos demais itens, queria fazer minhas as palavras do Francisco, porque chegaram duas outras perguntas aqui que eu vou tentar responder: “A distribuição dos *royalties* não estaria fazendo com esse recurso o mesmo patamar dos benefícios constitucionais como o FPE e FPM?”.

Sim! Inclusive, na proposta, foi utilizado esse mesmo critério. A base do FPE e do FPM foi o que se considerou como forma de democratizar o acesso a esses recursos. O importante é que cheguemos com esses recursos, que não se pulverizem esses recursos.

Esses recursos não podem chegar aos municípios sem objetivo, sem definição. Aí é que podemos avançar para que tenham projetos que sejam estruturalmente importantes para a transformação da realidade. E o objetivo da compensação financeira dos *royalties* é porque é o pagamento ao público nos três níveis, União, Estado e Município, de um bem que é finito. O conceito do *royalty* é esse: é a compensação de um bem que é finito.

Aí é que vem a oportunidade de negócios para as pequenas e médias empresas; setores de atividade se beneficiarão e surgirão em decorrência do pré-sal. Não seria mais relevante para o Nordeste a repartição dos recursos do Fundo? São duas coisas que temos de fazer. Está sendo feito aqui o estaleiro. O pré-sal vai precisar de 170 navios. A indústria naval do Brasil estava acabada, tinha pouco mais de cinco mil pessoas trabalhando na indústria naval. Hoje, já está beirando os 50 mil e a expectativa é que vá para 150 mil. Ou seja, retomou toda uma economia que aborda o grande, mas que aborda o pequeno também. Isso gera uma economia a mais diversificada possível.

Têm as pendências, têm as definições que ultrapassam inclusive as próprias premissas. Mas as consequências são concretas em relação a isso, de você ter atividades incorporadas nessa questão as mais diversificadas possíveis. A retomada da indústria naval é, efetivamente, uma coisa extremamente significativa para a economia.

Comprávamos navios em Cingapura. Vendíamos o ferro para lá e, depois, comprávamos o navio. Hoje, estamos construindo aqui o navio-sonda, o navio trans-

portador. Toda parte de logística em relação a isso, e que gera tanto o grande capital implantado, quanto todos os serviços decorrentes do apoio a essa própria atividade.

Ainda temos muito que trabalhar para implementar isso; vai depender muito da pressão social que se faça no plano regional e no plano dos segmentos sociais. Esse que é o desafio da construção da democracia: não perder a capacidade de pressão que temos para transformar essa realidade.

Temos o potencial para fazer isso. Vamos ver como isso gera uma economia que horizontalize ao máximo a distribuição da riqueza que vai ser gerada por ela e não permita que ela fique incompleta. Esse desafio é que é o grande desafio do Nordeste para todos nós.

Francisco José Rocha

Queria fazer um esclarecimento, por último, com relação aos campos maduros, que o deputado Zezé levantou. O que é a Petrobras hoje? A Petrobras é uma empresa que produz cerca de dois milhões de barris de petróleo por dia e que vai investir nos próximos cinco anos, a contar desse ano, US\$45 bilhões anuais.

Então, o que se imaginou? Imaginou-se o seguinte: aquele campo pequeninho, que produz 18 barris por dia, vamos dar um espaço para a iniciativa privada, empresas pequenas que possam atuar. Isso é muito comum nos Estados Unidos. Você tem pequenos empresários, que conseguem produzir a um custo menor, para lidar com isso.

Porque isso não vai afetar em nada o resultado da Petrobras. Ela vai continuar dando mais de R\$25 bilhões, às vezes R\$30 bilhões de lucro por ano. Não vai afetar em nada. Isso é o que os congressistas quiseram fazer: quiseram estimular o desenvolvimento de pequenas empresas de petróleo.

O que não se pode fazer é obrigar a Petrobras, que é detentora do contrato de concessão, de vender esse campo que está produzindo 19 barris por dia. Isso não se pode fazer. O governo, que é o controlador da empresa, que é quem indica o presidente do Conselho de Administração, pode, perfeitamente, orientar a empresa a se desfazer disso, a vender. Ela não vai dar para ninguém, ela vai vender para quem oferecer o melhor preço. É isso que está em discussão no Congresso. Muito obrigado!

Sydrião Alencar

Queria agradecer a todos por essa discussão. Agradecer ao deputado Zezéu, mais uma vez. Agradecer ao Francisco José Rocha. A importância do tema não vai esgotar-se tão cedo. Vamos em frente. Na verdade, trata-se de uma discussão mais ampla, como o deputado colocou, que é a discussão de um projeto de País, de um projeto nacional que é o tema maior daqui do Fórum.

SESSÃO ESPECIAL BNB/ETENE

Composição da Mesa:

José Narciso Sobrinho – Superintendente do Etene (Presidente de mesa)

Aírton Saboya Valente Júnior – Gerente de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços

Wendell Márcio Araújo Carneiro – Gerente-executivo do Ambiente de Estudos e Pesquisas Rurais e Agroindustriais

Jânia Maria Pinho Sousa – Gerente do Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Allisson David de Oliveira Martins – Gerente do Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Mestre de cerimônias

Senhoras, senhores! Sejam muito bem vindos a este segundo dia de atividades técnicas do XVI Fórum BNB de Desenvolvimento e XV Encontro Regional de Economia, realizados em parceria pelo Banco do Nordeste e a Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec).

Neste momento, convido ao palco para compor a mesa, o senhor superintendente do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), José Narciso Sobrinho. Ele que irá presidir a sessão especial Etene.

Convido à mesa os expositores: o senhor gerente executivo da Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços, Aírton Saboya Valente Júnior, que irá falar sobre “A Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e os Impactos das Contratações do Pronaf”.

Convido o senhor gerente-executivo da Célula de Estudos e Pesquisas Rurais e Agroindustriais, Wendell Márcio Araújo Carneiro. Ele irá falar sobre “A Agroindústria de Carne Bovina no Nordeste Brasileiro: Desempenho e Possibilidades de Políticas”.

Convido a senhora gerente do Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação, Jânia Maria Pinho Sousa. Ela irá nos falar sobre “Avaliação do FNE Rural – Dados Preliminares”.

E convido, por fim, o senhor gerente do Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento, Allisson David de Oliveira Martins. Ele irá apresentar os resultados de pesquisas financiadas pelo Fundeci (Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) no setor produtivo do Nordeste.

Senhoras, senhores! Por gentileza queiram tomar assento.

Para sua saudação à plateia e, em especial aos expositores convidados, com a palavra o senhor presidente dos trabalhos à mesa e superintendente do Etene, José Narciso Sobrinho.

Narciso Sobrinho

Bom dia a todos e a todas! É uma enorme satisfação estarmos realizando o XVI Fórum BNB de Desenvolvimento e o XV Encontro Regional de Economia. Para o Banco do Nordeste, é muito importante esse momento onde se discutem os principais momentos na área do desenvolvimento regional e se faz reflexão. Então, eu passo logo a palavra para o colega Airton Saboya Júnior para que ele possa fazer sua explanação dentro do tema programado na Sessão Etene.

Aírton Saboya

Bom dia! O assunto da minha palestra é a matriz de insumo-produto do Nordeste e iremos falar também sobre a aplicação de um caso prático: o cálculo dos impactos das aplicações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), utilizando-se a matriz de insumo-produto.

A apresentação está estruturada da seguinte forma: vamos falar um pouco de alguns conceitos da matriz de insumo-produto, especificamente da matriz de insumo-produto Nordeste. A partir da análise dessa matriz, abordaremos algumas características da economia do Nordeste, que são possíveis de inferir por meio das análises dos coeficientes técnicos da matriz e, posteriormente, detalhar os impactos das contratações do Pronaf no Nordeste, encerrando com as conclusões e recomendações de políticas.

A matriz de insumo-produto é um poderoso instrumento, uma poderosa ferramenta de análise econômica. Inclusive, o economista que a desenvolveu ganhou um prêmio Nobel de Economia porque, na verdade, a matriz de insumo-produto (MIP) assemelha-se a uma fotografia econômica, mostrando setores da economia que estão relacionados entre si.

Então, a MIP estrutura um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante das cadeias produtivas, de forma a evidenciar quais setores suprem outros com produtos e serviços, além de se verificarem as compras de cada setor.

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) vem trabalhando com a matriz de insumo-produto desde o final da década de 1980 e, na verdade, até hoje, o Etene desenvolveu três diferentes matrizes de insumo-produto. Essa que o Etene está disponibilizando é a terceira matriz. A primeira é do início

dos anos 1980; a segunda é de meados dos anos 1990 e, agora, a terceira. Para esse projeto, o Etene trabalhou em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), envolvendo aproximadamente 20 pessoas, desde a concepção do convênio, operacionalização da matriz até a apresentação dos resultados.

A MIP Nordeste é uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, construído a partir da estimação de fluxos comerciais entre os estados do Nordeste e entre esses estados e o restante do Brasil, tendo, como referência, as contas nacionais de 2004. Então a equipe estimou, a partir das contas nacionais, os coeficientes para o Nordeste e para os estados da região. Também foram utilizados os dados primários disponíveis para se determinar a produção, o consumo intermediário, o consumo das famílias, a variação do estoque, importações e exportações, a formação bruta de capital, remunerações, impostos e subsídios.

Essa MIP Nordeste trabalha com 111 grupos de atividades econômicas e 169 produtos. Através desse instrumento é possível medir os efeitos no âmbito dos nove estados do Nordeste, do Nordeste e no restante do Brasil. É possível ainda determinar os efeitos diretos, ou seja, aqueles efeitos que ocorrem no próprio setor em que se está estudando; os efeitos indiretos, naqueles setores que se relacionam com o setor que está sendo estudado; e os efeitos induzidos, que ocorrem por conta do aumento do consumo das famílias, fruto dos investimentos realizados e consequente aumento da produção.

Temos, então, uma matriz nacional, uma regional e nove estaduais. Essa matriz permite identificar os setores que possuem maior encadeamento econômico em termos de geração da produção, renda, emprego, salários e tributos. Essas são as variáveis que se utilizam para a estimação dos impactos. A matriz, enquanto ferramenta de planejamento, ajuda a direcionar a atuação do Banco do Nordeste, induzindo o desenvolvimento sustentado da região, de forma a integrá-lo com a economia nacional.

A partir da análise da MIP Nordeste, é possível delinear-se algumas características da economia do Nordeste. Entre essas características destacaríamos que a economia do Nordeste tem evoluído, mas, ainda assim, essa economia é voltada preponderantemente para o atendimento do seu próprio mercado interno.

Quase todos os estados da região Nordeste apresentam um déficit comercial com os demais estados do País. Isso vem ocorrendo com oito estados do Nordeste, ou seja, essas unidades federativas importam mais do que exportam, o que revela ainda certa fragilidade no sistema produtivo regional. A única exceção é o Estado da Bahia. Além disso, os estados do Nordeste importam, especialmente produtos industrializados.

Apesar da proximidade geográfica, existe uma menor interação entre os estados do Nordeste, quando comparada com as relações comerciais desses estados

do Nordeste com outros estados do País. O relacionamento é mais denso entre os estados do Nordeste e o Sudeste. Os produtos que o Nordeste exporta para o restante do Brasil são, em geral, mercadorias de menor valor agregado. Pelos coeficientes técnicos da matriz, percebe-se que as atividades produtivas têm a capacidade de multiplicar por quatro o valor de um aumento da produção na economia.

Outra característica revelada pela MIP Nordeste é que os setores que têm a maior capacidade de multiplicação da produção não necessariamente internalizam os benefícios no próprio Nordeste. Isso porque existe um processo de vazamento econômico para as demais regiões.

Os setores agropecuários e de comércio têm uma menor capacidade de geração de riqueza quando comparados com os produtos industriais. A indústria possui um efeito multiplicador elevado em função da compra de insumos, de matérias-primas, de máquinas e equipamentos. Então, o efeito multiplicador da indústria, por via de regra, é maior quando comparado com o do comércio e do setor agropecuário.

Em termos de vazamentos, grande parte dos setores do Nordeste geram esses efeitos para o restante do Brasil. Os setores com maior capacidade de geração de produção concentram-se nas indústrias de alimentos e vestuário. Serviços, comércio e turismo são os setores com maior capacidade de produzir valor adicionado. Os setores com alta capacidade de geração salarial são as atividades agrícolas, serviços de utilidade pública, educação, saúde, administração pública e correios.

A produção de bens industrializados como eletrodomésticos, máquinas, aparelhos eletrônicos e automóveis possuem grande capacidade de gerar arrecadação de tributos para o Estado. Os setores com maior potencial de ligações para frente são serviços, intermediação financeira e seguros, comércio atacadista, produção e distribuição de energia elétrica, transporte e refino de petróleo.

Os setores com os maiores índices de ligações para trás são a administração pública, seguridade social, construção, saúde pública, serviço de alimentação, distribuição de energia elétrica, refino de petróleo, educação pública e o setor automobilístico.

Passemos agora a falar sobre a aplicação prática da MIP. O Etene tem estimado os impactos das contratações dos programas de crédito do Banco do Nordeste, a exemplo das contratações do Pronaf. Assim, estimaram-se os impactos das contratações desse programa em termos de valor bruto da produção, renda, salários, tributos e quantificação de emprego. Também, é possível quantificar os vazamentos que ocorrem, frutos dessas contratações. Estimou-se o custo da geração de emprego do referido programa com o objetivo de aperfeiçoar o planejamento e a tomada de decisões no Banco do Nordeste.

Os valores contratados no âmbito do Pronaf estão especificados no gráfico a seguir. Trabalhou-se no período de 2003 a 2009. Enfatizou-se, no gráfico, o ano de 2002 para destacar o crescimento que ocorreu em termos de contratações do Pronaf na atual gestão do Banco, no governo Lula.

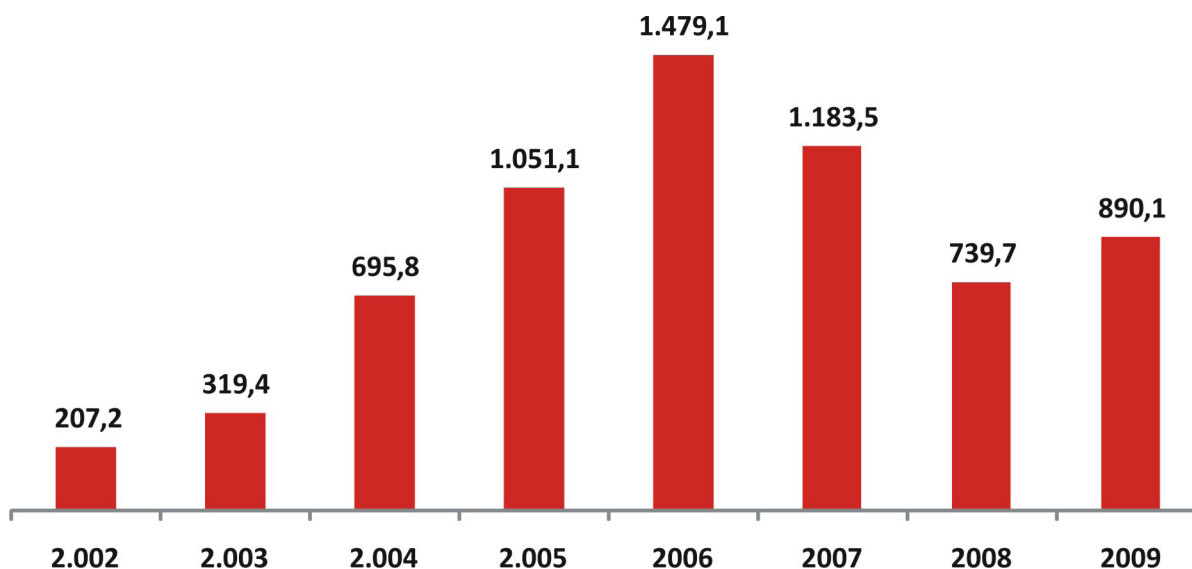


Gráfico 24 – PRONAF – Valores Contratados BNB (R\$ milhões)

Fonte: BNB.

A tabela a seguir apresenta os resultados para as variáveis mencionadas anteriormente: produção, valor adicionado, salários, empregos e tributos. Os valores estão em bilhões de reais, exceto os empregos, cuja unidade refere-se ao número de empregos. Os valores contratados somaram R\$7,2 bilhões de 2003 a 2009, com preços corrigidos para 2009.

Tabela 5 – Impactos do BNB-PRONAF na Área de Atuação do BNB e Brasil (valores em R\$ bilhões)

	Área de Atuação BNB (A)	Resto Brasil (B)	Total (C)	A/C
Produção	17,4	12,4	29,8	58,4
Valor Adicionado	10,1	5,2	15,3	66,0
Salários	2,8	1,6	4,4	63,6
Empregos (Em mil Quant.)	959	176	1.135	84,5
Tributos	2,5	2,3	4,8	52,1

Fonte: BNB-ETENE.

Nota: Valor Contratado pelo BNB/Pronaf: R\$ 7,2 bilhões de 2003 a 2009, a preços médios de 2009 corrigidos pelo IGP-DI.

Seguem-se os impactos em termos de produção na área de atuação do Banco do Nordeste. Dos R\$7,2 bilhões aplicados geraram-se R\$17,4 bilhões. Os vazamentos para o restante do Brasil somaram R\$12,4 bilhões, implicando um impacto total de R\$29,8 bilhões. Isso significa que, aproximadamente 60%, são retidos no Nordeste, mas aproximadamente 40% “vazam” e beneficiam as demais regiões do Brasil.

Segue o mesmo exercício com a variável valor adicionado: total do impacto de R\$15,3 bilhões, sendo aproximadamente 66% retidos no Nordeste; salários: R\$4,4 bilhões, aproximadamente 64% internalizados no Nordeste; empregos: R\$1,1 milhão, incluindo-se também oportunidades informais de trabalho, dos quais cerca de 85% são internalizados no Nordeste; os tributos: R\$4,8 bilhões, sendo aproximadamente 52% internalizados no Nordeste. Tem-se, portanto, em termos de tributos, um vazamento expressivo para as demais regiões, o que é reflexo do próprio sistema tributário brasileiro, que beneficia essencialmente o estado produtor em detrimento do estado consumidor.

Seguem-se, agora, as conclusões. A utilização da MIP para a avaliação dos impactos das contratações do Pronaf permite determinar as repercussões nas variáveis de produção, renda, empregos, salários e tributos. O estudo permite que se tenha uma ideia da importância desse programa para o desenvolvimento do Nordeste, pois os números são expressivos na geração de renda, salários e nas oportunidades de trabalho. Conclui-se, portanto, que o Pronaf é um importante programa para o desenvolvimento regional.

Sabe-se que a agricultura familiar é intensiva em mão de obra e grande parte dessas oportunidades são internalizadas no Nordeste. Assim, o Pronaf é um programa fundamental, inclusive para reduzir a migração urbana.

A agricultura familiar, no Nordeste, usa intensivamente mão de obra. Então, o coeficiente de geração de oportunidade de trabalho é expressivo, sendo maior que a média para o restante do Brasil. O custo da geração de uma oportunidade é extremamente baixo. O estudo concluiu que, aproximadamente, R\$5 mil aplicados, contratados no Pronaf, são suficientes para gerar uma oportunidade de trabalho. É um custo extremamente baixo de geração de emprego, comparado com outros setores.

Outras conclusões do estudo: a economia do Nordeste ainda está estruturada para atender principalmente a demanda final de produtos. Então, percebe-se que a produção de bens intermediários e de bens de capital ainda é deficiente no Nordeste.

Nesse sentido, quando o Banco libera recursos do Pronaf, ocorre um vazamento para as demais regiões. Os clientes compram máquinas, equipamentos, insumos, matérias-primas e matrizes de animais, por exemplo, das outras regiões do Brasil. Então, percebe-se pela matriz e pela aplicação prática, essa característica da economia do Nordeste.

Existem ainda deficiências das inter-relações das cadeias produtivas do Nordeste, o que implica em vazamentos econômicos. Em função da pequena interação que ainda existe entre os estados do Nordeste, uma política para beneficiar um estado beneficia também as principais regiões produtoras do Brasil. Assim, se incentivos econômicos são ofertados a um Estado do Nordeste, isso também vai beneficiar, indiretamente, as principais regiões produtoras do Brasil, especialmente o Sudeste e, particularmente, São Paulo.

E finalmente, em função dessas características da economia do Nordeste, percebe-se que, devido à baixa interação das relações entre os estados, é necessário estimular setores que provoquem efeitos indiretos maiores no âmbito da própria região, de forma que a riqueza seja internalizada no Nordeste.

E também, outra política necessária é adensar as cadeias produtivas no Nordeste, a exemplo de investimentos para se estimular a produção de bens intermediários, bens de capital, máquinas, enfim, para que possa ser fortalecido o setor produtivo no Nordeste. Obrigado!

Narciso Sobrinho

Obrigado Airton, parabéns pelo uso do tempo. Tivemos uma economia de cinco minutos. Foi bem sucinto e claro. Considero que a Matriz de Insumo-Produto é um instrumento valiosíssimo não só para o Banco do Nordeste, mas também para a região. Outros centros de pesquisa, universidades podem também lançar mão desse instrumento para fazer estudos e avaliações econômicas.

Passo agora a palavra para o colega Wendell, gerente da Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais para que possa fazer sua explanação com relação ao mercado de carne bovina no Nordeste.

Wendell Carneiro

Bom dia a todos. Diferentemente da pesquisa do Airton Saboya, a minha, como é característica da nossa Célula, tem uma metodologia mais empírica, a gente trabalha muito com pesquisa de campo. Então essa apresentação que eu vou fazer agora é resultado de uma pesquisa que concluímos recentemente sobre um trabalho de campo sobre agroindústria de carne bovina na área de atuação do Banco.

A equipe que coordenou e executou o trabalho foi composta por: Wendell Márcio Araújo Carneiro e Airton Saboya Valente Junior – Coordenadores Gerais; Carlos Enrique Gama e Silva, Jackson Dantas Coêlho, Francisco Raimundo Evangelista, Maria de Fátima Vidal, Antônio Nogueira Filho; e os consultores externos José Ailton Nogueira dos Santos – Coordenador Executivo –, Alfredo Augusto Porto Oliveira e Gilzenor Satyro de Souza. Por conta da pesquisa de campo, a gente montou

essa equipe bastante significativa para levantar as informações necessárias, dada a complexidade da pesquisa.

Bom, esse trabalho justifica-se pelo elevado valor que a atividade bovina tem aqui na região Nordeste. A pecuária é um dos principais demandadores de crédito no Banco do Nordeste, principalmente a pecuária de corte porque ela trabalha com uma escala maior que a pecuária de leite, que requer uma escala menor de produção.

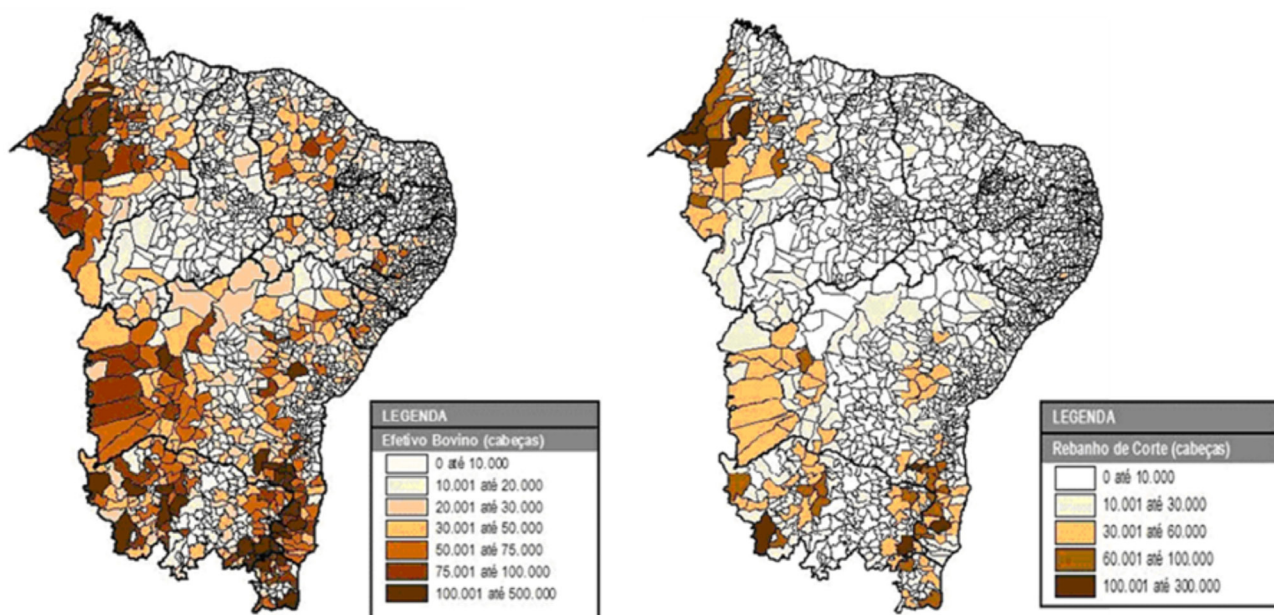
A gente observou também a questão de a atividade ter alguns gargalos na cadeia, como o abate clandestino de bovinos, que é muito recorrente aqui na região, portanto, um problema que deve ser combatido. E a gente justamente identificou que devem ser criadas políticas para tratar destes problemas. Outras justificativas que também levaram à pesquisa foram a ociosidade das unidades industriais; áreas potenciais para a bovinocultura de corte; precariedade dos matadouros públicos municipais; inadimplência dos produtores e dos frigoríficos; e elevada participação do crédito para bovinocultura de corte.

O objetivo da pesquisa foi identificar e analisar o panorama dos mercados de carne bovina e as potencialidades nas áreas de atuação do BNB. A partir daí, fundamentar posições de políticas estratégicas para a região, vendo quais são as dificuldades por que a atividade passa e contribuir para melhorar este setor. Então, como eu falei, a nossa metodologia foi uma análise descritiva exploratória.

Inicialmente, faz-se o levantamento para identificar qual é a população da nossa pesquisa, para calcular e ver qual vai ser o tamanho da amostra e quais são os elos da cadeia que a gente vai pesquisar. Faz-se este levantamento em campo; levantam-se todas estas informações e sistematiza no relatório, que, por fim, acaba gerando uma publicação da nossa área.

Caracterização do setor. A gente observa que o Nordeste não é uma região tão representativa em relação às outras em termos do rebanho bovino. Ela só ganha para a região Sul, que tem uma característica mais de aves e suínos. Na região Nordeste, a gente observa que os estados da Bahia e Maranhão têm o maior rebanho bovino regional, sendo que a Bahia representa 40%, aproximadamente, e o Maranhão 20%. O restante está distribuído nos outros estados da região.

Nos mapas a seguir, temos toda a distribuição do rebanho bovino na região Nordeste. A gente observa que ele é bastante distribuído pela região. Quando a gente vai observar o rebanho para corte, vemos que essa atividade é mais concentrada na borda do Semiárido, onde existem as condições, digamos, mais propícias, para este tipo de atividade, que requer mais área para pasto e mais água. Então esta região que fica na borda do Semiárido é justamente a mais propícia para a atividade, é onde ela tem mais se desenvolvido.



Mapa 1 – Distribuição do Rebanho Bovino Total na Área de Atuação do BNB, por Município

Mapa 2 – Distribuição do Rebanho Bovino de Corte, em Propriedades com mais de 50 Bovinos na Área de Atuação do BNB, por Município

Fonte: Produção Pecuária Municipal/IBGE. Elaboração: Central de Informações do BNB/ETENE.

Com relação à produção de carne, a gente observa, internacionalmente, que os Estados Unidos são o grande produtor e consumidor de carne. O Brasil vem em segunda posição, representando 15,7% da produção mundial de carne. No caso das regiões, o Centro-Oeste é maior região produtora do País, representando 28,5% do total. O Nordeste fica com 14,4%, menor representatividade em termo de produção de carne. Quando a gente observa o Nordeste, novamente a Bahia vem em primeiro, com 43%, e Maranhão em seguida, com 15,4%.

Resultados da nossa pesquisa. O que foi identificado em relação ao setor? Com relação à forma jurídica, a gente observa que, geralmente, as agroindústrias de carne são de capital social limitado. São poucas aquelas que possuem capital aberto (S.A.), são geralmente as grandes empresas e algumas médias. Poucas são organizadas, pertencem a algum tipo de organização. Geralmente, elas têm mais de cinco anos de constituição; apenas a Sadia, que se instalou recentemente em Pernambuco, que tem pouco mais de cinco meses a crédito.

Usuários que utilizam os abatedouros, matadouros: geralmente, é a própria empresa que abate seus bovinos. Já tem um plantel de bovinos e eles mesmos abatem esse rebanho, seguindo o sistema misto no qual eles abatem o próprio plantel

e também alugam esse equipamento para abater o de terceiros. Também existem prestadores de serviços, que são aqueles que abatem apenas bovinos de terceiros, o que foi mais observado no Estado da Bahia. Com relação às espécies abatidas, a gente vê que não se trata apenas do bovino em si. A maioria é de bovinos, mas eles aproveitam também estrutura para abater suínos, caprinos e ovinos.

Por que esses empresários escolheram o segmento? Justamente porque eles já trabalham nessa atividade, já têm uma experiência no setor. Em relação à escolha do Nordeste, a escolha foi por conta da quantidade e qualidade; outros falaram da questão da água – que tem a ver com quem trabalha ali na borda do Semiárido – e, ainda, pelo mercado em expansão no Nordeste. Observou-se que o mercado do Nordeste expandiu muito nos últimos anos e isto ocasionou uma demanda insatisfeita por alimentos, gerando oportunidade de implantação dessa atividade na região.

A administração: geralmente, é familiar; poucas têm uma administração empresarial, geralmente as grandes. E o que a gente observa em termos de estrutura de mercado é uma concentração dos grandes grupos de marcas nacionais. Observamos poucas empresas locais e de pequeno porte.

Linhas de produção: aqui no Brasil e também no Nordeste, a gente observa que se trabalha mais com carcaças. A gente vê poucos frigoríficos que trabalham com cortes de carnes nobres ou fazem algum tipo de processamento mais elaborado.

Geralmente eles cortam a carcaça e vendem a banda da carcaça ou então partes. Poucas vezes a gente os vê cortarem o traseiro e dianteiro. Geralmente é carne *in natura*. Poucas vezes a gente vê embutidos ou outros tipos de alimentos semielaborados.

A gente observa que está tendo também uma expansão de carne-de-sol e de charque, porque os mercados do Sul e Sudeste estão consumindo mais esse tipo de produto. Então, houve essa oportunidade de ampliação desses produtos. A gente sabe que, do boi, tudo se aproveita. Então, a gente observa aquele *ranking* de produtos que são feitos nos matadouros de pequenos, médios e grandes frigoríficos.

Geralmente, a tecnologia utilizada vai da de ponta, no caso daqueles frigoríficos que já têm o seu mercado direcionado para a exportação, com selo do SIF (Serviço de Inspeção Federal); então, já têm uma tecnologia mais avançada. Outros apresentam uma tecnologia, às vezes, nem adequada para abate do bovino, que é a questão do abate clandestino de que eu já havia falado.

Vantagens que a gente observa para a região Nordeste: comparativamente ao Brasil, poderíamos dizer que as vantagens do Nordeste são, em termos, limitadas pelas próprias condições da região, que possui uma área muito ampla de semiárido, ficando mais restrita à atividade nessas outras regiões que foram colocadas no mapa anterior.

Mas a gente pode observar que ainda existe um expressivo rebanho bovino em algumas áreas tradicionais, como Bahia e Maranhão. O sul do Piauí está se expandindo muito, com um rebanho de boa qualidade genética, com uma capacidade de abate no seu parque industrial instalado, com uma tecnologia variando de moderna a avançada – como eu falei, já existem algumas com tecnologia de ponta para exportação –, além da proximidade destas instalações com os principais centros consumidores.

Um programa de regionalização que foi implantado no Estado da Bahia, que vem dando certo e pode ser expandido para outros estados da região, é aquela questão que eu falei do crescimento do mercado de charque e carne seca para o Sul e Sudeste, com novas tecnologias que melhoram o rendimento e incorporam novos atributos ao produto do Nordeste, por conta da raça que é criada aqui.

Também com bovinos confinados com menor custo de produção, integrando lavouras sequeiras ou irrigadas, dependendo do local em que esteja implantada a atividade, aproveitando o período de entressafra, quando o preço do boi aumenta e a gente pode trabalhar com os custos mais elevados e compensar isso com os preços de entressafra. A exemplo do irrigado, que é mais de alto custo.

O Nordeste tem condições de ampliar essa sua bovinocultura, visto que, na região Sudeste, a gente observa muito a questão da cana-de-açúcar se expandindo muito fortemente.

Os problemas que a gente observa são vários: há a carência de pessoal para trabalhar nesses equipamentos, tanto na parte de gestão quanto na parte mesmo do abate do animal; conflitos entre os elos da cadeia, principalmente os donos de frigoríficos se queixando com relação à condição de preço, do baixo rendimento da carcaça e à heterogeneidade dos rebanhos. Geralmente o rendimento da carcaça no Nordeste é menor do que os pesquisados na pecuária do Centro-Oeste e Sudeste.

A expansão da bovinocultura de leite acaba tendo uma miscigenação, às vezes, com prejuízo para a qualidade da carne do boi para corte já que há uma diferença entre este tipo de gado. A linha de produção está concentrada em poucos produtos, como a gente já observou, que, geralmente, são produtos *in natura*.

Falta de estímulo a novos padrões: geralmente, quem compra esses produtos não dá a devida importância a uma carne de novilho precoce, ao corte mais elaborado; então, não se observa, por parte do produtor, uma ação de melhoria em seu rebanho. Acaba sendo o preço da carne o norteador para o fornecimento do produto.

Alguns problemas identificados no setor: sazonalidade; o abate de fêmeas que vem ocorrendo muito, inclusive em alguns estados em bastante expansão. Isso acaba afetando o rebanho; a questão de carga tributária, que já é reincidente em todos os setores; a relação cambial; barreiras tarifárias, técnicas e sanitárias; diferença

no tratamento de empresas para a comercialização interna e externa; questão da lei Kandir, que incentiva mais a exportação de produtos *in natura* em detrimento de produzir e exportar produtos com mais valor agregado; carência de infraestrutura que a gente tem, principalmente em relação à cadeia de frios, que foi uma reclamação unânime no setor quando das pesquisas de campo.

O desconhecimento, por parte da própria população, sobre os cortes e como consumir essa carne: às vezes, as pessoas vão ao mercado e compram apenas a carne e não sabem fazer essa diferenciação. Isso prejudica porque não dá mais valor à carne quando poderiam diferenciar por conta disso.

Organização do pequeno produtor: há muita disputa entre as associações de criadores – são muitas associações, então, a organização é pouca – e a ausência de coordenação entre os elos da cadeia.

Observa-se grande potencial para o mercado da carne. Por exemplo, o nível de renda tem uma relação direta com o consumo da carne. Quando uma família ascende em termos de nível de renda, um dos primeiros produtos que eles vão querer adquirir é a carne bovina, fazendo, às vezes, a troca de carne de frango por carne bovina ou então consumindo os dois, mas é uma relação muito próxima.

Ou seja, aumenta o nível de renda, aumenta o consumo da carne bovina. A gente pode observar o próprio mercado potencial na China, Índia etc. Enfim, de vários países entrando na economia de mercado, o que pode ser aproveitado pela pecuária brasileira.

Também há a possibilidade de se direcionar determinados cortes para nichos de mercado, mas é um processo de longo prazo, porque a gente verificou que, até mesmo esses países que importam nossa carne, trabalham com carne *in natura*, cortes, mesmo grandes. Então, esse nicho de mercado para cortes especiais é um processo de muito longo prazo.

Têm-se algumas projeções de consumo e crescimento da produção. Nota-se que a tendência é de crescimento no setor. O Consumo de carne no Brasil, em 2008/2009, foi de 6,17 milhões de toneladas; projeta-se para 2009/2010 a quantidade de 6,31 milhões de toneladas e 7,64 milhões de toneladas para 2019/2020. Projeção média de crescimento na produção de carne bovina no Brasil de 2,15% a.a. (2009/2010 a 2019/2020). Estima-se, para 2009/2010, produção de 8,02 milhões de toneladas de carne, contra 9,92 milhões de toneladas em 2019/2020. A participação relativa do Brasil no mercado mundial da carne evoluirá de 25% em 2008/2009 para 30,3% em 2019/2020.

Percebe-se, pelos dados, que 77% da produção são direcionados para o mercado interno, enquanto o restante é exportado. O mercado de embutidos tem crescido muito mais do que outros subprodutos da carne bovina, sendo que os enlatados

têm aquela questão de saúde, do produto com algum tipo de aditivo, que, na pesquisa, foi colocado que não existe esse tipo de problema, mas a própria população já fica receosa por conta de algum tipo de propaganda que já foi veiculada. Então, acaba tendo uma queda no consumo deste tipo de produto. Observa-se também a questão do charque, de sua aceitação em outras regiões, produtos minimamente processados e interiorização desse consumo na região.

O perfil do consumidor atual está direcionado para a preocupação com a saúde. Ele vai querer consumir produtos com menor teor de gordura, que o produto tenha passado por alguma inspeção de um órgão público mais eficiente, cortes especiais etc. Então, a gente vê que o consumidor também já muda um pouco o seu perfil de consumo. A questão da praticidade, por conta das mudanças na sociedade. Mas, basicamente, as maiores mudanças estão voltadas para esta questão da saúde mesmo.

Recomendações de políticas: o que foi o que a gente levantou para cada segmento estudado? No caso dos bovinocultores, a gente verificou que eles precisam melhorar, implantar e renovar suas pastagens com espécies mais produtivas, que tragam um melhor rendimento para o bovino; no manejo, adotar tecnologias modernas no manejo intensivo, com uma rotação de pastagem; questão de se trabalhar com uma reserva técnica, estratégia alimentar, fazer forrageiras, a questão da infraestrutura hídrica; e a integração bovinocultura e lavoura, aproveitar as duas atividades para fazer a rotação e a integração das culturas.

A sanidade animal que se tem no Nordeste é ainda um impeditivo muito grande no mercado externo. A gente precisa vacinar o nosso rebanho. A febre aftosa nos impede de acessar alguns mercados. Só a Bahia e Sergipe são áreas livres de febre aftosa. Então, a gente tem que avançar ainda muito na questão da vacinação.

Revitalizar a engorda bovina confinada, reter as novilhas, as fêmeas, para poder não ter esse impacto negativo no rebanho; e tratar de políticas que trazem benefícios em relação à questão de rastreabilidade, um bovino precoce, para a diferenciação no gado.

Com relação à administração da empresa, a gente verifica ainda que se precisa muito fazer um gerenciamento mais profissional. A questão de associativismo, também há a necessidade de maior participação em atividades associativas de criadores.

Melhorar a genética do rebanho. A gente verifica que somente na Bahia, em algumas áreas da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí, a gente vê um rebanho com a genética comparável aos rebanhos do Centro-Sul. Então a gente precisa também ver que raças são mais adaptáveis à nossa região e que também tenham um rendimento bom de carcaça.

Aspectos institucionais e questões ambientais: agilizar o atendimento das demandas do setor em relação a isso.

Transformação e armazenamento: foram os elos mais, digamos assim, debilitados deste segmento, por conta do abate clandestino. Segundo o levantamento feito em campo, 40% da carne consumida de bovinos vêm de abate clandestino, ou seja, sem nenhuma inspeção sanitária, sem nenhum controle desse abate. A gente verifica que, em algumas situações, a questão de higiene passa ao largo. Esse tema é um grande problema para o setor.

Então, tem que haver participação em associações, implantação de matadouros municipais regulamentados, redução de cargas tributárias para incentivar os abatedouros a se legalizarem, garantir fiscalização mais intensiva de órgãos públicos de inspeção animal, regularizar os matadouros que hoje estão funcionando nesta informalidade, construir novos frigoríficos em áreas que tenham essa atividade em expansão e, principalmente, a questão do transporte de carne.

É necessário também que se proporcione transporte do produto em caminhões refrigerados, que é uma das principais demandas do setor, por conta de a qualidade da carne estar muito relacionada à questão da refrigeração no seu transporte, desde o abate, até o consumo final.

Sobre o comércio varejista, está a questão também da manutenção da carne quando ela chega nos centros de venda. Ali também tem que ter uma refrigeração adequada porque qualquer tipo de queda ou aumento de temperatura vai danificar a carne, trazendo prejuízo e acabando com todo aquele acompanhamento que a gente teve ao longo da cadeia produtiva.

Com relação ao consumidor, a gente tem que fazer uma conscientização por meio de campanhas de *marketing* para falar quais são os tipos de carne e o que a gente deve verificar no momento da compra da carne. Também conscientizar os consumidores a comprarem carne certificada para não incentivar o abate clandestino.

Pesquisas de difusão: é necessária a geração de mais pesquisas voltadas para a genética do bovino; ver quais são os melhores rebanhos, as melhores raças, para que sejam implantadas aqui na região Nordeste.

Capacitação: capacitar o pessoal que trabalha tanto no campo quanto o pessoal dos frigoríficos em relação ao abate e às formas de abate; e ao tratamento da carne, que é uma parte muito precária. A assistência técnica também tem que ser revista em relação a isso, porque a gente vê que esse ponto ficou muito carente nos últimos anos, não tendo acompanhamento para muitos produtores rurais.

E com relação ao crédito, um crédito mais direcionado, um crédito que leve em consideração as características do setor. Também é preciso que exista algum

tipo de incentivo para as pesquisas, que a gente financie pesquisa aqui para incentivar alguns produtores, alguns frigoríficos abatedores, a assimilarem tecnologias novas, incentivar que eles adquiram esta tecnologia por meio do crédito também.

Muito obrigado a todos!

Narciso Sobrinho

Wendell usou o tempo exato. Então, pessoal, essa pesquisa é importante porque ela vai trazer subsídios para o Banco na definição de políticas. Nós temos, como foi mostrado na pesquisa, áreas com potencial para produção de carne no Nordeste: sul da Bahia, Maranhão e o sul do Piauí, em algumas áreas. Sabemos que o Nordeste é importador de carne, portanto, o que a gente tem que fazer é potencializar essas áreas onde o Nordeste pode produzir por meio das linhas de crédito do Banco de incentivo a esse setor.

Passamos agora para a colega Jânia, gerente do Ambiente de Estudos e Pesquisas de Avaliação do Etene, que vai fazer a abordagem sobre o processo de avaliação do Banco do Nordeste, focando uma atividade.

Jânia Pinho

Bom dia a todos! Na verdade, essa mesa tem uma grande responsabilidade porque temos pessoas ilustres aqui na plateia conhecedoras da realidade nordestina.

Nós vamos apresentar dados preliminares de uma avaliação do FNE Rural para o cultivo da soja. Trata-se de uma pesquisa que ainda não foi concluída, encontrando-se no momento em processo de consolidação dos dados da pesquisas de campo.

Aproveito para agradecer e ressaltar o trabalho do Marcos Falcão e da equipe dele, que acompanharam o estudo no Ambiente de Estudos e Pesquisas de Avaliação.

Em 2005, o Banco do Nordeste, por meio do Etene, desenvolveu uma metodologia de avaliação do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste). Nós temos um orgulho grande em falar isto porque, dos bancos que hoje operam fundos constitucionais, o BNB é o único que tem uma metodologia de avaliação. Algumas avaliações já foram feitas; essa, se não me engano, é a sexta avaliação com base nessa metodologia que vamos apresentar a seguir.

Contamos com a parceria da Embrapa na realização desta pesquisa. Embrapa, Banco do Nordeste, equipe interna do BNB-Etene, o Instituto Ideias, que aplicou a pesquisa de campo, e um consultor externo, o senhor Felipe Nottingham, que acompanhou a correta aplicação ou adequada aplicação da metodologia de avaliação nessa pesquisa específica. Na verdade, é uma avaliação que se faz com uma equipe mista, interna e externa ao programa.

Só lembrando um pouco: o FNE é um fundo constitucional. O objetivo dele é o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste mediante execução de programas de financiamento aos setores produtivos. São mais de 16 programas que se financiam hoje nos diversos setores: rural, industrial, comércio e serviços, turismo, infraestrutura.

Apresenta-se, no gráfico abaixo, a evolução das aplicações do Fundo. Em 2002, as aplicações do Fundo estavam muito baixas. Realmente, é uma coisa que chama a atenção quando mostramos esses *slides*, porque a aplicação era mínima nesse ano. Nesse ano foram aplicados os valores atualizados de R\$400 milhões, havendo uma retomada dessas aplicações e, em 2009, foram aplicados R\$9 bilhões, com previsão, para 2010, de mais de R\$9 bilhões.

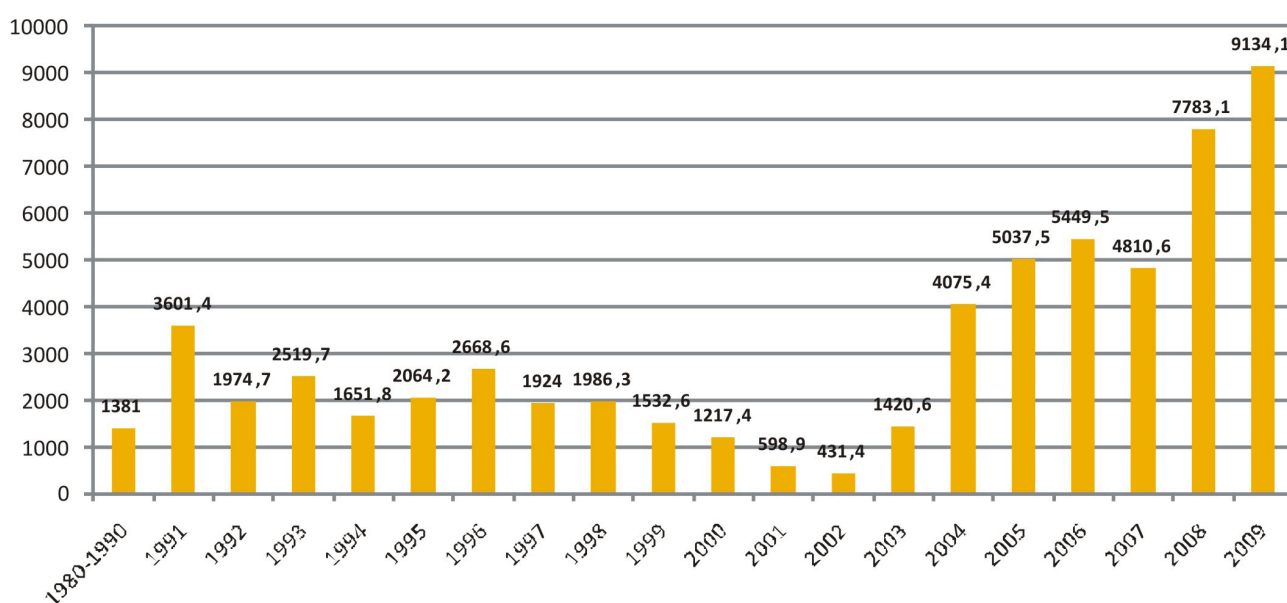


Gráfico 25 – FNE – Contratações Globais Atualizadas – 1989 a 2009 (em R\$ milhões)

Fontes: BNB/ETENE e Ambiente de Controladoria.

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI até 31.12.2009

As aplicações do FNE têm sido, predominantemente, no setor rural, apesar da inserção e maior participação de outros setores. Vem caindo um pouco a participação no setor rural, mas, ainda hoje, é cerca de 50% a participação do setor rural nas aplicações do Fundo.

Abordaremos agora o objetivo geral da pesquisa do FNE Rural. Na verdade, não tivemos condições de realizar pesquisas de campo com as diversas atividades que são financiadas no setor rural. Então, tivemos que escolher algumas atividades, porém atividades que são de fato representativas para esse programa FNE Rural.

O objetivo era verificar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas do FNE Rural, por meio de seus resultados, além de impactos para o período desde 1989, que foi quando se começou a aplicar o Fundo. Na verdade, o Fundo fez vinte anos.

Desde 1989 até 2008, foram identificadas as atividades mais representativas. Essas atividades representam, na verdade, cerca de metade do que foi aplicado no FNE Rural: bovinocultura de leite, bovinocultura de corte e cultivo de soja.

Foi agregada a atividade do cultivo da uva, uma atividade inovadora e interessante na região, e uma outra atividade mais tradicional, que é o cultivo do algodão. Essas duas atividades estão sendo avaliadas a partir de dados secundários.

Conforme preceitua a metodologia de avaliação do FNE, foi utilizado o modelo não-experimental nessa pesquisa específica, onde se reconstrói a situação antes do financiamento. Como é que era o empreendimento antes do financiamento em seus diversos aspectos, nos diversos indicadores que foram desenvolvidos? Ou seja, antes do financiamento, o que o projeto, o que a intervenção disse que ia acontecer, quantos empregos gerados, o faturamento etc. E após o financiamento, o que ocorreu em relação a esses aspectos?

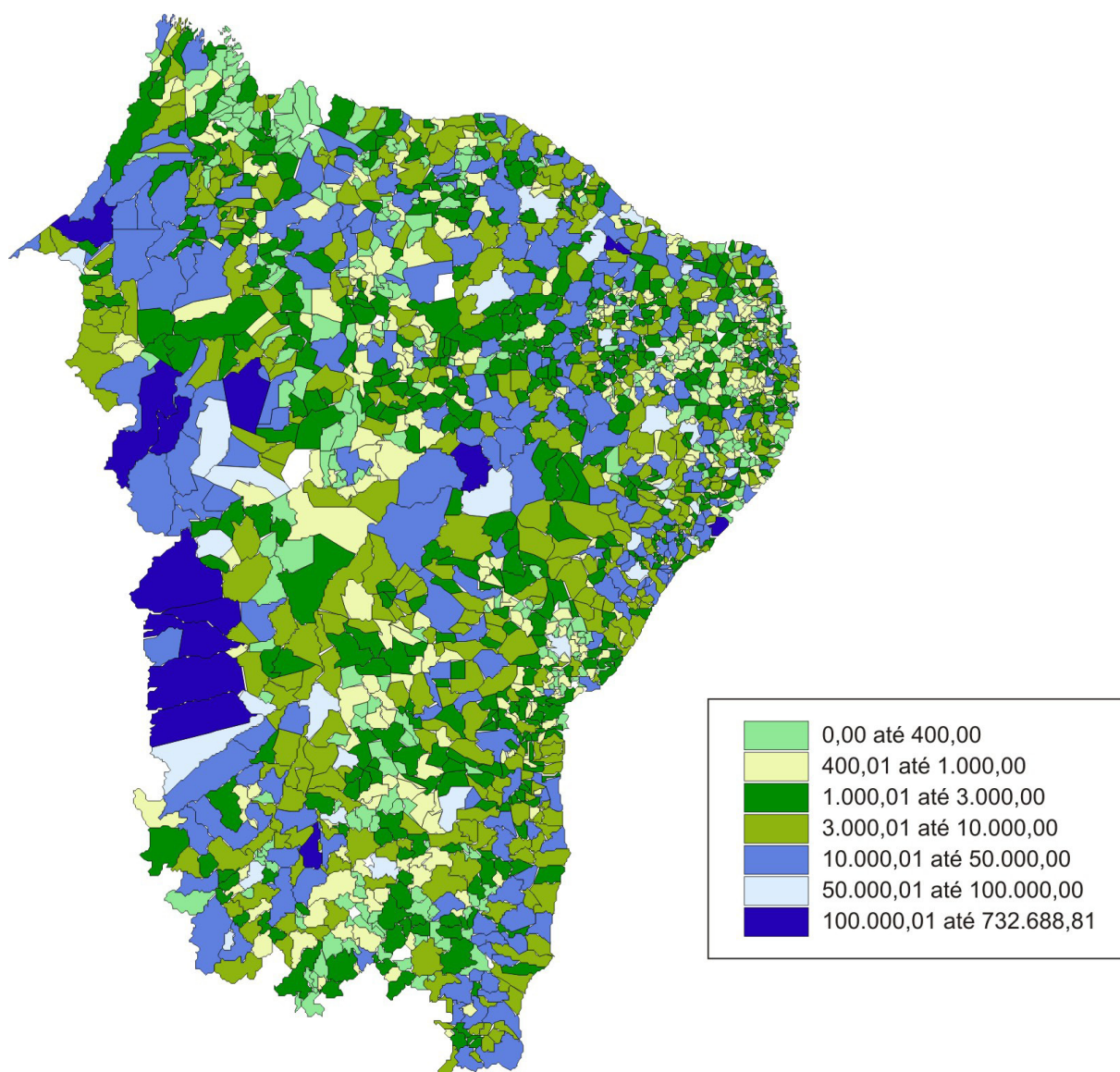
É importante ressaltar que se trabalha com projetos maturados, ou seja, empreendimentos que teriam condições de dar as respostas de acordo com o projeto desenvolvido. Nós nos utilizamos de dados secundários, dados primários, para todas essas atividades que foram realizadas nas pesquisas de campo, a bovinocultura de leite, corte e o cultivo de soja, que foram representados por 347 produtores pesquisados nos estados.

Também utilizamos a Matriz de Insumo-Produto, que foi muito bem apresentada aqui pelo Airton Saboya, em relação ao Pronaf. Trata-se de uma ferramenta que tem sido bastante utilizada. Agora mesmo deve estar acontecendo a realização de um minicurso sobre a Matriz de Insumo-Produto. O BNB-Etene está publicando o estudo sobre o assunto e colocando à disposição para toda a região Nordeste, órgãos que tenham interesse.

No *slide* a seguir são evidenciadas as aplicações do FNE Rural em toda a nossa área de atuação do BNB. As áreas mais escuras são as áreas que receberam maior volume de investimento.

A seguir, têm-se os valores contratados do FNE Rural, por estado, no período de 1989 a 2008. Vemos que a Bahia tem uma participação razoável, uma participação que vem diminuindo um pouco porque este estado teve uma participação maior no passado. Há cerca de uns seis anos mais ou menos, o BNB vem-se esforçando no sentido de buscar maior equidade da distribuição dos recursos entre os estados.

Temos, então, os valores contratados por porte de empreendimento, também, desde 1989. Percebe-se que os empreendimentos de grande porte têm a participação de 36%; mas, se reunir as informações de pequeno e miniporte, vê-se que totalizam mais de 50%, e essa é uma das prioridades das aplicações no Fundo, os empreendimentos de mini e pequeno porte.



Mapa 3 – Contratações do FNE RURAL

Fontes: BNB - Ambiente de Controladoria. Elaboração: Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

O gráfico a seguir demonstra as aplicações, por atividades, de 1989 a 2008. A participação da atividade criação de bovinos, esta parte aí meio lilás, totaliza 26%, 27%, correspondendo às atividades de bovinocultura de leite e de corte. Em seguida, vem o cultivo do algodão e da soja, também com grande participação. Como vocês veem, são as atividades que foram consideradas como representativas para desenvolver essa pesquisa.

Em relação à soja, o gráfico abaixo demonstra a quantidade produzida de soja no Nordeste (linha rosa), só para se ver como é que anda a produção no Nordeste. A linha azul representa as contratações do FNE no cultivo da soja. Então, você vê que, em 2008, o BNB até ultrapassa esta tendência aí.

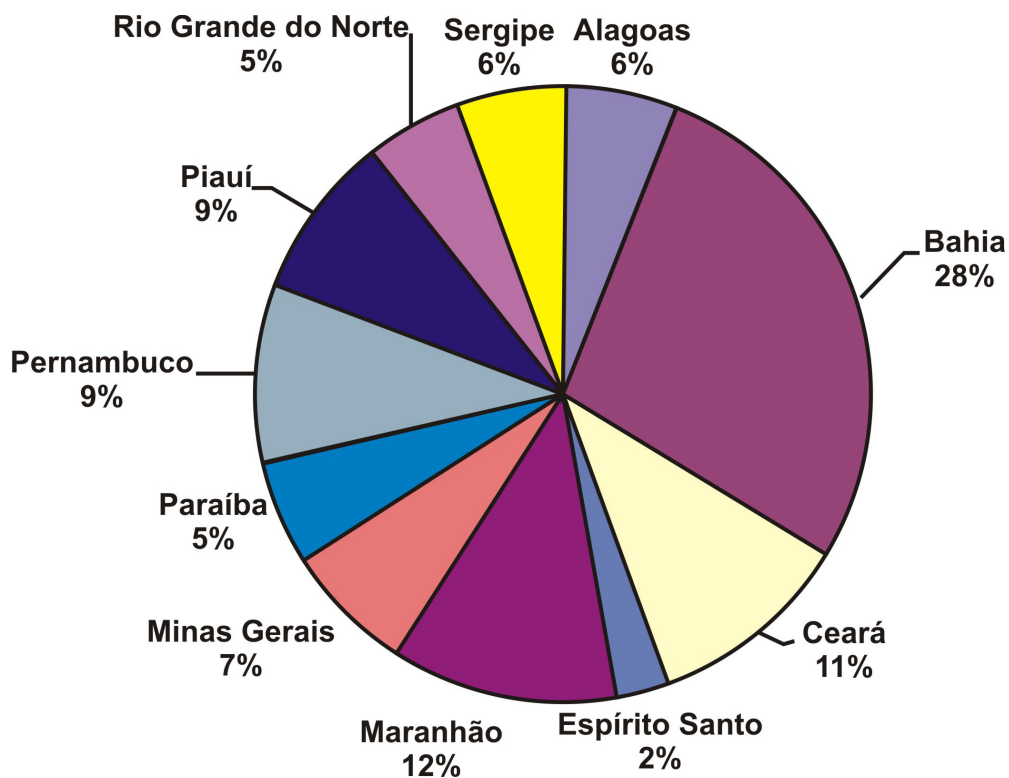


Gráfico 26 – FNE Rural – Valores Contratados por Estado – Período (1989 a 2008)

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

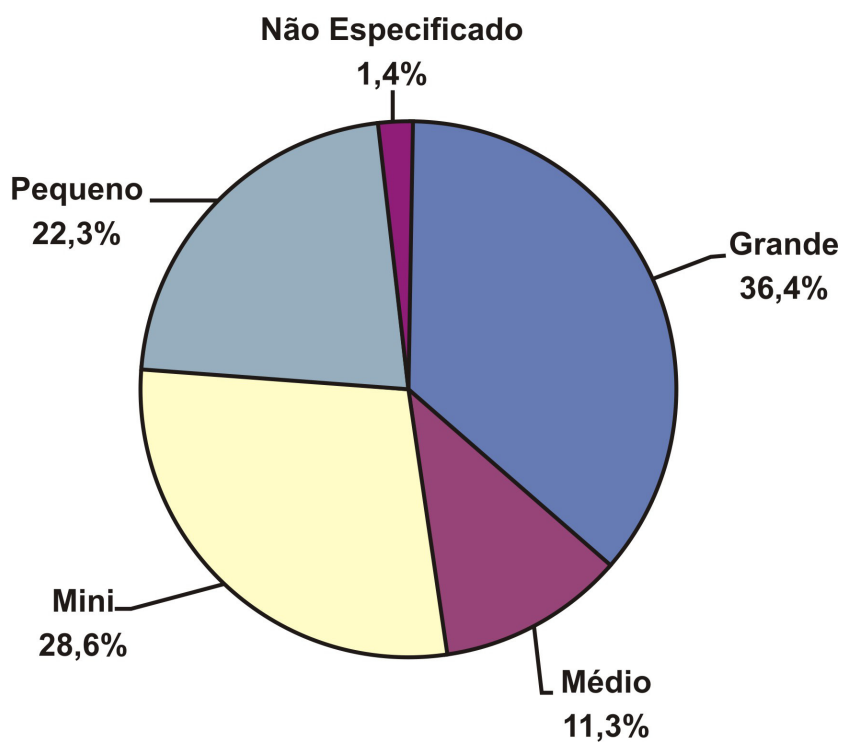


Gráfico 27 – FNE Rural – Contratações por Porte – Período (1989 a 2008)

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

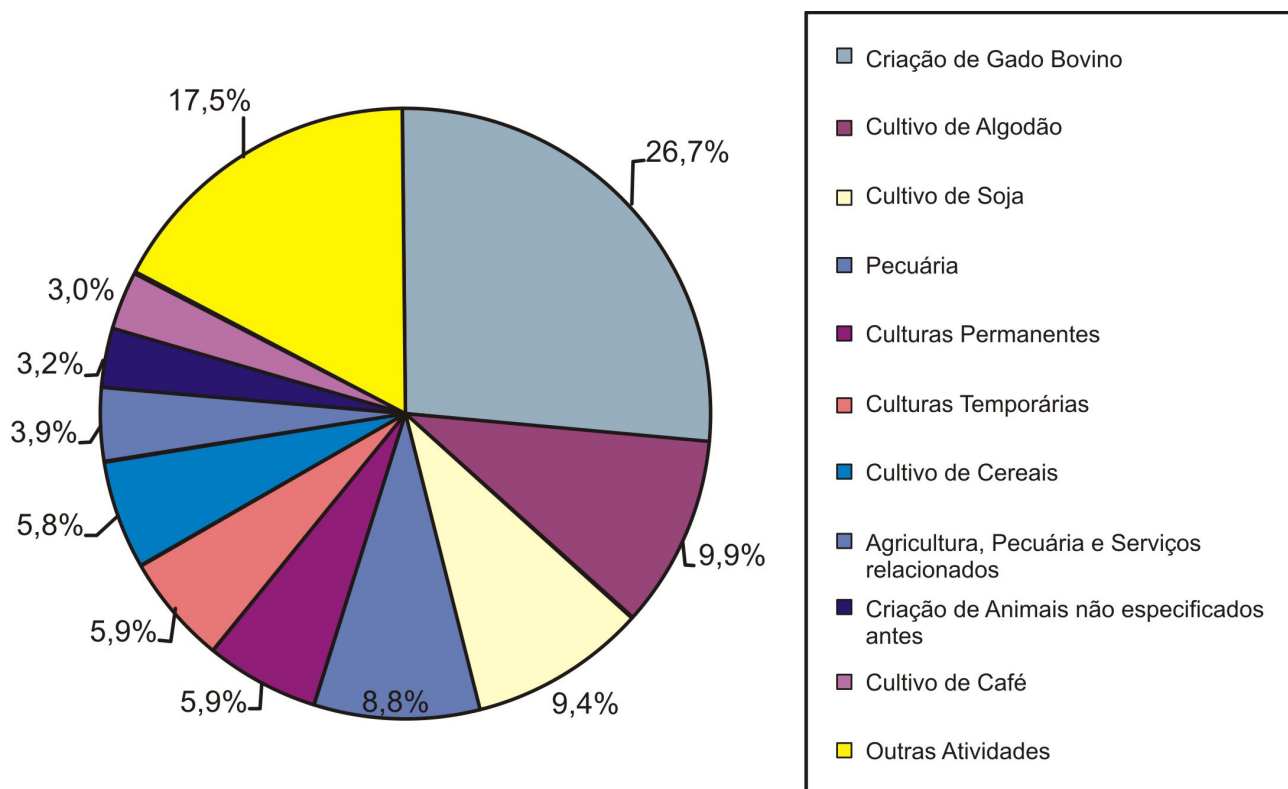


Gráfico 28 – FNE Rural – Contratações por Atividade – Período (1989 a 2008)

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

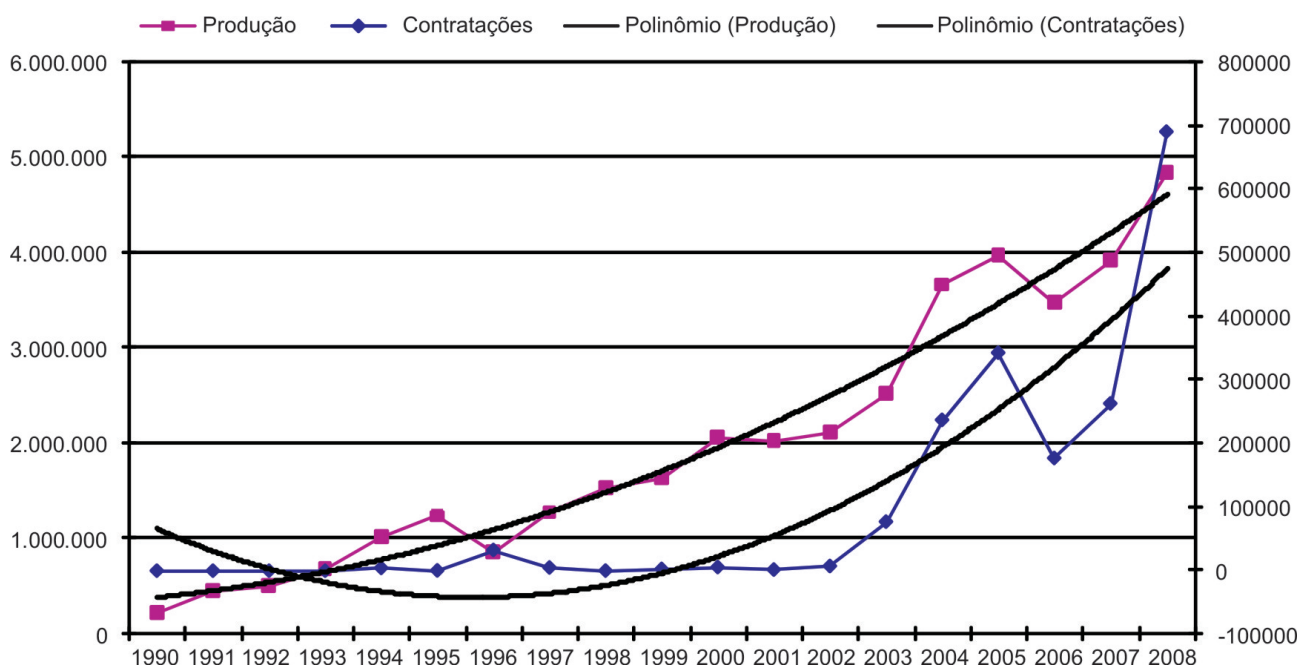


Gráfico 29 – Soja – Quantidade Produzida no Nordeste e Contratações do FNE – Período (1990 a 2008)

Fonte: Elaboração da Autora, com base no BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Como é que está hoje a soja no mundo e, contextualizando, no Nordeste? A produção é concentrada nos Estados Unidos, Brasil e Argentina. Então, na verdade, são esses três países que detêm a maior produção e área plantada também. O principal produto é o farelo de soja, também concentrado nas exportações dos Estados Unidos, Brasil e Argentina, que são os três países que mais exportam: 86% da exportação mundial.

No Brasil, as áreas produtoras se concentram no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. São estes os estados que mais produzem, detendo mais de 80% tanto da área [plantada] como da quantidade produzida de soja: Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Há um movimento de participação de outras regiões no cultivo da soja e é aí onde se insere o Nordeste. O Nordeste, hoje, participa com 7,3% da produção nacional, mas é quem mais tem crescido em termos de taxas, tanto na taxa de produção como na de área plantada. Então, a maior taxa de crescimento entre as regiões tem sido a do Nordeste. Em termos de produção, o Nordeste tem crescido cerca de 13% ao ano de área plantada, 10% de crescimento ao ano, dando uma produtividade de 3% ao ano. Então, são taxas que saltam aos olhos quando se comparam com as outras regiões.

E nos estados nordestinos, a produção é concentrada na Bahia, quase 60%; Maranhão, 23%; e Piauí, 18,5%. Nesse período, o primeiro financiamento para o cultivo de soja foi realizado pelo Banco do Nordeste, em 1990; mas, somente a partir de 2004, é que houve esse incremento no financiamento pelo BNB.

Assim, foi financiado o montante de R\$1,8 bilhão de recursos destinados à soja, com crescimento a partir de 2004. Financiamentos esses que foram destinados: 47% para a Bahia, 27% para o Maranhão e 25% para o Piauí. São financiamentos focados nestes estados que, de fato, hoje, mais produzem no cultivo da soja.

São empreendimentos de grande porte, porque requerem uma estrutura tecnológica razoável. Na nossa amostra, quando fomos a campo, foram entrevistados 81 produtores, diante de uma população de 164 produtores. Ressaltamos alguns resultados da pesquisa de campo: houve incremento da produtividade média de 6% quando se confrontam os dois momentos – antes e depois do financiamento. A produtividade média, antes, de 48 sacas por hectare, elevou-se para 51 sacas por hectare.

Em relação à área média plantada, saiu-se de 3.045 hectares plantados para 3.603, resultando em incremento de 18%, pelos empreendimentos, de sua área plantada. Em termos de emprego, era 0,5 por 100 hectares; passou para 1,3 por 100 hectares, configurando-se em incremento de 160 nos empregos gerados.

E para finalizar, utilizou-se da Matriz de Insumo-Produto, instrumento de uso recorrente nas pesquisas que têm sido feitas pelo Banco e também na avaliação. Do valor que foi financiado, R\$ 1,3 bilhão de recursos, foram gerados, de VBP,

em toda a área de atuação do Banco, R\$ 3,062 bilhões, em termos de produção. Em termos de renda, foram geradas R\$ 2,035 bilhões, 123 mil ocupações, R\$ 443 milhões em termos de salários e R\$ 428,7 milhões em termos de tributos.

Esses valores, só para lembrar algo que o Airton Júnior já havia comentado, têm um efeito transbordamento também. Isto remete a que uma parte do que está sendo financiado está transbordando; que esses benefícios estão vazando para outras regiões. Isso significa o quê? Que deve ter algum elo da cadeia produtiva da atividade que está mais vulnerável, que precisaria de uma intervenção maior para que este efeito transbordamento seja o mínimo possível. E é isso que o Banco também quer, utilizar-se da Matriz de Insumo-Produto com vistas a direcionar o financiamento. Ou seja: que elo está requerendo uma intervenção maior? Esses são os resultados preliminares. E obrigada!

Narciso Sobrinho

Obrigado Jânia, pelo uso do tempo! Na realidade, nós vimos que a soja, no Nordeste, está no Cerrado. Então, é no sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste baiano onde o Cerrado teve um *boom* na produção e produtividade e que o Fundeci, como o próximo palestrante vai falar, teve um papel fundamental na criação de alguns cultivados de soja no Nordeste. Eu trabalhei no Maranhão, especificamente no sul do Maranhão, onde pude constatar que a variedade de soja Sambaíba, um município do sul do Maranhão, foi criada pela Embrapa com financiamento do Fundeci.

Então, agora passo a palavra para o gerente do Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento, colega Allisson Martins, que vai falar sobre o apoio do Banco à difusão tecnológica e pesquisa no Nordeste através de fundos como o Fundeci.

Allisson Martins

Bom dia a todos! Quero começar falando o seguinte: o Banco do Nordeste atua não só em créditos (empréstimos e financiamentos) mas também em ciência, tecnologia e inovação. Muitas das pessoas aqui já conhecem alguns trabalhos do Fundeci, que é o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de modo que são alguns casos de sucesso que eu vou mostrar nessa apresentação.

Dentro das funções do Etene, conforme está estabelecido no estatuto do Banco, precisamente no artigo 4, inciso 2º, uma das atribuições do Banco é desenvolver a ciência e tecnologia, operacionalizando a política do Banco para desenvolver o apoio a estudos e pesquisas de difusão de tecnologias, bem como ações voltadas à economia solidária.

Para isso, o Banco dispõe de três fundos de recursos financeiros, que são: o Fundeci, que, como eu já comentei, é o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; o Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas, que é o Fase; e o Fundo

de Desenvolvimento Regional, que é o FDR. Na nossa apresentação vamos focar principalmente o Fundeci.

O Fundeci foi criado por ato da Diretoria do Banco em 1971, mas ele começou o seu funcionamento em 1972, e tem como fonte de recursos a dotação orçamentária do seu próprio lucro. O que significa isso? Do lucro do Banco, parte é direcionada para a ciência e tecnologia na região Nordeste.

O caráter de financiamento do Fundeci são recursos não-reembolsáveis, até pelo caráter mesmo da pesquisa, que necessita que os recursos sejam não-reembolsáveis. Nesses 39 anos de atuação do Fundo, nós temos grandes parceiros que a gente pode citar aqui, como a Embrapa, universidades, o MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), a Finep (Empresa Financiadora de Estudos e Projetos), os institutos de pesquisas, as Oepas (Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária), os governos estaduais, as ONGs.

Para vocês terem uma ideia, já estamos chegando à marca de 2.000 projetos financiados. Já estamos com 1.949 projetos e com um valor já aplicado de R\$258 milhões dentro desse tempo. Estes valores estão atualizados com valores de hoje.

Com o intuito de coadunar com o que está estabelecido no estatuto do Banco, o Fundeci tem como missão fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico na área de atuação do Banco. Ressalve-se que não só no Nordeste mas também no norte de Minas e norte do Espírito Santo.

Dessa forma, fazemos a seguinte pergunta. Qual a importância do Fundeci para a região? Primeiro, diminuir o risco das aplicações do Banco. Novas tecnologias resultam em ganho de produtividade, que resultam em elevação da produção, que, por sua vez, possibilita ao cliente do Banco o pagamento de suas operações de crédito. É isso que o Banco quer. Segundo, promover a sustentabilidade dos projetos apoiados pelo Banco e elevar a competitividade dos empreendimentos regionais.

Para vocês terem uma ideia do interesse do Banco em ciência e tecnologia, percebam a evolução da dotação dos recursos para o setor nos últimos anos. Destaca-se (referindo-se aos *slides*) o Fundeci, que é o fundo mais abrangente que nós temos administrado pelo Etene.

Vocês percebem que, em 2002, o Etene partiu de uma dotação inicial de R\$ 3 milhões, sendo que, em 2009, atingiu-se a marca de R\$ 18 milhões em dotação de recursos. Os outros fundos, que são o Fase e o FDR, estão com R\$ 12 milhões. Esse gráfico mostra, principalmente, a política atual adotada pelo Banco, de aperfeiçoar a ciência e tecnologia para prover ganhos de produtividade dos empreendimentos na região.

O quadro a seguir, o qual é bastante interessante, e que sempre apresentamos nos nossos trabalhos, mostra o quadro de demanda não-atendida dos projetos

pleiteados pelo Fundeci. Vocês podem perceber, na última coluna, que tem o percentual de projetos que, infelizmente, não foram apoiados, simplesmente pela falta de recursos.

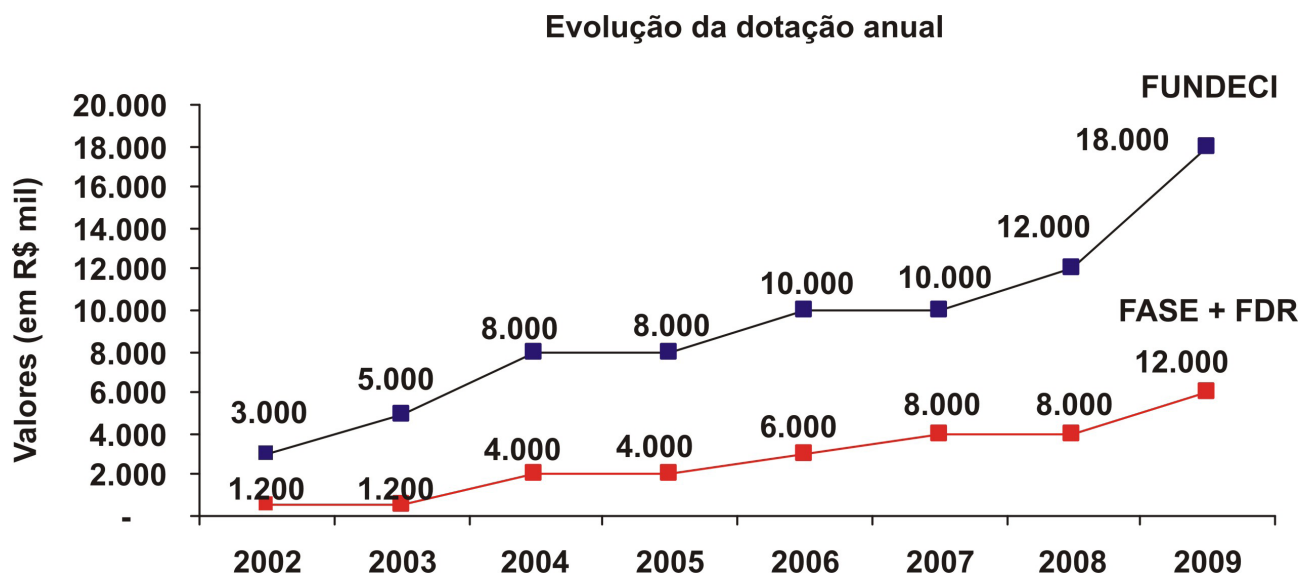


Gráfico 30 – Fundos Administrados pelo BNB/ETENE

Fonte: BNB-Etene(2010).

Tabela 6 – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnologia – FUNDECI

EDITAIS	PROJETOS RECEBIDOS		PROJETOS SELECIONADOS		DEMANDA NÃO ATENDIDA		
	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	%
1998/99	398	20.000	89	3.500	309	16.500	82,50%
2000	820	39.000	100	3.300	720	35.700	91,54%
2001	573	31.000	74	3.500	499	27.500	88,71%
2002	624	40.000	84	3.000	540	37.000	92,50%
2003	708	53.000	107	5.100	601	47.900	90,38%
2004	863	53.300	148	6.637	715	46.663	87,55%
2005	854	65.074	98	6.930	756	58.144	89,35%
2006	454	29.185	87	5.217	367	23.968	82,12%
2007	375	21.216	100	4.716	275	16.500	77,77%
2008	434	27.117	97	6.965	337	20.152	74,32%
2009	309	12.017	128	4.609	181	7.408	61,65%
TOTAL	6.412	390.909	1.112	53.474	5.300	337.435	83,49%

Fonte: BNB/ETENE, 2010.

Contudo, percebam que está ocorrendo um decréscimo na quantidade de projetos não-atendidos nos últimos anos. Em 2009, nós tivemos 61,65% de projetos não-atendidos, mas, a partir de 2005, já há uma queda. Em 2005, eram 89% e, hoje, já estaria em 61%. Isto mostra que, mesmo com a atuação crescente do Banco, nós não estamos conseguindo atender a todas as demandas que são apresentadas ao Banco.

Queria mostrar o principal emblema do Fundeci, que é justamente o caso da soja. Por volta da década de 70 e 80, foram feitos vários projetos de pesquisa, em parceria com a Embrapa e Emater, que possibilitaram a adaptação da soja às baixas latitudes.

O que significa isso? Que foi possível adaptar o plantio de soja na região Nordeste. Regiões em que, antigamente, na década de 70 e 80, sequer eram habitadas, hoje são grandes centros da dinâmica econômica regional, das quais podemos citar: no oeste da Bahia, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério; no Piauí, Corrente, Uruçui, Bom Jesus; Balsas, no Maranhão. Enfim, isto mostra que o Banco teve uma participação significativa na adaptação da soja para a região e isso fez com que a economia desses lugares se desenvolvesse.

Outro item referente a grãos que o Banco apoiou foi o sorgo. Foram pesquisas apoiadas para a viabilização de produção de forragem em áreas de baixa pluviosidade. Isso promoveu o estabelecimento de variedades de sorgo granífero e forrageiro na região, possibilitando a produção de forragem e grãos em áreas com pluviosidades abaixo de 600mm, além de disponibilizar forragem e grão para as atividades de bovinocultura, avicultura e suinocultura.

Este próximo caso de sucesso que o Fundeci tem refere-se ao algodão colorido. Quem teve oportunidade de ver, é uma coisa bastante interessante. Foi um trabalho desenvolvido pelo Banco com a parceria da Embrapa. O algodão colorido possibilita agregação de valor à fibra e aos produtos têxteis pela ausência de corantes artificiais e pela valorização dos produtos naturais para o mercado.

Basicamente, essa pesquisa proporciona três ganhos: primeiro, a questão ambiental: com o uso do algodão colorido você não precisa utilizar corantes artificiais, já que o algodão já vem com aquela coloração; a redução dos custos também é outro ganho, pois o produtor não precisa pintar aquele produto feito a partir do algodão; o terceiro ponto é a agregação de valor: produtos feitos com algodão colorido têm um valor agregado muito maior, proporcionando maior lucro. Ou seja, maior *mark up*, maior lucro, menor custo e também uma questão ambiental. Projeto bastante interessante desenvolvido pela Embrapa e BNB.

Outro caso de sucesso do Fundeci é o sistema CBL, que é o sistema de Caatinga, Buffel e Leucena, que é um sistema de forragem que casa exatamente a Caatinga com também um instrumento de apascentamento de animais, que é o buffel e a leucena. Esse sistema disponibilizou ao pecuarista um sistema de ex-

ploração de forragem nativa enriquecida com o capim-buffel grass e a leguminosa leucena, de modo a fornecer uma alimentação de qualidade ao rebanho do Semi-árido nordestino.

O próximo projeto, apoiado pelo Fundeci, em parceria com várias entidades, refere-se a ovinocaprinocultura, destinado à preservação de genótipos da região, que, com o decorrer do tempo, foram perdendo suas características originais. O principal resultado dessa pesquisa foi a preservação, conservação e avaliação fenotípica de genótipos locais de caprinos (Canindé, Moxotó) e de ovinos deslanados (Morada Nova – variedades vermelha e branca), permitindo assegurar a preservação e proliferação desses animais na região, permitindo, assim, assegurar a preservação desses animais que foram perdendo as suas características originais.

Há também um projeto bastante interessante que o Banco vem desenvolvendo: refere-se às uvas apirênicas, que são as uvas sem sementes. Para quem já teve oportunidade de ver, já existem alguns produtos desses à venda nos supermercados. É um produto de alto valor agregado que possibilita aos produtores ganhos nas suas margens de lucro. Produto bastante interessante desenvolvido também por meio da parceria entre o Banco e a Embrapa.

No âmbito da fruticultura, especificamente na questão do caju, o Banco também apoia o desenvolvimento do caju-anão-precoce de sequeiro ou irrigado. Também foram pesquisas apoiadas pela Fundeci, que estão proporcionando, ganhos incríveis de produtividade. A produtividade, que, inicialmente, era de 200kg por hectare, hoje, já está chegando a obter de 800 a 1.200kg por hectare na cultura de sequeiro. Na cultura irrigada, esse número é bem mais considerável, chegando até a 4 mil kg por hectare.

Outra pesquisa que o Fundeci apoiou, referente ao meio ambiente, é a utilização de alternativas de aproveitamento da casca do coco. Todos sabem que a região Nordeste é uma grande produtora de coco e, por sua vez, o aproveitamento da sua casca não estava sendo realizado. Com essa pesquisa do Fundeci, fez-se, então, com que se criassem alternativas econômicas para o uso da casca do coco verde, melhorando principalmente a questão ambiental.

Mais outro produto que vem-se desenvolvendo consideravelmente, já no setor de agroenergia, é a cultura da mamona. O Banco, em parceria com a Embrapa, realizou estudos que também estão proporcionando ganhos de produtividade. A mamona no Nordeste apresenta várias espécies com baixa produtividade (300kg/ha) e baixo rendimento industrial em óleo, cerca de 30%. A Embrapa possui as variedades BRS 145 (Nordestina) e a BRS 188 (Paraguassu) que apresentam uma produtividade de 1.500kg/ha e um rendimento industrial em torno de 48%. Percebam que os ganhos estão sendo principalmente em rendimento industrial, que, antes, era de 30%; agora estão em torno de 48%. Então, é mais um ganho de produtividade para os agricultores da região Nordeste.

Já em relação à questão da convivência com o Semiárido, podemos colocar o desenvolvimento da tecnologia de captação de água *in situ*. Já avançando mais um pouco, outras pesquisas também que o Banco está apoiando são adaptações de frutas exóticas, no que a gente pode citar a oliveira, a pera, o caqui...

Uma outra pesquisa aqui muito interessante é sobre a maçã. O Banco está atuando nessa pesquisa, em parceria com a Embrapa Semiárido, no sentido de adaptar a maçã à região Semiárida. Então, são pesquisas que vêm quebrando várias barreiras econômicas e geográficas. Você conseguir trazer a maçã para o Semiárido é realmente uma pesquisa bastante interessante para a região.

O Banco também atua em pesquisas para desenvolver culturas resistentes a pragas. Podemos citar uma que já está sendo desenvolvida, que são os abacaxis Vitória e Imperial. Você pode perceber que, nessa primeira figura (referindo-se aos *slides*), do lado esquerdo, de baixo para cima, a de baixo é uma cultura normal afetada por esta doença da fusariose. A parte de cima é esta nova cultura já desenvolvida pelo Banco. Então, isto mostra ela(a cultivar) resistente a este tipo de praga.



Foto 1 – Fruticultura – Variedades de Frutas Resistentes às Pragas e Doenças – Abacaxis Vitória e Imperial

Fonte: Embrapa Mandioca e Fruticultura.

Mais outros projetos também de convivência com o Semiárido que vale ressaltar estão relacionados a frutas xerófitas, como o umbuzeiro; pesquisas relacionadas a criação de galinha caipira; cisterna de placas; barragens subterrâneas. Todos esses tipos de projetos, o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci) vem apoiando nesses últimos anos.

Por fim, queria deixar o meu muito obrigado!

Narciso Sobrinho

Ok, Allisson! Parabéns pela apresentação!

Nós vamos abrir para perguntas. Nós já temos uma na mesa, que está sendo dirigida ao colega Wendell. É o Gilvan Brás, do Dnocs [Departamento Nacional de Obras Contra as Secas], que pergunta por que é que as carnes ovina, suína e caprina não foram contempladas na pesquisa. Também pergunta se houve capacitação por parte dos órgãos públicos, já que ele tocou na questão de capacitação.

Wendell Carneiro

Bom, com relação à primeira questão – por que é que não foram incluídos outros tipos de carne na pesquisa –, primeiramente, porque o objetivo desta pesquisa foi somente com relação à carne bovina. Por quê? Recentemente nós fizemos um estudo com relação às carnes de caprinos e ovinos, carne, leite e pele de caprinos e ovinos, que foi inclusive lançado aqui neste Fórum, o livro com relação a esta pesquisa. Então, a gente já tem esse trabalho realizado.

Outro motivo é o próprio valor da atividade para a região, bem como o que tem sido investido pelo Banco na região em relação à bovinocultura. A gente vinha também com a metodologia de fazer pesquisa sobre a agroindústria do Nordeste. A primeira foi sobre frutas e hortaliças e estamos agora com essa pesquisa também de carne bovina. E com relação à carne suína, por conta de a própria região não ter essa, digamos, essa economia muito forte no Nordeste. Então, acabou que a gente selecionou mais a carne bovina.

Com relação à segunda questão – quais os investimentos públicos e privados para a melhoria na qualificação de mão de obra e infraestrutura –, a gente pode elencar algumas ações que já vêm sendo desenvolvidas, como, por exemplo, no estado da Bahia, em relação aos matadouros regionalizados. Ou seja, alguns matadouros municipais estão sendo privatizados, estruturados, proporcionando melhor estruturação desses equipamentos.

O Fundeci vem também patrocinando, junto ao Governo do Estado, do Ceará, a questão da capacitação e melhoria dessa mão de obra dos frigoríficos do estado. E o Banco do Nordeste, por meio do FNE-Agrin, financia a atividade sempre visualizando a questão da melhoria da tecnologia e dos métodos de gestão empregados.

Intervenção da plateia

Você disse que há uma demanda insatisfeita enorme, que, talvez, não tenha produto, mas que mercado existe. Então, por que o gargalo, se o Banco tem dinheiro para financiar outros setores? Qual é o gargalo? Qual é o problema? Está faltando dinheiro? Não tem mercado?

Wendell Carneiro

A gente pode observar, pela própria conformação da região, que ela tem muitas limitações em termos de atividade; então, a gente tem poucas áreas. Na verdade, temos áreas com bom potencial, mas elas são poucas em relação a outras regiões do País, onde ela tem-se desenvolvido de forma mais acelerada. E como, hoje em dia, a questão da mobilidade desse rebanho é fácil, muitas vezes é mais fácil trazer rebanho de outras regiões para cá, para ser abatido aqui, ou mesmo trazer a própria carne, do que até mesmo os produtores quererem produzir aqui.

Mas o Banco é aberto a investimentos nesta área e nós temos recursos para isso. Tem a parte de pesquisa que está trabalhando nesta questão de melhoramento da carne e em outras questões de frigoríficos. Ou seja, aqui, tem potencialidade para desenvolver a atividade, mas com essa questão de mobilidade hoje muito fácil, às vezes, outras regiões têm mais vantagens de trazer a carne para cá.

Narciso Sobrinho

Bom, agradecemos a presença de todos e gostaria de parabenizar os colegas que colocaram aqui as ações do Banco, que, de certa forma, vêm trazendo grandes contribuições para o desenvolvimento regional. Vamos agora passar para a mesa seguinte. Obrigado!

SESSÃO ESPECIAL CENTRO CELSO FURTADO: TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E DESAFIOS PARA O NORDESTE

Composição da Mesa:

Tânia Bacelar (Presidente de mesa)

Liana Carleal – Ipea

Jair do Amaral – UFC

Mestre de cerimônias

Senhoras e senhores! Vamos dar sequência às nossas atividades técnicas com a “Sessão Especial: Tendências do Desenvolvimento Brasileiro e Desafios para o Nordeste”, promovida pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Lembramos que acontece no primeiro piso, aqui do Centro de Treinamento, a exposição Celso Furtado. Portanto, não deixe de visitá-la e conhecer um pouco mais da obra e do pensamento deste grande economista, que honra o nosso País.

Convido a presidir os trabalhos à mesa, a economista e professora da Universidade Federal de Pernambuco, Tânia Bacelar de Araújo.

Convido a comporem a mesa, os expositores: a senhora diretora de Estudos Regionais Urbanos e Ambientais do Ipea, Liana Carleial, e o professor da Universidade Federal do Ceará, Jair do Amaral.

Entrando neste auditório e cumprimentando a presidência da mesa e os expositores, o senhor presidente do Banco do Nordeste do Brasil, professor doutor Roberto Smith. Honra-nos também com sua presença neste recinto o ex-presidente do Banco do Nordeste, Rubens Vaz da Costa.

Antes de darmos início às atividades técnicas dessa Sessão Especial e com a devida anuência da presidência dos trabalhos, teremos agora uma homenagem especial.

Fundado em 22 de novembro de 2005, o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento foi uma proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, apresentada na sessão de abertura da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, realizada em São Paulo, no dia 14 de junho de 2004.

Hoje, o Banco do Nordeste presta justa homenagem à jornalista Rosa Freire D'Aguiar Furtado, viúva do professor Celso Furtado, homenagem esta que tem por objetivo ressaltar e aplaudir sua incansável batalha em manter vivo, pulsante e perpétuo o pensamento deste importante economista, que tanto contribuiu para o desenvolvimento econômico de nosso País.

Ratificando esta homenagem, convido ao palco o senhor presidente do Banco do Nordeste, professor doutor Roberto Smith, para fazer a entrega de uma placa à jornalista Rosa Freire D'Aguiar Furtado.

Com a palavra a jornalista Rosa Furtado.

Rosa Furtado

Bom dia a todos, presidente Roberto Smith, demais participantes da mesa, Tânia Bacelar, Jair Amaral, Liana Carleial!

A emoção é grande! Primeiro, porque estou no auditório que tem o nome do Celso. Eu entendo esta homenagem não a mim propriamente, mas entendo esta homenagem como uma homenagem póstuma a Celso. Outro dia, quando Roberto Smith teve a gentileza de me comunicar essa homenagem, eu respondi a ele que, na verdade, eu entendo isso como uma homenagem a Celso, porque, de fato, eu acho que Celso dedicou o melhor da reflexão intelectual dele, talvez, eu diria, o melhor dos anos de ação ao Nordeste, em atenção ao Nordeste, em pensar o Nordeste.

Eu acho que a grande obra, da qual Celso mais se orgulhava, foi ter sido criador e superintendente da Sudene. Evidentemente, o projeto dele foi abortado de certa forma com o golpe militar, mas eu acho que deixou sementes. Ele acha também.

Eu lembro um outro momento de muita emoção: foi há sete anos, em 2003. Nós estivermos aqui a convite do presidente Smith e do presidente Lula, quando houve o relançamento da Sudene. Nós todos nos encontramos aqui, com Tânia também e Celso veio ao Nordeste, veio aqui a este Banco e teve uma cerimônia muito bonita. Eu jamais poderia imaginar que sete anos depois estaria eu aqui recebendo esta homenagem.

Eu queria dizer só uma coisa: quando alguém falece e se é marido, filho, pai, enfim, as pessoas falam muito de direitos de inventário; é uma época muito ruim na vida de todos nós. Você passa por coisas de inventário e vem advogado e pergunta quais são os direitos, bens móveis, imóveis... Eu, com a maior sinceridade, eu acho que a gente tem deveres, não tem direitos. Direitos haverá algum. Haverá algum imóvel aqui, um direito autoral ali, mas não é isso. Eu acho que a gente tem deveres. No meu caso, eu me sinto realmente devedora a Celso de conservar a herança dele.

Primeiro, a herança do convívio que tive com ele. Foi um convívio muito longo e, se ele deixou uma herança, foi a herança da retidão, da retidão do servidor público, do agir corretamente, do agir pensando na coisa pública e isso ele tinha muito forte. E eu tenho deveres, eu acho, de fazer com que esta obra continue viva e continue sendo lida pelas novas gerações, porque, basicamente, o que perpassa a obra toda do Celso é o debate sobre o desenvolvimento do País e este processo ainda não está resolvido.

Está muito bem encaminhado de uns anos para cá, desde que o presidente Lula foi eleito, mas ainda não está na verdade todo resolvido. Talvez, aliás, acho que nenhum país teve completamente resolvido o seu problema de desenvolvimento. Mas, então, eu queria falar um pouquinho do Centro Celso Furtado porque eu não estou aqui apenas como viúva do Celso, estou também como diretora do Centro Celso Furtado.

Como foi mencionado, o Centro foi criado em 2005 e nós temos, hoje em dia, mais ou menos uns 130, 140 sócios. O Centro está hospedado, digamos assim, no subsolo do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]. As instalações são muito boas. Se alguns de vocês algum dia for ao Rio, com muito prazer, o prédio do BNDES é muito central no Rio de Janeiro e nós temos tido, desde então, uma colaboração impecável com o Banco do Nordeste, e eu vou já falar disso.

Eu queria explicar um pouco o que é o Centro. O Centro Celso Furtado nasceu para ser um lugar de pensamento de políticas de desenvolvimento. Isso se traduz na prática e, hoje em dia, nós temos três eixos bem claros. Tânia Bacelar, que é a presidente do nosso Conselho Deliberativo, fez um plano e ajudou muito a delimitar as áreas do Centro.

O primeiro grande eixo do Centro é documentar o desenvolvimento. Eu tenho o prazer de informar a vocês que a biblioteca do Celso é uma bela biblioteca sobre o desenvolvimento, o Brasil e também sobre o Nordeste. É verdade que o Celso tem uma biblioteca muito ampla também sobre assuntos de política internacional, mas, bem, vamos nos focar nesses três eixos. A biblioteca já está pronta, o catálogo dela está inteiro *on line*.

Nós inauguramos a biblioteca no ano passado, lá no BNDES. Ela tem, mais ou menos, uns 7 mil volumes e tem ainda alguns livros na minha casa, de Literatura, que já estão catalogados, mas não estão no Centro por falta de espaço.

Esta biblioteca pretende ser um núcleo de um programa maior que é, de fato, a documentação do desenvolvimento. Ou seja, a ideia – e Tânia falou disso muito bem quando nós fizemos as nossas reuniões internas no Centro – é que, se alguém quiser pesquisar o que já se fez no País sobre desenvolvimento, como se pensa o desenvolvimento em outras partes do mundo, que passe necessariamente pelo Centro Celso Furtado, ou através da biblioteca, ou através da catalogação de arquivos.

Esse já é um outro projeto – um projeto de longo prazo que nós estamos desenvolvendo tão bem e, certamente, nós teremos o apoio do BNB – que é a catalogação dos acervos propriamente de Celso. Quer dizer, os livros já estão catalogados, já estão com catálogo *on line*, a biblioteca está aberta para quem quiser pesquisar [presencialmente] ou quiser pesquisar por internet.

Mas, agora, eu queria tratar do acervo propriamente de Celso e é – eu digo para vocês – é fascinante. É quase mais fascinante que a biblioteca. Outro dia eu descobri as cartas dele para a mãe quando ele foi para a guerra. Celso esteve como pracinha no contingente da FEB [Força Expedicionária Brasileira]; ele esteve na Itália, e por aí vai... Então, a sensação que dá, mergulhando um pouco nos arquivos do Celso, é que você tem ali, mal ou bem, a história da segunda metade do século XX no País.

Quer dizer, desde os debates, que começam quando tem aquele grande movimento desenvolvimentista feito por economistas ligados à ONU [Organização das Nações Unidas], e a coisa vem vindo, vem vindo... Em um dado momento, Celso se afastou do desenvolvimento brasileiro; foi quando veio o golpe militar, mas sempre interessado nisso.

Então, nós pretendemos fazer um centro grande de pensamentos desenvolvimentista a partir de documentos. O segundo eixo, digamos, do Centro Celso Furtado, além desse eixo da memória, é o eixo de formar para o desenvolvimento.

Então, nós fazemos muitos cursos no Centro, cursos de formação de capacitação, que sempre foi também uma preocupação do Celso – inclusive quando ele esteve na Sudene, ele fez muitos cursos de capacitação. Tânia conhece muito bem esse projeto, até melhor do que eu.

Nesse momento, eu quero dizer que o BNB está sendo um grande parceiro nosso, porque nós temos um pequeno programa de bolsas. Nós somos um grão de areia comparado com a Finep [Empresa Financiadora de Estudos e Projetos], com a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior], com o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], mas, enfim, nós temos, no momento, 14 bolsas de mestrado e doutorado. Temos nove de mestrado, as outras de doutorado, mais especificamente voltadas para problemas de desenvolvimento e Nordeste. E o BNB, hoje em dia, é quem está financiando e bancando estas bolsas.

Bem, a terceira vertente do Centro seria debater o desenvolvimento. Quer dizer, a primeira seria documentar, a segunda de formação e a terceira de debate, e é o que nós temos feito com seminários, com cursos. O curso é mais para a formação, basicamente com seminários. Então, nós estamos praticamente com dois, três seminários grandes por ano no Centro, sendo que a gente tenta fazer com que um seja internacional. Eu também já posso avisar aos senhores que o professor Jair Amaral é um dos membros de um pequeno comitê acadêmico que nós montamos. Em outubro, ocorrerá, na cidade de Natal, seminário sobre as cidades de porte médio do Nordeste.

Então, eu acho que é isso. Eu acho que o Centro Celso Furtado está muito bem estruturado. Uma das razões de eu estar aqui, eu digo com a maior sinceridade, não é só receber a homenagem. Eu comentei com a Tânia quando me comunicaram que eu ia receber essa homenagem, que eu estava muito feliz. Eu brinquei assim: eu não sou mais garota, mas acho que estou muito jovem para receber homenagem.

Homenagem, de modo geral, são para pessoas com mais de 80 anos e tal, que recebem homenagem. Mas, enfim, eu fico muito feliz com a homenagem e a levarei para o Centro Celso Furtado. Esta placa ficará no Centro, na sede que alguns de vocês conhecem, e eu queria abrir o Centro para vocês, todos que estão aqui, porque é muito importante que a gente tenha essa colaboração do Nordeste. É uma coisa que tem que ser feita permanentemente.

O Celso, eu digo, o Celso morreu nordestino. Na véspera de o Celso morrer – Celso morreu do coração, de repente, em um sábado pela manhã – a gente tinha conversado, e ele falava sobre a infância dele em Pombal. Era uma coisa que voltava de forma recorrente. Nós íamos muito à Paraíba, porque ele era paraibano, mas eu acho que a ação do Centro no Nordeste, para mim, é fundamental. Eu acho que tem que existir.

É um lugar onde o Celso, que é o patrono do Centro, além de ter sido meu marido, enfim, é o lugar onde ele trabalhou, pelo qual eu acho que ele deu o melhor das energias dele. Então eu fico muito grata, sobretudo ao BNB, com a presença do Roberto Smith, que aí é um detalhe mais pessoal. Eu conheci o Roberto em condições muito engraçadas porque nós moramos no mesmo prédio em Paris.

Então, um dia, eu vejo entrar um moço assim, de olho azul, e então eu digo:

não deve ser brasileiro. Eu percebi depois que ele era e depois ele tornou-se presidente do Banco do Nordeste. Então agradeço muito a vocês e deixo a palavra para não tirar muito a palavra da mesa. Muito obrigada!

Mestre de cerimônias

Professora Tânia, com a sua devida permissão, gostaria apenas de ratificar aqui a presença do doutor Rubens Vaz da Costa e ressaltar que ele foi o primeiro funcionário de carreira do Banco do Nordeste indicado a presidir o BNB. Esteve à frente da presidência do Banco no período de 1967 a 1971 e, durante a sua gestão, o BNB passou por decisiva fase de modernização administrativa e dinamização operacional.

Assim, Rubens Costa, participou desde os primeiros passos da estruturação do BNB, sendo, aliás, um dos entrevistadores para seleção da primeira turma de especialistas do Etene. A presença, portanto, do ex-presidente Rubens Vaz da Costa. Os agradecimentos à mesa por este registro.

Tânia Bacelar

Eu queria dar meu bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer, em nome do Centro Celso Furtado, o convite do Banco e da Anpec (Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia) para que possa reunir pessoas que façam uma reflexão sobre o desenvolvimento do Nordeste.

A gente acabou de assistir aqui o banho de conhecimento que o pessoal do Etene deu sobre o que é o Nordeste hoje e o que é que está acontecendo por aqui em várias áreas. E as duas mesas vão dialogar, porque o nosso objetivo agora é trabalhar as tendências do desenvolvimento brasileiro e os desafios para a região Nordeste. E como Rosa explicou, para o Centro, isto é matéria-prima fundamental: continuar refletindo sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro e, dentro dele, os rumos dessa importante região do País. Então, é este o nosso objetivo.

Eu vou dizer a vocês que a gente vai tentar trabalhar até 1h da tarde. Faltam 45 minutos. Então, eu combinei aqui uns 25 minutos para cada um para que a gente possa também depois abrir um pouco o espaço para alguns comentários, questões que vocês queiram fazer.

Eu vou passar primeiro a palavra para o Prof. Jair do Amaral e, depois, para Prof^a Liana Carleial. Com a palavra, prof. Jair.

Jair Amaral

Bom dia a todos! Queria agradecer o convite que me foi feito pelo Centro, na pessoa de Rosa, e também agradecer à organização do Banco pelo próprio convite. Gostaria de dizer que me sinto honrado em ter nossa amiga Tânia coor-

denando a mesa junto com a Adriana, mas também honrado em estar aqui com nosso amigo Roberto, não só por ser presidente do Banco, mas por ser um grande especialista em estudos regionais. Também por estar na presença de outros craques que aqui estão, especialistas nesta área, o que nos dá muita responsabilidade para abordar o tema.

Eu estou adotando aqui como título da minha apresentação “O Nordeste que dá certo”. Este título não é da minha autoria, eu não sei exatamente quem foi o autor, talvez a Rosa, talvez o Pedro. Os bons jornalistas sabem encontrar bons títulos. Esse foi, digamos, o título da mesa de uma discussão muito boa que tivemos ano passado, em Recife, no seminário internacional organizado pelo Centro Celso Furtado. Então, eu adotei o título, que é um pouco metáfora, mas que é um pouco provocação, mas é um pouco realidade também, e nos dá oportunidade para procurar respostas para esta pergunta.

Posteriormente, eu fui cobrado para escrever um artigo sobre a minha apresentação. Na época, tinha feito essa discussão e este artigo está sendo publicado pelos Cadernos, nº 7, do Centro, mas eu trouxe aqui alguns exemplares que podem ser disponibilizados.

Bom, e “o Nordeste que dá certo”? O que é interessante em uma discussão com este tema, mas dentro do tema proposto para nossa mesa, é o fato de o Nordeste ser uma região periférica dentro de um país considerado, pela literatura, mais pelos órgãos multilaterais, enfim, como um país emergente. Normalmente, as regiões periféricas dentro desses países que emergem acabam sendo esquecidas ou ficando no esquecimento, sem muita menção.

Respondendo aqui, digamos, uma pergunta, mas não é a pergunta, é o título chave do seminário: qual é a posição do Nordeste, qual é o papel do Nordeste na economia brasileira, no desenvolvimento atual da economia brasileira?

Seguramente, o papel do Nordeste é como uma região em crescimento, ou seja, compondo um quadro dinâmico da economia brasileira, puxando, portanto, o crescimento nacional. Eu acho que esta contribuição é evidente e dispensaria maiores discussões.

Agora, o interessante desse crescimento é que, primeiro, ele tem ocorrido e tem oferecido taxas acima do crescimento nacional, mas, o aspecto novo é que é um crescimento em benefício dos pobres, da baixa renda. É um crescimento inclusivo. Eu acho que esse é um fato inédito nessa fase do crescimento econômico do Nordeste.

Então, normalmente ou obrigatoriamente, ou naturalmente, a pergunta que vem em seguida é: o que está dando certo no Nordeste? Se eu faço essa pergunta para o presidente Roberto, ele me responderia que são os financiamentos do Fundo

Constitucional ou o papel importante que o microcrédito, o Crediamigo ou o Agro-amigo, vem tendo etc. Eu estou totalmente de acordo com essa direção – eu até li ontem um artigo publicado pela Tânia “O crédito e o desenvolvimento regional”. Eu acho até interessante deixar clara a minha concordância com essas colocações.

Agora, o que tem-me levado a refletir sobre o crescimento do Nordeste é: qual é a estrutura institucional, qual é o sistema, digamos, institucional que está por trás deste crescimento? Que dá a ele uma certa sistematização, uma regularidade e uma estabilidade? É sobre esse ponto que eu venho fazendo essa reflexão. Portanto, esse artigo da minha apresentação é exploratório

O que está dando certo no Nordeste, por incrível que pareça, é uma mistura; é uma química cujo grande desafio, para os economistas, é determinarem, digamos, a correlação mais aproximada dos fatores, ou de algum fator, em relação ao crescimento. Mas o que está dando certo é uma mistura de “variedade de modelos”. Eu estou usando entre aspas por falta de uma categoria melhor e, no caso de ter que utilizar modelos, modelos incompletos.

Então, há uma mistura grande de modelos, começando pelos modelos ou Modelo de Desenvolvimento Exógeno, aquele modelo de base econômica de exportação e, nesse caso, o Modelo *big push*, que ainda tem um grande papel, localizado principalmente na Bahia e no Maranhão, e o Modelo Incremental, promovido pelos incentivos fiscais – e aí, nós temos duas gerações de incentivos fiscais, uma da Sudec e outra dos governos estaduais.

Também existe o Modelo de Desenvolvimento Endógeno – e aí, há uma variedade grande de arranjos e sistemas produtivos locais, esses voltados para o mercado interno ou regional. Há o Modelo de Grandes Aglomerações Urbanas no litoral, que são poderosas máquinas de ofertas de serviços. Nesse caso, temos o turismo, os complexos de saúde etc. Mas o que está me chamando mais atenção é a presença de um modelo que eu estou identificando como Modelo Federalista de “coesão territorial”, mas com viés nas transferências monetárias fiscais e financeiras intergovernamentais.

Esse tema é muito discutido na Europa, na Comunidade Econômica Europeia, a questão da coesão territorial. Mas eu chamo atenção para o fato de que, nessa região, o projeto de coesão territorial tem um viés muito mais forte no produtivo do que propriamente nas transferências. Se bem que, as transferências estão presentes através de fundos etc. Mas tem um casamento muito forte com a estratégia produtiva.

Esse modelo federalista de coesão territorial combina-se com um modelo de “coesão social”, que vem, portanto, turbinando de maneira forte o crescimento através da monetização do interior e, principalmente, da capilaridade que esses dois vetores têm sobre o território do Nordeste.

Eu chamo atenção para o fato de que os três primeiros modelos são concentradores de renda e o último modelo é desconcentrador, faz o papel de compensação. Não o papel de compensação somente do Nordeste em relação ao resto da Federação, mas o papel de compensação dentro do próprio Nordeste.

Focando mais esta questão, ou seja, o modelo de “coesão territorial” combinado com o modelo de “coesão social”, que eu chamo de “não-equação”. Isto é em nível de hipótese; ainda porque os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) não permitem, infelizmente, chegarmos a conclusões mais refinadas sobre esta afirmação. Em nível nacional, nós temos, por convenção, uma igualdade entre PIB e renda, mas, em nível regional, há uma desigualdade, ou seja, a renda do Nordeste é maior do que o PIB do Nordeste.

Digamos que a combinação desses dois modelos federalista de coesão territorial e de coesão social, combinados, introduzem um fluxo de renda no Nordeste que produz essa desigualdade, sendo a renda maior que o PIB. Agora, se nós montarmos um esquema representativo, digamos, aproximado, dessa ideia, nós observamos alguns problemas, mas são problemas que não existiam no passado da maneira como se apresentam. Eu diria que o aspecto positivo é a integração do Nordeste de maneira muito mais contundente do que anteriormente em outras décadas exatamente por conta do modelo de coesão territorial mais o modelo de coesão social.

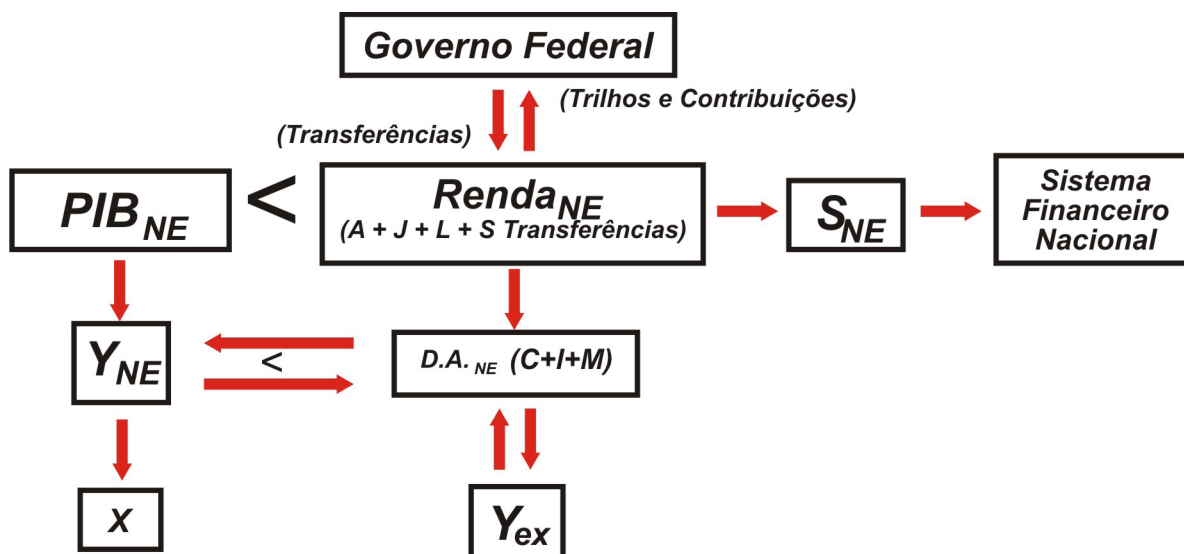


Figura 2 – Esquema de Reprodução do Sistema

Fonte: Elaboração do Autor.

Então, isso significa que o Governo Federal põe mais renda na região do que tira. Ou seja, ele coloca mais transferência do que tira através dos tributos. Isso nos dá, digamos, um diferencial importante através das transferências que acabam sendo agregadas na renda regional: aluguéis, juros, lucros e salários – sendo maior do que o PIB.

A gente observa que há dois tipos de vazamento: a poupança da região que vaza para os centros mais dinâmicos, no caso o Sudeste e, também, as importações. Ou seja, essa integração é proporcionada por estas duas portas, uma de entrada e outra de saída. Quer dizer, ele tem esse aspecto, digamos, aparentemente negativo, de vazamentos, mas tem o aspecto positivo da integração.

A novidade que eu tenho observado dentro dessa dinâmica é que, diferente do passado, a relação entre centro e periferia vem recebendo, digamos, uma certa interferência, uma arbitragem institucional, de maneira não que se consiga – mas, de certa maneira, consegue – interferir nessas relações entre forças centrípetas, exercidas pelo Sudeste e pelas regiões mais dinâmicas, e as forças centrífugas.

Digamos que esses dois modelos de coesão territorial e coesão social conseguem fazer com que as forças centrífugas do Sudeste acabem sendo deslocadas para o Nordeste. É uma coisa que, sem isso, não haveria possibilidades de acontecer. Se não houvesse esse arcabouço institucional, as forças centrípetas exerceriam uma concentração absoluta levando, portanto, as forças centrífugas tanto do Sudeste quanto do Nordeste a se concentrarem num só ponto. Eu acho que esta é a grande e nova novidade.

Então, com isso, eu quero dizer que têm duas políticas vitoriosas dentro dessa dinâmica. A primeira está relacionada ao federalismo, mas não só o federalismo fiscal. São os pactos federativos que foram-se somando desde o início do século passado até a constituição de 1988.

É uma questão que, às vezes, passa despercebida nas discussões sobre disparidades regionais e sobre políticas de correção de disparidades regionais, o papel que o federalismo fiscal tem, pode ter e está tendo no caso do Brasil. Isso porque os pactos federativos produziram arcabouço institucional capaz de garantir uma política mínima de desenvolvimento regional.

Então, nós temos, dentro desta política, que está associada ao federalismo, o somatório dos pactos federativos, a descentralização e a coesão territorial com este viés monetário, o Fundo de Participação dos Estados, o Fundo de Participação dos Municípios, mas vejam, não é uma coisa trivial. Às vezes, a gente faz menção a esses fundos e eles acabam passando como uma coisa natural. Mas, se nós observarmos, quando foi criado o federalismo no Brasil, esses Fundos não foram criados. Eles foram criados em um processo evolutivo que culminou na Constituição 1988.

Bom, se nós compararmos o nosso federalismo com os outros países federalistas ou com estrutura federal da América Latina, como a Argentina, por exemplo, o nosso federalismo, por incrível que pareça, tem uma estrutura robusta, uma estrutura bem formada, com certo amadurecimento, com resultados positivos, digamos, para regiões periféricas dentro do País.

Temos também a repartição da parcela da arrecadação de impostos, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) – eu estou fazendo referências a estes aspectos institucionais porque eles formam um arcabouço institucional que dá essa racionalidade e essa estabilidade nas transferências –, a contribuição do Cide (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico), Compensações Financeiras, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Fundo Constitucional do Nordeste, o FNE, este sim, tem um viés produtivo interessante.

A segunda política vitoriosa é a política da coesão social, que é o acesso a serviços sociais e transferência de renda. Nesse caso, falamos da universalização da educação e da saúde, transferência de renda, Bolsa Família, expansão dos benefícios, políticas de correção de salário mínimo, que, se nós acompanharmos a trajetória dos últimos anos, observamos que isso não é um fato, digamos, isolado, um fato casual, pontual, tem uma sistemática, uma política macroeconômica de estabilização, a perseveranças nisso, e uma oferta de crédito, de microcrédito etc.

Vejam bem! Quando Tânia coordenou a nova Política de Desenvolvimento Regional para o Ministério da Integração Nacional, apresentada em 2003, na época, eu achei assim: bom, tem coisa faltando aqui. Eu me referia ao viés produtivo, os investimentos do Governo Federal em projetos estruturantes, em infraestrutura, coisa que começa nesse momento a emergir.

Tanto que eu acho que não podemos fazer afirmações categóricas em relação ao impacto desses projetos; eu me refiro, principalmente, aos investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) na região. Está sendo finalizada, neste momento, uma pesquisa do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em todos os estados do Nordeste procurando mapear esses projetos em cada estado e procurando também identificar os impactos desses projetos.

Mas, em termos de crescimento econômico, no sentido da relação virtuosa entre infraestrutura, projetos estruturantes e crescimento, eu acho que é cedo para nós falarmos desses impactos. Se nós falarmos, por exemplo, dos impactos das obras desses projetos, da geração de emprego e renda, que é uma coisa importante, que vem somar-se a esses dois vetores: a transferência de renda e a coesão social.

Mas veja! Naquela época eu achava, em 2003, que faltava essa peça; mas eu disse aqui: olha, aquela proposta de 2003 é a chave para entender o que está se passando no Nordeste por conta do mapeamento que foi feito sobre a pobreza no Brasil e como a política de transferência de renda caminha para os pobres no Nordeste, que, evidentemente, foi o maior beneficiado.

Bom, eu estou caminhando aqui para a fase final da minha exposição. Eu fiz aqui uma coleção de dados sobre estas transferências apenas para ilustrar a impor-

tância desses dois vetores da coesão territorial e também da coesão social sobre a dinâmica de crescimento do Nordeste.

Aqui, nós temos um quadro mostrando dados de 2008; foram os últimos dados que eu consegui. O Nordeste tem uma participação de um pouco mais da metade do total do Bolsa Família. O número de famílias beneficiadas é de 5,684 milhões, mas esse número é hoje superior ao que tinha em 2008, portanto essa base foi ampliada.

Tabela 7 – Bolsa Família (2008) – N° de Famílias e Valor Acumulado Distribuído para cada Região

REGIÃO	N° de Famílias (Dezembro de 2008)	Valor Acumulado (R\$)
NORTE	1.135.048	1.199.078.232,00
NORDESTE	5.684.179	5.747.525.304,00
CENTRO-OESTE	606.932	524.147.874,00
SUDESTE	2.944.814	2.614.275.684,00
SUL	982.472	858.556.477,00
TOTAL	11.353.445	10.943.583.571,00

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS/Bolsa Família.

Tabela 8 – BOLSA FAMÍLIA (2008) – N° de Famílias e Valor Acumulado Distribuído para cada Região (em %)

REGIÃO	Porcentagem do n° de Famílias (Dez/ 2008)	Valor Acumulado (%)
NORTE	10,00%	10,96%
NORDESTE	50,07%	52,52%
CENTRO-OESTE	5,35%	4,79%
SUDESTE	25,94%	23,89%
SUL	8,65%	7,85%
TOTAL	100,00%	100,00%

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS/Bolsa Família.

O valor das transferências para cada estado, do Governo Federal, disparou. O Nordeste é um grande beneficiado. A participação do Nordeste nas transferências do Governo Federal para os estados é de 35%.

Tabela 9 – Valor das Transferências para cada Estado e Total (NE)

Estado	Valor*
Alagoas	1.954.964.706,52
Ceará	3.513.183.615,52
Bahia	5.336.146.839,23
Maranhão	3.492.462.937,01
Paraíba	2.342.913.374,73
Pernambuco	3.738.165.046,63
Piauí	2.010.762.402,97
Rio Grande do Norte	2.088.772.509,87
Sergipe	1.938.019.684,61
Total NE	26.415.391.117,09
Total BRASIL	76.475.116.879,63

Fonte: Brasil. Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional.

Notas: * Fundos: FPE, IOF, IPI-EXP, FUNDEF, FUNDEB, LC 87/96, LC 87/96-1579, FEX, CIDE.

A Previdência também tem um papel Importante nestas transferências, como pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 10 – Previdência – Benefícios Emitidos para as Grandes Regiões

GRANDES REGIÕES	QUANTIDADE			
	Total	% do total	Clientela	
			Urbana	Rural
BRASIL	26.664.439	100,00	18.622.176	8.042
NORTE	1.294.131	4,85	652.850	641.281
NORDESTE	7.268.080	27,26	3.423.970	3.844.110
SUDESTE	11.991.386	44,97	10.343.581	1.647.805
SUL	4.714.254	17,68	3.239.621	1.474.633
CENTRO-OESTE	13.965.888	5,24	962.154	434.434
	VALOR (R\$)			
	Total	% do total	Clientela	
			Urbana	Rural
BRASIL	24.837.657.169	100,00	19.580.434.529	5.257.222.640
NORTE	919.418.704	3,70	510.949.658	4.084.469.050
NORDESTE	5.318.554.222	21,41	2.845.119.455	2.473.434.767
SUDESTE	12.976.350.505	52,24	11.872.777.369	1.103.573.136
SUL	4.464.665.576	17,98	3.479.537.302	985.128.274
CENTRO-OESTE	1.158.668.158	4,66	872.050.745	286.617.414

Fonte: Brasil. Ministério da Previdência – Boletim Estatístico.

Enfim, eu somei essas três transferências e, grosso modo, são quase R\$ 38 bilhões no ano de 2008. Então, dificilmente nós temos um setor econômico que abranja toda a região, que mobilize toda essa massa monetária de R\$ 38 bilhões de maneira sistemática, todo mês, chegando na ponta e chegando nos municípios, portanto, com essa capilaridade. Não só o montante mobilizado, mas também a capilaridade que isso tem gera esse quadro. Isto seria, no meu entender, um fator de crescimento, da dinâmica do crescimento.

Agora a questão – e eu acho que essa é a preocupação do Banco do Nordeste – é que esse crescimento tenha ocorrido, pelo menos nos últimos anos, sem mudança estrutural. É um crescimento sem mudança estrutural, um pouco como o Gustavo Maia Gomes se referiu ao caso do Semiárido, a economia sem produção; mas, generalizando para o Nordeste, seria, digamos, um certo exagero.

A situação estrutural do Nordeste não tem mudado substancialmente em nível nacional; a sua participação é mantida em 13%. Eu acho isso extremamente cabalístico porque, se nós recuarmos até 1985, a participação do Nordeste era de 13%. Em 2006 e 2007, o Nordeste consegue manter a sua participação em 13%, mas com toda mudança estrutural interna da economia do Nordeste. Essa é uma questão importante para nós respondermos.

Para ilustrar um pouco mais aqui essa questão do crescimento sem mudança estrutural – pelo menos essa mudança não aparece nos dados, não aparece nos dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) de 2000 a 2008 –, os setores que mais cresceram em emprego foram administração pública e comércio varejista. Exatamente dois segmentos, dois setores econômicos que estão bastante correlacionados aos dois vetores de coesão territorial e de coesão social: às transferências.

Para finalizar, o modelo em evidência, de coesão territorial – refiro-me ao seu viés monetário, fiscal e financeiro e também à coesão social – tem também alguns riscos e nós devemos sempre estar atentos a eles. Primeiro, o risco é facilitar a programação da economia do favor.

O segundo é facilitar a constituição de mercados políticos e isso está muito ligado ao primeiro. Também facilitar o retardamento dos ajustes estruturais porque são dois modelos que acabam, de certa maneira, acomodando iniciativas mais estruturantes, mas que não é o caso especificamente do momento. Ainda desincentivar o esforço fiscal em nível, principalmente, dos municípios. Desincentivar também as políticas estruturais voltadas para a competitividade, setorial e territorial, e reduzir estímulo à inteligência regional. Esses são alguns riscos.

Tabela 11 – Nordeste – Número de Estabelecimentos (2000 e 2008)
Número de Estabelecimentos

SUBS IBGE	Total		
	2000	2008	Δ%
Extr. Mineral	786	1.194	51,9%
Min. Não-metal.	2.324	3.411	46,8%
Ind. Metalúrg.	1.721	2.969	72,5%
Ind. Mecânica	475	1.103	132,2%
Elet. E Comum.	192	376	95,8%
Mat. Transp.	307	488	59,0%
Mad. e Mobil.	2.427	2.979	22,7%
Papel e Gráf.	1.915	3.052	59,4%
Bor., Fumo, Couro	971	1.679	72,9%
Ind. Química	1.827	2.574	40,9%
Ind. Têxtil	5.153	8.154	58,2%
Ind. Calçados	433	706	63,0%
Alim. e Beb.	8.954	11.685	30,5%
Serv. Util. Púb.	1.233	1.261	2,3%
Constr. Civil	14.434	19.295	33,7%
Com. Varej.	111.608	187.581	68,1%
Com. Atacad.	11.467	16.153	40,9%
Inst. Financ.	4.502	6.022	33,8%
Adm. Tec. Prof.	30.944	43.430	40,4%
Tran. e Comum.	8.949	14.848	65,9%
Aloj. Comunic.	30.974	47.671	53,9%
Méd. Odon. Vet.	16.324	19.606	20,1%
Ensino	7.645	10.553	38,0%
Adm. Pública	3.619	4.282	18,3%
Agricultura	19.800	28.623	44,6%
Outr./IGN	14	7	-50,0%
Total	288.998	439.702	52,1%

Fonte: Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. MTE/RAIS.

Tabela 12 – Numero de Trabalhadores (2000 e 2008) – Número de Trabalhadores

SUBS IBGE	Total		Δ%
	2000	2008	
Extr. Mineral	20.070	38.205	90,4%
Min. Não-metal.	43.160	64.571	49,6%
Ind. Metalúrg.	25.859	47.426	83,4%
Ind. Mecânica	7.761	24.267	212,7%
Elet. E Comum.	8.066	11.856	47,0%
Mat. Transp.	5.148	17.205	234,2%
Mad. e Mobil.	22.982	28.757	25,1%
Papel e Gráf.	24.511	37.914	54,7%
Bor., Fumo, Couro	15.643	25.977	66,1%
Ind. Química	46.646	67.415	44,5%
Ind. Têxtil	120.159	162.092	34,9%
Ind. Calçados	48.292	99.889	106,8%
Alim. e Beb.	216.920	352.049	62,3%
Serv. Util. Púb.	58.725	71.070	21,0%
Constr. Civil	208.622	364.452	74,7%
Com. Varej.	534.625	958.740	79,3%
Com. Atacad.	94.053	183.259	94,8%
Inst. Financ.	60.062	82.414	37,2%
Adm. Tec. Prof.	310.571	557.863	79,6%
Tran. e Comum.	189.622	252.453	33,1%
Aloj. Comunic.	333.889	503.943	50,9%
Méd. Odon. Vet.	140.899	198.599	41,0%
Ensino	142.359	260.564	83,0%
Adm. Pública	1.526.055	2.306.415	51,1%
Agricultura	169.994	231.312	36,1%
Outr./IGN	157	2	-98,7%
Total	4.374.850	6.948.709	58,8%

Fonte: Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. MTE/RAIS.

Bom, fizemos uma coletânea de sugestões e sem querer entrar, digamos, na confecção de uma lista de supermercados, existem todas essas sugestões que estão sendo discutidas, como: enfatizar a Qualidade na Educação Fundamental; ampliar e Aprofundar a Base do Conhecimento Técnico-Científico; qualificar as Administrações Públicas; avançar no *big push*: infraestrutura e grandes projetos combinados com desconcentração regional; enraizar as empresas incentivadas: multiplicar suas relações setoriais na região; adensar e qualificar os SAPLs e Grupos Empresariais Locais: fortalecimento do tecido socioproductivo dos territórios, com valorização do empreendedorismo pró-pobre; cooperação horizontal entre os estados do Nordeste: consórcios em Projetos de Desenvolvimento (Ciência & Tecnologia; Recursos Hídricos; Energia; Transporte; Aproveitamento do Semiárido etc.)

Meu tempo está esgotado e ficamos, então, para discussões posteriores. Muito obrigado!

Tânia Bacelar

No mínimo instigante. Todo mundo se mexendo no auditório. Eu vou passar para Liana porque acho que vai ser mais instigante ainda.

Liana Carleal

Bom dia a todos! Em primeiro lugar, eu agradeço o convite do Centro Celso Furtado, da Anpec e do Banco do Nordeste para participar dessa mesa.

Gostaria também de parabenizar mais uma vez a Rosa pelo esforço que ela tem feito para construir e consolidar o Centro Celso Furtado. Gostaria também de dizer para ela que todos nós somos solidários, não só com a construção do Centro Celso Furtado mas também queremos compartilhar a sua herança, daquilo que se refere ao compromisso com a coisa pública e o compromisso com a questão regional. Cumprimento também a Tânia Bacelar e o Jair do Amaral.

Eu procurei me ater um pouco ao tema da mesa, proposto mais especificamente: Tendências do Desenvolvimento Brasileiro e Desafios para o Nordeste. Eu acho que é inquestionável que o País vive um momento muito especial. Certamente vivemos um momento novo e isso vai aparecer já nas transparências seguintes, porque, quando, hoje de manhã, estava organizando o pensamento, eu me dei conta de que uma folhinha só não dá para falar tudo daquilo que é positivo hoje no nosso País. Isto é muito bom, é muito estimulante!

Então, considerando em primeiro lugar o quadro mundial, a gente vem saindo de um momento de crise econômica internacional de caráter financeiro, em um primeiro momento, mas que tem uma base claramente estrutural do próprio modelo de acumulação desenvolvido nos últimos 30 ou 40 anos do século passado. A crise de 2008 não conseguiu inverter a tendência de dominância financeira.

Nós não sabemos ainda as consequências e os desdobramentos que esta crise vai ter ainda. Os procedimentos que foram implementados pelos diferentes estados nacionais para contornar e para sair da crise, na realidade, geraram a incorporação de déficits privados e os transformou em déficit público. Não se sabem exatamente as consequências disso também.

A sinalização é, como sempre, de cortes de gastos, de reformas de previdência, de cortes de direitos adquiridos. A declaração do primeiro-ministro inglês dizendo que é preciso cortar 40% de gastos nem que se corte 1 milhão de empregos é realmente impressionante. Nós não sabemos exatamente o nível dessas consequências.

O crescimento mundial, hoje, é certamente puxado pelos chamados emergen-

tes. E neste aspecto, o Brasil ganhou uma relevância muito grande. Por outro lado, estamos diante de um desafio enorme que é a questão da sustentabilidade ambiental e das mudanças climáticas que nós, especialmente os economistas, temos tido uma dificuldade brutal de incorporar.

Esta é uma agenda que se impõe cada vez mais. E na realidade, eu acho que, diante deste quadro, que a gente pode considerar ainda incerto, há uma brecha muito importante que é a crise de confiança nos transplantes de modelos, que foi o que vivemos no chamado período do neoliberalismo. Essa crise de confiança nos modelos nos permite nos dar um raio de manobra muito grande, não só para o País mas também para a região Nordeste.

Eu acho que é aí que a gente vai precisar, na realidade trabalhar, nessa direção, aproveitar esta brecha. Na exposição do Jair, ele se referiu a vários modelos teóricos que fundamentam a discussão regional. Realmente, isso é muito importante, mas a gente pode refletir também que a questão da localização, que se supunha que a globalização teria eliminado, no caso brasileiro, ganhou uma força nova do ponto de vista, por exemplo, dos recursos naturais. Não só naquilo que se refere a gás e petróleo, mas a enxofre, a potássio, a lítio etc. Então, na realidade, essa relação entre a teoria e o real concreto é extremamente importante para a gente perceber as oportunidades que estão a nosso dispor nesse momento.

No caso brasileiro, é claro que a gente tem muita coisa boa para falar. É uma economia hoje muito mais dinâmica, que conseguiu recuperar a sua capacidade de investimento. Se não tivéssemos tido a crise de 2008, provavelmente, hoje, já estaríamos beirando os 20% do PIB em investimentos. O setor público e as estatais também recuperaram a sua capacidade de investimento. Nós tivemos uma ampliação dos recursos destinados à Ciência e Tecnologia.

Tivemos também a ampliação dos fluxos financeiros destinados à Finep, Capes e CNPQ, mas não só à ampliação mas à continuidade desses fluxos, e isso é muito importante porque não tivemos isso no passado. Nós temos também, em um esforço muito bom, cujos resultados já foram vividos ali na própria crise, a diversificação que o Brasil conseguiu fazer no destino das exportações, mesmo que ele não tenha conseguido mudar a pauta exportadora de forma significativa, fortemente centrada nas *commodities*.

Temos uma matriz energética limpa e isto dá um *status* extremamente importante para o Brasil nas negociações internacionais. Temos progresso da integração Sul-Sul. Temos também melhoria na distribuição de renda e redução de pobreza, como a gente discutiu ontem, mesmo que não esteja direcionada à questão do crescimento, especialmente no caso nordestino. Temos a estabilidade de preços, a ampliação do mercado interno, o crescimento importante do emprego formal, a ampliação das redes das universidades federais. Em 2002, as universidades federais

tinham 43 sedes, temos hoje 59 sedes, além de uma distribuição sobre o território nacional enorme dos *campi* universitários. Do mesmo modo, temos a criação dos institutos federais tecnológicos.

Agora, certamente, temos que responder ao que vamos fazer com esses institutos federais tecnológicos. O território nacional está coberto pelas universidades e pelos institutos federais tecnológicos. Então, esse certamente é um ganho muito grande.

Nós temos também uma coisa interessante que é essa coisa da crise dos transplantes dos modelos que nos dá certamente uma independência maior para a construção de propostas próprias. Eu acho que, para todos nós, há uma certa consciência da necessidade da construção de um projeto nacional de desenvolvimento que aproveite essa base que foi construída e que, nessa esteira, se possa construir também uma estratégia de desenvolvimento regional.

A pergunta que se coloca é: como transformar todas essas pendências positivas em um ciclo de desenvolvimento nacional com melhores condições sociais, ambientais e com redução das desigualdades regionais? Ou seja, aí é o pulo do gato, porque as pré-condições estão dadas. Aí, eu pergunto: há estratégia para isso? Há instrumentos que viabilizem esta estratégia?

Ontem, na discussão que tivemos na mesa juntamente com o professor Ladislau, eu defendi a hipótese de que não temos uma estratégia definida e essa realmente é a nossa maior fragilidade; a estratégia não está explícita. E faltam alguns instrumentos.

Quando se pensa a questão nordestina – e que, aí, são os desafios que se colocam para o Nordeste, considerando todas estas mudanças –, eu vou concordar com Jair em grande parte da argumentação dele. O Nordeste tem-se beneficiado de todas estas tendências.

De 1995 a 2008, o PIB *per capita* nordestino cresceu mais do que o do Brasil. Mas a gente sabe que isso não é novo na nossa história econômica. Se a gente for ali, na exposição que o Centro Celso Furtado organizou, a gente vai ver que, em 1963, o Celso Furtado usou este argumento e, nem por isso, isso significou, na sequência, a concepção do objetivo para redução das desigualdades regionais.

Então, não podemos nos iludir com os resultados em termos de crescimento. É absolutamente insuficiente. Isso faz parte da nossa história. Crescer mais do que o Brasil, crescemos em vários momentos; o problema é como transformar isso em um modelo de desenvolvimento efetivo que reduza as desigualdades regionais brasileiras.

O Nordeste, como vocês viram, recebe metade dos recursos federais do Bolsa

Família. E aí, eu não posso me furtar de fazer um comentário: eu discordo profundamente do argumento da economia sem produção, viu Jair? Eu sei que não é seu, é do Gustavo Maia Gomes.

Veja bem! Se a gente considerar o caso francês, existem somente duas regiões francesas cuja massa salarial é maior que as transferências governamentais. Essas regiões são: a região de Paris e Alsácia. Transferência governamental no caso brasileiro, especialmente no caso nordestino, tem um componente muito forte de compensação da estrutura tributária vigente e que não nos beneficia.

No caso das transferências do Bolsa Família, eu entendo muito mais como um direito, mas não podemos perder de vista a sua origem. A origem desses programas são políticas públicas focalizadas e não universalizadas. Então, eu não acho que se possa referir a esse ganho, que é um ganho de cidadania, como uma economia sem produção, porque, na realidade, você mesmo conclui que há um azeitamento dos mercados. É um azeitamento importante dos mercados.

O Nordeste também ampliando a relação entre valores contratados e desembolsados do FNE, exatamente na gestão do Roberto Smith – não é presidente? –, o Nordeste acolhe um volume significativo dos investimentos em andamento no País em infraestrutura, logística, petróleo e gás, papel e celulose, indústria naval, turismo, em infraestrutura urbana etc.

No PAC II, há um grande reforço na questão da urbanização das favelas etc. Mas isso é pouco. É pouco, por quê? Porque, na realidade, eu faria a seguinte pergunta: no caso do petróleo e gás há um conjunto de investimentos complementares que podem ser implementados; no caso de Suape, Tânia, por exemplo, por que não tivemos fertilizantes? Por que os fertilizantes foram para Três Lagoas? Eu fiz essa pergunta a um diretor da Petrobras e ele me disse o seguinte: é porque o gás vai chegar em Três Lagoas. Sim, mas nós temos fósforo, temos enxofre e temos a nossa rede de gasodutos. Precisa primeiro responder por que lá e não aqui, o que coloca de muito forte e vigoroso o papel da Petrobras enquanto elemento de desenvolvimento regional.

Nós sabemos que, no capitalismo, hoje, o indicador que mais cresce é a participação dos dividendos; então, somos todos prisioneiros desse modelo. Mas isso não significa dizer que não possamos atuar de forma mais vigorosa com a Petrobras enquanto um elemento de desenvolvimento regional.

O desembolso do BNDES no Nordeste, como eu me referi antes, foi, em 2009, 16% do conjunto. Isto é um dado importante e novo porque a trajetória histórica era entre 3% e 8%.

Tabela 13 – Desembolso Anual do Sistema BNDES (em R\$ milhões e em %)

Desembolso Anual do Sistema BNDES – R\$ milhões						
região	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORTE	1.954,10	1.615,80	1.625,80	3.460,90	4.951,80	11.213,50
NORDESTE	2.737,30	3.803,00	4.836,20	5.322,10	7.627,20	22.067,30
SUDESTE	21.299,20	28.739,80	31.414,60	37.581,30	51.010,10	71.660,40
SUL	8.682,80	9.551,00	9.782,60	12.772,90	17.407,60	20.677,10
CENTRO-OESTE	5.160,50	3.270,60	3.658,80	5.754,70	9.881,30	10.738,10
TOTAL	39.833,90	46.980,20	51.318,00	64.891,80	90.877,90	136.356,40
Desembolso Anual do Sistema BNDES – %						
região	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORTE	5%	3%	3%	5%	5%	8%
NORDESTE	7%	8%	9%	8%	8%	16%
SUDESTE	53%	61%	61%	58%	56%	53%
SUL	22%	20%	19%	20%	19%	15%
CENTRO-OESTE	13%	7%	7%	9%	11%	8%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: BNDES.

Mas, eu diria que a diferença de 2008 a 2009 deve-se exclusivamente a Pernambuco. Veja bem! É claro que a Tânia agradece e Pernambuco também. Mas é muito importante levar em conta esse dado. Quer dizer, no momento em que você transfere, amplia um pouco, e isso estava no discurso do presidente do BNDES Luciano Coutinho, permanentemente, o interesse, a determinação de ampliar os recursos para a região Nordeste. Eles estão concentrados no Estado de Pernambuco.

Tabela 14 – Nordeste – Desembolso Anual do Sistema BNDES (em R\$ milhões)

Desembolso Anual do Sistema BNDES						
R\$ milhões						
Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORDESTE	2.737,30	3.803,00	4.836,20	5.322,10	7.627,20	22.067,30
MARANHÃO	137,70	115,50	143,00	293,30	1.092,40	1.599,50
PIAUÍ	54,40	51,30	44,80	171,30	77,40	820,30
CEARÁ	356,60	416,10	539,40	447,90	960,90	1.968,80
RIO GRANDE DO NORTE	113,20	135,50	245,80	91,00	186,30	346,90
PARAÍBA	38,00	73,80	111,70	106,60	279,30	370,30
PERNAMBUCO	329,40	749,10	602,00	1.319,70	1.647,10	13.026,50
ALAGOAS	85,30	57,90	76,00	88,70	150,90	260,50
SERGIPE	45,90	342,00	155,30	43,90	82,80	308,20
BAHIA	1.576,80	2.169,50	2.918,30	2.759,70	3.150,20	3.366,30

Fonte: BNDES.

Há também, no caso, ainda levando em conta um pouco a questão dos investimentos novos, eu acho que todos nós precisamos refletir sobre o seguinte: o Nordeste não pode apenas receber esses investimentos. O Nordeste precisa ter uma estratégia de transformar essa tendência em uma mudança importante e permanente da sua estrutura produtiva na direção daquilo que o Jair colocou de mudança estrutural.

E, na realidade, o esforço não é tão grande. Quer dizer, no caso de Suape, você pode ter petróleo, fertilizante, metal-mecânica e agricultura. 78% dos alistados no Bolsa Família que se dizem trabalhadores rurais estão no Nordeste. Se não podemos fazer para eles, o que faremos para seus filhos?

Eu acho que tem também essa questão de adensar a estrutura produtiva a partir dessa base de investimentos que está aí em uma perspectiva que me parece relevante, que é entender que o Nordeste precisa sediar investimentos que rompam com a estrutura de rede local.

A industrialização brasileira se fez, inicialmente, a partir da capacidade de compra dos salários do café. Mas o momento não é mais século XIX ou início do século XX. Nós não podemos esperar que o Nordeste cresça com o Ceará produzindo rede, o Piauí, o Maranhão, com o babaçu. Priorizar investimentos que rompam com estrutura de renda local significa cacifar investimentos em tecnologia, o que significa dizer que os próprios incentivos fiscais, as renúncias fiscais, podem ser dirigidas nessa direção.

Há também um elemento importante a que o Jair se referiu, que é a coesão territorial, porque certamente nós temos uma região diferenciada com profundas diferenças intrar-regionais. Nós acreditamos um pouco na eficácia dos Territórios da Cidadania e temos desenvolvido estudos no Ipea para avaliar isso e os primeiros sinais não são muito positivos. Há municípios muito pobres que não estão sendo atendidos. Então, na realidade, a estratégia dos Territórios da Cidadania, que é uma experiência de coordenação de política pública sobre um determinado território, a gente precisa se deter um pouco mais sobre ela.

Há também o problema da desertificação, porque vocês sabem que, nesse âmbito, se trabalha com as previsões e a previsão, digamos, assumida pelo pesquisador Carlos Nobre é de que o Nordeste terá um aumento de três graus de temperatura e uma queda de 15% no volume de chuvas.

Mas, por outro lado, a literatura que avalia as mudanças climáticas sobre as regiões mais frias também argumenta a possibilidade de ampliação de chuvas. Então, é uma variável que tem que se levar em conta. Ou seja: em que medida as determinações e decisões do Nordeste estão levando em conta isso? E também a transposição do São Francisco, que exige enfrentamentos produtivos. Então, na realidade, o desafio do Nordeste, que parece ser extremamente importante, é a composição do *mix* dessas políticas que possam dar conta dessa mudança tão importante.

Quais são os entraves que eu vejo? O entrave número um que eu diria é que o Nordeste não é um ente federado. A nossa constituição reconhece o Estado, Município e União. O Nordeste não é um ente federado. O fato de ele não ser um ente federado eu acho uma dificuldade, uma dificuldade significativa, porque não há quem fale pelo Nordeste.

A nosso ver isso tem proliferado um conjunto de políticas no âmbito dos estados e eu indagaria: é possível promover o desenvolvimento regional a partir dos estados? Ontem, eu ouvi uma fala do presidente Luciano Coutinho de construir um programa do BNDES, o Programa Estado.

Particularmente, eu tenho essa dúvida atroz, Tânia, e gostaria até de partilhar este questionamento. Me parece impossível fazer um programa de desenvolvimento regional a partir dos estados. E isso também me preocupa fortemente no âmbito das políticas voltadas para os chamados Arranjos Produtivos Locais (APLs), que, na realidade, a meu ver, não se coaduna com uma política de desenvolvimento regional.

Então, como recuperar o federalismo regional? Qual é, afinal de contas, o papel da Sudene e do BNB nesse processo? Pelo seguinte: eu temo que esta questão, mais para frente, sugira ou fundamente a necessidade de novas instituições. E eu acho que nós temos as instituições necessárias. Elas precisam ser empoderadas. Por exemplo, a própria Sudene, o próprio BNB, o próprio Conselho de Governadores. Quem pode falar pelo Nordeste?

É claro que isso coloca uma questão teórica importante, porque há toda uma discussão que a gente não está trazendo à tona aqui, que é a existência do Nordeste enquanto macrorregião. A gente conhece o trabalho do professor Clélio Campolina que, na realidade, sugere outro recorte funcional, mas é o IBGE que tem a responsabilidade oficial de trabalhar a regionalização brasileira.

Eu, particularmente, acho extremamente importante que as cinco macrorregiões permaneçam como tal. Se é preciso que haja uma unidade para pensar a região, a unidade existe pelas diferenças sociais que elas apresentam. Quer dizer, se você pegar o trabalho de que a Tânia participou, que foi coordenado pelo Ministério do Planejamento, se você fizer aquela linha de Porto Velho a Vitória, todos os indicadores que estão acima da diagonal são indicadores péssimos. Então, existe uma unidade que garante ainda a permanência da questão regional se a gente quiser minimizar a importância cultural, que, na realidade, é a base dessa diversidade que temos até hoje.

Tem um problema aí na questão federativa que é um problema que eu acho relevante. Na realidade, a questão federativa brasileira, certamente, vai ter que ser alterada. Não há como conviver com o pacto federativo que está aí. É o contrapacto. E, na realidade, os anos 90 só exacerbaram essa situação. Por quê? Porque não

existia correlação de políticas regionais, não existia desenvolvimento, não existia planejamento, os estados que se virassem por si mesmos, era o paraíso de desenvolvimento endógeno, desenvolvimento local etc. Os estados entraram em guerra para conseguir empresas. Então a questão federativa é como se estivesse um pouco esfacelada, pouco cooperativa.

Então imaginem o seguinte: aqui estão as receitas municipais *per capita* contra faixas populacionais (Gráfico 31). A linha vermelha é o Nordeste. Aqui estão os fundos de participação e cota-parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços).

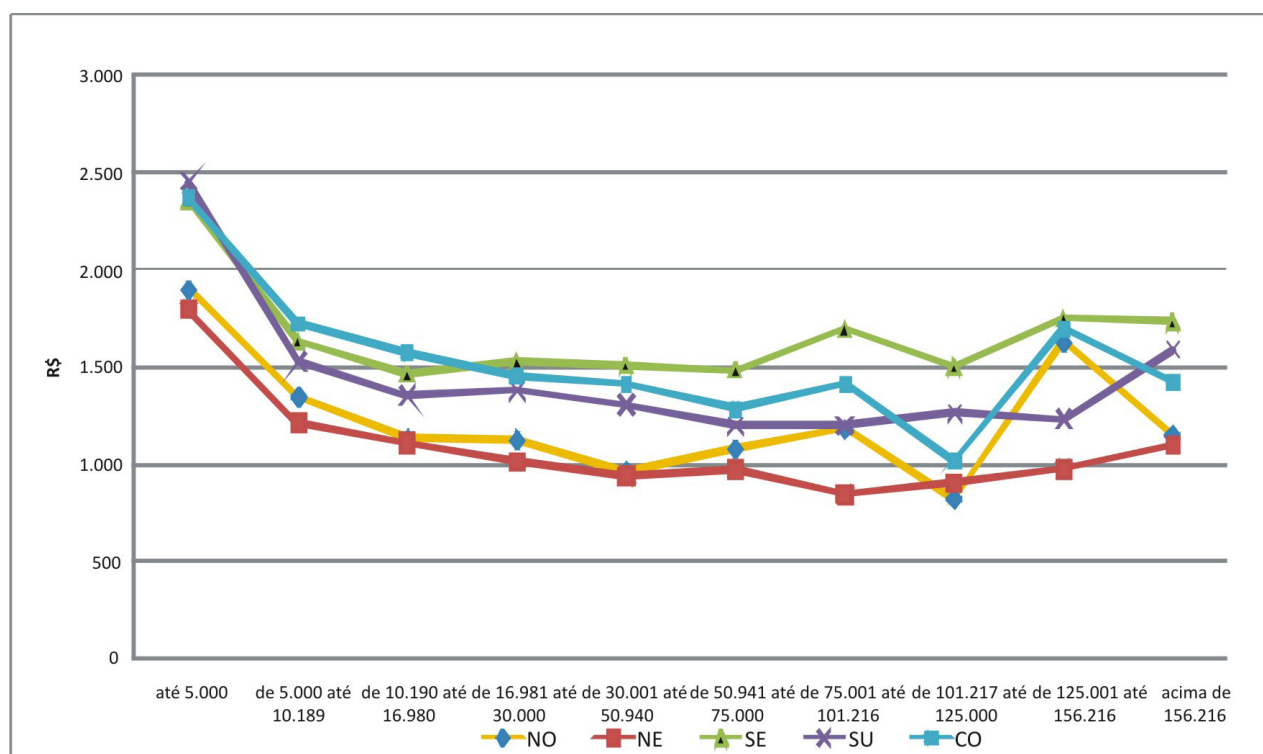


Gráfico 31 – Brasil – Receitas Municipais *per capita* por Região – 2008

Fonte: FINBRA, STN/MF. Elaboração do Autor.

Para todas as faixas populacionais, o Nordeste tem a menor parcela. Quer dizer: que pacto federativo é esse se você quer reduzir as desigualdades regionais? E se a gente considerar o elemento tido como chave do desenvolvimento regional, que são as renúncias fiscais, é só olhar o quadro da Receita Federal que você vai ver que, na realidade, hoje, 60% das renúncias fiscais estão no Sudeste. O Nordeste só tem 12%. Então, alguma coisa está errada aí nessa questão federativa.

A gente sabe que tem uma Reforma Tributária circulando no Congresso que não foi para frente. Eu acho que não dá para mexer nos Fundos Constitucionais. Não dá, de forma nenhuma, para abrir mão daquilo que, constitucional-

mente, é de direito da região, mas, certamente, essa questão tributária também tem que ser repensada.

E eu gostaria de finalizar juntando as partes, ou seja, a questão federativa, a coordenação das políticas públicas, que tem a ver com esse elemento do Nordeste, que não é ente federado, mas existe enquanto questão concreta. Como resolver esse nó?

Para mim, está cada vez mais claro que, para pensar o desenvolvimento nacional e o desenvolvimento regional, nós precisamos incorporar, no sistema de financiamento público da produção, as condicionalidades. Temos que exigir a troca, a contrapartida das empresas. E, certamente, não se fará nada pelo desenvolvimento nacional ou regional, se não trouxermos para dentro dos elementos da decisão o comportamento das firmas. Porque, realmente, o padrão de desenvolvimento capitalista que temos hoje exige essa clareza. Eu agradeço a todos. Muito obrigada!

Tânia Bacelar

Está aberta a palavra para o auditório.

Pergunta inaudível.

Jair Amaral

Tem uma questão central aí que é o pacto federativo, a questão do federalismo brasileiro. Eu notei, pela exposição da Liana, que, enquanto eu estou vendo o copo meio cheio, ela está vendo o copo meio vazio com relação à questão federativa. Eu já tendo a demandar mais o federalismo descentralizado do que propriamente centralizado. Então veja! O meu receio, Liana, na questão da reconstrução do pacto federativo é o Nordeste perder, digamos, essa ferramenta no momento.

Há questionamentos que estão vindo do Centro-Oeste, do Sudeste, que têm circulado na mídia nacional, de que o Nordeste está recebendo muito mais do que devia. Então, isso tem apontado, digamos, para uma proposta, a formação de uma proposta que pode levar, dentro de uma reforma tributária ou fiscal, à perda da posição do Nordeste ou à perda dessa ferramenta que o Nordeste está tendo, que são as transferências, transferências estáveis, importantes. Agora, a questão é essa. A questão é: como construir essa ponte? Porque, enquanto não se constrói uma estratégia produtiva para o Nordeste... Não é uma estratégia produtiva, mas, com esta densidade a que você se referiu, com os *links*...

Eu não sou tão pessimista em relação aos arranjos produtivos, você sabe disso, eu acho que as políticas públicas devem ser acionadas não só de maneira

coordenada mas sendo atacadas de vários níveis. Eu acho que a questão do tecido socioprodutivo é importante e essa ferramenta mobilizatória dos arranjos e sistemas produtivos, também.

Concordo plenamente com você, por exemplo, de que não é uma ferramenta suficiente, está longe disso. Hoje, eu sou um defensor dos projetos *big push* no Nordeste. É a refinaria em Pernambuco, estaleiros em Pernambuco. Pernambuco precisa desses projetos estruturantes para refazer o seu tecido produtivo. Agora, esses projetos *big push* são aqueles que ficam. Os últimos são da década de 70, na Bahia, no Maranhão, e são aqueles que vêm puxando esses estados e as regiões onde eles estão. Agora, claro que há a necessidade de articulação com um processo mais endógeno de seus resultados.

Liana Carleal

Eu gostaria de ponderar um pouco. Eu acho que, na realidade, a gente tem que ter muito cuidado com esse jogo do perde-ganha. Você diz: o Nordeste é beneficiário. Na realidade, o que acontece é que você tem que os indivíduos que têm as condições para serem beneficiados pelo programa, em sua maioria, estão aqui. Está certo por razões que todos nós conhecemos. E se a gente for de novo, na exposição do Celso Furtado, está dito: a Sudene vai proporcionar ao Nordeste uma nova estrutura agrária. Então, nós temos problemas que, na realidade, não foram enfrentados.

Pergunta inaudível.

Liana Carleal

Tânia, posso fazer um comentário? Olha só! Na minha posição, eu acho essa questão, principalmente a final, a que ele se refere sobre a estrutura salarial, e as expectativas extremamente relevantes. Eu tinha um dado ali que eu não mostrei, que o Jair até já tinha adiantado, que é a composição do emprego de 2003 a 2008. Porque foram quase 10 milhões de empregos gerados com carteira assinada. Isto é, do ponto de vista da nossa história, uma revolução. Concordo! Se a gente olha a distribuição desse emprego, no caso nordestino, é como ele falou: administração pública e comércio.

Mas, se você olha a estrutura salarial, o Nordeste tinha 58% dos ocupados com até dois salários mínimos. Hoje, tem quase 75%. Isso é uma coisa preocupante porque significa dizer que as pessoas que estão se formando realmente não terão emprego; terão com baixo salário. Isso passa pela discussão da reindustrialização e da economia do conhecimento.

Eu até evito falar essa palavra, porque me sinto, enquanto brasileira, ainda muito distante disso. Quer dizer, a economia do conhecimento não significa negar a indústria. A história do capitalismo nos mostrou que a difusão tecnológica, apren-

dizado etc., etc., só se faz com a indústria. Mas não temos discussão sobre política industrial forte.

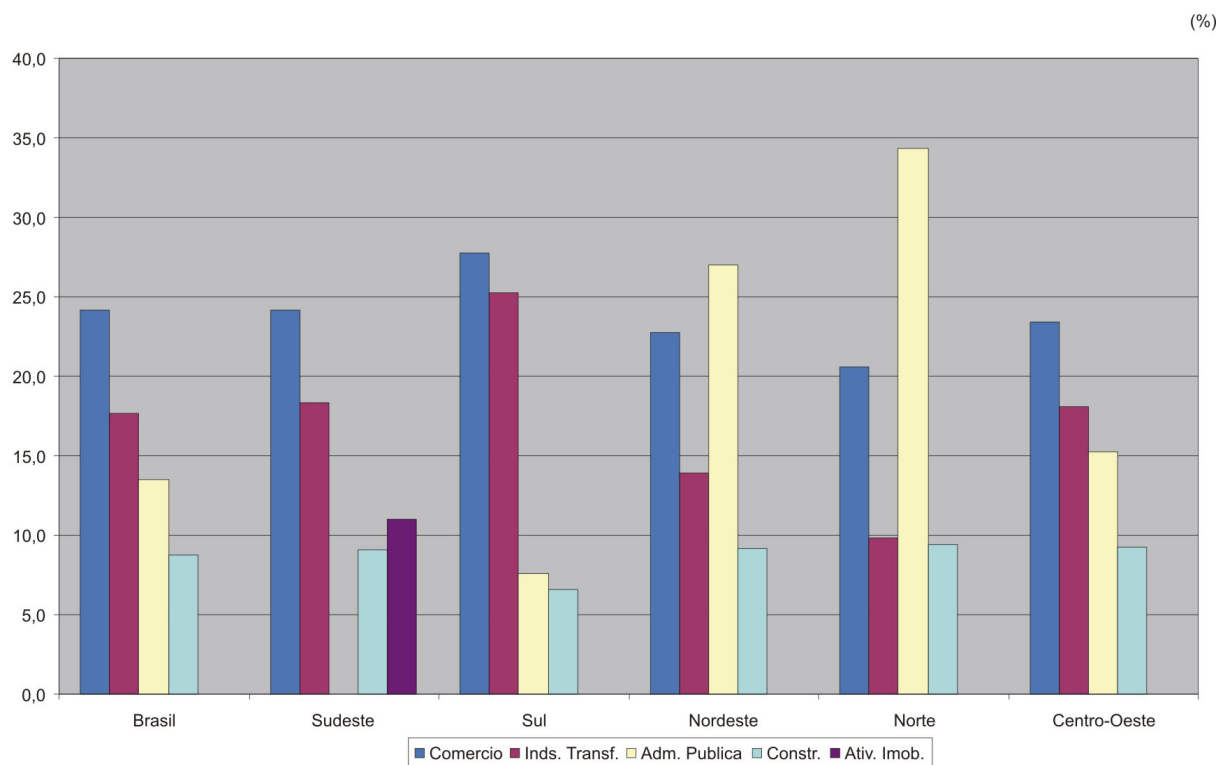


Gráfico 32 – Brasil – Setores da Atividade Econômica com Maior Participação Percentual na Variação do emprego Formal entre 2003 e 2008 por Macrorregião

Fonte: Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. MTE/RAIS.

O Brasil precisa de um programa de reindustrialização porque ali, sim, você tem um efeito não só ocupacional, de necessidade de pessoal mais qualificado, e isso tem um impacto sobre os conteúdos educacionais. Qualquer engenheiro formado há trinta anos é mais sabido do que um engenheiro formado hoje. Então isso é um problema gravíssimo na perspectiva de longo prazo para o País.

SESSÃO ESPECIAL ANPEC – MOEDA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Composição da Mesa:

Adriana Amado – Secretária Executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec) (Presidente de mesa)

Marco Crocco – Professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar)

Gary Dymski – Professor da Universidade da Califórnia Riverside e professor visitante no Cedeplar

Mestre de cerimônias

Senhoras e senhores! Dando sequência à nossa programação, assistiremos em instantes à Sessão Especial Anpec: “Moeda e Desenvolvimento Regional e Urbano”. Para presidir os trabalhos à mesa, convido ao palco a senhora secretária executiva da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, Anpec, professora doutora Adriana Amado.

Convido à mesa os senhores expositores: o professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Cedeplar, Marco Crocco; convido também o senhor professor da Universidade da Califórnia Riverside, Gary Dymski, que também é professor visitante no Cedeplar.

Para sua saudação à plateia e, em especial, aos expositores convidados, com a palavra, a senhora presidente dos trabalhos à mesa e secretária executiva da Anpec, professora doutora Adriana Amado.

Adriana Amado

Boa tarde! Nos dois primeiros dias, tivemos sessões ordinárias, onde foram discutidos diversos trabalhos em várias áreas temáticas das comissões científicas da Anpec. Agora, damos início aos trabalhos da “Sessão Especial Anpec”, na qual, esse ano, especificamente, trataremos do tema: “Moeda, Desenvolvimento Regional e a Questão Urbana”. O objetivo da sessão é pensar a moeda dentro de uma perspectiva de inclusão.

Para isso, convidamos o professor Gary Dymski, que tem vários trabalhos que tentam associar a questão monetária a uma perspectiva da inclusão social e, em vários deles, o aspecto regional aparece de forma explícita, e o professor Marco Aurélio Crocco, que tem uma larga experiência no tema, sendo responsável [por] e tendo trabalhado com uma das maiores bases de dados sobre sistemas financeiros e desenvolvimento regional no Brasil.

Passo a palavra ao professor Gary Dymski, que terá trinta minutos pra falar. Depois, passo para o professor Crocco, que também terá trinta minutos, e abro a discussão para a plateia.

Os fones de ouvido, para quem precisar de tradução simultânea, estão ao lado da porta de entrada do auditório.

Gary Dymski

Obrigado, Adriana! Consigo falar mais claramente em inglês, mas eu espero que logo eu possa conversar com vocês em português.

Hoje, existem muitas questões a respeito do financiamento e nós precisamos pensar nas palavras do Carlos Fuentes no livro “Terra Nostra”. Ele escreveu que “uma vida não é o suficiente para o seu destino” e, com certeza, uma palestra não é suficiente para falar sobre tudo o que está acontecendo nessa área, especialmente nas questões de desenvolvimento e pobreza. Então, vamos tentar pensar sobre algumas questões que seriam interessantes.

Inicialmente, nós vamos falar sobre dinheiro e espaço em uma abordagem espacial do dinheiro. Depois, abordaremos sobre inclusão, exclusão e exploração financeira. Em seguida, falaremos sobre o problema da crise *subprime* nos Estados Unidos e, para finalizar, teremos um rápido momento para fazer algumas reflexões sobre o Brasil.

Temos algumas considerações básicas: nas salas de aula de economia, nós aprendemos sobre financiamento do desenvolvimento e fala-se que os mercados ficam cada vez mais complexos e maiores, que é melhor para o crescimento. Porém, desde 1980, nós temos um problema porque houve uma crise depois da outra nos mercados financeiros. Nós temos, por exemplo, em 2007, em Londres, agora os problemas também com os bancos de investimento e desastres financeiros em todos os cantos. Esses são eventos com consequências reais, recessões.

Então, o que é que está faltando aqui? Eu acredito que há várias coisas faltando, na maneira que nós tentamos entender financiamento e dinheiro. Você precisa levar em consideração que a maioria dos economistas são pessoas que não estão pensando sobre equidade social, mas que têm fascínio pelo mercado e pelo mecanismo dos mercados. Eles são ótimos em fazer modelos de mercados eficientes; isso é um viés que existe. Nós precisamos nos separar desse tipo de teoria e temos que pensar sobre espaço.

O poder é importante, mas, no espaço, existe uma distribuição desigual de dinheiro no território e no tempo. Mas nós podemos olhar isso. O investimento é muito espacializado e é uma coisa concreta. Quando você investe em um prédio ou em um terreno não é fácil levar para outro lugar; é irreversível. Mas outros fatores também são móveis, as pessoas são móveis, dinheiro e crédito são móveis.

Temos esse problema de coordenação e também a questão do tempo. Algumas coisas acontecem rapidamente, outras são mais devagar. Vemos todo o investimento, por exemplo, na Beira-mar, em Fortaleza, muito investimento que vai trazer prosperidade. Mas esses investidores, nesses projetos, naqueles prédios na praia, eles estão pensando se vão levar o seu dinheiro para outro lugar, então esta é uma tensão que existe.

Isso significa que, em qualquer espaço, podemos ter uma fronteira nesse espaço. Pode ser um País, mas hoje queria dizer que isso poderia também ser uma região, um estado, uma cidade ou até um bairro. Nós podemos fazer essa experiência

aqui, nessa sala. Uma coisa que é sempre verdadeira em economia é que sempre há um equilíbrio ou desequilíbrio financeiro.

Ou o dinheiro é investido e fica, ou o dinheiro sai. Isso é colocado nessa ideia do fluxo da conta corrente. À esquerda (referindo-se à Figura 3) nós temos uma conta corrente que tem dinheiro de sobra, mas do lado direito temos uma situação onde há uma escassez de dinheiro; então, você tem que vender os seus serviços para comprar a comida que você precisa. Todos os espaços têm esse tipo de relacionamento.

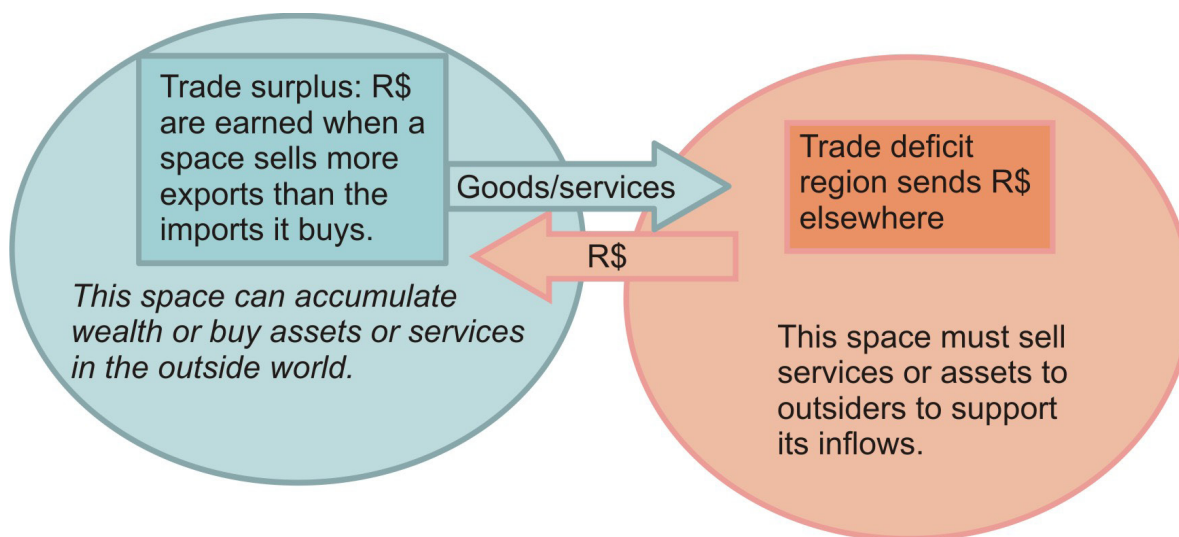


Figura 3 – Fluxo Financeiro

Fonte: Elaboração do Autor.

Nós temos exportadores e importadores, aqueles que compram e vendem bens e serviços. Nós temos o famoso relacionamento entre a China e os Estados Unidos, por exemplo, mas também podemos pensar sobre o subúrbio rico nos Estados Unidos e o centro, que é uma área onde há mais pessoas de cor, pessoas latinas, pessoas pobres, mas há uma troca entre eles.

Se você observa uma favela, você verifica que a favela é uma área, um espaço, e as pessoas saem de lá para venderem seus serviços e depois trazem o dinheiro de volta. Essa falta de equilíbrio espacial é verdadeira.

Outra coisa é o problema de coordenação estratégica do investimento. Por exemplo, há um caso aqui onde não existe nenhum impacto de uma deliberação nas decisões de outros agentes.

Por exemplo, banco A e banco B estão decidindo se vão fazer empréstimos. Então, o banco A está pensando sobre o que o banco B está fazendo. No primeiro caso, vamos pensar que não há nenhum impacto ou repercussão financeira (o retorno do Banco A não depende de onde o banco B faz o empréstimo). Então, o banco A e o banco B são completamente diferentes, eles não têm áreas em comum. Logo, você vai ter o princípio de diversificação de portfólio. Caso o banco A vá diversificar

e o B também, eles esperam crescer.

Mas se você imagina uma situação onde há áreas em comum, então, o banco A quer trabalhar onde o banco B trabalha, porque se fizer isso o banco B vai investir em alguns lugares e vai melhorar a área. Logo, o que acontece é que se você investir nesse tipo de área vai ser mais bem-sucedido. Se você está o tempo todo tentando adivinhar aonde o outro vai fazer os empréstimos, então, os dois decidem que vão trabalhar na área 1. Talvez, você terá uma enchente de crédito numa região, muita liquidez, e a outra região teria uma escassez de crédito.

Por exemplo, em Los Angeles, os estudos mostraram áreas onde os empréstimos para casas são feitos todo ano; em outras, são a cada 16 anos. Existem muitos motivos para que esse tipo de impacto seja importante, porque são cruciais em termos de empréstimos e economias de escala, colocando as firmas onde existem essas relações de cadeia de fornecimento e também o conceito de aglomeração urbana.

Umás áreas vão ter muitos centros comerciais, como *shopping*, e também podem precisar desse tipo de coordenação por motivos sociais. Por exemplo, esse caso que estamos comentando aqui, banco A e banco B. O que os meus estudos têm mostrado é que, se você segura todos os fatores econômicos, os bancos vão fazer empréstimos onde existem mais pessoas brancas do que pessoas de cor; há uma diferença social, um código que determina onde os empréstimos serão feitos.

Falando agora sobre fluxo de crédito e o desequilíbrio... Nós temos essa falta de equilíbrio entre aqueles que fazem empréstimos: é normal. Então, as áreas de fronteira são um sucesso em relação ao comportamento das instituições financeiras. Nesse caso, o desequilíbrio é normal.

Precisamos levar em consideração o espaço e as fronteiras de um espaço. As atividades econômicas e os recursos são distribuídos de forma desigual no espaço. Então é normal esse desequilíbrio, mas quando começamos a pensar sobre a importância dessas áreas, percebemos que o micro e o macro não têm tanta significação mais, porque hoje o que você observa no macro é uma agregação de um grupo de dinâmicas diferentes no nível micro. Você não pode pensar que o seu macroeconômico vai ter um bom resultado na sua microeconomia.

Temos que manter a região visível. Aqui no Nordeste, temos esses problemas de desenvolvimento que o Banco trabalha há muito tempo. Se nós equilibrarmos os nossos empréstimos, podemos ter um impacto no crescimento. Aqui nós temos a situação com o desequilíbrio nos empréstimos e os bancos só estão focando no Sudeste do Brasil, que se torna uma região de altas rendas, muitas riquezas. E nós temos outras regiões, como o Nordeste, que possuem fragilidades financeiras. Existem muitos motivos, mas isso pode ser uma razão para esta fragilidade. As “forças de mercado” têm uma tendência a aumentar as desigualdades regionais e urbanas, se você pensa em termos de escala espacial, não micro/macro.

Aqui, nós vemos uma divisão do mundo, dos círculos; você escolhe o círculo que você trabalha, mas ele engloba todos abaixo dele. Com isso, você pode ver como essas regiões interagem.

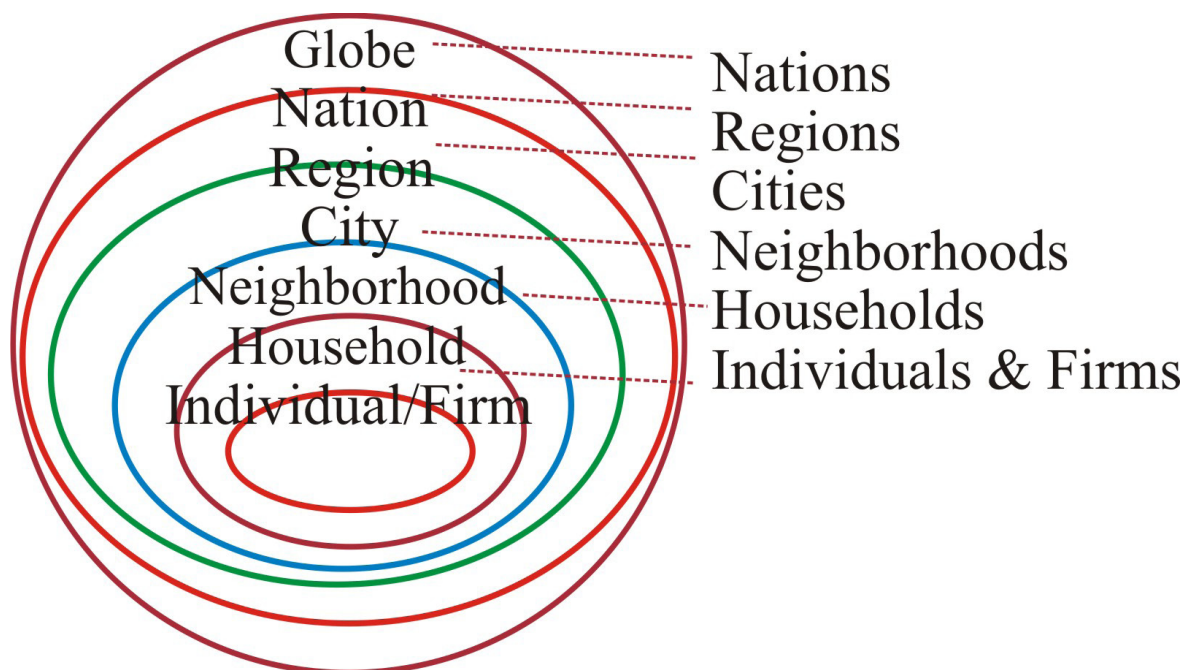


Figura 4 – Escala Espacial

Fonte: Elaboração do Autor.

Devido ao tempo, eu não vou entrar em detalhes aqui, mas é sobre como o equilíbrio de fluxo pode evitar crises ou bolhas onde há instabilidade financeira por causa dos preços subindo. O meu ponto aqui é que, quando existem desequilíbrios de fluxos e uma região recebe todo o dinheiro e outra não recebe, há um potencial para uma bolha de crédito, porque o dinheiro está vindo dos bancos, dos investidores, está procurando o acesso.

Vamos pensar um pouco sobre exclusão e inclusão financeiras.

Isso é algo que trabalhamos junto com o professor Marco Crocco e o pessoal do Cedeplar. O professor Crocco também vai falar um pouco sobre isso. A ideia de inclusão financeira é a noção de que toda unidade pode achar o serviço financeiro que precisa por um preço justo.

A inclusão financeira existe quando cada unidade econômica, em um determinado espaço, pode obter os serviços financeiros que precisa sem custos excessivos.

Já a exclusão financeira pode ser de uma área, de uma região, ou de uma unidade. Talvez uma área que não tenha serviços financeiros, em que há uma exclusão de crédito. Há também pessoas que não têm contas bancárias, são excluídas financeiramente.

A exploração financeira existe quando as unidades podem obter serviços financeiros apenas a preços superiores aos de outras unidades, de modo que a riqueza e a viabilidade no longo prazo estão em perigo. Ou seja, as unidades só têm acesso a financiamentos com juros muito, muito altos, que não são viáveis no longo prazo. Então, alguém está fazendo um lucro de curto prazo, mas a viabilidade daquela unidade no longo prazo é comprometida.

Nós podemos mostrar como é que a exclusão financeira e exploração surgem na escala-cidade, ou outra, através da adaptação de um modelo de Thomas Schelling, prêmio Nobel de Economia.

Schelling desenvolveu um modelo a respeito da segregação racial nos Estados Unidos. Primeiramente, havia espaços de brancos e negros e o espaço vazio também. No jogo dele, o que aconteceria se cada uma dessas unidades, se cada um desses espaços, pudesse migrar para qualquer espaço? Os negros não se importam com quem são seus vizinhos, mas os brancos só querem ter vizinhos brancos, não querem estar próximo aos negros.

Em todas essas unidades brancas, aconteceu assim: os brancos simplesmente se mudaram para outro lugar, os negros não estavam tão preocupados, mas nós terminamos com muita exclusão. Aqui nós conversamos o que aconteceu nos Estados Unidos nos anos 1960 e 1970, ou seja, os brancos saíram de certos bairros.

Imagine que esse modelo é uma cidade real, e vamos pensar sobre a evolução de exclusão financeira e como levou à crise *subprime* nos Estados Unidos. Nós temos em uma área mais negros e, em outra, mais brancos e muito próspera. É uma visão muito americana de desigualdade racial, onde temos o subúrbio e a periferia. Temos a área próspera do branco, o pessoal dono de suas casas, têm emprego, empresas crescendo. E nós temos a área de periferia de negros e latinos, que tem muito desemprego, poucas casas são próprias.

Eu já trabalhei muito em Los Angeles e vi que, em certas localidades, há uma região com muitos problemas, muitas desigualdades. Nós vamos ver agora como a polarização social leva primeiro à exclusão, depois, à exploração e, depois, a uma crise global.

A primeira coisa que acontece é a exclusão financeira, onde há um problema. Muitos movimentos comunitários lutaram contra isso, nos anos 1960 e 1970, onde os bancos não faziam empréstimos para compra de casa em função do endereço da pessoa.

Se ela vinha de um certo bairro, não recebia empréstimos no banco e também empréstimo individual. No banco, é menos provável dar um empréstimo para as pessoas negras ou latinas. Então, é a exclusão individual. O primeiro ponto é exclusão de crédito para o bairro, para a região. E o segundo seria individual.

Há, portanto, uma área de exclusão de crédito. Eu trabalhei com ativistas e

nós fizemos alguns protestos contra bancos que tinham esse tipo de mapa. O que acontece nessa situação? Você vê que a pessoa que mora dentro dessa área não consegue empréstimo para comprar uma casa, mas na área branca o mercado imobiliário está muito bom.

Se há discriminação individual, se o banco não quer emprestar dinheiro a uma pessoa de cor, então, a maior parte das pessoas de cor não vai receber empréstimo. Eu vou dar só um exemplo sobre isso: fiz um estudo na análise imobiliária, olhando se as pessoas tinham a possibilidade de conseguir um empréstimo. Em cima de todas as perguntas individuais, perguntamos a respeito de etnicidade. Fizemos esse estudo para as 120 maiores cidades no País. Aqui, temos os coeficientes para os afro-americanos, o negro americano.

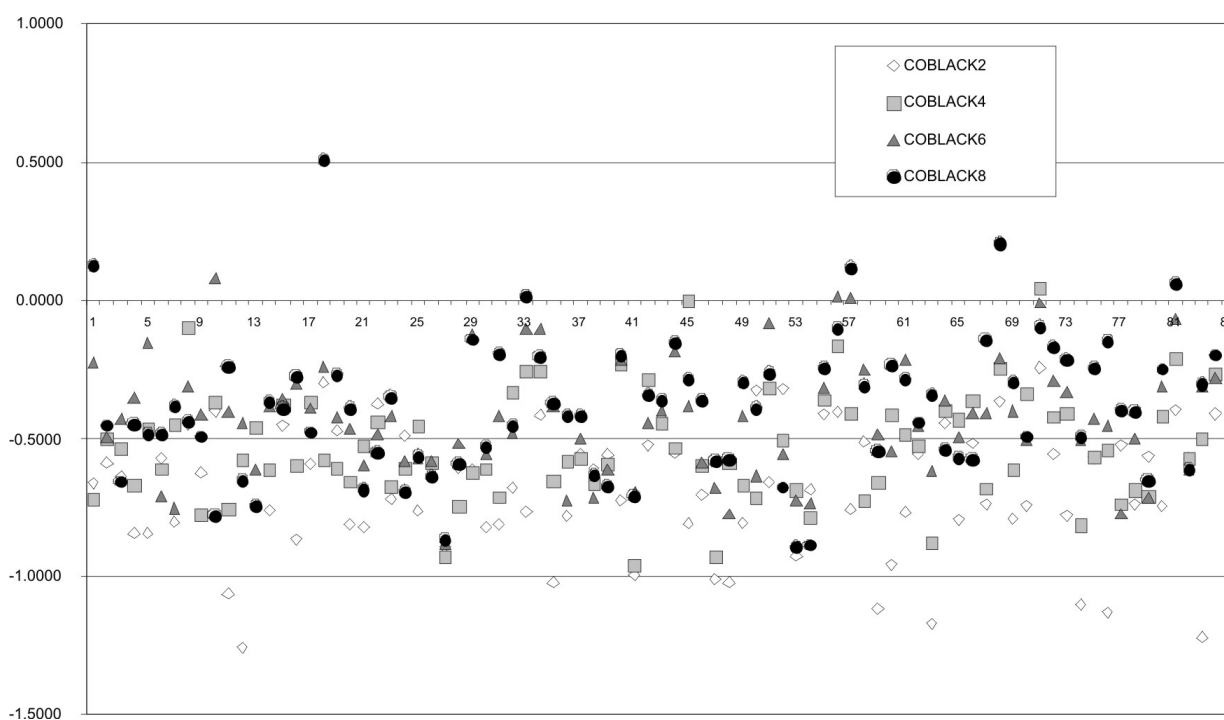


Gráfico 33 – Coefficients for 1992-98 African American Home-Purchase Loan Applicants, 77 U. S. – Metropolitan Areas, White Rank-Ordering

Fonte: Dymski e Aldana, 2004.

Nota: Date are rank-ordered based on percentage of white applicants – applicant totals equal.

O negativo mostra que você tem uma desvantagem no mercado de empréstimos. Nós só colocamos as variáveis estatisticamente importantes. Esses dados são para o início da década de 1990, para as maiores cidades dos Estados Unidos.

Nós sabemos que esse é um problema persistente nos Estados Unidos, porque o banco não coloca suas filiais dentro de certas áreas; aí, nós temos problemas com a agiotagem. Nós temos essa indústria financeira também no Brasil e são áreas

onde só existe esse tipo de financiador dentro da região, do bairro.

Vemos que isso pode criar um problema muito grande, porque o que está acontecendo é que, se você exclui pessoas de empréstimos, elas usam o financiamento informal. Nós vemos que, nos anos 1990, houve muitos tipos de agiotagem, o que nós chamamos de financiamento predatório, juros muito altos. Eles eram vendidos para as pessoas de cor, nas áreas mais pobres.

Eram 25 empresas que faziam 93% desses empréstimos informais, incluindo os empréstimos *subprime*. Na zona dos ricos, também houve muita competição para os bancos emprestarem para essas pessoas. Isso parece familiar – uma região com alta renda e a segunda região com baixa renda. Uma região com crescimento e uma região onde há uma perda de recursos.

A crise *subprime* começou com esses empréstimos para pessoas de baixa renda e de cor. Wall Street criou várias maneiras de vender esse tipo de risco. Tivemos muitos empréstimos predatórios, muitos empréstimos *subprime* em lugares de etnicidade misturada e também houve, em regiões ricas, um aumento de empréstimos.

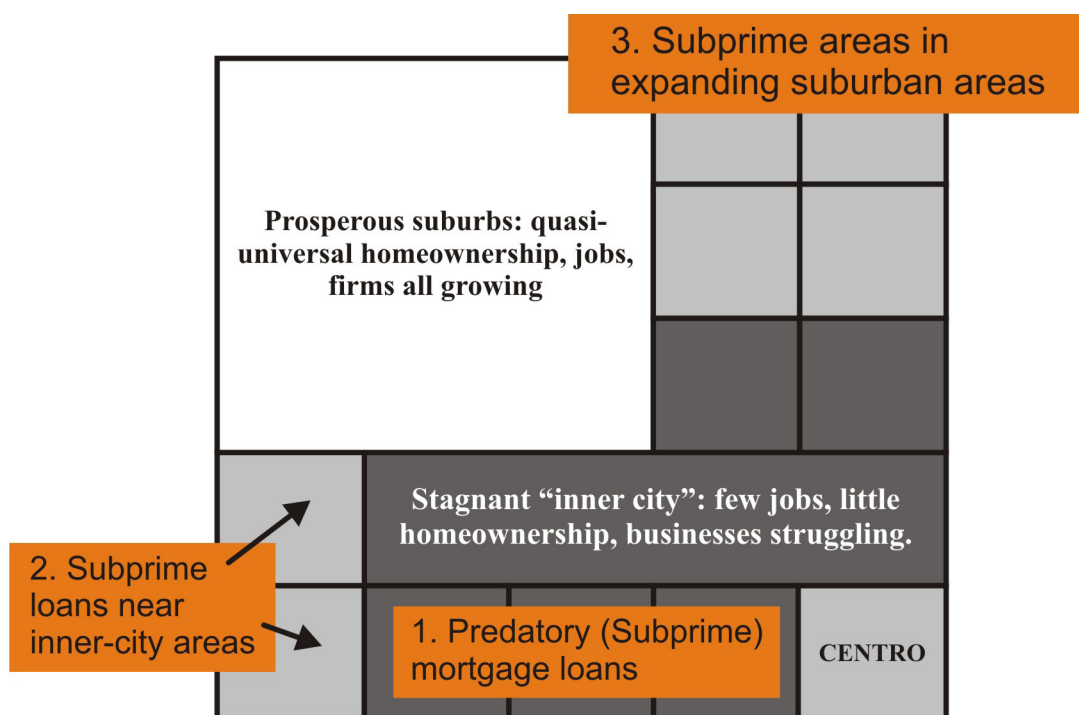


Figura 5 – As 3 Fases da Crise do Subprime: da Exploração Racial à Financeiramente Frágil Bolha Imobiliária

Fonte: Elaboração do Autor.

Temos agora essa pós-crise, que é um problema político muito grande para a administração de Obama, porque temos muitas pessoas que estão bastante prejudicadas economicamente e politicamente muito zangadas. Temos problemas profundos de desemprego, mesmo com algumas melhoras econômicas. Aproximada-

mente, oito milhões de casas vão ser retomadas pelos bancos; são 25 milhões de pessoas, digamos que 8% da população dos Estados Unidos, seriam de sem-tetos. As pessoas que eram das áreas prósperas também se sentem inseguras.

Agora, vamos falar um pouco sobre o Brasil, que tem alguns problemas de exclusão financeira, mas vou só falar apenas sobre alguns. Há o problema da localização dos bancos, da cidade formal e da favela. Nós sabemos que muitos desses empréstimos informais são feitos na própria favela. Por exemplo, em Belo Horizonte, temos a cidade formal, e a cidade informal e a informal é a menos informal ainda.

O que a gente tinha antigamente? Os bancos na cidade e os agiotas, porque se você não tem um endereço, você não pode ter uma conta no banco. Agora, temos a situação em que há muita competição aqui. Temos C&A, BMG, por exemplo, que estão competindo com os agiotas. No Rio, na favela da Rocinha, os agiotas estão baixando seus juros mensais por causa da competição. Nós temos aqueles que têm banco, o semibanco, e aqueles que não têm banco.

Há outro caso para o Brasil que eu queria mostrar. O problema da região isolada onde não há bancos formais. Temos esse padrão, que o professor Marco Crocco já estudou sobre isso, que é o município sem bancos, onde as pessoas estão isoladas do sistema bancário e estão vulneráveis à exploração.

Duas grandes conclusões: primeiro, dinheiro, espaço e desigualdades. O desequilíbrio do fluxo financeiro é normal e aumenta as desigualdades entre as regiões, caso o investimento não seja orientado e não haja nenhum controle de crédito.

Segunda conclusão, essa ideia que nós temos de macro e micro, realmente, não tem muito a ver na economia; deve ser substituída pela abordagem de escala espacial. Precisamos, então, pensar nas escalas espaciais se quisermos um Brasil próspero; precisamos de um Nordeste próspero. Não pode ser só macroeconomia, tem que haver muita atenção dada para a região. A região tem que dar atenção à cidade, à área rural. Tem que haver uma verdadeira democracia; precisamos de instituições públicas que tenham o poder de agir nessas situações.

Eu vou dizer aqui só uma lista de algumas questões importantes no Brasil. Eu acho que o Brasil está numa situação de uma bolha, e o resto do mundo está em uma crise. Mas nós vemos essa crise aqui, o mercado de crédito com consumidores está muito frágil. Nós temos também a bolha imobiliária. Eu escutei uma palestra interessante sobre o Banco do Nordeste, mas nós também temos que pensar sobre o Pré-sal. São muitos desafios, porque são investimentos públicos.

Será que o Nordeste vai participar do crescimento do Pré-sal? Nossa economia vai estar vinculada à Petrobras ou vamos ter políticas apropriadas para cada região? E nós precisamos pensar sobre dinheiro, espaço e desigualdade. Obrigado!

Adriana Amado

Agora, passamos a palavra ao professor Marco Aurélio Crocco, da UFMG, para tratar do mesmo tema.

Marco Crocco

Muito obrigado! Inicialmente, gostaria de agradecer ao Banco do Nordeste, ao Etene e à Anpec pelo convite para participar mais uma vez desse encontro. Vamos falar sobre o tema: “Moeda: Desenvolvimento Regional e Urbano”.

A minha fala bate um pouco com a do Gary, até mesmo porque nós estamos trabalhando juntos no Cedeplar. Então, é natural que tenha uma certa sinergia. Mas eu preparei uma apresentação fazendo um retrospecto da discussão teórica sobre o papel da moeda na teoria de desenvolvimento regional, na teoria da geografia econômica. E depois, vou apresentar, no final, alguns dados sobre o Brasil e sobre o Nordeste, especificamente.

Basicamente, são dados de um grupo de pesquisas que temos lá no Cedeplar, o Laboratório de Estudos em Moeda e Território, o LEMTe, do qual tanto a Adriana quanto o Gary fazem parte, são colaboradores. É uma base de dados onde nós temos informações dos balancetes mensais de todas as agências bancárias do Brasil.

Vou trabalhar um pouco essas informações. A ideia aqui é mais dar um panorama geral dessa questão sobre moeda e desenvolvimento regional urbano do que tratar, especificamente, de um tema. Uma característica marcante dos estudos de economia regional e urbana no passado é, como fato amplamente conhecido, a negligência de considerar a moeda em suas várias dimensões.

Nesse contexto, moeda significa estar falando de política monetária, de demanda por moeda, de sistema financeiro. Quer dizer, de uma forma geral, as várias dimensões, a moeda enquanto fator relevante para explicação dos desequilíbrios regionais urbanos.

Quando se observam os textos clássicos de economia regional, os clássicos da geografia econômica, verifica-se que poucos trabalhos tratam dessa temática. A explicação para isso, a mais comum que existe – e Adriana expôs isso muito bem em seu livro –, deve-se a duas perspectivas um pouco distintas.

Primeiro, no caso dos economistas, a grande influência que a economia neoclássica tem na própria formulação da economia regional. Como é sabido, na economia neoclássica, a moeda é um elemento neutro. A moeda, no longo prazo, só afeta níveis de preço, não tem influência sobre os fatores reais da economia.

Se a moeda é neutra, nacionalmente ou globalmente, também seria neutra regionalmente, então não haveria porque considerar a moeda um elemento essencial para explicar os desequilíbrios regionais. Quer dizer, se uma moeda tiver um

comportamento diferenciado no espaço, isso se deveria, em primeiro lugar, a fatores estruturais que teriam implicações sobre a moeda.

Já os geógrafos econômicos, por sua vez, têm uma preocupação preponderante em fatores tangíveis estáticos, tais como clima, fatores de produção e dotações físicas. Então, de uma forma geral, esses dois fatores contribuíram para que a moeda não fosse considerada um elemento marcante, tanto na teoria regional, quanto na geografia econômica.

Mais recentemente, essa não-importância da moeda ganhou força com alguns estudos, alguns trabalhos que vão, em função do fenômeno da globalização, preconizar o fim da geografia enquanto unidade importante de análise. Basicamente, são estudos onde argumentam que a desregulamentação financeira, o desenvolvimento de tecnologias da informação, o crescimento dos bancos mundiais levaram autores a afirmar que a geografia havia morrido.

À proporção que os marcos e regras se tornam mais integrados, a relevância da geografia vai perdendo o sentido. Então, se você pode pegar o dinheiro aqui e transportar para lá, simultaneamente, quer dizer, o espaço é meio que condensado, não existiria mais a necessidade da geografia como dado de análise, perderia o sentido.

Esse entendimento não foi validado por uma série de estudos e começou a surgir, a partir dos anos 1980, uma série de estudos e estatísticas que vão não só chamar a atenção, negar essa afirmativa de que a geografia havia terminado, mas também mostrar que era necessário um novo olhar sobre a questão da moeda.

Então, basicamente, existia uma série de trabalhos e, aqui, estou citando somente os estudos mais importantes, como, por exemplo, o trabalho de David Harvey, que é precursor da discussão de exclusão financeira. David Harvey, em três trabalhos, de 1973, 1982 e 1989, demonstrou que, em cidades ou bairros da cidade de Baltimore, existiam ofertas de casas para alugar, pessoas querendo alugar, mas simplesmente não existiam moedas disponíveis ou recursos no sistema financeiro. Está de acordo com a palestra do professor Gary, que já mostrou aqui que o sistema financeiro se recusava a emprestar nessa região.

Quer dizer, o que é importante nessa discussão do David Harvey é que se mostra que existe uma lógica de funcionamento da moeda, especificamente no setor financeiro; em outras palavras, uma lógica interna ao sistema, que fazia com que determinadas regiões não tivessem acesso a financiamentos.

Como já disse, as obras de David Harvey vão dar origem a trabalhos de exclusão financeira, de um modo geral. Existem ainda trabalhos que comparam a exclusão financeira nos Estados Unidos e na Inglaterra. O Gary tem um trabalho famoso sobre Los Angeles, de 1996. E também nessa linha, começaram os estudos sobre os chamados sistemas de trocas e comércios locais.

O que estou tentando mostrar aqui, de uma forma rápida para vocês, é como

surgiram vários estudos que tentam incorporar a moeda de alguma forma. Tem o trabalho do David Harvey sobre exclusão financeira; existe uma outra linha de investigação, os chamados sistemas de troca e comércio locais, que são regiões onde não se utiliza moeda nacional como um meio de pagamento, meio de troca.

No caso do Ceará, existe um exemplo extremamente bem-sucedido, que é o Banco Palmas, onde você tem um caso particular, porque é de sucesso. Outros bancos semelhantes, no Brasil, não apresentaram tanto sucesso. No Brasil, temos cerca de seis experiências.

Existem outros locais, outras experiências mundiais. O último dado que consegui levantar é que, em 1999, existiam cerca de 1.300 iniciativas pelo mundo, que usavam não só moeda; às vezes, era caderneta. Isso não é um fenômeno exclusivamente de país pobre.

Isso acontece especialmente no Canadá e Estados Unidos. A Inglaterra tem uma profusão enorme dessas experiências. Então, esses são estudos que mostram que, do ponto de vista regional, estudar moeda importa. Além disso, existem vários trabalhos ressaltando que, apesar da globalização, distintos países continuam tendo estruturas bancárias diferentes, com diferentes impactos sobre oferta de crédito.

Quer dizer, a oferta de crédito, apesar da globalização, do acordo de Basileia, que tenta homogeneizar o comportamento dos bancos, ainda existem estruturas bancárias extremamente diferenciadas nos países.

Só para citar um caso, existem países onde você tem a predominância de bancos nacionais com agências espalhadas pelo território, como é o caso da Inglaterra e do Brasil. Como existem países onde se tem uma estrutura do sistema financeiro com bancos regionais e os bancos locais com muita força, como é o caso, por exemplo, da Alemanha e da Itália.

Além disso, existiram também estudos preocupados em analisar a evolução e a persistência de centros financeiros frente ao processo de globalização. Quer dizer, apesar da globalização, embora o mundo possa estar globalmente mais integrado, o sistema financeiro mundial ainda possui centros de decisão em lugares específicos que não mudaram.

Isso é um fenômeno. Se o mundo, se a geografia deixou de ser importante, então, por que os centros financeiros não mudaram de lugar? Os centros financeiros mundiais ficam no centro, principalmente Londres, Nova York, Frankfurt, Tóquio. Eles se concentraram nesses lugares. E existe uma literatura que tenta explicar isso por meio das economias de aglomeração, de fatores sociológicos e de fatores culturais.

Existem ainda estudos recentes, por exemplo o de Bieri, em 2009, em um número especial do Cambridge Journal of Regions, em que o autor mostra a existência

de uma correlação negativa entre a distância a esses centros e o acesso ao sistema de crédito.

Também, existe uma série de estudos sobre a relação entre sistemas de fluxos financeiros regionais e o desenvolvimento industrial regional. De que forma o modelo de sistema financeiro regional vai afetar, ou não, o desenvolvimento industrial de uma região? Tem-se, então, vários casos, estudos sobre distintos sistemas financeiros para habitação em diferentes países e estudos sobre distintos regimes regulatórios dos bancos.

O que é importante mostrar aqui, e que começou a se alterar nos anos 1990 de uma forma significativa, é que estudos com várias vertentes, de geógrafos, sociólogos e alguns economistas regionais, passaram a estudar a moeda como elemento fundamental para explicar também as disparidades regionais.

Leyshon afirmou isso em 1995, explicitando em um texto que esse era o início do fim. Podia-se dizer que moeda e espaço eram uma nova subdisciplina que estava surgindo. Martin faz essa afirmativa de uma forma explícita em um livro, “Moeda e Espaço”, de 1999. E, ao final dos anos 2000, já existiam vários artigos destinados a fazer revisões de literatura.

O que é importante dizer é que a perspectiva de que a geografia tinha acabado e de que o estudo sobre a moeda não era um fator importante para a economia regional e para a geografia econômica está muito enfraquecida.

Hoje, é possível trabalhar o conceito do espaço monetário, que era algo muito caro ao Perroux, e que é o espaço das transações. Ou seja, da compra e venda, da validação de ativos ou não e espaços de lugares. Martin afirma em estudo recente que a globalização não aniquilou a geografia, mas transformou esse conceito de espaço monetário, espaço das transações, espaço dos locais, dos centros financeiros, em outras palavras, transformou isso em um espaço multiescalar e muito mais complexo.

Nós podemos dizer que a globalização tornou o espaço monetário geograficamente espremido e, simultaneamente, alongado. O espaço é espremido porque “deslocalizou” o circuito financeiro. Os circuitos financeiros locais foram “deslocalizados”, as transações independem de um local e existe a possibilidade constante de transações em escala global. O espaço ficou alongado porque localizou o global. O centro de decisões, o centro dos processos está localizado em alguns pontos do espaço.

Nesse sentido ao mesmo tempo que a globalização espremeu o espaço monetário, sentimos os efeitos de uma crise no mundial, mas a crise tem um ponto específico no espaço onde começa e outros pontos em que é ampliada. Então, isso dá a característica do espaço monetário atualmente.

É uma agenda de pesquisa que está completamente aberta; ainda não existe um corpo teórico uniforme consensual e, por isso mesmo, dificulta um pouco sua disseminação. Vários desses trabalhos que citei aqui possuem abordagens distintas. Basicamente, tem-se a abordagem nekeynesiana, marxista, pós-keynesiana e têm-se abordagens não tanto neoclássicas, mas, principalmente, nessas linhas de pensamento.

Basicamente, o que tentamos trabalhar é que existe uma diferença fundamental de funcionamento do sistema financeiro quando comparada a sua atuação no centro e na periferia.

A atuação do sistema financeiro é intencional. O sistema financeiro não é passivo e esse é que é o ponto central. Existe uma série de características de uma região central e outra periférica: trajetória de crescimento é estável no centro e instável na periferia; dinâmica para o crescimento, endógena no centro, exógena e baseada na exportação na periferia; concentração da produção em setores, no centro é secundário e terciário, na periferia é primário e terciário; propensão em importar, baixa no centro e na periferia.

Todos esses fatores fazem com que a incerteza econômica no centro seja menor do que na periferia e, baseado nesse conceito de incerteza, é que alguns autores elaboraram uma visão pós-keynesiana de economia regional. Basicamente, as diferenças do grau de incerteza nas regiões determina a maior ou menor preferência pela liquidez e, principalmente, uma menor preferência pela liquidez nas regiões atrasadas.

Um banco ter a maior preferência pela liquidez, só para exemplificar rapidamente, significa que esse banco tem menor disposição a emprestar. O banco prefere reter moeda, pegar essa moeda e fazer circular ou gerar suas riquezas em ativos mais líquidos, do que emprestar e gerar um título de dívida.

Então, o que essa abordagem tenta dizer é que, em regiões periféricas, como se tem uma incerteza maior, o banco tem uma maior preferência pela liquidez e uma menor disposição a emprestar.

Vou tentar mostrar com dados que essa é uma decisão que independe da estrutura produtiva da região. O banco empresta menos em regiões periféricas, não necessariamente porque a região periférica é mais pobre, e isso vou tentar mostrar aqui mais à frente. Além disso, ocorre menor disposição dos agentes a demandarem empréstimos.

Isso gera um círculo vicioso, porque uma região periférica tem menor desenvolvimento porque tem menor investimento. Possui menor volume de investimento porque o banco empresta menos. Tem mais incerteza, por isso o banco empresta menos e, assim, gera um menor desenvolvimento. É um círculo vicioso.

Agora passo a apresentar alguns dados que tentam mostrar esses aspectos. Se

esse conceito, essa abordagem, estiver correta, ou seja, se existe preferência pela liquidez no espaço, pela liquidez diferenciada no território, então vamos ter diferentes estratégias bancárias no território. Os bancos atuam de forma diferenciada no espaço.

Seguem-se alguns dados para exemplificar isso. Esses dados são provenientes do Laboratório e agregados, a partir dos balancetes das agências bancárias dos municípios, por município e por região.

Nos dados de 1994 em diante, verifica-se que, de uma forma geral, as regiões menos desenvolvidas possuem uma relação total dos ativos bancários sobre o PIB menor, significando que existe, ou dependendo do critério que se utilize, um sistema financeiro menos desenvolvido nessa região. Depois tenho outros dados que podem confirmar isso. Você tem um peso do sistema financeiro, uma capacidade de intermediação financeira em relação ao PIB menor. Isso durante todo o período.

Tem-se a região Sudeste de uma forma maior, com peso maior. Calculou-se o indicador da preferência pela liquidez. Entenda-se o indicador da preferência pela liquidez como a disposição do sistema bancário em emprestar. Quanto maior a preferência pela liquidez, menor a disposição do sistema bancário em conceder empréstimos.

Isso aqui é uma relação entre o passivo do banco mais ilíquido que ele tem, que é o depósito a vista, em relação ao ativo que ele tem que é o mais ilíquido, que é o empréstimo que ele faz. Usei essa relação como indicador. Tem uma série de problemas, mas é o indicador da preferência pela liquidez nas agências bancárias nessas regiões.

Apesar das curvas e as regiões terem o mesmo comportamento, significando que o sistema bancário brasileiro, como é nacional, com bancos e agências espalhadas no Brasil, vai ter um comportamento, uma tendência similar entre as regiões e intensidade completamente distinta.

As regiões menos desenvolvidas também, durante todo o período, com uma preferência pela liquidez maior, ou seja, os bancos que atuam nessa região, as agências bancárias, tenderiam a transformar em menor escala os depósitos que têm em empréstimos.

Normalmente, quando se vai estudar crédito e distribuição de crédito no Brasil, é comum tomar a distribuição, a participação relativa de uma região no total de crédito do País. Obviamente, você vai ver que, na região Sudeste, como é uma região mais rica, a estrutura produtiva é maior, vai ter lá 60%, 70% da distribuição do crédito.

E as regiões menos desenvolvidas, com PIB menor, vão ter uma relação menor. Existe uma tentativa de justificar a má distribuição de crédito no País em função das características locais, da estrutura produtiva local.

Se o sistema bancário for meramente passivo, não ocorre interferência. O sistema deveria levar uma distribuição do crédito pelo País mais ou menos similar à distribuição do PIB no País. Se a estrutura produtiva é que determina o quanto uma região ganha de crédito, uma região não tem crédito porque não tem estrutura produtiva, não tem negócios, não tem economia; então, essa região vai ter pouco crédito.

Isso justificaria o fato de a distribuição de crédito ser extremamente desigual. O que nós fizemos aqui? Pegamos e construímos um QL modificado, um quociente locacional modificado. O que nós pegamos? Comparamos a distribuição, o peso que uma região tem na distribuição total do crédito sobre o peso que ela tem nessa distribuição total do PIB. O peso que ela tem na distribuição do PIB sobre o peso total no crédito.

Se esse denominador der um, significa que aquela região tem um peso na distribuição de crédito igual ao peso do PIB. Então, teoricamente, o que nós estamos dizendo? Se o sistema financeiro é passivo, ele apenas responde ao lado real da economia. Você deveria ter todas as regiões girando mais ou menos em torno de um. Quer dizer, é a estrutura produtiva que determina a distribuição de crédito.

Verificando-se o indicador para o Sudeste, o resultado é completamente diverso. Durante todo o período analisado, a região Sudeste teve um coeficiente regional de crédito maior do que um. A referida região sempre tem um peso, uma parcela na distribuição total do crédito do País maior do que o peso do seu PIB.

E as regiões Norte e Nordeste, que são as menos desenvolvidas, vão ter, durante todo o período e com a trajetória descendente, coeficiente menor do que um. Quer dizer, essas regiões têm uma desproporção do crédito menor do que o peso que elas têm no PIB. Esse é o argumento...

Na região Norte, têm alguns saltos que devem ser algum processo de privatização, alguma coisa que altera os dados. Mas esse dado aqui é interessante porque mostra claramente, reforça o argumento da não-passividade do sistema bancário. O sistema bancário não é passivo à região. Ele tem uma disposição, uma estratégia que pode levar, independente das condições da região, preferir ou não atuar naquela região. E isso tem impactos!

Se nós analisarmos o crédito e o investimento como determinantes do crescimento, esse dado aqui é terrível sob o ponto de vista da perspectiva de desenvolvimento regional no Brasil e disparidade regional. Porque se o investimento precede o que vai vir na frente em termos de estrutura, o que nós estamos dizendo aqui é que essa estrutura desigual do País tende a continuar durante muito tempo.

Isso é só uma estimativa, um exercício. Qual é a hipótese do racionamento de crédito que existe? Se, teoricamente, baseado nessa hipótese, o banco emprestasse

de acordo com o PIB, o coeficiente teria que dar igual a um. Se tem que dar igual a um, qual deveria ser o tamanho do crédito para cada região?

Esses valores são o quanto de crédito faltou na região Nordeste, em cada estado, para que, durante todo esse período, o peso, a participação desses estados do Nordeste na distribuição total de crédito no País fosse igual à sua participação no PIB.

Começa com R\$ 31 bilhões e termina, em 2007, com déficit de R\$ 67 bilhões. Esse é o tamanho, é uma estimativa, mas é uma *proxy* de quanto o setor bancário deixou de conceder de crédito. É uma estimativa do racionamento de crédito em toda a região Nordeste.

Por outro lado, tem-se aqui um dado interessante. O lucro total das agências bancárias sobre o ativo delas. O quanto de cada ativo cada agência consegue transformar em lucro.

Nas regiões menos desenvolvidas, incluindo no caso o Centro-Oeste, a relação lucro sobre o ativo é maior e é crescente na década de 1990. Isso permite gerar um gráfico que acho interessante. Há “disfuncionalidade” do sistema bancário, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, no Norte.

Então, no caso do Nordeste, estamos mostrando que, no decorrer da década de 1990 e 2000, quanto maior foi o racionamento de crédito, quanto maior foi a preferência de liquidez ou a menor a disposição em emprestar, maior foi o lucro sobre o ativo no sistema bancário do Nordeste do País.

Isso mostra o quanto ele é disfuncional. Disfuncionalidade no sentido de que é um sistema financeiro que é capaz de fornecer crédito de acordo com as necessidades sem correr risco. Então é um sistema completamente disfuncional. O sistema empresta pouco, tem pouca disposição e lucra muito. E lucra muito no Nordeste. Esse é o dado do sistema financeiro.

O Gary já falou que existem formas de avaliar e mensurar a exclusão financeira. A exclusão financeira pode ser não apenas o fato de não ter acesso ao banco, que o Gary chama de exploração financeira, como também o fato de que você pode ter acesso ao banco, mas você não tem acesso ao serviço bancário. Você só tem acesso aos serviços mais básicos, só a conta corrente.

Então, aqui, apesar de esse dado não ser preciso, também é uma *proxy* desse tipo de exclusão financeira, da pessoa que simplesmente tem acesso ao sistema por meio do serviço bancário mais básico; o banco faz a sua captação, mas não oferece a esse indivíduo serviços mais sofisticados.

Existe uma relação entre depósito a prazo sobre depósito a vista, quer dizer, o quanto, nas regiões, existe a relação de depósitos a prazo que são aplicações em fundos, aplicações em DI, DB, renda fixa e outros vários tipos de aplicações.

Novamente, verifica-se uma *proxy* dessa exclusão. Durante todo o período, na região Norte e Nordeste, essa relação é muito menor que na região Sudeste. No Sudeste, a relação entre depósito a prazo e depósito a vista é muito maior. É óbvio que tem o fenômeno renda, mas, como se está balizando pelos depósitos a vista, verifica-se que, no Nordeste, a relação de depósito a prazo sobre depósito a vista é muito menor.

Trata-se de um trabalho que ainda está em desenvolvimento, podendo significar também uma amostra de um processo de exclusão financeira regional. Eu queria agradecer. Muito obrigado!

Adriana Amado

Bom, mais uma vez obrigada aos dois apresentadores. O professor Dymski gostaria de fazer algumas ponderações...

Gary Dymski

Além dos problemas de dados, outro problema é que, por exemplo, nos Estados Unidos, o sistema bancário é muito diferente, a organização. São bancos regionais muito importantes no financiamento de pequenas e médias empresas e esses bancos têm muitos problemas com a crise financeira e uma ameaça ao vínculo de crédito e banco.

Aqui no Brasil, só tem um banco regional realmente, que é o BNB. Então, acho que é muito importante olhar as práticas de empréstimos dos bancos, especialmente depois da crise, onde nós vamos ver movimentos, especialmente em São Paulo, para a modernização, talvez a seguridade e as práticas financeiras aqui no Brasil.

O sistema brasileiro é famoso por não ter quebrado durante a crise, mas algumas pessoas vão interpretar isso como uma indicação de que era o setor financeiro como um todo, o mercado privado que era responsável por isso, então seria um argumento a favor de você fazer o que quiser, na hora que quiser.

Isso precisa ser administrado. Os dois bancos que sobreviveram nos Estados Unidos e no Reino Unido estão olhando os países BRIC como alvos para seus respectivos trabalhos.

Paulo Amilton

O sistema bancário americano mudou de um tempo para cá. Antigamente, ele era regional e passou a ser nacional. Já imaginou que isso foi uma das desculpas, de que eles ficaram grandes demais para poder quebrar? Lembro que o Citibank só trabalhava na zona leste. Depois, ficou grande demais, aí ficou atirado demais.

Gary Dymski

Acho a observação muito interessante. A minha resposta é sim. Penso que nos

anos 1980, a época da crise latino-americana, das dívidas, tinha muitos bancos regionais que se envolveram nessas dívidas e criaram muitos problemas.

Mas foi na era Reagan que houve essa expansão. Então, o sistema cresceu regionalmente e as ambições daqueles bancos super-regionais era o mercado de consumidores. Depois, começaram a querer ter poder em Wall Street. Então, os bancos que tiveram esse cartão “grande demais para quebrar”, aqueles que tinham o mercado de consumidores e também eram ligados ao mercado financeiro em Wall Street... No fim, teve a racionalização que era para salvar os bancos...

O único motivo é que estes bancos são tão importantes para o mercado de consumidores que eles devem ser protegidos, mas acho que eles têm que escolher se vão ser bancos de investimento ou se são bancos mistos e vão trabalhar com o mercado consumidor. Mas a maneira que essa expansão aconteceu foi parte do problema e vamos ser claros que essa era uma política da era Reagan.

Adriana Amado

Gostaria de agradecer muito aos expositores. Acho que nessa sessão abordamos questões muito importantes, sobretudo dentro da parceria BNB/Anpec. Acho que discutir a moeda regionalmente foi uma questão muito pertinente. Agradeço também à plateia.

PAINEL IV – PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O NORDESTE

Composição da Mesa:

José Sydrião de Alencar Júnior – diretor da Área de Gestão do Desenvolvimento do Banco do Nordeste (Presidente de mesa)

Tânia Bacelar – professora da Universidade Federal de Pernambuco

Mestre de cerimônias

Neste momento será apresentado o painel Projetos Estratégicos para o Nordeste. Convido o Sr. diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB e presidente desta mesa, José Sydrião de Alencar Júnior, que suba ao palco e receba a economista Tânia Bacelar de Araújo.

Com a palavra o Sr. diretor de Gestão do Desenvolvimento do BNB, José Sydrião de Alencar Júnior.

Sydrião de Alencar

Inicialmente, bom tarde a todos e a todas. Devido à hora, passo logo a palavra à Prof^a Tânia Bacelar.

Tânia Bacelar

Boa tarde a todos! Para explicar o que está acontecendo no Nordeste, tenho que ir às políticas nacionais, tentar entender os impactos regionais dessas políticas. Quando vou para as políticas regionais *stricto sensu*, vemos que não se avançou muito, diferentemente do tempo da Sudene, onde dizíamos que a nova industrialização do Nordeste, dos anos 70 e 80, tinha a ver com a Sudene, tinha a ver com políticas explicitamente regionais.

Infelizmente, não posso dizer mais isso. As mudanças no Nordeste têm menos a ver hoje com políticas, *stricto sensu*, regionais e têm mais a ver com políticas nacionais adequadas para o Brasil, e que têm um impacto favorável nas regiões, porque nas regiões mais pobres – aí, tem tido também na região Norte –, exatamente porque as políticas sociais vão atrás de onde está a concentração da pobreza.

Agora, quero especular um pouco: o que seria estratégico para nós daqui para frente? Se eu tivesse que escolher uma coisa, de novo eu escolheria a mesma do Brasil. Eu não seria nordestina, seria primeiro brasileira. Acho que o grande desafio brasileiro, hoje, chama-se revolução na educação. E estou falando de revolução. Para dizer o que quero dizer, a palavra é revolução. Não é ampliação, não é remendo, é uma revolução. Este é o grande gargalo do Brasil hoje.

E isso, lido regionalmente, é maior ainda. Um país como o Chile tem um terço dos seus jovens na universidade. Nós temos 10%. E o Nordeste, nem isso, tem 7%. O Brasil tem hoje, no século XXI, 10% de analfabetos, mas no Nordeste não são 10%, são quase 20%. E no Nordeste rural não são 20%, são 33%.

Como é que eu posso pensar no futuro de uma região que tem um terço da sua população rural analfabeta no século XXI? Não consigo encontrar alternativas que sejam consistentes com um quadro educacional desse. Então, avançamos? Reconheço que avançamos. Avançamos e o Nordeste também se beneficiou; aumentamos a verba no ensino superior. Parabéns! Das doze novas universidades, quatro estão aqui. Parabéns! E estão no interior. Parabéns duas vezes, porque tiraram do litoral e colocaram no interior, em Petrolina, em Mossoró, em Juazeiro do Norte. Muito bem! É lá que tem que colocar mesmo.

No meu estado, tinham duas universidades federais... Para não falar do estado dos outros, vamos falar do meu. No meu estado, tinham duas universidades federais, a Federal de Pernambuco e a Rural de Pernambuco. Todas as duas no Recife. O cara tem que sair de Petrolina para estudar Agronomia no Recife. Está certo? Era esse o Brasil. A lógica era essa. Mudou? Mudou! Estamos descobrindo que temos que levar as nossas universidades para o interior.

Estamos levando ensino profissional médio para o interior. Ótimo, parabéns! Mas, quando a gente olha a dimensão do problema e o tamanho da solução que es-

tamos fazendo, o hiato é enorme. O hiato é enorme no Brasil e o hiato é muito maior na nossa região.

Então, se tivesse que escolher a leitura estratégica do que vem para a frente, diria que nosso projeto estratégico não é política regional. É política nacional de revolução na educação, com a leitura regional. Porque aí, quando fizerem a leitura regional, vão ver que o investimento no lugar que é mais frágil vai ter que ser mais forte do que no lugar que é mais forte. Então, embutir a leitura regional; mas a política é nacional.

E aí, eu diria que é em todos os níveis. A revolução é do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior. Acho que o Brasil, hoje, pode enfrentar esse desafio. Desse ponto de vista, sou até otimista. Porque acho que, hoje, temos condições de enfrentar esse desafio.

Você não melhora o ensino fundamental sem ter bom professor. E você não faz bom professor se não tiver uma estrutura universitária. E o que a gente fez na estrutura universitária já dá para começar a produzir bom professor. No século XIX, não dava não. Hoje dá! Hoje, dá para enfrentarmos esse problema.

Não pode fazer é o que acontece na minha Universidade. Na minha Universidade, fulano vai fazer doutorado; quando chega, a primeira frase que diz é: “não ensino mais na graduação”. Por isso é que eu ensino na graduação: para poder falar. Tem que estar na graduação, porque é na graduação que a gente faz o professor que vai lá para o ensino fundamental. O que é isso? Passou não sei quantos anos sendo financiado pelo governo, agora o seu papel estratégico você não vai fazer.

Acho que é importante falar isso, porque acredito que esse é o nosso investimento estratégico. Melhoramos no aparato de C&T. Inegavelmente melhoramos! Vimos aqui, de manhã, os dados. Melhoramos! Aumentou a participação no PIB, as bolsas estão mais estáveis, nossa produção melhorou no ambiente internacional. Nada contra!

Agora, o tamanho do esforço não é o tamanho que o Brasil precisa. Qualquer indicador que você pegue... Quantos engenheiros estamos formando hoje? Quantos a Índia está formando hoje? Quantos a China está formando hoje? Morremos de vergonha! A gente morre de vergonha porque o esforço é desse “tamanhinho” para o tamanho do nosso desafio.

Acho que é esse o investimento estratégico, que é brasileiro, mas é também nosso. Segundo, a gente vai ter dinheiro. Estou dizendo que temos capacidade para fazer e vamos ter dinheiro. Se pegarmos os recursos do pré-sal e investirmos em educação... Não me venham dizer que não fazemos a revolução na educação porque não temos dinheiro.

O Brasil já fez outras revoluções em meio à crise e tinha dinheiro. Nosso pro-

blema não é falta de dinheiro. Quando teve a primeira crise do petróleo, importávamos três de cada quatro unidades de petróleo do País. Resolvemos que era prioridade investir na produção de petróleo; desenvolvemos a tecnologia de ponta mundial de extração subterrânea e chegamos à sua autossuficiência em duas décadas.

Eu não conheço um desafio que o Brasil resolveu fazer e não fez porque não tinha condição. Esse da educação, nós podemos ter recursos para os investimentos necessários, inclusive porque vai ter o aporte adicional do pré-sal. Temos que olhar para a Noruega. A Noruega é um exemplo no mundo, hoje, de um país petroleiro, que usou com inteligência o resultado da atividade petroleira e melhorou o país.

Temos que olhar para o Kuwait e para a Noruega. A Noruega dá uma lição de que é possível um país petroleiro usar uma riqueza não-renovável para investir na melhoria das condições. Então, acho que esse é o nosso primeiro desafio. O segundo é a infraestrutura econômica no Nordeste. Aí, eu já estou nordestina! Acho que uma das coisas que fizemos no século XX foi concentrar a infraestrutura econômica no Sudeste.

Quando pego o mapa rodoviário do Brasil... Não precisa nem falar, basta olhar no mapa. O tecido de acessibilidade que se construiu ali é completamente diferente do tecido de acessibilidade que temos aqui. E acessibilidade, no século XXI, é muito importante. Então, infraestrutura é um desafio para nós.

Estamos fazendo a Transnordestina. “O Nordeste oriental estava ficando à margem”. Eu escrevi isso várias vezes, porque quando olhava a dinâmica do Brasil do Centro-Oeste, toda correndo na direção Norte-Sul.

Temos que engatar essa dinâmica. E a Transnordestina não pode ficar em Eliseu Martins. A Transnordestina tem que ir até a Norte-Sul. Ela tem que ligar os nossos portos ao “miolão” dinâmico do Brasil, que é o Centro-Oeste. Eliseu Martins é a metade do caminho. Aí engatamos o Nordeste Ocidental com o Nordeste Oriental. Temos que engatar o Nordeste Oriental no Brasil.

E, no Nordeste, precisamos discutir o IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul). Não participei ainda de nenhum debate sobre o IIRSA, quero dizer a vocês. O IIRSA é um projeto de integração do Brasil e da América do Sul. É um investimento pesado em integração físico-territorial da América do Sul. E, quando olho o mapa do IIRSA, o Nordeste está cinzento, não tem nada. É picadinho de cinzento. Está certo? Então, vão integrar o Oeste do Brasil à América do Sul, porque, quando chega no Nordeste, não tem.

Estou falando de infraestrutura na escala regional, na escala nacional e na escala da América do Sul. Porque, quando olho para o futuro, acho que vai aumentar o grau de integração do Brasil na América do Sul. E nós não podemos estar fora desse debate. Infraestrutura, portanto, e educação são importantes.

Agora para fazer o quê? De manhã, alguém no auditório disse: “fazemos a

reforma agrária, as pessoas que estão lá têm um grau maior de qualificação do que os pais, mas não tem emprego”. Então, tem que pensar o projeto de mudança da estrutura produtiva do Nordeste. Esse é o ponto da agenda.

Educação para gerar emprego aonde? Infraestrutura para que tipo de atividade? Tem que fazer essa pergunta. Temos que olhar para o Brasil. Não dá para fazer essa discussão sem olhar para o Brasil. Quando olho para o Brasil, qual foi o esforço que fizemos no século passado?

Foi criar um parque industrial importante. Então, o Brasil se cacifou para ter uma presença importante, do ponto de vista do setor industrial, no mundo. Temos ainda dificuldades? Temos! Mas esse é um dos projetos do Brasil. Queremos continuar sendo um país importante do ponto de vista industrial. Até como a Liana falou aqui, país que não desenvolveu a indústria tem uma grande dificuldade, tem uma dificuldade muito maior de construir o seu desenvolvimento.

Qual é a indústria que “pinta” como líder do crescimento industrial brasileiro nas próximas décadas? Petróleo e gás. Porque o Brasil das próximas décadas, ao mesmo tempo que vai ser relevante na produção do fim da era do petróleo, vai ser um ator relevante na produção das novas energias. Esse o nosso País!

Poucos países do mundo têm essa possibilidade. Nós temos. Nós vamos ser um ator relevante na produção de petróleo e gás. Quero fazer essa discussão no Nordeste porque, quando eu olho para a carteira do BNDES, hoje, do bloco de investimento industrial que está lá na carteira do BNDES, o setor líder disparado chama-se petróleo e gás. E não é só a Petrobras não. Porque também, de novo, se tivermos juízo, não vamos exportar petróleo bruto. Vamos desenvolver uma atividade que vai consumir produtos e serviços intermediários e pode gerar indústria e deve gerar indústria para a frente.

Estamos falando de um País que quer exportar petroquímica. Produtos petroquímicos; não petróleo bruto. Portanto, dentro desse segmento, tem uma possibilidade de discutir setor industrial. Para a frente e para trás da atividade de extração e produção do petróleo.

Conseguimos uma refinaria e vamos ficar mortos de felizes. Estão prometendo mais duas... Vamos ficar mortos de felizes? Não! Acho que é estratégico para o Nordeste disputar a localização, tanto dos setores ofertantes, como dos setores que vão-se desenvolver a partir dessa produção.

Porque, se não disputarmos... Não se enganem! Vai tudo de Belo Horizonte para baixo. Pela lei do mercado, vai tudo de Belo Horizonte para baixo. E acho que estamos fazendo insuficientemente essa discussão, estamos delirando com a refinaria. Não sei se estou sendo pernambucana porque Pernambuco está deslumbrado agora com a refinaria. Pode ser que esteja influenciada.

Segundo, o Brasil escolheu alguns setores de ponta em que ele pode avançar. O Nordeste tem que disputar setores de ponta. Em tecnologia da informação, o Nordeste tem chance com o pouco que construímos em algumas Universidades; temos pequenos polos de tecnologia da informação na região. Temos que fortalecer isso.

A indústria de fármacos é uma que pode-se desenvolver no Brasil, que está lá na política industrial como prioritária. Temos que disputar essa indústria para o Nordeste. Por que não vamos disputar? Temos que olhar com ousadia para o que é que vai ser o perfil da atividade industrial no Brasil, para nos colocarmos, para disputarmos esse tipo de atividade.

Algumas dessas atividades são grandes projetos. E temos que nos capacitar para grandes projetos. Algumas são atividades de menor porte. Acho que nossa estratégia, nossa escolha estratégica, tem que ser para os dois lados. É uma falsa discussão essa história de “quem é que muda a economia?” São grandes projetos ou são APLs? Os dois mudam. Em escalas diferentes. E nós temos que ter estratégia para as duas escalas.

Uma APL em nível local muda a realidade daquele local. Quem conheceu o Piauí sem o APL do mel, não conhece o Piauí com o APL do mel. Mudou a realidade do lugar. Mudou o Piauí e o Nordeste? Não! Não mudou porque não tem força para mudar nessa escala. Agora naquela outra? Melhorou a vida das pessoas, tem uma base econômica maior, gera mais tributos? Claro! Para mim, isso é desenvolvimento. Na escala adequada.

Agora se eu vier com a pergunta: mudou o Nordeste? Não! Não mudou o Nordeste. Quem achar que vai mudar estruturalmente o Nordeste com um canteiro de APLs, alguns até já propuseram isso, fazer do Nordeste um canteiro de APLs... Eu não acredito nisso. Acho que é uma política adequada para aquela escala, pelo tamanho do desafio que temos ainda: de construir base econômica. Não tenho nada contra começar a construir pequenas bases econômicas. Certo?

Para finalizar, acho que tem outro desafio estratégico importante, que é olhando para o mundo rural do Brasil daqui para frente. Porque, vejam, o nosso esforço do século XX foi de virar um País industrial. Mas quando olhamos para o mundo, hoje, tem duas oportunidades para o Brasil rural.

Uma, que já falei, é a energia limpa, renovável, da biomassa. E o Brasil tem um grande potencial nessa linha de produção. O segundo é produção de alimentos. A demanda mundial de alimentos está crescendo e a oferta mundial de alimentos vai precisar crescer, senão quem vai crescer é o preço. Qualquer iniciante de economia sabe disso.

Então, o Brasil, quando olhamos no cenário das próximas décadas, de um mundo onde países emergentes muito populosos, como Índia e China, por exemplo,

estão aumentando o nível de renda, e a demanda de alimentos já cresceu. E todas as estimativas que vejo é a de demanda fortemente pressionando a oferta.

O Brasil tem terra, o Brasil tem água e o Brasil tem tecnologia. Tem uma pesquisa da FAO, muito interessante, que pergunta: quando aumenta o nível de renda, o que a população passa a consumir de alimentos? Independente de cultura, muda a natureza do produto; mas, independente de produto, tem duas escolhas principais: proteína e fruta.

Somos competitivos em proteína e frutas. O Brasil – passou aqui de manhã também –, somos o segundo exportador e produtor de carne. O trabalho do Etene mostrou isso. O Brasil vai ter que fazer essa discussão. O Brasil vai ter uma tendência a dinamizar a sua base agropecuária de forma significativa.

Qual foi uma mudança interessante que aconteceu no Brasil recentemente? Acho que conseguimos combinar melhor, no Brasil recente, a agricultura patronal e a agricultura familiar. E acho que esse é um debate importante para o Brasil, e um debate muito mais importante para o Nordeste. Porque o Nordeste tem 28% da população total do Brasil, mas tem 43% da PEA agrícola do Brasil. E só responde por 14% da produção agrícola no Brasil.

Então, o Nordeste tem o desafio importante de gerar atividade rentável, produtiva e com renda decente para uma massa de gente que, parte dela, hoje, está no Bolsa Família ou na Previdência Rural. A gente defende isso no curto prazo; mas não é isso que se chama desenvolvimento, pelo menos da minha parte...

Acho que a gente tem que pensar no futuro olhando para essas oportunidades. Se, na indústria, temos que pensar em grandes projetos de APLs, no mundo rural, temos que pensar como podemos combinar melhor a agricultura patronal com agricultura familiar. O que vi hoje de manhã na avaliação que foi apresentada pelo Etene é que os recursos que foram colocados no Pronaf não foram para o lixo. Mesmo calculando o vazamento, 60% ficou na região.

Então, veja, pulamos de patamar. Pulou de um patamar de R\$ 200 milhões por ano, no Pronaf, para R\$ 15 bilhões por ano. Foi uma mudança interessante. Quem coloca essa discussão no Brasil são os movimentos sociais. Os movimentos sociais defendem um Brasil do futuro onde o mundo rural vai ser importante.

Mas a Contag, por exemplo, diz com toda clareza: “quero um mundo rural com gente”. Porque tem dois cenários: podemos virar os Estados Unidos e ter um mundo rural competitivo, grande exportador mundial, com máquinas e, aí, vamos ter que arrumar emprego nas nossas cidades. É muito mais difícil no Nordeste fazer isso do que no Sudeste e no Sul do Brasil.

E esse debate interessa, sobretudo, à gente. Começamos a aprender a fazer esses dois tipos de política, a fazer essa convivência. Para gerar emprego, a agricul-

tura familiar é muito mais adequada. Se a gente quer um mundo rural com gente, é esse tipo de atividade que gera emprego. Esse debate é importante para o Brasil do futuro e é muito mais importante para nós aqui do Nordeste. Acho que essa é uma visão estratégica.

Não está escrito nas estrelas que vamos virar os Estados Unidos. Estava escrito até mais parecido lá no fim do século XX, onde era muito difícil até falar em agricultura familiar. Quando se falava, diziam: “cale a boca! Esse negócio de pobre não tem futuro, não é rentável”.

Quando pegamos o senso agora, recente, quem é que responde por grande parte da alimentação do Brasil? Agricultura familiar. Então não é rentável um negócio que segura o lastro da cultura de um País desse tamanho? Acho que essa discussão nos interessa, e eu listo ela nas minhas cinco importantes.

A última é a cidade média. Sobre cidade média vai ter um evento que o Centro Celso Furtado está patrocinando. É um debate importante para o Nordeste, como é um debate importante para o Brasil. As nossas cidades médias estão crescendo rapidamente. Essa é outra mudança. O Brasil do século XX cresceu mais em São Paulo, no Rio, no Recife, em Fortaleza. As cidades médias brasileiras tomaram o dinamismo.

Precisamos ter juízo para ter visão estratégica, para tratar delas na hora adequada. É muito mais fácil fazer de uma cidade de 200 mil, 500 mil habitantes, uma cidade saudável do que fazer São Paulo uma cidade saudável. Se deixarmos crescer demais, é muito mais caro, é muito mais difícil. E estamos pululando de cidades médias.

De novo, o trabalho que fizemos lá para o Ministério do Planejamento – o Crocco já chegou –, mostra isso com grande clareza em todas as regiões da Brasil, inclusive no Nordeste. Cidades médias interessantes, que receberam universidades e que precisam ser cuidadas agora. Qual é a melhor capital do Brasil? Curitiba. Por que é que Curitiba até hoje aparece em todas as pesquisas como a melhor cidade do Brasil? Cuidou-se de Curitiba com 500 mil habitantes. E ela rapidamente dobrou. Agora vai cuidar de Fortaleza hoje...

Acho que está na hora. O Brasil precisa fazer isso de novo, e o Nordeste também. Juntar isso tudo é trazer essa discussão para as cidades. Criou-se o Ministério das Cidades... Foi ótimo! Nada contra o Ministério das Cidades, mas é um ministério intraurbano. O povo coloca a cabeça dentro da cidade e vai tratar de saneamento, habitação... Tudo bem! Também tem que fazer isso. Mas tem que fazer uma leitura interurbana, tem que escolher lugares estratégicos para você concentrar alguns investimentos.

Isso, no País inteiro e, na nossa situação, mais ainda porque nós continuamos a concentrar grande parte dos investimentos no litoral. E a nossa rede de cidades nordestinas é muito mais frágil do que a rede de cidades do Sudeste ou do Sul do Brasil.

Para não dizer que eu só falei de flores, vou terminar dizendo que tem um grande problema para nós no Nordeste. É que estamos perdendo a visão de Nordeste. Estamos, devagarzinho, achando que cada um por si e Deus por todos, resolve.

Como ando muito, preocupa-me isso. Preocupa ver, por exemplo, que uma vez que Suape ajudou a economia de Pernambuco a se reorganizar, todo mundo agora quer uma Suape. A minha pergunta é: cabe dez Suapes? Vai todo mundo para a mesma estratégia? E vamos nos digladiar depois para ver quem tem mais força? É essa a nossa escolha estratégica?

Liana fez essa pergunta aqui no fim da fala dela. Ela fez a leitura pelo pacto regional, pelo pacto federativo. Acho que isso é uma herança que temos do tempo da guerra fiscal. Atribuo muito isso à herança do período da guerra fiscal. Mas a guerra fiscal continua. Ela está mais subterrânea, mas continua.

A disputa fratricida de nossos estados pelos investimentos que aparecem. Brincamos aqui com “não quiseram o estaleiro, Pernambuco quis na mesma hora”. É isto que queremos? É a disputa fratricida entre os estados da região mais pobre do País? Será que é por aí que a gente vai? Acho que essa é uma discussão importante e é uma das nossas dificuldades.

O debate está muito fragmentado e a disputa entre os estados continua. Então, diante dos desafios de que falei antes, que não são de pequeno porte, são desafios de grande porte, acho que essa é uma estratégia equivocada do Nordeste. Obrigada!

Alencar

Agradecer aqui a contribuição da professora Tânia Bacelar. Confesso professora, que migrei da Engenharia para a Economia e, logo nas primeiras cadeiras, com a professora Cleide Bernal, em 1980, um dos primeiros textos que eu li foi seu. Então me fez esquecer a Engenharia.

Eu queria colocar aqui que a professora Tânia, como sempre, pensa no futuro, dá motivos para termos orgulho de ser nordestinos, ser brasileiros, pensarmos sempre em um novo projeto de País. Mesmo nos momentos mais difíceis da Alca, da globalização, do liberalismo sistemático, a professora Tânia sempre foi uma voz de esperança de um projeto novo de País. Queria agradecer a todos e, mais uma vez, sinto-me honrado de estar ao lado da professora nesse debate.

Prêmios, comendas e encerramento

Mestre de cerimônias

Nesse momento, o BNB e a Anpec ratificam os agradecimentos pela presença de todos. Permitam-me ressaltar, aqui nesse auditório, também as honrosas pre-

senças do deputado federal Chico Lopes; do senhor diretor do Fundo de Desenvolvimento do Ministério da Integração Nacional, Antônio Roberto Albuquerque Silva; do senhor secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Fortaleza, José de Freitas Uchôa, aqui representando a senhora prefeita Luizianne Lins; do senhor chefe geral da Embrapa Agroindústria Tropical, Victor Hugo Soares.

A presença também dos senhores diretores, superintendentes e funcionários do Banco do Nordeste; do magnífico reitor da Universidade Estadual do Ceará, professor Francisco de Assis Moura Araripe; do senhor João Alves de Melo, ex-presidente do Banco do Nordeste e atual presidente do Comitê de Auditoria dessa Instituição financeira; do senhor secretário de Estado, de Desenvolvimento Agrário, Antônio Rodrigues de Amorim; do senhor superintendente da Sudene em exercício, Cláudio Frota; da senhora diretora presidente da Camed, Andréa Cavalcante Correia Lima; do senhor superintendente do Incra, Raimundo Amadeu de Freitas, nesse ato também representando o diretor César Oliveira; do senhor coordenador estadual do Dnocs da Paraíba, Luis Roberto Sanguinetti Ferreira.

Honram-nos também com suas presenças, a senhora Cristina Gaião Peleteiro, diretora de Infraestrutura Hídrica do Dnocs; o senhor Francisco José Lima Matos, que aqui representa o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Roberto Macêdo; o senhor José Frota Medeiros, diretor presidente da Associação dos Funcionários do BNB; o senhor Felipe Nottingham, aqui representando a secretária Desirée Mota, de Gestão e Planejamento do Estado; e também a presença do senhor Fran Bezerra, diretor presidente da Capef.

Senhoras e senhores! Na sequência de nossa programação, serão divulgados os projetos selecionados no Programa BNB/Etene Teses e Dissertações.

Desde a sua fundação, o Banco do Nordeste do Brasil vem apoiando a pesquisa e a difusão do conhecimento científico e tecnológico, em cumprimento de sua missão institucional de promover o desenvolvimento da região Nordeste. Agora, o BNB vem dar mais um passo no seu programa de apoio ao financiamento da elaboração de teses e dissertações, incluindo Sociologia, Planejamento Urbano e Regional, Geografia e a Área Multidisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, além de Economia, mediante seleção pública de projetos, através do Programa BNB/Etene Teses e Dissertações.

Com essa ação, o BNB garante o acesso democrático por parte dos programas de pós-graduação em Economia e seus alunos aos financiamentos a serem concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci). O objetivo é o apoio à formação e treinamento de pessoal técnico em áreas de interesses do BNB mediante concessão de auxílio financeiro. Espera-se que os projetos apoiados possibilitem à região e ao Banco um melhor conhecimento sobre o Nordeste nos assuntos relacionados ao desenvolvimento regional.

Os projetos selecionados foram:

Da Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social. “A inserção da agricultura familiar no semiárido mineiro no arranjo produtivo da cadeia regional de produção de biocombustível: a experiência da cooperativa agroextrativista Grande Sertão”. Orientador: Gilmar Ribeiro dos Santos. Aluno: Fábio Dias dos Santos, do Mestrado.

Da Universidade Federal do Ceará, UFC, Programa de Pós-graduação em Geologia. “Morfodinâmica costeira e evolução da linha de Costa: praias do Futuro e Porto das Dunas”. Orientador: Loreci Gislaíne de Oliveira. Aluna: Márcia Thelma Rios Donato Marino, do Doutorado.

Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Geografia. “Agricultura irrigada, (des)territorialidade e desenvolvimento: um olhar para as contradições socioambientais”. Orientador: José Eloízio da Costa. Aluno: Hilário José Menezes, do Mestrado.

Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia. “Águas para o desenvolvimento do Ceará: experiências de trabalhadores a partir da construção da barragem do Castanhão”. Orientadora: Maria Neyara Oliveira de Araújo. Aluna: Milena Marcintha Alves Braz, do Doutorado.

Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Economia. “Um modelo dinâmico para a atividade industrial do Nordeste brasileiro e suas interdependências regionais e externas”. Orientador: Roberto Tatiwa Ferreira. Aluno: Elano Ferreira Arruda, do Doutorado.

Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. “Governança ambiental da cadeia produtiva da cera de carnaúba no Estado do Piauí: uma abordagem da política de garantia de preços mínimos”. Orientadora: Jaíra Maria Alcobaça Gomes. Aluna: Emiliana Barros Cerqueira, do Mestrado.

Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Geografia. “O processo de territorialização e desterritorialização em áreas de barragem: o caso de Anagé, na Bahia”. Orientador: José Eloízio da Costa. Aluna: Gabriela Silveira Andrade, do Mestrado.

Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Ciência Animal. “Avaliação da divergência nutricional de cascas de vagens de genótipos de feijão-fava (*Phaseolus lunatus* L.) e do efeito da amonização com ureia sobre o valor nutritivo para ruminantes”. Orientador: Arnauld Azevedo Alves. Aluno: Raimundo Nonato Pereira da Silva, do Doutorado.

Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em Ciência Animal. “Atributos do solo em áreas degradadas e em recuperação na região de Gil-

bués, no Piauí”. Orientador: Fabrício de Menezes Telo Sampaio. Aluno: Fabriciano da Cunha Corado Neto, do Mestrado.

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em Agronomia. “Controle alternativo da mosca-negra-dos-citros (*Aleurocanthus woglumi* Asbh) com *Crysoperla externa*”. Orientador: Ademar Pereira de Oliveira. Aluno: Robério de Oliveira, do Mestrado.

Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-graduação em Geografia. “Evolução geoambiental de lagoas litorâneas de Fortaleza e contribuições na sustentabilidade ambiental”. Orientadora: Luzia Neide de Menezes Teixeira. Aluno(a)?

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Zootecnia. “Parâmetros produtivos e nutricionais de vacas lactantes alimentadas com silagem de sorgo com alto e baixo teor de tanino e concentrados com e sem farelo de vagem de algaroba”. Orientadora: Mara Lúcia Albuquerque Pereira. Aluna: Camila Flávia Portela Gomes da Silva, do Doutorado.

Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. “Determinação da concentração de ureia no plasma como ferramenta auxiliar no manejo sustentável em rebanhos leiteiros sergipanos”. Orientador: Vernaldo Sousa de Oliveira. Aluna: Flávia Lira Freire, do Mestrado.

Universidade Tiradentes, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Processos. “Aplicação de sistemas aquosos bifásicos na extração de biocompostos de polpa de frutas exóticas”. Orientador: Álvaro Silva Lima. Aluno: Igor Adriano de Oliveira Reis, do Doutorado.

Universidade Tiradentes, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Processos. “Produção de biodiesel e emulsificantes empregando gases pressurizados utilizando lipase mobilizada em matrizes hidrofóbicas”. Orientador: Álvaro Silva Lima. Aluna: Nayara Bezerra Carvalho, do Mestrado.

Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Economia Rural. “Valoração e pagamento dos serviços ambientais: alternativa de sustentabilidade econômica e ambiental para o sistema agrosilvopastoril do bioma Caatinga”. Orientador: Ruben Dario Mayorga Mera. Aluna: Karine Rocha Aguiar, do Mestrado.

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Química. “Estudo químico, potencial antioxidante e atividade antimicrobiana de geoprópolis da abelha sem ferrão Jandaíra”. Orientadora: Tânia Maria Sarmiento da Silva. Aluna: Silvana Alves de Sousa, do Mestrado.

Universidade Tiradentes, Programa de Pós-graduação em Saúde e Ambiente. “Recursos pesqueiros e saúde”. Orientadora: Verônica de Lurdes Sierpe Jeraldo. Aluna: Ana Angélica Carvalho Dória, do Mestrado.

Por fim, da Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Economia. “Crescimento pró-pobre e educação no Nordeste”. Orientador: Ronaldo de Albuquerque e Arraes. Aluno: Rafael Barros Barbosa.

Esses foram, portanto, os projetos selecionados no Programa BNB/Etene Teses e Dissertações.

Senhoras e senhores!

Realizaremos agora a entrega do IX Prêmio BNB de Talentos Universitários e do XIV Prêmio BNB de Economia Regional, categoria Dissertações de Mestrado e categoria Artigo.

IX Prêmio BNB de Talentos Universitários

Convido nesse momento ao palco, o senhor Robério Gress do Vale, chefe do gabinete da presidência do Banco do Nordeste, para fazer a entrega do prêmio ao 3º lugar.

IX Prêmio BNB de Talentos – 3º lugar.

Título: “Análise da aplicação de redes neurais para avaliação do risco de crédito”. Autor: João Bosco Amaral Júnior. Curso: Economia, Universidade Federal de Pernambuco.

Convido a seguir o senhor João Alves de Melo, ex-presidente do Banco do Nordeste do Brasil, e presidente do Comitê de Auditoria dessa Instituição, por gentileza, venha ao palco para fazer a entrega ao 2º lugar do IX Prêmio BNB de Talentos Universitários.

2º lugar – título: “A economia da reciclagem em Campina Grande, Paraíba”. Autor: Altamar Alencar Cardoso. Curso: Ciências Econômicas da Universidade Federal de Campina Grande.

Convido a seguir, o senhor diretor Administrativo e de Tecnologia da Informação do Banco do Nordeste, Stélio Gama Lyra, para que venha ao palco fazer a entrega do prêmio ao 1º lugar.

IX Prêmio BNB de Talentos Universitários – 1º lugar.

Título: “A ação de programas de microcrédito rural do Banco do Nordeste do Brasil: Pronaf B e Agroamigo no território agreste de Alagoinhas, litoral norte 2005/2008”. Autor: Aliane Celine Silva Sousa. Curso de Economia da Universidade Federal da Bahia.

Senhoras e senhores!

Anuncio também a entrega dos prêmios do XIV Prêmio BNB de Economia Regional. Categoria: Dissertação de Mestrado.

Convido ao palco, para fazer a entrega do prêmio ao 3º lugar, a senhora secretária executiva da Anpec, professora Adriana Amado.

XIV Prêmio BNB de Economia Regional. Categoria: Dissertação de Mestrado – 3º lugar.

Título: “Inovação, cooperação e políticas públicas em Arranjos Produtivos Locais: o caso do APL de tecnologia de informação de Salvador”. Autor: André Luiz Melo de Oliveira. Curso: Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Paulo Antonio de Freitas Balanco.

Para fazer a entrega do prêmio ao 2º lugar, convido ao palco o senhor diretor da Área de Negócios do Banco do Nordeste, Paulo Sérgio Rebouças Ferraro.

2º lugar – título: “O comércio por vias internas e seu papel sobre crescimento e desigualdade regional no Brasil”. Autora: Aline Sousa Magalhães. Curso: Cedeplar – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Edson Paulo Domingues.

Para fazer a entrega do prêmio ao 1º lugar, convido ao palco o senhor diretor da Área de Controle e Risco do BNB, Luís Carlos Everton de Farias.

XIV Prêmio BNB de Economia Regional. Categoria: Dissertação de Mestrado: 1º lugar.

Título: “Migração de retorno, diferenciais de salários e auto-seleção: evidências para o Brasil”. Autora: Vívian dos Santos Queiroz. Curso: Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Hilton de Martins de Brito Ramalho.

Senhoras e senhores!

Passamos agora ao XIV Prêmio BNB de Economia Regional. Categoria: Artigo. Para tanto, convido ao palco o senhor superintendente do Etene, José Narciso Sobrinho, que irá fazer a entrega ao 3º lugar, que, ressalte-se, ficou dividido entre dois artigos.

O senhor superintendente fará a entrega aos dois.

3º lugar – artigo: “Mismatch nos mercados de trabalhos regionais: o que explica as diferenças regionais?”. Autores: Moisés Freitas Athayde Cavalcante, da Universidade Federal de Pernambuco, Felipe Mota Campos, do Pimes, e Raul da Mota Silveira Neto, também do Pimes.

Convido ao palco, representando os autores desse artigo, Felipe Mota Campos.

Agora, o superintendente fará a entrega ao outro artigo que também ficou classificado em 3º lugar: “Desigualdade de oportunidades no Brasil: análise a partir do método de dominâncias estocásticas”. Autores: Eric Alencar de Figueiredo, da Universidade Federal da Paraíba, e José Luiz da Silva Neto Júnior, também da

Universidade Federal da Paraíba.

Representando os autores, convido Eric Alencar de Figueiredo. O superintendente José Narciso Sobrinho também irá fazer a entrega.

2º lugar. Para fazer a entrega do prêmio, convido ao palco o senhor diretor da Área de Gestão do Desenvolvimento, José Sydrião de Alencar Júnior.

Artigo: “Interdependência e encadeamentos das exportações setoriais e os modais de transporte: um enfoque de insumo produto”. Autores: Fernando Salgueiro Perobelli, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Admir Antônio Betarelli Júnior, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Suzana Quinet de Andrade Bastos, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Representando os autores, convido ao palco Admir Antonio Betarelli Júnior.

Senhoras e senhores!

Teremos a seguir a entrega do prêmio ao 1º lugar do XIV Prêmio BNB de Economia Regional, categoria artigo. Para entrega desse prêmio, convido ao palco o senhor presidente do Banco do Nordeste, professor doutor Roberto Smith.

Artigo: “Decomposição do índice Theil-T: uma análise da desigualdade de renda para os estados nordestinos”. Autoras: Renata de Melo Caldas, do Pimes, e Tatiana Almeida de Menezes, também do Pimes.

Representando as autoras, Renata de Melo Caldas, 1º lugar no XIV Prêmio BNB de Economia Regional, categoria artigo. Parabéns, Renata!

Por favor, doutor Roberto Smith, permaneça no palco, por gentileza.

Mestre de cerimônias

Nessa tarde singular, o Banco do Nordeste presta também uma justa homenagem a duas personalidades cujas ações muito contribuíram para o desenvolvimento do Nordeste. Serão agraciados a professora Tânia Bacelar de Araújo e o professor Agamenon Tavares de Almeida. Por gentileza, professor Agamenon, pode vir ao palco. Professora Tânia, aqui já se encontra.

Inicialmente, vamos fazer aqui uma pequena apresentação dos nossos homenageados. Por gentileza, antes da entrega do prêmio, permita-me, senhor presidente.

Seguindo uma orientação prévia do presidente Roberto Smith, quero convidar para participar dessa homenagem o senhor diretor da Área de Gestão do Desenvolvimento, José Sydrião de Alencar Júnior. Por gentileza! Há uma razão especial na participação do doutor Alencar.

Inicialmente, a nossa homenageada é a Prof^a Tânia Bacelar de Araújo, doutora em Economia Pública e Organização pela Universidade de Paris I. Atuou na

Sudene por 20 anos, tendo sido diretora de Planejamento Global do órgão no período de 1985 a 1986. É professora da Universidade Federal de Pernambuco e socia-diretora da Ceplan, empresa que presta consultoria econômica e de planejamento para entidades como Chesf, Senac, Sebrae, Caixa Econômica e Banco do Nordeste.

Nesse momento de homenagens, com a devida anuência do presidente Roberto Smith, convido o diretor da Área de Gestão do Desenvolvimento, José Sydrião de Alencar Júnior, para fazer a entrega da placa de homenagem à professora doutora Tânia Bacelar de Araújo.

A próxima homenagem é para o professor Agamenon Tavares de Almeida. Professor da Universidade Federal do Ceará, com especialização em Administração do Desenvolvimento Econômico pela UFC e pela Vanderbilt University, nos Estados Unidos. Exerceu diversas atividades na Prefeitura de Fortaleza, entre elas a de secretário municipal de Finanças. É membro do Conselho Superior e de Comissões e Consultorias da Universidade Federal.

Por gentileza, o senhor presidente do BNB, professor Roberto Smith, para fazer a entrega da placa de homenagem ao professor Agamenon Tavares de Almeida, que foi orientador do doutor Roberto Smith.

Antes de ouvirmos os dois agraciados, peço o registro fotográfico, tendo ao centro o presidente Smith e os homenageados, com a presença do diretor doutor Alencar.

Com a palavra, a professora Tânia Bacelar. Por gentileza!

Tânia Bacelar

Bom, para mim foi uma surpresa, não sei se Agamenon já sabia, mas, para mim foi traição pura. Eu queria agradecer ao Banco essa homenagem. Acho que nem mereço, mas, para mim, é uma honra estar sendo homenageada por uma instituição como essa. Não é qualquer instituição no Brasil que resiste a 58 anos, quase 60.

Os serviços que o Banco já prestou à região é que engrandecem essa gentileza que fizeram comigo. Queria deixar aqui meus agradecimentos sinceros a essa referência que vocês fazem ao meu trabalho.

Obrigada!

Agamenon Tavares

Tânia, eu fui avisado. Talvez, pela própria idade, era perigosa uma surpresa dessas. Gostaria de compartilhar essa homenagem, considerando que ela não é individualizada a mim. E quero compartilhar com um monte de gente: meus ex-professores, muitos deles já se foram, é claro; aos meus alunos e ex-alunos; aos

meus companheiros professores da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado.

E à minha família, que acompanhou e me ajudou de perto nesses 49 anos de vida acadêmica na UFC. Estou incluindo meus quatro anos como bolsista do instituto de pesquisa. Nesses anos todos, procurei dar o melhor que se pôde, ajudado por todos, em um campo extremamente importante que é o magistério. E eu não poderia esquecer que sou professor e, em um encontro de estudantes, de economistas e de estudantes de Economia, depois de todas as discussões de que participamos aqui, lembrar que vivemos um momento de crise.

A crise não se foi, gente! Ela é muito mais séria e mais profunda do que talvez uma grande parcela, até mesmo dos economistas, está concebendo. Schumpeter dizia que toda crise era uma destruição criadora e, hoje, vendo os vários painéis, sentimos isso.

A crise está exigindo de nós algo que talvez seja o grande desafio que ela está deixando, que é o de ousar e criar. Lembrando que na nossa profissão, nossa matéria-prima de trabalho é aquilo mais complexo que existe no mundo, que é a pessoa humana.

Mas a Economia foi feita exatamente para essa pessoa humana, para que nós ajudemos e contribuamos para criar uma sociedade em que essa pessoa seja o centro. Esse é o grande desafio. Para nós, que estamos aqui com os trabalhos que foram apresentados de cunho científico, gostaria de citar um economista que já se foi, chamado Gunnar Myrdal, que escreveu um livro chamado A Teoria Econômica e as Regiões Subdesenvolvidas, nos anos 60, onde o desenvolvimentismo era a grande tarefa.

Ele deixava uma mensagem aos jovens economistas, lembrando para eles que, sobre os ombros dos economistas dos países subdesenvolvidos caía uma grande responsabilidade, que era o desenvolvimento, mas numa perspectiva de criar.

E, portanto, dizia ele: "é preciso que vocês ousem criar novas teorias". E afirmava: "é mais fácil ser um conformista, do que um rebelde competente". E eu acho que esse é um desafio colocado para a gente.

Muito obrigado!

Mestre de cerimônias

Convido o doutor Alencar, por gentileza, a acompanhar os homenageados à plateia. Solicito ao professor Roberto Smith que, por gentileza, ocupe seu lugar à mesa, para a solenidade de encerramento desse evento. Convido também, ao palco, para compor a mesa, a senhora secretária-executiva da Anpec, professora Adriana Amado.

Com a palavra, a senhora secretária-executiva da Anpec, professora Adriana Amado.

Adriana Amado

Boa tarde, quase boa noite, a todos!

Comecei, na abertura, dizendo que tinha uma grande curiosidade por conhecer [o] e participar do encontro. Apesar de ser da Anpec, nunca tinha tido a oportunidade de estar aqui. Agora, inicio o encerramento dessa sessão dizendo que foi um enorme prazer estar presente.

Acho que é um encontro alegre, hoje as sessões estavam super bem integradas. Estou, assim, numa posição supercomplicada porque, afinal de contas, sou parte da organização, mas achei as discussões extremamente bem integradas.

Pela manhã, fiz questão de ir a cada sessão ordinária da Anpec; são sessões cheias, em que participam professores e estudantes. Acho que até o nosso participante internacional, apesar do bloqueio da língua, teve uma interação bastante grande, participou das sessões. Então, acredito que é um exemplo para outras organizações.

E o enorme sucesso é exatamente a promoção desse diálogo entre uma instituição de política econômica e uma instituição de caráter acadêmico. Então, saio muito feliz e querendo voltar ano que vem porque realmente achei muito interessante a proposta.

Bom, como estava falando, sou parte envolvida, mas, não tão envolvida assim. Na realidade, a Anpec participa. Estive conversando com professor Roberto Smith em abril, se não me engano, logo que assumi; foi a primeira Instituição que visitei e fiz questão de visitar pelo ato simbólico de escolher um dos nossos principais parceiros para iniciar a minha apresentação enquanto secretária-executiva.

Mas, o envolvimento da Anpec nacional acaba sendo relativamente reduzido porque quem efetivamente organiza a parte acadêmica, ainda que acompanhado pela Anpec nacional, é o professor doutor Paulo Amilton, que tem grandes méritos pela organização do encontro e já carrega esse pesado piano há muito tempo.

Então, gostaria de parabenizá-lo e dizer – pelo que eu vi, é tradição, ele sempre coloca o cargo à disposição – que, quando eu vi que isso estava no *script*, disse que ele estava proibido de sair nos próximos dois anos. Depois, quem entrar, que se entenda com você, mas nos próximos dois anos está proibido; essa palavra “sair” não existe, entrou no barco vai até o fim.

Realmente, tínhamos contatos semanais, para saber como estava andando, como é que estava a comissão científica etc., mas funcionou muito bem; de minha parte ao menos muito bem. A organização do evento – eu comecei pela Anpec, por-

que afinal de contas, estou falando em nome dela –, mas a organização do evento, também no que diz respeito à relação com o Banco, foi fantástica.

O meu contato imediato foi com o professor doutor Roberto Smith, que foi uma pessoa agradabilíssima, que nos atendeu, nos recebeu muitíssimo bem. Depois descobrimos que eu e ele viemos no mesmo avião no dia da minha reunião aqui. Mas, de qualquer forma foi ótimo porque foi uma tarde muito agradável aqui no Banco e percebemos que comungamos de vários princípios acadêmicos e que as coisas iriam transcorrer com uma certa facilidade.

O senhor diretor de Gestão do Desenvolvimento, José Sydrião de Alencar Júnior, também me recebeu muito bem, ainda quando era apenas secretária eleita, em Foz de Iguaçu. Tivemos uma reunião que foi muito agradável, um almoço em Foz; depois a gente conversou em alguns momentos sobre a organização do evento.

O meu agradecimento e os da Anpec ao senhor superintendente do Etene, José Narciso, que também foi agradabilíssimo quando de minha tarde aqui. Tivemos um contato mais próximo com vocês em abril último. Depois, também não tivemos problema nenhum do ponto de vista da organização. Agradecemos à senhora Laura Freire, que nos recebeu muitíssimo bem e com quem eu trocava *e-mails* quase diários nesse finalzinho da organização; e Jânia Souza, que também teve uma receptividade enorme e nos acompanhou nesse processo que, apesar de ter sido longo, não foi nem de longe penoso, foi agradabilíssimo e eu espero que a gente continue por muitos anos a ter essa relação próxima.

E, finalmente, achei o encontro ótimo por ter podido encontrar, com um pouco mais de calma, pessoas de quem eu gosto muito, respeito muito; ter assistido duas apresentações da professora Tânia, por quem eu tenho uma admiração enorme, bem como por ter estado com a Liana, Crocco, Dymski, dentre outros.

O Crocco e o Dymski trabalham coisas muito próximas a mim. Foi ótimo! Eu tive a oportunidade de ver os últimos avanços dessas coisas que faço. Então, devo dizer que foi um encontro agradabilíssimo e espero que tenha sido agradável para vocês também. Bom, acho que a gente se encontre no ano que vem. E até lá!

Mestre de cerimônias

Ouviremos, em seguida, a palavra do senhor presidente do Banco do Nordeste, professor doutor Roberto Smith.

Roberto Smith

Adriana, eu acho muito bom esse sentimento todo que você expressou em nome da Anpec, do caráter desse encontro, que você coloca aqui no superlativo, no agradabilíssimo, mas um encontro leve e propício, no sentido de importantes parti-

cipações, contribuições das quais sinto bastante, em função da perda que eu tenho pessoal, de não poder participar pelo fato de ter que atender todas as obrigações aqui do Banco.

Espero até que, ano que vem, eu esteja mais livre para poder usufruir desse ambiente de debate, de discussões, de contribuições que são tão importantes em cima da temática do desenvolvimento. Ainda estou emocionado com a homenagem feita à Tânia Bacelar e ao Agamenon.

Agamenon, que conheço, praticamente, há 33 anos e que eu conheci primeiro por meio de um telegrama, justamente enviado pela Anpec e assinado por ele, dizendo que eu tinha sido aceito para o curso de pós-graduação, no qual eu tive a satisfação de ser seu aluno, depois orientando de Agamenon, com uma característica de amizade pessoal e, sobretudo, daquele que me ensinou. E eu acho que, nesse curso, foram muito importantes as aventuras do pensamento crítico, que até hoje eu guardo com o valor inestimável daquilo que a gente carrega para a vida.

Tânia Bacelar, também dentro dessa mesma perspectiva, é a pessoa com quem a gente aprendeu a pensar o desenvolvimento do Nordeste e que reforçou a minha nordestinidade. Fui vizinho de Rosa Freire D'Aguiar quando fazia o pós-doutorado em Paris, vizinho de Celso Furtado, e ele me fez uma dedicatória que eu guardo com muito amor, dizendo que eu era um nordestino por teimosia, em função de uma série de fatos da minha vida que envolveram a minha transferência para o Nordeste.

Acredito que essa Casa, onde se pensa e pratica o desenvolvimento, é um lugar muito importante no quadro do Nordeste, e acho que nossos encontros reforçam essa tradição no Banco, que a gente trata com carinho, porque é uma Instituição de 58 anos, mas é mais do que isso: é uma Instituição que é bem entendida por toda a população nordestina, a ponto de ser tratado carinhosamente, e a gente usa isso como marca, como o “Banco Conterrâneo”, um Banco de todos nós.

Mesmo aqueles que têm raiva do Banco, que devem, que não pagam ao Banco, tratam-no com carinho, como uma coisa que é nossa, que é realmente preciosa e que deve ser tratada com os elementos que ela merece. E eu acho que é isso que nos faz sentir muito bem, dentro desse ambiente que a Adriana colocou.

Eu queria dizer que essa tradição, a parceria Anpec/Banco do Nordeste, deverá seguir aí por longa vida. Que não termine nunca ou que termine quando não houver mais a temática de tratamento do desenvolvimento regional, que traz tanta reflexão, tantos problemas e que, de uma certa forma, acompanha grande parte da vida de tantos amigos e pessoas que comungam com esse tipo de forma de pensar a vida, de pensar a sociedade e manter viva aquela chama do acreditar numa sociedade melhor, mais justa, e que a gente já tenha elementos de constatação dos passos iniciais que vêm sendo dados para isso!

Acho que, muitas vezes, ao tratar a questão do desenvolvimento que tive aqui, percebemos que existe essa ansiedade, sobretudo por ver que é difícil fazer as coisas se evidenciarem, tendências de convergência do desenvolvimento do Nordeste em relação à média nacional, média brasileira.

Aqueles que medem esses padrões de convergência extrapolam essa convergência para vários decênios para frente, e isso desperta maior ansiedade da nossa parte, nesse desejo de ver as coisas resolvidas com mais rapidez.

Eu acho que isso está presente em todos nós que fazemos o Banco do Nordeste. Quando vemos toda a demanda de recursos que o Banco já não pode atender, existe uma certa razão de inconformismo da nossa parte, de acharmos que não existe uma impregnação, uma visão de desenvolvimento regional no Brasil.

Às vezes me contenho, porque não fica bem, dentro da minha posição, ser um crítico, como eu, na minha subjetividade, guardo como um valor importante. Isso nos anima e impele a trabalhar mais fortemente para que estas estatísticas, que ainda, infelizmente, mostram pouco avanço, possam-se materializar.

Até contei isso para o presidente Lula, quando ele esteve aqui, recentemente, que existe no ar um sentimento de que as coisas estão mudando. E eu contei a ele o fato de que encontrei uma pessoa conhecida, um agricultor conhecido, e perguntei para ele como é que estavam as coisas. E ele disse: “Olha doutor, se melhorar vai ficar muito melhor”.

Quer dizer, a gente está acostumado com um certo pensamento negativista, a dizer que está tudo muito ruim, mas eu pego isso como exemplo, porque nós nos apoderamos de um otimismo, dessa crença de que é possível mudar e fazer mudar.

O professor Agamenon lembra a crise, mas eu também lembro, e eu aprendi com ele, que o capitalismo traz no seu bojo a crise; ela é inerente ao sistema capitalista. E que a crise tem o condão de reestruturar, de melhorar, de recriar.

Acho que estamos vivendo um momento onde a nossa potencialidade de fazer as coisas mudarem tem um novo sentimento, que nos impele a tratarmos isso além de nós mesmos. Quer dizer, com todos os aspectos que se coloca de dificuldades, com todos os aspectos que a gente reconhece da falta de uma forma de se pensar uma estratégia de desenvolvimento, as coisas vão acontecendo e a gente vai refletindo e montando em cima dos acontecimentos, tentando tirar diretrizes e formas de condução que possam melhorar e ter esse aspecto social e que nos impele.

Um problema que Celso Furtado sempre colocou, da falta de um mercado interno na região, que começa a se estruturar, são coisas que nós temos heranças aqui, que a história nos revela e que começam a ser mudadas. Isso é apenas o começo!

O que mantém a nossa esperança nas mudanças é, basicamente, o fato de estarmos vivendo, com todas as mazelas, em um regime democrático. E acreditamos

que esse é o maior valor que deve ser cultuado e mantido em cima das possibilidades do desenvolvimento e de um desenvolvimento regional.

Lembro ainda, Tânia, quando você era diretora da Sudene, daquele encontro que você estruturou com participação da sociedade organizada em todos os recantos do Nordeste, e que eu era quase que recém-chegado ao Nordeste, mas tive a felicidade de ter sido escolhido como delegado para participar daquele encontro.

Naquele auditório enorme da Sudene, ainda em pleno regime de recessão, eu me emocionei muito quando vi representantes, senhoras donas-de-casa, mas de sociedade organizada, intervirem na fala de um ministro da Ditadura e colocarem qual era a pauta que queriam discutir. Foi um momento que eu tive a felicidade de estar naquele local, naquela representação, que eu não esqueço jamais.

E a gente começa a rememorar tudo que passamos e que estamos trabalhando, operando, e essa memória é importante, não pode ser olvidada, e ela está muito junto, quando penso na sua trajetória, naquele momento, que foi extremamente marcante.

De forma que estaremos nessa expectativa dos 59 anos do Banco do Nordeste no ano que vem, pensando, colhendo os resultados, as melhoras que vêm-se manifestando, distribuindo as novas premiações e, se possível, expandindo as bolsas, que são funções também importantes do Banco do Nordeste, em termos de fomento à pesquisa, por meio da equipe do Etene.

Temos que agradecer a todos vocês a presença e dizer da nossa satisfação desse encontro. Gostaria de convidá-los agora para um coquetel e brindarmos com alegria o fato de estarmos aqui, juntos, em um trabalho tão importante. Muito obrigado a todos!



978.85.7791.166.0



9 788577 911660